



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS**  
**INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**

**RITA DE CÁSSIA DA COSTA ROCHA**

**A redistribuição espacial da população de Maricá: uma abordagem a partir da  
mobilidade e da urbanização**

**CAMPINAS**

**2017**

RITA DE CÁSSIA DA COSTA ROCHA

**A REDISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA POPULAÇÃO DE  
MARICÁ: UMA ABORDAGEM A PARTIR DA MOBILIDADE  
E DA URBANIZAÇÃO**

Tese apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Doutora em Demografia.

*Supervisor/Orientador: Prof. Dr. José Marcos Pinto da Cunha*

ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA TESE DEFENDIDA PELA ALUNA RITA DE CÁSSIA DA COSTA ROCHA E ORIENTADA PELO PROF. DR. JOSÉ MARCOS PINTO DA CUNHA.



CAMPINAS

2017

**Agência(s) de fomento e nº(s) de processo(s):** CAPES

Ficha catalográfica  
Universidade Estadual de Campinas  
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas  
Paulo Roberto de Oliveira - CRB 8/6272

R582r Rocha, Rita de Cássia da Costa, 1982-  
A redistribuição espacial da população de Maricá: uma abordagem a partir da mobilidade e da urbanização / Rita de Cássia da Costa Rocha. – Campinas, SP : [s.n.], 2017.

Orientador: José Marcos Pinto da Cunha.  
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Distribuição espacial da população. 2. Mobilidade espacial. 3. Urbanização - Maricá. I. Cunha, José Marcos Pinto, 1959-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

**Título em outro idioma:** The spatial redistribution of the Maricá population: an approach based on mobility and urbanization.

**Palavras-chave em inglês:**

Spatial distribution of population

Spatial mobility

Urbanization - Maricá

**Área de concentração:** Demografia

**Titulação:** Doutora em Demografia

**Banca examinadora:**

José Marcos Pinto da Cunha [Orientador]

Rosana Aparecida Baeninger

Ricardo Ojima

Humberto Miranda do Nascimento

Claudio Antônio Gonçalves Egler

**Data de defesa:** 18-04-2017

**Programa de Pós-Graduação:** Demografia



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**

A Comissão Julgadora dos trabalhos de Defesa de Tese de Doutorado, composta pelos Professores Doutores a seguir descritos, em sessão pública realizada em 18/04/2017, considerou a candidata Rita de Cássia da Costa Rocha aprovada.

**Prof. Dr. José Marcos Pinto da Cunha**

**Prof. Dra. Rosana Aparecida Baeninger**

**Prof. Dr. Claudio Antônio Golçalves Egler**

**Prof. Dr. Ricardo Ojima**

**Prof. Dr. Humberto Miranda do Nascimento**

**A Ata de Defesa, assinada pelos membros da Comissão Examinadora constam na vida acadêmica da aluna.**

*Dedico este estudo a todos os incansáveis,  
aos que não desistem nunca de ir atrás dos seus sonhos, perseverantes  
na certeza de que tornar-se-ão realidade algum dia.*

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço imensamente a Deus pela existência e aos meus pais e irmãos pela formação e educação compartilhada, pelos valores de vida que permitiram trilhar o caminho que me levou ao doutorado.

Agradeço, em especial, ao prof. Dr. Werther Holzer, que me indicou a demografia como campo de estudo possível para a realização deste estudo, ainda durante o mestrado, na Universidade Federal Fluminense.

Não poderia deixar de agradecer imensamente ao meu orientador, prof. Dr. José Marcos P. Cunha, que me recebeu de portas abertas na Unicamp. Sou muito grata pela confiança em mim depositada e pela paciência durante este longo tempo. O caráter sério e objetivo com que conduz suas pesquisas é algo para mim admirável, que levarei como aprendizado para toda a vida.

Agradeço à Capes, pelo fundamental apoio para o desenvolvimento da pesquisa, e aos funcionários e professores do Departamento de Demografia e do Núcleo de Estudos de População (Nepo).

Agradeço a todos os colegas de turma com quem tive o prazer de conviver durante o curso, em especial aos que contribuíram para o debate dentro e fora da sala de aula: Walter, Luís Felipe, Camila, Vívian, Rosario, Aparecido, Rosa e Sergio. Os momentos de descontração com vocês foram primordiais para aguentar a pressão do dia a dia.

Agradeço às diretoras Graça Bittencourt e Tia Ozinha, do Colégio Hamilton Moreira da Silva. Sem a oportunidade educacional que vocês me concederam no passado certamente eu não teria chegado até aqui.

Agradeço ao ex-prefeito de Maricá, Washington Luis Cardoso Siqueira (Quaquá), e também ao atual prefeito, Fabiano Horta, pela oportunidade de pensar a cidade e trabalhar por Maricá.

Agradeço à minha irmã Arilda e aos meus amigos Rodrigo, Simone e Vânia, por simplesmente estarem sempre lá para escutar as minhas choradeiras nos momentos em que tudo parecia impossível, sobretudo diante dos desafios que eu mesma me coloquei.

Agradeço, finalmente, ao meu companheiro, William, pelo apoio, pela compreensão, pelo carinho. Sem a sua força certamente este título teria se perdido pelo caminho. Minha eterna gratidão e amor pela ajuda na etapa de conclusão.

## RESUMO

O objetivo geral da tese é analisar o processo de redistribuição espacial da população de Maricá, um município da periferia metropolitana do Rio de Janeiro. A abordagem utilizada prioriza as dimensões da mobilidade espacial da população e da urbanização, para entender o crescimento demográfico do município e a espacialização da população no espaço intraurbano. Os resultados da pesquisa estão organizados em quatro capítulos. O primeiro deles trata do processo de metropolização e da redistribuição espacial da população no estado do Rio de Janeiro, assim como do desenvolvimento da indústria do petróleo. Qual a relação destes processos que se manifestam na escala regional com a dinâmica urbana de Maricá? Já o segundo capítulo se concentra na urbanização, no processo de parcelamento, ocupação e expansão urbana da população. Busca-se identificar como os tipos de parcelamento, o mercado de solo e a oferta de moradias influenciam na atração de população e na dispersão da população pelo município. No terceiro capítulo busca-se reconhecer a dimensão que a mobilidade espacial da população ocupa no crescimento demográfico de Maricá. Paralelamente à dinâmica da mobilidade residencial, que caracteriza o crescimento do município, há um aumento significativo do percentual de população que efetua deslocamentos pendulares para trabalho e estudo. Já o capítulo quatro estuda a redistribuição espacial da população no espaço intraurbano que, acredita-se, é profundamente influenciada pela proximidade com a metrópole. Da análise do parcelamento do solo urbano e da condição do domicílio da população, segundo condição migratória, identifica-se a importância que o acesso à moradia, sobretudo do imóvel financiado, exerce sobre o crescimento demográfico de Maricá e na espacialização da população.

**Palavras-chave:** redistribuição espacial da população, mobilidade espacial, urbanização, Maricá.

## **ABSTRACT**

The overall aim of the thesis is to analyze the process of spatial redistribution of the population of Maricá, a municipality in the metropolitan area of Rio de Janeiro. The approach emphasizes the dimensions of spatial mobility of the population and urbanization to understand the demographic growth of the city and the spatial distribution of the population in the intra-urban space. The research results are organized into four chapters. The first deals with the process of metropolitan concentration and the spatial redistribution of the population in the state of Rio de Janeiro, as well as the oil industry development. What is the relationship of these processes that are manifested in the regional scale with the urban dynamics of Maricá? The second chapter focuses on urbanization in the process of parceling, occupation and urban population expansion. It seeks to identify how the types of installment, the ground market and housing supply influences the population attraction and urban sprawl that occurs in the city. The chapter three seeks to recognize the dimension that the spatial mobility of the population occupies into the population growth of Maricá. At the same time that the dynamic of residential mobility characterize the city's growth, there is a significant increase in the percentage of population that makes commuting to work and study. Chapter 4 focus on study the spatial redistribution of the population in the intra-urban space, it is believed that such redistribuion is deeply influenced by the proximity to the metropolis. From the analysis of the division of urban land and of the population domicile's condition, according to immigration status, the study identifies the importance that access to housing, particularly the financed property, has on the population growth of Marica and on the spatial distribution of the population.

**Keywords:** spatial redistribution of the population, spatial mobility, urbanization- Maricá.

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Número absoluto e distribuição da população residente. Regiões de Governo do estado do Rio de Janeiro, 1970-2010.....	26
Tabela 2 – Taxas de crescimento anual e incremento médio anual da população, segundo condição de núcleo ou periferia da localidade. Brasil, 1970-2010.....	34
Tabela 3 – Indicadores selecionados de migração. Estado do Rio de Janeiro, 1991-2010.....	37
Tabela 4 – Volume de imigrantes, emigrantes e indicadores de migração. Regiões de governo do estado do Rio de Janeiro, 1995/2000, 2005/2010.....	39
Tabela 5 – Fluxos migratórios intraestaduais. Regiões de governo do estado do Rio de Janeiro, 1995/2000, 2005/2010.....	41
Tabela 6 – Taxa média anual de crescimento populacional. Regiões de governo do estado do Rio de Janeiro, 1991-2010.....	42
Tabela 7 – Distribuição da população, segundo classe de tamanho das cidades. Estado do Rio de Janeiro, 1970-2010.....	43
Tabela 8 – Participação relativa na população estadual, por classes de tamanho das cidades. Regiões de governo do estado do Rio de Janeiro, 2000-2010.....	44
Tabela 9 – Valor absoluto e participação no valor adicionado bruto, segundo setores de atividade econômica. Maricá, 2000-2012.....	56
Tabela 10 – Royalties, participações especiais e receita orçamentária. Maricá, 2000-2015.....	68
Tabela 11 – Taxa de crescimento médio anual da população e dos domicílios, por condição de ocupação. Brasil, estado do Rio de Janeiro e Maricá, 2000/2010.....	105
Tabela 12 – População residente total e taxa de crescimento demográfico. Municípios da Ompetro, Conleste e Rio de Janeiro, 1991-2010.....	120
Tabela 13 – Volume de migração, migração líquida e taxa de migração líquida. Municípios da Ompetro, do Conleste e Rio de Janeiro, 2000-2010.....	124
Tabela 14 – Volume de emigrantes de data fixa, segundo destino. Maricá, 1995-2010.....	126
Tabela 15 – Volume de imigrantes de data fixa, segundo origem. Maricá, 1995-2010.....	127

Tabela 16 – Volume de imigrantes intraestaduais de data fixa, segundo origem. Maricá, 1995-2010. ....	128
Tabela 17 – Volume e peso relativo da mobilidade pendular, (1) por trabalho e estudo. Maricá, Conleste e Ompetro, 2010. ....	131
Tabela 18 – Volume de pessoas envolvidas nos deslocamentos pendulares, por motivação. Municípios do Conleste, da Ompetro e Rio de Janeiro, 2010. ....	132
Tabela 19 – População em idade ativa (PIA), população ocupada (PO) e percentual da PIA que trabalha ou estuda em outro município. Municípios do Conleste, da Ompetro e Rio de Janeiro, 2000-2010. ....	134
Tabela 20 – Número absoluto e distribuição dos residentes, por motivação para movimento pendular, segundo município de destino. Maricá, 2010. ....	138
Tabela 21 – Número absoluto e distribuição dos residentes, por motivação para movimento pendular, segundo município de destino. (1) Maricá, 2010. ....	139
Tabela 22 – População total, taxas médias anuais de crescimento populacional e incremento, por área de ponderação. Maricá, 2000-2010. ....	151
Tabela 23 – População residente, por condição migratória e situação do domicílio, segundo áreas de ponderação. Maricá, 2000. ....	152
Tabela 24 – População residente, por condição migratória, situação do domicílio e áreas de ponderação. Maricá, 2010. ....	153
Tabela 25 – Indicadores populacionais selecionados, por condição migratória. Maricá, 2000-2010. ....	172

## **LISTA DE FIGURAS**

Figura 1 – Conceito de diferenças na urbanização. ....	85
Figura 2 – Ocupação de lotes por casas em sistema de condomínio. Maricá. ....	107

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Taxas de crescimento médio anual da população. Regiões do estado do Rio de Janeiro, 2010. ....	36
Gráfico 2 – Taxas de migração líquida. Regiões de governo do estado do Rio de Janeiro, 1995/2000, 2005/2010.....	40
Gráfico 3 – Royalties e participações especiais recebidos. Conleste e Ompetro, 2000-2013. ....	62
Gráfico 4 – Royalties e participações especiais recebidos. Municípios do Conleste e da Ompetro, 2013. ....	63
Gráfico 5 – Participação nas receitas municipais das rendas provindas do petróleo. Itaboraí, Maricá, Macaé e Rio das Ostras, 2000-2012.....	63
Gráfico 6 – Evolução das rendas petrolíferas. Maricá, 1999-2012.....	67
Gráfico 7 – Número de empregos formais. Maricá, 2007-2012.....	71
Gráfico 8 – Número de empregos formais. Maricá, Itaboraí, Macaé e Rio das Ostras, 2007-2012.....	72
Gráfico 9 – Crescimento acumulado proporcional de população, domicílios e famílias. Brasil, 1950-2010. ....	104
Gráfico 10 – População e taxas médias anuais de crescimento, segundo condição do domicílio. Maricá, 1970-2010. ....	118
Gráfico 11 – Taxas de migração líquida. Municípios da Ompetro, do Conleste e Rio de Janeiro, 1995-2010. ....	125
Gráfico 12 – Percentual da população ocupada que faz pendularidade exclusiva para trabalho. Municípios do Conleste, da Ompetro e Rio de Janeiro, 2010. ....	136
Gráfico 13 – Percentual da população em idade ativa que faz pendularidade exclusiva para estudo. Municípios do Conleste, da Ompetro e Rio de Janeiro, 2010. ....	137
Gráfico 14 – Participação da população residente, por grupos etários, segundo condição migratória. Maricá, 2000-2010. ....	155
Gráfico 15 – Distribuição da população migrante, por sexo, segundo grupos etários. Maricá, 2000-2010. ....	156
Gráfico 16 – Distribuição da população residente, por condição migratória e áreas de ponderação, segundo grupos etários. Maricá, 2010. ....	157

Gráfico 17 – Participação da população residente, por condição migratória, segundo situação conjugal dos responsáveis pelo domicílio. Maricá, 2010. ....	158
Gráfico 18 – Distribuição da população residente, por área de ponderação, segundo situação conjugal dos responsáveis pelo domicílio e condição migratória. Maricá, 2010. ....	159
Gráfico 19 – Distribuição da população ocupada, por condição migratória, segundo faixas de rendimento do trabalho. Maricá, 2000-2010. ....	161
Gráfico 20 – Distribuição da população ocupada, por área de ponderação, segundo faixas de rendimento do trabalho e condição migratória. Maricá, 2000. ....	162
Gráfico 21 – Distribuição da população ocupada, por área de ponderação, segundo faixas de rendimento do trabalho e condição migratória. Maricá, 2010. ....	163
Gráfico 22 – Participação dos responsáveis pelo domicílio, por escolaridade, segundo condição migratória. Maricá, 2000-2010. ....	167
Gráfico 23 – Distribuição responsáveis pelo domicílio, por área de ponderação, segundo escolaridade e condição migratória. Maricá, 2010. ....	168
Gráfico 24 – Participação da população residente, por tipo de ocupação, segundo condição migratória. Maricá, 2010. ....	173
Gráfico 25 – Distribuição da população residente, por condição migratória e áreas de ponderação, segundo tipo de ocupação. Maricá, 2010. ....	174
Gráfico 26 – Distribuição da população residente, por condição migratória, segundo condição de ocupação do domicílio. Maricá, 2000-2010. ....	177
Gráfico 27 – Distribuição da população residente, por área de ponderação, segundo condição de ocupação do domicílio e condição migratória. Maricá, 2000. ....	179
Gráfico 28 – Distribuição da população residente, por área de ponderação e condição migratória, segundo condição de ocupação do domicílio. Maricá, 2010. ....	180
Gráfico 29 – Valor médio do aluguel, por áreas de ponderação, segundo condição migratória do locatário. Maricá, 2010. ....	184
Gráfico 30 – Distribuição da população residente, por quartis de renda e condição migratória, segundo condição de ocupação do imóvel. Maricá, 2010. ....	186

## LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Área Urbana do Rio de Janeiro. ....	32
Mapa 2 – Parcelamentos do solo urbano. Maricá. ....	90
Mapa 3 – Aglomerados subnormais. Maricá, 2010. ....	93
Mapa 4 – Setores censitários, segundo situação do domicílio. Maricá, 2000-2010. ....	102
Mapa 5 – Fluxos de pendularidade intrametropolitana – saídas para trabalho. Maricá, 2010. ....	141
Mapa 6 – Fluxos de pendularidade intrametropolitana – saídas para estudo. Maricá, 2010. ....	142
Mapa 7 – Fluxos de imigração intrametropolitana para Maricá, 2010. ....	143
Mapa 8 – Áreas de ponderação do Censo Demográfico, segundo condição de proximidade com o núcleo metropolitano. Maricá, 2000-2010. ....	148
Mapa 9 – Taxas médias anuais de crescimento populacional, por área de ponderação. Maricá, 2000-2010. ....	150
Mapa 10 – Participação da população migrante que ganha acima de 10 salários mínimos, por área de ponderação. Maricá, 2000. ....	164
Mapa 11 – Participação da população migrante que ganha acima de 10 salários mínimos, por área de ponderação. Maricá, 2010. ....	164
Mapa 12 – Participação da população migrante que ganha menos de um salário mínimo, por área de ponderação. Maricá, 2000. ....	165
Mapa 13 – Participação da população migrante que ganha menos de um salário mínimo, por área de ponderação. Maricá, 2010. ....	166
Mapa 14 – Participação dos responsáveis pelo domicílio migrantes sem instrução e com ensino fundamental incompleto, por área de ponderação. Maricá, 2010. ....	169
Mapa 15 – Participação dos responsáveis pelo domicílio migrantes com ensino superior completo, por área de ponderação. Maricá, 2010. ....	170
Mapa 16 – Participação da população residente migrante com domicílio classificado como próprio, ainda pagando, por área de ponderação. Maricá, 2000. ....	182
Mapa 17 – Participação da população residente migrante com domicílio classificado como próprio, ainda pagando, por área de ponderação. Maricá, 2010. ....	182

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

AP – Áreas de Ponderação

CEF – Caixa Econômica Federal

Comperj – Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro

Conleste – Consórcio de Desenvolvimento do Leste Fluminense

CSN – Companhia Siderúrgica Nacional

EPT – Empresa Municipal de Transportes (de Maricá)

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IEM – Índice de Eficácia Migratória

Ippur – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional

IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano

ITBI – Imposto sobre Transferência de Bens Imóveis

Ompetro – Organização dos Municípios Produtores de Petróleo

ONU-Habitat – Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos

PEA – População Economicamente Ativa

PIA – População em Idade Ativa

PMCMV – Programa Minha Casa Minha Vida

RMRJ – Região Metropolitana do Rio de Janeiro

RMSP – Região Metropolitana de São Paulo

TFT – Taxa de Fecundidade Total

TML – Taxa de Migração Líquida

Ucam – Universidade Cândido Mendes

UFF – Universidade Federal Fluminense

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	18
CAPÍTULO 1: CONCENTRAÇÃO METROPOLITANA E OS NOVOS EIXOS DE CRESCIMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO A PARTIR DO PETRÓLEO .	25
1.1 CONCENTRAÇÃO METROPOLITANA E A REDISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA POPULAÇÃO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO .....	25
1.2 A ERA DO PETRÓLEO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO .....	46
1.3 A INFLUÊNCIA DAS RENDAS PETROLÍFERAS PARA AS DINÂMICAS LOCAIS FLUMINENSES .....	58
CAPÍTULO 2: URBANIZAÇÃO: PARCELAMENTOS, OCUPAÇÃO E A EXPANSÃO URBANA DE MARICÁ .....	80
2.1 ASPECTOS TEÓRICOS SOBRE A URBANIZAÇÃO DISPERSA .....	80
2.2 URBANIZAÇÃO E PARCELAMENTOS: OS LOTEAMENTOS ABERTOS E OS CONDOMÍNIOS FECHADOS EM MARICÁ.....	88
2.3 O MERCADO DE MORADIAS EM SISTEMA DE CONDOMÍNIO MULTIFAMILIAR.....	103
CAPÍTULO 3: O CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO DE MARICÁ E A MOBILIDADE ESPACIAL DA POPULAÇÃO.....	114
3.1 EVOLUÇÃO DO CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO: A TRANSIÇÃO URBANA DE MARICÁ .....	114
3.2 A MOBILIDADE RESIDENCIAL: DE ONDE SAI A POPULAÇÃO QUE VAI MORAR EM MARICÁ? .....	121
3.3 COTIDIANO MARICAENSE: OS DESLOCAMENTOS PARA TRABALHO E ESTUDO.....	129
CAPÍTULO 4: A INFLUÊNCIA DA METRÓPOLE NA DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA POPULAÇÃO NO ESPAÇO INTRAURBANO DE MARICÁ .....	146
4.1 A DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA POPULAÇÃO NO ESPAÇO INTRAURBANO DE MARICÁ: ONDE SE LOCALIZA A POPULAÇÃO QUE VAI MORAR NO MUNICÍPIO? .....	146
4.2 ALGUMAS CARACTERÍSTICAS SOCIODEMOGRÁFICAS DA POPULAÇÃO MARICAENSE, SEGUNDO CONDIÇÃO MIGRATÓRIA .....	154
4.3 A IMPORTÂNCIA DO ACESSO À MORADIA E DO FINANCIAMENTO HABITACIONAL PARA A REDISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA POPULAÇÃO EM MARICÁ.....	174
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	189

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	197
ANEXO 1 – INDICADORES DE MIGRAÇÃO. BRASIL E ESTADOS, 1991-2010 ..	197
ANEXO 2 – INDICADORES DE IMIGRAÇÃO. ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1991-2010 .....	209
ANEXO 3 – INDICADORES DE EMIGRAÇÃO. ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1991-2010 .....	210
ANEXO 4 – MAPA DOS DISTRITOS DE MARICÁ .....	211
ANEXO 5 – INDICADORES DEMOGRÁFICOS. MUNICÍPIOS DA OMPETRO, DO CONLESTE E RIO DE JANEIRO, 2000-2010.....	212
ANEXO 6 – TAXAS ESPECÍFICAS DE FECUNDIDADE E FECUNDIDADE TOTAL. MARICÁ, 2000-2010 .....	213
ANEXO 7 – TAXAS ESPECÍFICAS DE FECUNDIDADE DA POPULAÇÃO RESIDENTE. ESTADO DO RIO DE JANEIRO E MARICÁ, 2000-2010.....	214
ANEXO 8 – DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE, POR SEXO E GRUPOS ETÁRIOS. MARICÁ, 2000-2010.....	215
ANEXO 9 – MATRIZ DE FLUXOS MIGRATÓRIOS. MARICÁ, MUNICÍPIOS DO CONLESTE, DA OMPETRO E RIO DE JANEIRO, 2010 .....	216
ANEXO 10 – MATRIZ DE FLUXOS MIGRATÓRIOS. MARICÁ, MUNICÍPIOS DO CONLESTE, DA OMPETRO E RIO DE JANEIRO, 2000 .....	217
ANEXO 11 – IDENTIFICAÇÃO DAS ÁREAS DE PONDERAÇÃO. MARICÁ, 2000-2010 .....	218

## INTRODUÇÃO

Na literatura sobre estudos urbanos ainda é comum encontrar associações que vinculam o caos urbano ao acelerado processo de crescimento da população, que se dirige à cidade para viver. Geralmente, esse enlace se justifica pelas dificuldades enfrentadas para planejar e gerir cidades que demandam crescentemente elementos de subsistência, tais como emprego e moradia e serviços urbanos essenciais, como luz, água e esgoto. Mas, com o arrefecimento do crescimento demográfico no Brasil e com a diminuição das migrações de maior distância no país, a temática sobre a questão urbana tem ganhado novos contornos.

Dois temas, em especial, que parecem ser complementares considerando a importância que o fenômeno metropolitano ocupa na estrutura urbana brasileira, têm sido bastante discutidos desde a década de 1990. O primeiro deles é o crescimento das periferias metropolitanas em relação aos seus núcleos, ou seja, à redistribuição da população no ambiente metropolitano. E o segundo, o crescimento de municípios de tamanho intermediário, o que inclui cidades médias,<sup>1</sup> em relação às grandes cidades. Esses temas por sua vez remetem a discussões sobre as formas de organização social do espaço urbano, como a questão da validade do modelo centro-periferia para explicar a distribuição espacial da população dentro da metrópole e da forma difusa que caracteriza a expansão urbana na atualidade.

O Rio de Janeiro é um dos estados que apresenta dinâmica urbana fortemente relacionada ao fenômeno da metropolização, com uma grande concentração populacional ao redor da capital, a cidade do Rio de Janeiro. Alguns elementos de ordem econômica e populacional, que se observam recentemente no estado, vêm indicando a alteração da hegemonia da capital metropolitana

---

<sup>1</sup> Utiliza-se o conceito de cidade intermédia ou cidade de porte médio para referir-se ao grupo de cidades com tamanho populacional entre 100 mil e 500 mil habitantes, incluindo o objeto de estudo: Maricá. Mas nem toda cidade intermédia pode ser considerada uma cidade média. Este último conceito considera o aspecto da posição e função que ela ocupa na hierarquia e rede urbanas.

fluminense, em relação não somente aos municípios da periferia metropolitana, como também a outros do interior, com destaque para os litorâneos.

Uma particularidade importante para entender esse crescimento econômico e urbano apresentado por alguns municípios litorâneos do estado do Rio de Janeiro compreende o recebimento de grandes volumes de rendas petrolíferas, provenientes da exploração e produção de petróleo e gás na frente marítima do estado, o qual concentra cerca de 75% da produção brasileira.

Os municípios do Norte Fluminense apresentam um quadro mais antigo de impacto da indústria petrolífera, uma vez que grande parte da produção de petróleo vem da Bacia de Campos, explorada desde a década de 1980. Alguns municípios do Leste Metropolitano<sup>2</sup> do estado, incluindo Maricá, recentemente vêm sendo impactados pelo setor, devido à exploração dos blocos do Pré-sal, na Bacia de Santos, na frente marítima dos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo. Adicionalmente, pela promessa de funcionamento da maior refinaria da Petrobras em Itaboraí, o Comperj.

A presente investigação se dedica ao estudo da redistribuição espacial da população de Maricá, um município de tamanho intermédio, que faz parte da periferia metropolitana fluminense. Entre os objetivos específicos destacam-se: (1) estudar a relação do crescimento demográfico de Maricá com o processo de metropolização e redistribuição espacial da população que ocorre recentemente no estado do Rio de Janeiro, assim como o papel que o desenvolvimento da indústria do petróleo exerce sobre estes três processos; (2) analisar o processo de urbanização do município de Maricá, identificando como os tipos de parcelamento, o mercado de solo e a oferta de moradias influenciam a atração de população e a dispersão da população pelo município; (3) reconhecer a dimensão que a mobilidade espacial da população ocupa no crescimento demográfico de Maricá; (4) estudar a redistribuição espacial da população no espaço intraurbano, identificando

---

<sup>2</sup> A região do Leste Fluminense corresponde à porção leste da Região Metropolitana, mais especificamente da Região Metropolitana II, é também chamada Leste Metropolitano, mais a região das Baixadas Litorâneas. Os municípios que a compõem são os seguintes: Rio das Ostras, Casimiro de Abreu, Silva Jardim, Armação dos Búzios, São Pedro da Aldeia, Araruama, Rio Bonito, Saquarema, Cabo Frio, Arraial do Cabo, Tanguá, Itaboraí, Maricá, Niterói, São Gonçalo e Iguaba Grande.

a importância que o acesso à moradia, sobretudo do imóvel financiado, tem para o crescimento demográfico de Maricá e na espacialização da população.

Para estudar o processo de redistribuição espacial da população de Maricá estruturou-se o trabalho em quatro capítulos. O primeiro capítulo apresenta uma análise sobre o processo de concentração metropolitana e da incipiente redistribuição espacial da população que ocorre no estado, incentivada, entre outros fatores, pelo desenvolvimento da indústria de petróleo e gás.

A primeira seção trata do processo de metropolização e da redistribuição espacial da população no estado do Rio de Janeiro, analisando mudanças demográficas e questões de ordem urbana, tais como a diminuição da migração de maior distância, a redistribuição da população no ambiente metropolitano e o crescimento da participação da população de cidades com tamanho médio.

A segunda seção trata do desenvolvimento da indústria do petróleo no estado, estudando em especial duas associações regionais inseridas mais fortemente nesta indústria: a Ompetro e o Conleste. Os dados apresentados buscam indicar a relação existente entre o processo de interiorização e o crescimento do setor petrolífero, embora este último seja mais intenso no Norte Fluminense, quando comparado ao Leste Metropolitano.

Em seguida, na terceira seção, apresenta-se uma análise da influência das rendas petrolíferas para as dinâmicas locais fluminenses, com destaque para Maricá. Analisa-se como funciona a partilha dos *royalties* e como estes municípios são favorecidos e afetados. De que maneira o desenvolvimento recente da atividade mais importante para a economia fluminense, a de petróleo e gás, na frente marítima de Maricá, pode estar afetando sua dinâmica urbana, e por sua vez influenciando a atração de população para o município?

Considerando a importância que a globalização exerce sobre o território e as cidades, e a elevação dos fluxos financeiros em zonas que abrigam a atividade petrolífera, uma reflexão sobre a influência do fenômeno sobre as áreas impactadas pelo petróleo completa a terceira seção.

Explorados os elementos explicativos mais amplos, de escala regional, que possam influenciar a atração de população para Maricá e, conseqüentemente,

a redistribuição espacial da população, busca-se no segundo capítulo analisar o processo de urbanização do município, com o objetivo de identificar se elementos relacionados ao tecido urbano, como o tipo de parcelamento e a oferta ou disponibilidade de serviços urbanos, impacta o processo de ocupação e expansão urbana. Procura-se verificar como o mercado de solo urbanizado se relaciona ou não com a oferta de moradias, com o crescimento do número de domicílios e com a dispersão da população pelo município.

A primeira seção apresenta os aspectos teóricos sobre o modelo de urbanização mais característico da sociedade contemporânea: a dispersão da população no espaço. Ao longo da segunda e terceira seções analisa-se como as principais formas de parcelamento de glebas, os loteamentos abertos e os condomínios fechados, podem influenciar a atração de população, com a consequente elevação do número de domicílios. Adicionalmente, identificam-se as características e localização dos espaços informais de moradia, assim como a disponibilidade de serviços urbanos na cidade. A última seção se dedica a analisar a importância do mercado de moradias nos sistemas de condomínios multifamiliares para o crescimento da oferta de unidades habitacionais em Maricá.

Diante das altas taxas de crescimento apresentadas por Maricá, o terceiro capítulo trata, em especial, de reconhecer e dimensionar o papel da mobilidade espacial da população para o seu crescimento demográfico. Paralelamente à dinâmica da migração intrametropolitana que caracteriza o crescimento do município, há um aumento significativo do percentual de população que efetua deslocamentos para desenvolver atividades laborais e de formação. Acredita-se que grande parte dos imigrantes intrametropolitanos adota Maricá como moradia exatamente porque isso permite efetuar deslocamentos diários, mantendo seus espaços de vida atrelados ao núcleo metropolitano.

A primeira seção traz dados sobre a evolução do crescimento demográfico de Maricá, identificando o momento da ocorrência da transição urbana. Na segunda seção, além de identificar a contribuição da migração para o crescimento demográfico, identifica-se de onde vem a população que vem adotando Maricá como município de moradia. Na terceira seção analisam-se dados relativos

aos movimentos pendulares, pois eles fazem parte do cotidiano de grande número de maricaenses que trabalham e estudam.

O quarto capítulo se dedica a reconhecer a redistribuição espacial da população no espaço intraurbano. Afinal, onde se localiza a população que vai morar em Maricá? Observam-se também algumas características sociodemográficas, segundo condição migratória, e como o acesso à moradia, sobretudo ao imóvel financiado, tem funcionado como um agente ativo do crescimento urbano de um município da periferia metropolitana fluminense. As análises nesse capítulo são desenvolvidas considerando a população dividida em duas categorias: migrantes e não migrantes.

Na primeira seção, com os dados intraurbanos de população busca-se identificar os vetores de crescimento da cidade e quais regiões do município são adotadas pela população migrante, que foi morar em Maricá nos quinquênios 1995-2000 e 2005-2010. Acredita-se que a condição de proximidade com o núcleo metropolitano seja decisiva para a redistribuição espacial da população no município.

A segunda seção se dedica a analisar a distribuição espacial da população segundo condição sociodemográfica, identificando diferenciais entre a população local e migrante. Afinal, qual é o perfil das pessoas que estão indo morar na cidade e quais os principais efeitos do crescimento demográfico para o conjunto da população de Maricá?

A terceira seção se concentra na análise da condição dos domicílios da população residente, com o objetivo de verificar qual a importância que o acesso à moradia e ao financiamento habitacional exerce para o crescimento demográfico e para a distribuição espacial da população no município. Problematiza-se como o acesso à moradia e a ampliação das condições de acesso ao financiamento habitacional vêm influenciando o crescimento no número de domicílios em Maricá, ao mesmo tempo em que potencializam o processo de dispersão urbana.

Finalizando o estudo, as considerações finais trazem os principais resultados do trabalho e são indicados também temas considerados importantes para aprofundamento e futuras pesquisas.

Devido à abrangência territorial e à possibilidade de comparação sequencial de informações, em períodos decenais, este estudo utiliza como fonte principal de dados os Censos Demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os microdados dos censos, sobretudo de 2000 e 2010, são utilizados para desenvolver as análises sobre urbanização, redistribuição espacial da população, crescimento demográfico e mobilidade espacial da população.

A unidade de análise mais utilizada é o município: unidade autônoma de menor hierarquia dentro da organização político-administrativa, constituindo-se em subdivisões dos estados. Para o município de Maricá, utilizou-se a desagregação na escala intramunicipal, que permite conhecer informações sobre os setores censitários e as áreas de ponderação.<sup>3</sup>

Sobre as unidades de análise de caráter regional, utilizam-se os dados do estado do Rio de Janeiro e suas respectivas Regiões Administrativas de Governo, a saber: Metropolitana, Noroeste, Norte, Serrana, Baixadas Litorâneas, Médio Paraíba, Centro Sul e Costa Verde. No estudo foram utilizados também dois conjuntos<sup>4</sup> de municípios fluminenses, partícipes de duas associações regionais relacionadas ao desenvolvimento de atividades do ramo de petróleo e gás: a Organização dos Municípios Produtores de Petróleo (Ompetro) e o grupo de municípios do Consórcio de Desenvolvimento do Leste Fluminense (Conleste).

Estes dois grupos de municípios são os que mais se aproximam da condição de afetação e influência da atividade petrolífera no estado. Ademais, o grupo do Conleste, adicionalmente ao núcleo metropolitano, inclui municípios do Leste Fluminense, que participam ativamente da dinâmica regional de Maricá. Acredita-se que uma análise limitada à demarcação metropolitana incorporaria diversos municípios que apresentam fraca ou nenhuma conexão com Maricá. Ao

---

<sup>3</sup> Os setores censitários constituem a menor unidade geográfica de referência para a coleta de informações dos censos e fornece informações do universo. Já as áreas de ponderação correspondem a um grupo de setores censitários em que se disponibiliza uma quantidade muito maior de dados da amostra (CUNHA; JAKOB, 2010).

<sup>4</sup> Em análises onde se comparavam dados da Ompetro e do Conleste, destaca-se que Niterói e Casimiro de Abreu pertencem às duas associações. Devido às características de identificação de cada município com um determinado grupo e, para não comprometer as análises, Niterói foi incluído apenas no grupo do Conleste, ao passo que Casimiro de Abreu, apenas no grupo da Ompetro.

mesmo tempo, deixaria de fora alguns municípios litorâneos, que possuem uma aproximação maior com a localidade estudada.

# **CAPÍTULO 1: CONCENTRAÇÃO METROPOLITANA E OS NOVOS EIXOS DE CRESCIMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO A PARTIR DO PETRÓLEO**

## **1.1 CONCENTRAÇÃO METROPOLITANA E A REDISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA POPULAÇÃO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

A dinâmica urbano-regional<sup>5</sup> do estado do Rio de Janeiro, originalmente, relacionava-se com o processo de distribuição espacial da população e das atividades, concentrada historicamente ao redor do núcleo metropolitano: a cidade do Rio de Janeiro. Com as mudanças demográficas e novos processos econômicos que ocorrem para além da metrópole, nas décadas recentes, vem ocorrendo uma suave alteração da hegemonia metropolitana em relação às demais regiões litorâneas e o interior.

Dentro da rede e estrutura urbanas brasileiras, o estado do Rio de Janeiro ocupa local de destaque, já que é um dos estados-âncora que vem recebendo uma série de investimentos públicos e privados devido a grandes eventos como a Copa do Mundo, em 2014, e as Olimpíadas, em 2016.

O estado se divide administrativamente em oito regiões: Metropolitana, Noroeste, Norte, Serrana, Baixadas Litorâneas, Médio Paraíba, Centro Sul e Costa Verde. É, historicamente, um dos estados com maior grau de polarização em torno da metrópole.

Constitui, com São Paulo, as duas únicas Metrôpoles Globais,<sup>6</sup> que formam parte do corredor estrutural Centro-Sul. O sistema urbano-regional do Rio de Janeiro, que compreende a conexão Rio de Janeiro, Vitória e Juiz de Fora,

---

<sup>5</sup> Termo utilizado por DINIZ (2011) para referir-se ao conjunto de características da rede urbana e suas interfaces regionais, com destaque para a hierarquia, e que ajudam a formar um entendimento da realidade urbana e territorial brasileira.

<sup>6</sup> Categoria de cidade adotada por EGLER (2001) dentro de uma classificação e hierarquia de cidades da Estrutura Urbana Brasileira para referir-se às cidades do Rio de Janeiro e São Paulo.

caracteriza-se pela expressividade das cidades médias que o compõem (EGLER, 2001).

Em dimensão territorial, o estado do Rio de Janeiro é o terceiro menor do Brasil (43.766,6 km<sup>2</sup>), mas em população é o terceiro mais populoso, com aproximadamente 16,5 milhões de habitantes, em que quase 40% da população está concentrada em sua capital: a cidade do Rio de Janeiro.

Entre os 92 municípios, predominam aqueles com até 100 mil habitantes. A única cidade com mais de 1 milhão de habitantes é a capital, com pouco mais de 6 milhões. Todas as outras três cidades mais populosas pertencem à Região Metropolitana: São Gonçalo (999,7 mil), Duque de Caxias (855 mil) e Nova Iguaçu (796,2 mil). Outras cidades de destaque são Niterói (487,5 mil), Campos dos Goytacazes (463,7 mil), Petrópolis (295,9 mil) e Volta Redonda (257,8 mil).

Como se pode constatar na Tabela 1, em termos populacionais a participação da Metrôpole ainda é muito grande: 74%. Nota-se um crescimento da população na periferia metropolitana em relação ao seu núcleo, que passa de 29,2%, na década de 1970, quando são criadas oficialmente as delimitações metropolitanas, para 34,5%, em 2010. Mas, como analisado mais adiante, o crescimento de outras regiões do estado, como as Baixadas Litorâneas e a Região da Costa Verde, tornam o processo de incremento populacional da periferia metropolitana, no estado do Rio de Janeiro, um fenômeno ainda pouco significativo.

**Tabela 1 – Número absoluto e distribuição da população residente. Regiões de Governo do estado do Rio de Janeiro, 1970-2010.**

Regiões de Governo- municípios	População residente (absoluto)					População residente (%)				
	1970	1980	1991	2000	2010	1970	1980	1991	2000	2010
Estado	8.994.802	11.291.520	12.807.706	14.391.282	15.989.929	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Região Metropolitana	6.879.183	8.758.420	9.796.649	10.869.255	11.835.708	76,48	77,57	76,49	75,53	74,02
Núcleo Metropolitano	4.251.918	5.090.700	5.480.768	5.857.904	6.320.446	47,27	45,08	42,79	40,70	39,53
Periferia Metropolitana	2.627.265	3.667.720	4.315.881	5.011.351	5.515.262	29,21	32,48	33,70	34,82	34,49
Região Noroeste	245.561	242.648	273.062	297.696	317.493	2,73	2,15	2,13	2,07	1,99
Região Norte	471.038	514.644	611.576	698.783	849.515	5,24	4,56	4,78	4,86	5,31
Região Serrana	467.159	579.491	686.772	752.002	805.627	5,19	5,13	5,36	5,23	5,04
Região Baix. Litorâneas	238.725	301.379	389.522	560.559	810.666	2,65	2,67	3,04	3,90	5,07
Região do Médio Paraíba	446.835	599.791	694.253	785.192	855.193	4,97	5,31	5,42	5,46	5,35
Região Centro-Sul	177.753	202.842	228.448	254.103	272.227	1,98	1,80	1,78	1,77	1,70
Região da Costa Verde	68.548	92.305	127.424	173.692	243.500	0,76	0,82	0,99	1,21	1,52

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 1970-2010; Unicamp/Nepo.

Os antecedentes à formação da Metrópole fluminense se centram na sua constituição como capital do país, condição da qual se beneficia pela concentração de investimentos, e por sua função portuária, por escoar grande parte da produção brasileira para outros estados e também para fora do país.

As seguidas funções exercidas pela cidade do Rio de Janeiro acarretam intensas transformações de caráter urbano e social, que estabelecem sua importância no contexto nacional como centro político e de negócios, assim como sua hegemonia em relação aos demais municípios do estado. Destaca-se por abrigar o principal porto escoadouro de metais e pedras preciosas vindos de Minas Gerais, e por ser capital da colônia, sede da corte portuguesa e capital do Império e da República (PEREIRA; FURTADO, 2011).

A rede urbana fluminense, marcada pela centralidade da capital, possui origens no período da colônia, nas dificuldades de penetração do interior do estado, devido a fatores físicos. A dependência dos recursos da corte e a ausência de meios próprios para promover o povoamento dificultam o estabelecimento de uma rede de cidades no estado do Rio de Janeiro. No conjunto do país, a concentração populacional constitui uma herança histórica do período colonial, influenciada pela proteção e defesa do território, bem como do perfil exportador consolidado no Brasil (FERREIRA, 2005; MARTINE, 1989). São essas características que ajudam a entender a configuração territorial do estado do Rio de Janeiro. Isso porque a distribuição espacial da população deve-se fortemente ao processo de colonização, iniciado com a ocupação costeira e com os sucessivos ciclos produtivos de pau-brasil, açúcar, ouro e sal, que não necessariamente ocorrem no estado, mas passam por ele, devido ao escoamento pelo porto do Rio.

Até a consolidação da economia cafeeira exportadora, os centros urbanos brasileiros crescem de forma isolada e a população concentra-se nas capitais dos estados. Na virada para o século XX, além da capital, o Rio de Janeiro, e São Paulo, poucas são as cidades consideradas importantes, como Belém, Manaus, Fortaleza, Recife, Salvador, Curitiba, Porto Alegre e Cuiabá. Até 1930, é a força do Estado que garante a constituição da unidade nacional. A rede de cidades

possui integração frágil devido a fatores como a precariedade dos sistemas de transporte e comunicação (BRITO; PINHO, 2012). Além disso, as desigualdades regionais no Brasil (econômicas e sociais) são grandes. A brecha econômica que separa a Região Sudeste das demais se mantém, sobretudo em relação às Regiões Norte e Nordeste do país (BAENINGER; CUNHA, 2001).

É com o estabelecimento do café que as relações mercantis entre as diversas regiões do país ganham força, superando a condição de meros arquipélagos regionais. Mas, nesse período, “[...] as migrações internas não acompanhavam esse processo de integração, em razão dos expressivos fluxos de imigrantes internacionais” (BRITO, 2006, p. 221), fortemente incentivadas pelo Estado. No período da incipiente industrialização, a concentração de população e o desenvolvimento do capital proveniente da exportação do café dão as condições necessárias para o desabrochar de um modo de vida urbano, com o crescimento dos setores de serviços e comércio, sobretudo no Sudeste do país.

Para o Rio de Janeiro o ciclo do café deixa algumas heranças, entre as quais se destacam a concentração do setor financeiro e da comercialização, a expansão portuária e a produção imobiliária. Esta última é impulsionada pela decadência do produto no estado, que perde competitividade para São Paulo. Soma-se a esse legado o papel político-administrativo exercido pela cidade capital do país, o que propicia a concentração de investimentos históricos e constitui a base para o seu desenvolvimento.

Além das importantes funções político econômicas ocupadas pelo estado do Rio de Janeiro, com o desenvolvimento da economia industrial, o fator localização torna-se fundamental para compreender o fenômeno da concentração populacional em torno das capitais, apresentado com mais força na Região Sudeste brasileira.

A implantação das economias de aglomeração, em que agentes se concentram espacialmente para constituir vantagens econômicas (HERMANN, 2014), pode explicar parte da centralidade exercida pelo Sudeste. A expansão dos sistemas de transporte e comunicação, sobretudo a partir da década de 1950, também exerce um importante papel na localização industrial e contribui para a

integração do território nacional, o que por sua vez beneficia a interiorização da ocupação no estado do Rio de Janeiro. A construção de ferrovias e rodovias são primordiais para o entendimento da constituição da rede de cidades fluminense.

Com o crescimento da população no estado, uma das primeiras conexões estabelecidas entre a sede e os demais municípios fluminenses se dá através da malha ferroviária, que transporta a produção agrícola do interior para abastecer sobretudo a cidade do Rio de Janeiro.

O desenvolvimento de atividades do setor primário, como a cana, o gado e o café, são os principais responsáveis pelo povoamento no interior do estado. Nas proximidades dos locais de produção, os engenhos, as fazendas e as vias de escoamento de produtos e suas estações e portos, estabelecem-se diversos povoados (PEREIRA; FURTADO, 2011).

Posteriormente às rotas ferroviárias, a abertura de importantes rodovias favorece a localização da grande indústria, que contribui significativamente para a estruturação do espaço metropolitano fluminense (DAVIDOVICH, 2000). A criação de alguns municípios se associa também à instalação de fábricas/indústrias e investimentos energéticos. É o caso da cidade de Volta Redonda, criada em 1954, por influência da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). Ao lado de Angra dos Reis, tem importância central para o desenvolvimento recente do país (ROCHA, 2011).

O processo de industrialização, constituído a partir da economia cafeeira no estado de São Paulo, e a figura de capital da República representada pelo Rio de Janeiro dão ao Sudeste as condições necessárias para tornar-se o centro do fenômeno que marcou o processo de urbanização brasileira: a migração rural-urbana. “As migrações internas são as grandes responsáveis pela grande aceleração do processo de urbanização” (BRITO; PINHO, 2012, p. 7), e pela primazia exercida pela capital nacional, a cidade do Rio de Janeiro, em relação aos demais municípios.

Dentro do processo de urbanização, a migração exerce um papel fundamental. Com a expansão dos sistemas de transporte e comunicação, a migração também é facilitada, sobretudo para os aglomerados metropolitanos. Para

Brito (2005), ainda que exista um tempo de adaptação, os aglomerados metropolitanos constituem lugares onde se viabiliza a articulação entre mobilidade espacial e mobilidade social.

Na década de 1960, a população urbana fluminense supera a rural. O ritmo de crescimento urbano é alto, resultado da diminuição da mortalidade e da migração rural-urbana. Dessa forma, o padrão de distribuição da população dentro dos estados, que é concentrado nas grandes capitais, onde também se aglutinam a indústria e os serviços, começa a se modificar. As tecnologias de transporte e comunicação favorecem, no plano industrial, cada vez mais a separação entre produção e gestão.

As grandes cidades mostram-se mais atrativas para abrigar os centros gestores, porém, possuem espaços mais congestionados, que dificultam a ampliação de plantas industriais. Assim, a produção das indústrias tende a deslocar-se para cidades menores (HERMANN, 2014), periféricamente, em torno das grandes capitais. Ocorre uma redistribuição das atividades econômicas, com destaque para a indústria, que começa a estabelecer-se em municípios vizinhos, próximos à capital, o que constitui a gênese do processo de formação dos “aglomerados metropolitanos” (BRITO; PINHO, 2012).

Assim, progressivamente, o processo de metropolização, ou seja, da concentração em torno de municípios-sede das capitais e integração e complementariedade entre eles, torna-se a característica fundamental da expansão urbana no Brasil. Na década de 1970 são estabelecidas por Lei Federal as nove metrópoles brasileiras.

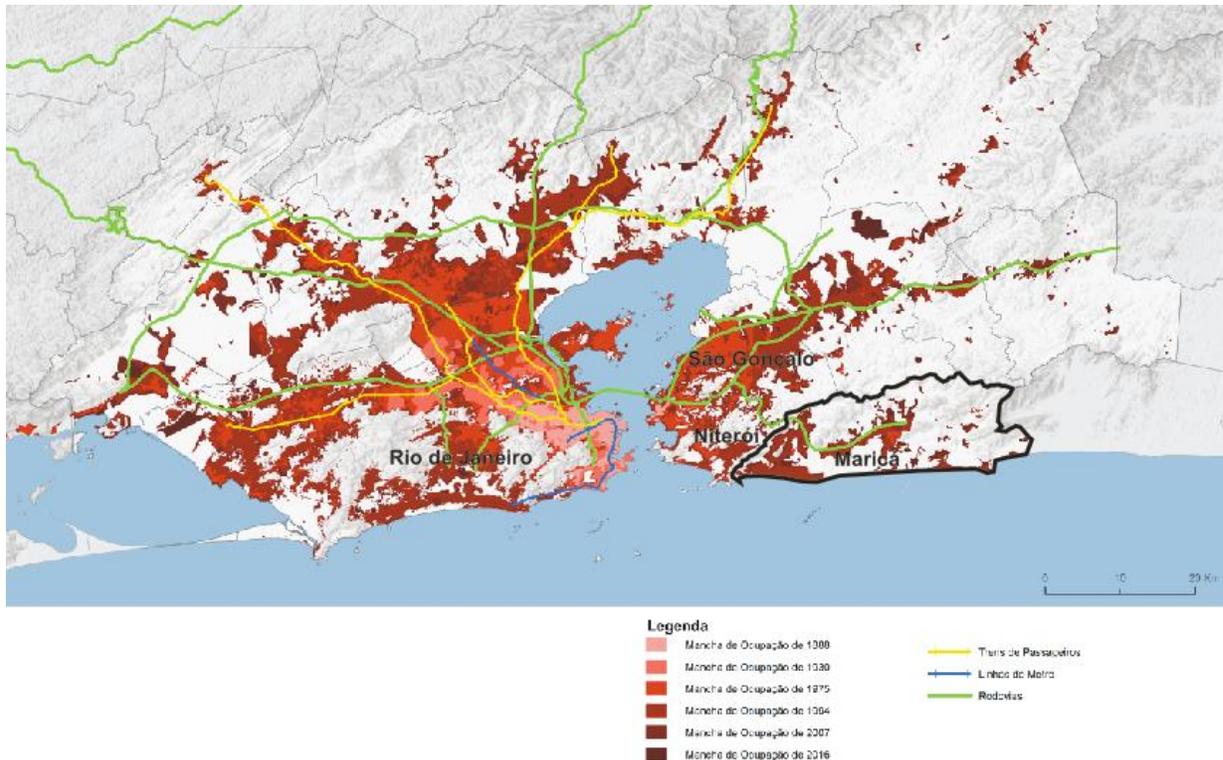
A expansão das demarcações de outras aglomerações demonstra a expressividade da metrópole na formação do sistema urbano brasileiro (TAVARES, 2012). Em termos globais, a metropolização pode ser vista como uma das características fundamentais da urbanização, estudada em todo o mundo e com mais intensidade desde o início do século XX (RANDOLPH, 2012). Mas, para Faria (1991), o processo de urbanização no Brasil apresenta uma dupla característica. Além de concentrar população em regiões metropolitanas, paralelamente há um

crescimento de cidades de diferentes tamanhos que se integram tanto entre campo e cidade, quanto entre cidades.

O estado do Rio de Janeiro é um dos mais urbanizados do país. De 1940 a 1980, a dinâmica espacial da população fluminense segue o padrão nacional (TASHER, 1992; LIMONAD, 1996). Ocorre uma concentração metropolitana (capital e entorno), uma intensa migração rural urbana, em que o crescimento das demandas urbanas é muito superior ao suprimento de habitação para abrigar todo esse contingente que chega à metrópole.

Devido à forte conexão com o estado de São Paulo, a região correspondente à Baixada Fluminense é aquela que apresenta as condições mais envolventes para abrigar a grande indústria, em relação ao conjunto de municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Isso explica a construção e o delineamento da metrópole fluminense, que se expandiu segundo o crescimento acelerado da região, ao longo da conexão Rio-São Paulo, como se observa no Mapa 1.

**Mapa 1 – Evolução da mancha de ocupação do território metropolitano do Rio de Janeiro.**



Fonte: [www.modelarametropole.com](http://www.modelarametropole.com). Elaboração própria.

A assimetria da distribuição das atividades econômicas mais dinâmicas no território brasileiro, fortalecida com a expansão do capitalismo urbano-industrial em São Paulo, perdura muitos anos, concentrando habitantes na região mais populosa do país: o Sudeste. Dessa forma, de 1930 a 1980 essa região se consolida como o destino migratório predominante para a população brasileira no cenário nacional.

Até a década de 1980, uma característica fundamental da urbanização no país é, sem dúvida, a concentração progressiva e acentuada da população em cidades cada vez maiores (MARTINE et al., 1994). Mas a tendência de mudanças demográficas, com destaque para a redução brusca de fecundidade, introduz

alguns temas importantes sobre urbanização nos cenários latino-americano e brasileiro.

O primeiro deles compreende a redução do crescimento demográfico das grandes cidades. Para Cunha (2002), a diminuição do êxodo rural teve muita importância, além do descenso radical da fecundidade. Entre 1940 e 1970 há um crescimento contínuo e expressivo na participação das maiores cidades no crescimento urbano brasileiro. A partir de 1970, essa tendência se rompe e, na década seguinte, a inversão é notável (MARTINE et al., 1994).

Outro assunto introduzido na pauta da urbanização no país, no contexto das mudanças estruturais, refere-se à discussão sobre o processo de desconcentração demográfica das áreas metropolitanas (BRITO, 2006; BAENINGER; GUIMARÃES, 2011). Martine et al. (1994) descrevem tal processo como a periferação do crescimento metropolitano, que seria uma desconcentração interna dentro da metrópole.

Segundo Brito (2006), a partir da década de 1970 observa-se uma relativa desconcentração da população em torno dos aglomerados metropolitanos, em especial devido ao decréscimo da fecundidade e das migrações. Associadas à crise da década de 1980, a diminuição e precarização do emprego freiam a hipermetropolização.

Nos núcleos metropolitanos, o crescimento se arrefece de forma mais intensa que na periferia (MARTINE et al., 1994; CUNHA 2002; 2015; BRITO, 2006; 2005). Assim, reduz-se a contribuição da população das capitais metropolitanas para o conjunto do país, sobretudo após 1990. Há uma evasão populacional das capitais metropolitanas para as suas periferias a partir de 1980, movimento que se incrementa a partir de 1995-2000 (BRITO, 2005; BAENINGER, 2011).

O crescimento das periferias é superior ao do núcleo desde a década de 1970, o que indica o importante papel exercido pelas periferias no processo de urbanização brasileiro (Tabela 2).

**Tabela 2 – Taxas de crescimento anual e incremento médio anual da população, segundo condição de núcleo ou periferia da localidade. Brasil, 1970-2010.**

Taxas e Incrementos	1970/1980	1980/1991	1991/2000	2000/2010
Taxas de Crescimento (%) ao ano				
<b>Total</b>	<b>4,05</b>	<b>2,23</b>	<b>2,00</b>	<b>1,24</b>
Núcleo	3,57	1,60	1,33	1,03
Periferia	4,98	3,27	2,94	1,51
Incremento Médio Annual (absoluto)				
<b>Total</b>	<b>1.329.397</b>	<b>1.011.518</b>	<b>1.119.478</b>	<b>810.413</b>
Núcleo	770.753	450.813	434.629	375.201
Periferia	558.644	560.705	684.850	435.212

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 1970-2010; Brito e Pinho (2012).

Embora as taxas de crescimento diminuam consideravelmente para núcleo e periferia ao longo do período, observa-se que, para o início do século XXI, a contribuição do incremento populacional para o crescimento da população da periferia e do núcleo diminui. Para Brito e Pinho (2012), isso possivelmente se explica devido à redução das migrações para as metrópoles. Porém, em um contexto de arrefecimento das taxas de crescimento no país, acredita-se que as diferenças entre as cidades que compõem as periferias metropolitanas devam ser analisadas com atenção. Uma das razões para esta consideração reside na diferenciação da distribuição da população brasileira, que ocorre segundo o tamanho das cidades. A categoria de municípios com mais de 100 mil habitantes é a que mais contribui para o incremento da população urbana: 73%, segundo o Censo de 2010.

Enquanto há autores que defendem fortemente a ideia de um movimento de desconcentração metropolitana ou um fenômeno de interiorização (BAENINGER, 2011), para outros o que há de novo na urbanização brasileira é o fato de que a dinâmica regional venha a reduzir a autonomia desse núcleo, dispersando as tensões internas que garantiam sua hegemonia (OJIMA, 2006).

Em produções mais recentes, Cunha (2015) busca relativizar esse suposto processo de desconcentração metropolitana no Brasil, demonstrando que mesmo com crescimento demográfico cada vez mais reduzido, as regiões

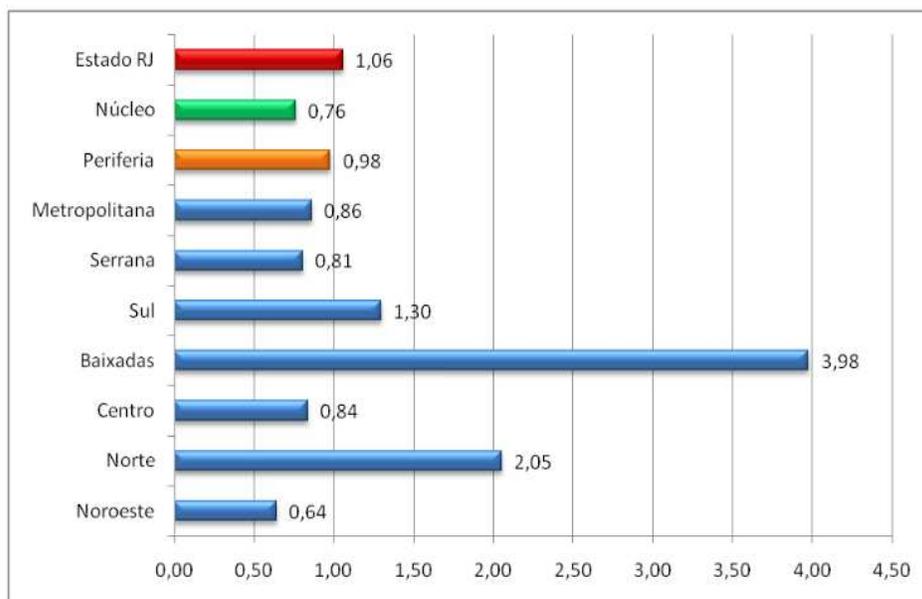
metropolitanas brasileiras, especialmente a Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), continuam apresentando grande potencial de expansão territorial e populacional intrarregional. Dessa forma, a teoria da desconcentração deve ser bastante relativizada, pois apesar do baixo crescimento, as regiões metropolitanas seguem representando grande percentual da população estadual. Todavia, essas regiões possuem elevado potencial redistributivo interno, que por vezes é erroneamente relacionado com uma suposta desconcentração.

Para a metrópole fluminense há um crescimento sensível da periferia em relação ao seu núcleo, o que, para Oliveira (2008), sinaliza aspectos como a elevação do preço do solo e do mercado de moradias e as remoções, que empurram a população e algumas atividades econômicas para a periferia metropolitana.

Segundo Martine (1994), no caso do Rio de Janeiro, assim como outras capitais como São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre e Recife, durante a década de 1980, a taxa de crescimento do município foi inferior ao seu provável crescimento vegetativo, com uma emigração líquida negativa a partir do município núcleo para municípios periféricos e para fora da Região Metropolitana.

Para o estado do Rio de Janeiro, o crescimento da periferia (0,98% ao ano) em relação ao núcleo metropolitano (0,76% ao ano) é bem sensível, como se pode observar no Gráfico 1. Acredita-se que isso se deva ao comportamento regional diferenciado que tem ocorrido no estado, com o crescimento mais significativo de regiões do interior e litoral, que se distanciam da Região Metropolitana. Contudo, existem casos particulares como o do município de Maricá, que faz parte da periferia metropolitana e cresce a uma taxa média anual cinco vezes maior do que a apresentada por seu grupo.

**Gráfico 1 – Taxas de crescimento médio anual da população. Regiões do estado do Rio de Janeiro, 2010.**



Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2010; Silva, E.T. (2011).

Nota: O grupo de pesquisadores do Observatório das Metrôpoles do Rio de Janeiro divide o estado em sete regiões: Noroeste, Norte, Centro, Baixadas, Sul, Serrana-Centro (que corresponde a alguns municípios considerados da região Serrana e de outras regiões) e RMRJ (que é a Região Metropolitana do Rio de Janeiro).

É certo que existe um processo de redistribuição espacial da população, que ocorre no Brasil desde a década de 1980, quando o país apresentou redução importante da metropolização. Mas será que ela é suficiente para indicar um processo irreversível de perda de hegemonia do núcleo metropolitano, no caso do Rio de Janeiro?

Até a década de 1970, o Rio de Janeiro, assim como a Região Sudeste, atraía população, sobretudo os que vinham do Nordeste do país. Era um momento em que se vivia o apogeu do processo de industrialização (OLIVEIRA, 2008). Nas décadas seguintes, como se pode verificar na Tabela 3, os saldos migratórios positivos do estado são muito pequenos. As migrações de maior distância decrescem e os movimentos migratórios se diluem dentro das regiões metropolitanas e nos estados.

**Tabela 3 – Indicadores selecionados de migração. Estado do Rio de Janeiro, 1991-2010.**

	1991	2000	2010
Volume de Imigrantes (I)	584.637	698.800	701.275
Volume de Emigrantes (E)	627.066	569.031	585.180
Volume de Migração Líquida (I-E)	-42.429	129.769	116.095
Volume de Migração Bruta (I+E)	1.211.703	1.267.831	1.286.455
Índice de Eficácia Migratória	-0,04	0,10	0,09
Taxa de Migração Líquida	-0,07	0,18	0,15

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 1991-2010. Elaboração própria.

Nota: Tabela gerada com dados de migração conhecidos como última etapa, que se refere ao intervalo entre os dois Censos Demográficos.

Os Anexos 1, 2 e 3 contêm dados sobre migração para o estado do Rio de Janeiro para o período de 1991 a 2010: volumes de emigração/imigração e fluxos origem/destino entre os estados brasileiros. A partir dessas informações é possível identificar a diminuição dos movimentos migratórios (imigração e emigração) do Rio de Janeiro com outras regiões do país, o que também se verifica no conjunto do país. Ao mesmo tempo, aumentam os fluxos que ocorrem entre estados da própria Região Sudeste.

Para Cunha (2015), ainda que seja real o fato de a migração para estas áreas ter se reduzido, é preciso ter em conta que o “fechamento” das fronteiras agrícolas e, com isso, o quase desaparecimento das possibilidades de interiorização da população brasileira, o fenômeno metropolitano permanecerá como grande questão a ser considerada em termos de redistribuição espacial da população.

Sob a ótica da migração, um processo inerente à urbanização brasileira, há duas fases complementares e sucessivas da constituição do urbano no Brasil. Um primeiro período (até a década de 1970) marcado pela migração rural urbana. As altas taxas de fecundidade são ainda responsáveis por um crescimento acelerado da população e da concentração nos núcleos metropolitanos, sobretudo a partir da migração de maior distância. A partir das décadas de 1980 e 1990, o quadro econômico agrava as condições de vida nos grandes núcleos urbanos, ao

mesmo tempo em que a combinação de baixas taxas de mortalidade e fecundidade determinam o crescimento mais lento no Brasil.

Até a década de 1980 a população cresceu intensamente, o que favoreceu a expansão das metrópoles devido ao desenvolvimento por substituição de importações e à centralização das políticas industriais.

As duas décadas subsequentes, 1980 e 1990, são marcadas pela estagnação econômica. Nos anos seguintes, a lógica de desenvolvimento desigual, refletida também no mercado de trabalho, perpetuou a exclusão socioespacial, o aumento da pobreza urbana e a informalidade (TAVARES, 2012).

Todas estas transformações de ordem social e demográfica ocorrem em um relativo curto espaço de tempo. O processo de urbanização se mescla com a passagem de uma sociedade caracterizada por um modo de vida rural para outro predominantemente urbano, iniciado com força a partir da introdução do capital industrial.

No caso do Rio de Janeiro, a perda da condição de capital para Brasília inaugura um cenário de recessão ou esvaziamento econômico que é desencadeado ainda na década de 1960. Para Limonad (1996), os que defendem arduamente a relevância dessa perda se concentram na centralidade exercida pela capital do estado. A realidade é que ocorre uma articulação tardia entre o interior e a capital fluminenses, o que acaba por mascarar a complexa diversidade apresentada pelos outros municípios, que não sentem com a mesma intensidade a perda para Brasília, como ocorreu com a cidade do Rio de Janeiro.

Como o Rio de Janeiro exhibe elevado grau de polarização das atividades produtivas e de população em torno da metrópole, em período de crises, é possível estabelecer uma forte correlação entre a situação econômica e a mobilidade espacial da população. No período de crise mais aguda, 1986-1991, o saldo migratório interestadual apresenta-se negativo. Embora o destino migratório para aqueles que buscam o estado do Rio de Janeiro seja a Metrópole, para o período 1995-2000, na escala intraestadual, os movimentos migratórios de destaque dão-se em direção ao interior, sobretudo para as Baixadas Litorâneas (OLIVEIRA, 2008).

Condições econômicas e sociais mais adversas nas metrópoles explicam a redução dos movimentos de maior distância no Brasil e ganham destaque os “[...] movimentos no interior dos estados, movimentos intrametropolitanos e os movimentos pendulares” (TAVARES, 2012, p. 15).

Os indicadores de migração da Tabela 4, para as regiões de governo do estado do Rio de Janeiro, nos dois períodos mais recentes, indicam que a Região Metropolitana apresenta um expressivo saldo migratório negativo, ainda que ele seja de pouco impacto na população total. Todas as regiões possuem um intenso processo de trocas com a Região Metropolitana, como se pode ver na Tabela 5. Porém, há uma tendência de perda populacional para as outras regiões, que se incrementa de 2000 para 2010. Em 2000, a Região Metropolitana perde população para a Região das Baixadas Litorâneas e para o Norte do estado. Em 2010, a Região Serrana se apresenta como o segundo destino da população que deixa os municípios metropolitanos.

**Tabela 4 – Volume de imigrantes, emigrantes e indicadores de migração. Regiões de governo do estado do Rio de Janeiro, 1995/2000, 2005/2010.**

Residência em 2010-2000 Região	Volume Imigrantes		Volume Emigrantes		Volume de Migração Líquida		Volume de Migração Bruta		IEM		(%) TML <sup>(1)</sup>	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Metropolitana	49.726	42.718	101.127	115.358	-51.401	-72.640	150.853	158.076	-0,34	-0,46	-0,09	-0,12
Noroeste	9.445	7.521	10.535	9.252	-1.090	-1.731	19.980	16.773	-0,05	-0,10	-0,07	-0,11
Norte Fluminense	19.238	22.740	21.905	21.096	-2.667	1.644	41.143	43.836	-0,06	0,04	-0,08	0,04
Serrana	24.680	17.627	17.509	19.653	7.171	-2.026	42.189	37.280	0,17	-0,05	0,19	-0,05
Baixas Litorâneas	56.484	84.009	15.676	17.545	40.808	66.464	72.160	101.554	0,57	0,65	1,46	1,64
Médio Paraíba	12.967	11.769	14.484	13.610	-1.517	-1.841	27.451	25.379	-0,06	-0,07	-0,04	-0,04
Centro-Sul	9.416	8.440	7.498	6.970	1.918	1.470	16.914	15.410	0,11	0,10	0,15	0,11
Costa Verde	11.992	14.850	5.214	6.190	6.778	8.660	17.206	21.040	0,39	0,41	0,78	0,71

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000-2010; Unicamp/Nepo.

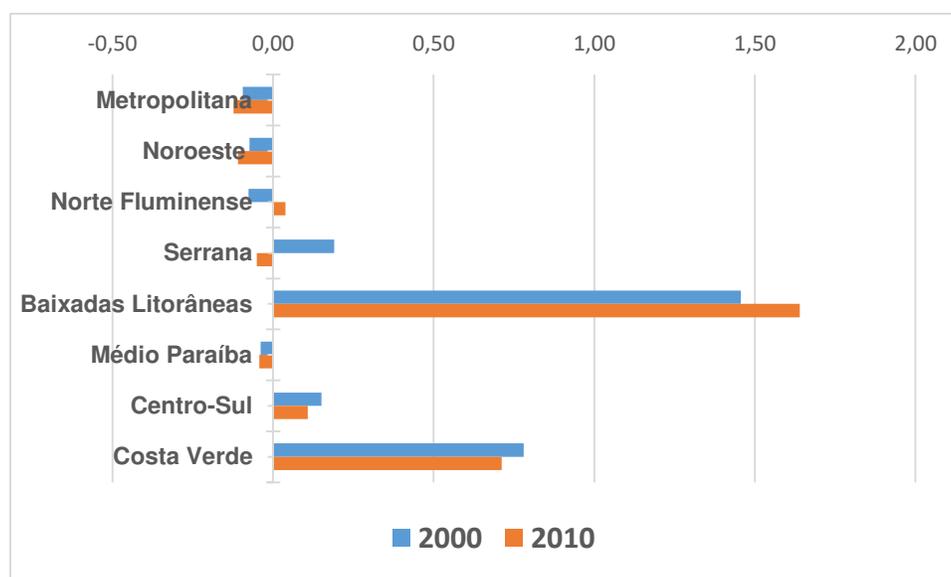
(1) Taxa de Migração Líquida, considerando a população censitária em 2000 e 2010.

Nota: Tabela gerada com dados de migração conhecidos como data fixa, que se refere ao movimento migratório em relação ao período específico de cinco anos anteriores ao referido Censo Demográfico.

No sentido contrário, as Baixadas Litorâneas tendem a se constituírem como o destino número um do estado. É a região que apresenta Índice de Eficácia

Migratória (IEM)<sup>13</sup> mais próximo a +1 (0,65), o que indica alta eficiência no que diz respeito à migração. A Região da Costa Verde também apresenta saldos migratórios positivos. A maioria da população que se muda para ela vem de municípios da Região Metropolitana e do Médio Paraíba. Estas duas regiões são as que apresentam as maiores Taxas de Migração Líquida, que se destacam totalmente das demais, como se pode constatar no Gráfico 2. Os números indicam o quanto o crescimento destas duas regiões se deve à migração.

**Gráfico 2 – Taxas de migração líquida. Regiões de governo do estado do Rio de Janeiro, 1995/2000, 2005/2010.**



Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2010; Unicamp/Nepo.

De acordo com os dados da Tabela 5, há uma diminuição do volume de migração, nesse caso de pessoas que têm como destino o estado do Rio de Janeiro. A movimentação de pessoas para a Região Metropolitana ainda é bastante alta

<sup>13</sup> O IEM constitui o quociente entre a Migração Líquida (Imigração menos Emigração) e a Migração Bruta (Imigração mais Emigração) e varia de "-1" (apenas emigração) a "+1" (apenas imigração). Quando os valores ficam próximos a "0", a região possui maior circulação de pessoas. Quando mais próximo ele fica de "1", mais eficaz é a região, que perde pouca população em suas trocas com outras áreas. Como os valores para Maricá se aproximam do número "1" (0,73, para 2000, e 0,74, para 2010), isso indica que o município se caracteriza como área de ganhos na maior parte de suas trocas migratórias.

(segundo maior destino depois da Região das Baixadas). Se, por um lado, no período 1995-2000, ela perde cerca de 100 mil habitantes para as outras regiões, por outro, a Região Metropolitana do Rio de Janeiro é a porta de entrada da migração externa, recebendo neste mesmo período cerca de 253.905 pessoas de outros estados da Federação.

**Tabela 5 – Fluxos migratórios intraestaduais. Regiões de governo do estado do Rio de Janeiro, 1995/2000, 2005/2010.**

Região de Governo de Residência em 2010									
Região de residência em 31/07/2005	Metropolitana	Noroeste	Norte	Serrana	Baixas Litorâneas	Médio Paraíba	Centro-Sul	Costa Verde	Total
Metropolitana	0	4.771	14.276	12.225	62.038	7.224	4.569	10.255	115.358
Noroeste	2.245	0	2.480	1.145	3.121	105	96	60	9.252
Norte Fluminense	6.918	1.376	0	1.114	11.128	246	90	224	21.096
Serrana	9.272	648	1.532	0	5.699	452	1.793	257	19.653
Baixas Litorâneas	11.306	600	3.664	1.276	0	205	174	320	17.545
Médio Paraíba	6.298	57	410	499	1.173	0	1.634	3.539	13.610
Centro-Sul	3.045	8	224	1.260	598	1.640	0	195	6.970
Costa Verde	3.634	61	154	108	252	1.897	84	0	6.190
Demais UF's	219.732	5.555	21.226	9.717	23.880	18.212	5.251	9.460	313.033
RJ, não sabe município	2.673	34	117	115	435	178	114	104	3.770
Total	265.123	13.110	44.083	27.459	108.324	30.159	13.805	24.414	526.477

Região de Governo de Residência em 2000									
Região de residência em 31/07/1995	Metropolitana	Noroeste	Norte	Serrana	Baixas Litorâneas	Médio Paraíba	Centro-Sul	Costa Verde	Total
Metropolitana	0	6.455	13.189	17.806	41.721	8.513	5.630	7.813	101.127
Noroeste	4.825	0	1.687	2.004	1.747	84	92	96	10.535
Norte Fluminense	9.717	1.205	0	1.239	9.103	385	65	191	21.905
Serrana	10.018	733	1.525	0	2.466	634	1.983	150	17.509
Baixas Litorâneas	11.479	528	2.180	1.146	0	96	163	84	15.676
Médio Paraíba	7.515	330	407	784	592	0	1.350	3.506	14.484
Centro-Sul	3.135	85	113	1.608	559	1.846	0	152	7.498
Costa Verde	3.037	109	137	93	296	1.409	133	0	5.214
Demais UF's	253.905	4.600	10.205	9.481	12.209	16.996	3.896	8.456	319.748
RJ, não sabe município	18.479	931	1.107	1.232	2.496	1.179	547	883	26.854
Total	322.110	14.976	30.550	35.393	71.189	31.142	13.859	21.331	540.550

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000, 2010; Unicamp/Nepo.

Em 1995/2000 e 2005/2010, aproximadamente 79% e 83% da população, respectivamente, que se dirige à Região Metropolitana para morar vem de outros estados da federação. Assim, a metrópole permanece como a grande protagonista, mesmo quando há um cenário de diminuição dos volumes de migração (CUNHA, 2015).

Uma possibilidade é que a Região Metropolitana prevaleça como um polo de atração de migrantes, mas que também tenha se tornado um foco de emigração,

ou seja, as pessoas chegam e saem, funcionando como uma área provisória para quem chega no estado (RIBEIRO; LAGO, 1995; TASHER, 1992). Contudo, a Região Metropolitana do Rio de Janeiro parece ter se tornado uma área de circulação ou redistribuição. Ela segue como a porta de entrada da migração externa.

Parece que a periferia se expande para além da delimitação metropolitana e municípios não tão imediatamente próximos à cidade do Rio de Janeiro constituem-se como destino populacional preferencial da população que migra no contexto intraestadual. Alguns autores como Randolph (2010) discutem se esse processo faz parte da metropolização ou se esse aumento do raio de influência da metrópole se configura como uma nova forma de urbanização em torno de grandes cidades. Esta afirmação se baseia nas taxas de crescimento das regiões de governo nos dois últimos períodos (Tabela 6). A Região Metropolitana cresce abaixo da média apresentada pelo estado, enquanto o litoral ultrapassa a marca de crescimento médio anual de 3,4% para 2010.

Cunha (2015) analisa a recente dinâmica demográfica e migratória da Região Metropolitana de São Paulo e afirma que as aglomerações urbanas de caráter metropolitano estão se ampliando, ou mesmo que haja uma dispersão da metropolização.

**Tabela 6 – Taxa média anual de crescimento populacional. Regiões de governo do estado do Rio de Janeiro, 1991-2010.**

Região Administrativa de Governo	Taxas de Crescimento (%) ao ano	
	1991-2000	2000-2010
<b>Estado do Rio de Janeiro</b>	<b>1,30</b>	<b>1,10</b>
Região Metropolitana	1,20	0,90
Região Noroeste Fluminense	1,00	0,60
Região Norte Fluminense	1,50	2,00
Região Serrana	1,00	0,70
Região das Baixadas Litorâneas	4,10	3,80
Região do Médio Paraíba	1,40	0,90
Região Centro-Sul Fluminense	1,20	0,70
Região da Costa Verde	3,50	3,40

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 1991-2010; Unicamp/Nepo.

Com relação à redistribuição da população por tamanhos de cidades, conforme a Tabela 7, as pequenas cidades (com menos de 100 mil habitantes) vêm diminuindo sua participação no estado do Rio de Janeiro. O grupo com população acima de 1 milhão, que corresponde à capital (única cidade com esse porte), também vem diminuindo progressivamente sua participação no conjunto do estado.

Com relação à categoria de cidades entre 100 mil e 500 mil habitantes, segundo Baeninger (2011), entre 1991 e 2000, elas incrementam sua participação na população brasileira em âmbito tanto metropolitano quanto não metropolitano. É o que também ocorre no estado do Rio de Janeiro.

**Tabela 7 – Distribuição da população, segundo classe de tamanho das cidades. Estado do Rio de Janeiro, 1970-2010.**

Cidades por classe de tamanho	% da população				
	1970	1980	1991	2000	2010
<b>Total</b>	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
<20 mil	5,9	4,7	4,0	3,0	2,2
20 a 50 mil	8,1	5,4	5,1	5,4	5,2
50 a 100 mil	8,2	7,3	7,5	5,7	5,2
100 a 500 mil	30,5	22,2	24,4	28,4	31,3
500 a 1 milhão	0,0	15,3	16,2	16,8	16,6
>1 milhão	47,3	45,1	42,8	40,7	39,5

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 1970-2010; Unicamp/Nepo.

A Região Noroeste do estado é a que apresenta grupos de cidades menores, enquanto as maiores cidades se concentram na Região Metropolitana. Contudo, analisando os dados da Tabela 1 e da Tabela 08, chama atenção o crescimento da participação da população da Região das Baixadas Litorâneas no conjunto do estado, que da década de 1970 para 2010 quase dobra, passando de (2,65%) para (5,07%). Nos dois períodos mais recentes, 2000 e 2010, claramente essa ampliação se associa ao crescimento da participação mais significativa das cidades com tamanho populacional médio, de 100 mil a 500 mil habitantes. Isso também ocorre com a Região Norte, Serrana e Médio Paraíba.

**Tabela 8 – Participação relativa na população estadual, por classes de tamanho das cidades. Regiões de governo do estado do Rio de Janeiro, 2000-2010.**

Cidades por classe de tamanho	<20 mil		20 a 50 mil		50 a 100 mil		100 a 500 mil		500 mil a 1 milhão		>1 milhão	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Regiões de Governo												
Metropolitana	-	-	0,7	0,5	2,1	1,4	15,1	16,0	16,8	16,6	40,7	39,5
Noroeste	0,6	0,6	0,9	0,8	0,6	0,6	-	-	-	-	-	-
Norte Fluminense	0,4	0,2	0,7	1,0	-	-	3,7	4,2	-	-	-	-
Serrana	0,9	0,6	0,2	0,4	-	-	4,2	4,0	-	-	-	-
Baixadas Litorâneas	0,2	-	1,4	0,8	1,4	1,7	0,9	2,5	-	-	-	-
Médio Paraíba	0,5	0,3	0,3	0,5	1,1	1,0	3,6	3,5	-	-	-	-
Centro-Sul	0,4	0,4	0,8	0,8	0,5	0,5	-	-	-	-	-	-
Costa Verde	-	-	0,4	0,5	-	-	0,8	1,1	-	-	-	-

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000-2010. Elaboração própria.

O caso de Maricá, que se encontra dentro deste conjunto de cidades que mais cresce no estado, com população entre 100 mil e 500 mil habitantes, é singular. Apesar de a cidade fazer parte da Região Metropolitana, suas taxas de crescimento, acima de 5% ao ano para os dois períodos estudados, possuem uma similaridade muito maior com as dos municípios da Região das Baixadas Litorâneas (da qual já foi parte de 2004 até 2009). Isso se explica possivelmente pela sua característica balneária, pela localização privilegiada, próxima do núcleo metropolitano, e pelas vastas áreas disponíveis para expansão urbana, sobretudo para implantação da forma de moradia mais característica da atualidade: os condomínios fechados. Outra hipótese é a característica comum de Maricá com alguns municípios litorâneos, sobre a afetação da indústria petrolífera. Cinco municípios com forte impacto da indústria do petróleo, que apresentam elevado crescimento populacional, fazem parte da Região das Baixadas Litorâneas. Assim, além do potencial turístico, característico desta região, possivelmente a atividade petrolífera venha influenciando o crescimento dessa região de governo.

Para Cunha (2002), o crescimento do grupo de cidades de tamanho médio é uma tendência no cenário brasileiro. Contudo, mais recentemente, o autor reconhece que o crescimento desta categoria de cidades ocorre exatamente com

maior intensidade nos aglomerados urbanos. Para Sposito (2009), cidades com tamanho populacional intermédio e funções complementares aos núcleos metropolitanos vêm destacando-se recentemente nos sistemas urbanos no Brasil.

O Rio de Janeiro, assim como outros estados brasileiros, passou por intensas transformações econômicas e demográficas nas últimas décadas. Adicionalmente, a fraca integração territorial constitui uma das suas principais características, uma herança do processo de formação da sociedade fluminense que, até a década de 1970, configura-se por insignificantes iniciativas de integração do interior com a capital.

A alteração na dominância da capital em relação a outras regiões pode ser observada a partir da modificação da sua estrutura produtiva, que ocorre lentamente. Novos fluxos econômicos e sociais passam a redesenhar as relações estabelecidas dentro do território fluminense. A reconfiguração norte canavieira, o turismo na Região dos Lagos, a distensão dos polos metal-mecânico e siderúrgico, antes restritos a Volta Redonda e Barra Mansa, o desenvolvimento do setor automobilístico, a reestruturação do setor químico, assim como as atividades relacionadas ao petróleo e gás estão entre os fatores que indicam um crescimento econômico do interior em relação à cidade do Rio de Janeiro (OLIVEIRA, 2008).

Observando os dados apresentados neste capítulo, nota-se que o processo de “interiorização” propalado por alguns autores é claramente um fenômeno que ocorre no Rio de Janeiro (CUNHA, 2015). Alguns fatores de ordem econômica explicam o fenômeno de redistribuição espacial da população. Na década de 1990, o estado do Rio de Janeiro passa a colher os frutos dos investimentos no setor petrolífero, com desenvolvimento de cidades para além do núcleo metropolitano, como será analisado na seção seguinte.

Em contrapartida, ainda que se reconheça um processo de crescimento econômico do interior em relação à capital (ver Tabela 2), na década de 1990, quando cresce a participação do interior na população total do estado (LIMONAD, 1996), a relevância da população metropolitana ainda é muito grande. Adicionalmente, ainda que os volumes de migração venham diminuindo, os dados analisados demonstram que a Região Metropolitana do Rio de Janeiro continua

sendo a porta de entrada da migração externa, recebendo a maioria da população que vem de outros estados. Além disso, entre os movimentos intraestaduais, o maior volume de trocas se dá com a Região Metropolitana.

A concentração em torno do núcleo metropolitano fluminense, a cidade do Rio de Janeiro, construída ao longo de séculos de história do país, torna-se difícil de ser revertida. Mais ainda em um contexto de baixa fecundidade e diminuição das migrações de longas distâncias, como é o caso do atual cenário demográfico apresentado pelo estado. Até mesmo as migrações intraestaduais não apresentam um quadro de elevação dentro do estado do Rio de Janeiro, no período estudado.

Ainda que a concentração populacional metropolitana esteja longe de ser superada, nota-se uma modificação recente na distribuição espacial da população no estado do Rio de Janeiro, que é fruto da combinação de processos que ocorrem em escalas distintas. Ao mesmo tempo em que mudanças demográficas estruturais afetam a dinâmica de crescimento demográfico do estado, como a baixa fecundidade e a diminuição das migrações de maiores distâncias, processos internos de ordem econômica impulsionam o desenvolvimento de regiões para além da metrópole fluminense.

## **1.2 A ERA DO PETRÓLEO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

Com relação à dinâmica econômica estadual, após uma vida inteira de hegemonia exercida pela capital, a cidade do Rio de Janeiro, o estado vive hoje um recente e tímido processo de desconcentração econômica regional, evidenciado pela mobilidade intraestadual da sua população, que indica novos vetores de crescimento para além da metrópole fluminense. O processo em curso somente poderia ser comparado (ainda que em contextos diferenciados) aos anos gloriosos da região açucareira do Norte Fluminense, que de certa maneira equilibrou, no passado, o domínio da capital em relação às demais regiões.

Alguns setores da indústria de transformação, como o automobilístico, o siderúrgico, o petroquímico e o naval, vêm assumindo papel importante na retomada do crescimento econômico do estado após a perda da condição de

capital do país (SANTOS et al, 2011). Mas é a indústria de extração mineral de petróleo e gás natural o carro-chefe do crescimento econômico estadual (DAVIDOVICH, 2000; OLIVEIRA, 2008).

Inicialmente a desconcentração se direciona para a Região Norte do estado, onde já estava em curso um forte processo de migração rural-urbano, desencadeado pela diminuição da produção açucareira na região, que por sua vez impulsiona a urbanização dos núcleos locais. A instalação da Petrobras na região, visando a exploração das reservas da Bacia de Campos, inicia um processo de investimento crescente do governo federal no setor petrolífero no estado, que concentra atualmente aproximadamente 75%<sup>14</sup> da capacidade de produção brasileira. Essa produção advém tanto da exploração da Bacia de Campos, quanto recentemente do Pré-sal, na Bacia de Santos.

Na década de 1990 começa a notar-se a importância da produção de riqueza a partir da indústria extrativista para o estado, particularmente para o Norte Fluminense. Mas é a partir da década de 2000 que esse crescimento se destaca, momento em que alguns municípios iniciam um recebimento massivo de capital proveniente das atividades de petróleo e gás.

Ao final da década de 2000, a produção de petróleo no Norte Fluminense decai um pouco. Adicionalmente, a exploração do Pré-sal<sup>15</sup> na Bacia de Santos eleva o beneficiamento de *royalties* para outros municípios do estado do Rio de Janeiro e, também, para municípios paulistas. Chama a atenção o incremento recente do poder econômico de alguns municípios metropolitanos advindo das rendas petrolíferas, devido à exploração dos campos do Pré-sal, descoberto em 2006, na frente marítima do estado. Este é o caso do município de Maricá, em que aproximadamente 40% da receita é devida ao petróleo.

A década de 2000 é marcada também por investimentos federais no setor de refino em todo o Brasil. No caso do Rio de Janeiro, os empreendimentos de destaque são: a implantação do Polo Gás Químico em Duque de Caxias, onde já

---

<sup>14</sup> Dados da ANP para o ano de 2012.

<sup>15</sup> Apesar de alguns municípios já estarem recebendo altas rendas oriundas de *royalties*, a produção de petróleo no Pré-sal, iniciada pela Bacia de Santos, na frente marítima dos estados de Rio de Janeiro e São Paulo, ainda é relativamente baixa em comparação à da Bacia de Campos.

funcionava a refinaria Reduc, e a construção do Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro, o Comperj, em Itaboraí. A região do Leste Fluminense, que inclui parte da Região Metropolitana e Baixadas Litorâneas, passa a receber investimentos no setor de refino, com a implantação da maior refinaria de petróleo do país.

A construção do Comperj, por sua vez, acaba por impulsar a implantação de um outro grande projeto de infraestrutura vislumbrado há décadas pelo estado, mas que nunca havia saído do papel: o Arco Metropolitano. Este corresponde a um anel viário que atravessa a Região Metropolitana e chega até o Porto de Sepetiba, sem passar pela capital, que já se encontra bastante saturada em termos de mobilidade.

A construção do Comperj e do Arco Metropolitano intensifica o processo de afetação<sup>16</sup> da dinâmica urbana de alguns municípios metropolitanos, tais como Itaboraí e Maricá, que estão fora da Baixada Fluminense. Esta última é uma região com perfil industrial consolidado, atravessada, desde o início do processo de industrialização, por grandes rodovias que conectam o Rio de Janeiro a outros estados.

Tal como ocorreu em outras etapas da industrialização brasileira, com a expansão do setor industrial petrolífero, observa-se um intenso processo de atração populacional e concentração espacial nas regiões impactadas por esse tipo de atividade.

Oliveira e Oliveira (2011) identificam um expressivo e linear crescimento populacional, que se inicia em São Paulo. Trata-se de um eixo de crescimento ao longo da BR-101, a partir da Aglomeração Santista, passando pela Costa Verde no Rio de Janeiro, e que engloba a metrópole carioca e os municípios da Região dos Lagos até Macaé (RJ). É o crescimento de um conjunto de cidades que começa no litoral de São Paulo e se estende em direção ao Sudeste, alcançando a região de exploração de petróleo, na Bacia de Campos, Norte Fluminense.

---

<sup>16</sup> Este processo de afetação por grandes projetos gradualmente expande-se para algumas regiões dos estados de São Paulo, como a Baixada Santista, e do Espírito Santo, que crescem em produção e recebem aparatos de apoio à etapa de exploração/processamento de petróleo e gás e distribuição desses produtos.

Acredita-se que o relativo destaque em termos de taxas de crescimento de parte destas cidades esteja associado, entre outros fatores, à expansão da indústria petrolífera no estado do Rio de Janeiro. Como produto do crescimento acelerado da população, eleva-se a demanda por emprego, moradia, serviços, proteção social, o que por sua vez requer políticas públicas adequadas para lidar com o novo contingente populacional.

No caso dos territórios do petróleo, acredita-se que a autonomia política e o poder econômico conquistados com as rendas petrolíferas potencializam o desenvolvimento de cidades de tamanho médio, independentemente de estarem dentro ou fora do núcleo metropolitano. O fato é que elas apresentam um conjunto de incentivos de ordem econômica (como oportunidades no mercado de trabalho), ou fatores ligados ao mercado de moradia (infraestrutura mínima e moradia mais barata) que vêm atraindo população, sobretudo a que não consegue mais arcar com os custos da moradia no núcleo metropolitano.

Observa-se que a indústria petrolífera se expande nas últimas três décadas para duas regiões do estado do Rio de Janeiro. Uma fora do raio metropolitano, a Região Norte, que transborda para parte das Baixadas Litorâneas, e outra, recente, para municípios do Leste Metropolitano, que não haviam experimentado com a mesma intensidade a dinâmica industrial que caracterizou a Baixada Fluminense. Este fato causa algumas preocupações de ordem regional e urbana.

O impacto de crescimento urbano e econômico destas regiões adiciona preocupações quanto à forma como a urbanização vem se configurando nestes espaços. A malha urbana, que é cada vez mais fragmentada e descontínua, expande-se e ultrapassa os limites da organização administrativa e desafia o planejamento urbano e regional.

Por um lado, os instrumentos de intervenção na cidade existem, vide o conteúdo do Estatuto da Cidade. Por outro, a total autonomia dada pela Constituição de 1988 para os municípios estabelecerem suas políticas de uso e ocupação do solo não se traduz em avanço significativo no campo do planejamento e da gestão urbana. Paralelamente, ocorre um esvaziamento de políticas voltadas para a

instância regional, o que é extremamente contraditório, uma vez que cresce o número de aglomerações urbanas no sistema urbano brasileiro. Ou seja, cresce o número de municípios que se relacionam com maior intensidade, compartilhando problemas que extrapolam suas delimitações administrativas.

O território que abriga o modelo de urbanização caracterizado pela dispersão urbana, seja ele metropolitano ou não, fica refém das decisões autônomas de cada governo municipal que trava disputas acirradas pela atração de investimentos e grandes projetos. É uma luta que ocorre tanto na instância política, quanto em um mercado configurado pela flexibilização e internacionalização da economia.

A falta de uma política regional de uso e ocupação do solo que seja coerente com as potencialidades e fragilidades de cada porção do território dificulta a integração e o estabelecimento de equilíbrio no contexto de um urbano extensivo. Essa ausência é mais dramática nas aglomerações metropolitanas. Problemas de mobilidade e de infraestrutura, compartilhados por grande parte dos municípios, poderiam ser solucionados caso houvesse no Brasil uma gestão integrada, voltada para a questão metropolitana.<sup>17</sup>

No caso do estado do Rio de Janeiro, que vivencia um processo de esvaziamento econômico desde a perda da sua condição de capital do país, alguns processos de associação regional são estabelecidos ao longo da década de 2000. Os enlaces regionais são motivados por municípios sócios, que buscam partilhar problemas e soluções comuns, amparados na condição de afetação e impacto do desenvolvimento da indústria mineral de petróleo e gás.

A Ompetro se caracteriza pelos impactos mais antigos relativos à implantação da etapa de exploração e produção de petróleo, no Norte Fluminense. Para Piquet (2003), a Ompetro representa um novo recorte regional para o estado. No caso do Conleste, alguns municípios, entre eles Maricá e Itaboraí, vêm

---

<sup>17</sup> Recentemente foi aprovada no Congresso a Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015, que institui o Estatuto da MetrÓpole, e que se aplica à gestão e ao planejamento de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas no país. Contudo, seu alcance ainda é limitado, em um panorama em que muitos municípios brasileiros sequer possuem um Plano Diretor de Ordenamento Territorial Urbano atualizado.

recentemente sendo influenciados pela implantação da etapa de refino (implantação do Comperj), na região do Leste Fluminense, e pelo incremento das rendas oriundas da exploração do Pré-sal.

Aproveitando-se da caracterização de impacto ambiental da atividade de exploração e refino de petróleo, os sócios destas organizações, os municípios, incorporam outras motivações de caráter político-econômico para se associarem, em prol da exploração dos efeitos positivos do desenvolvimento de uma atividade de uso intensivo de capital.

Os interesses que permeiam o estabelecimento e a agenda destes grupos são bastante questionáveis. Niterói, por exemplo, distante geograficamente da Ompetro, une-se ao grupo visivelmente com o objetivo de, no mínimo, manter sua participação na fatia de rendas petrolíferas que recebe.

O caso de Niterói é representativo do posicionamento autônomo municipal que rege as políticas públicas no estado do Rio de Janeiro. A participação dos municípios nas atividades do Conleste, por exemplo, varia de acordo com os interesses comuns pactuados gestão a gestão, em razão do caráter político da associação. Apesar da existência de instituições ou grupos de caráter regional, representadas neste estudo pela Ompetro e Conleste, observa-se a prevalência do posicionamento autônomo dos municípios do petróleo, devido, possivelmente, à combinação com o poder econômico advindo do recebimento de rendas petrolíferas.

Acredita-se mais na interferência dos arranjos políticos locais e de seus atores na produção destes espaços, pois não há uma política institucional comum, pactuada nestas zonas. Assim, essa suposta “identidade regional” aparece muitas vezes de maneira forçada, pois alguns municípios que integram estas associações não apresentam características territoriais comuns e, sobretudo, não vivenciam efetivamente impactos similares relacionados à espacialização da atividade petrolífera.

No caso do Conleste essa identificação em torno do impacto da implantação do Comperj parece muito mais forçada. Com a diminuição do tamanho do complexo, e com o atraso da sua inauguração, pouco foi o impacto regional, tais

como elevação de emprego e renda, que essa atividade do setor petrolífero gera até o momento para os municípios ao redor de Itaboraí.

Contudo, a constituição do Consórcio tem propiciado avanços quanto ao pensar regional. Pesquisas importantes têm surgido com foco na associação.<sup>18</sup> Em contrapartida, a indefinição quanto à fonte de recursos que subsidie os projetos que envolvam mais de um município permanece como entrave no Brasil para o estabelecimento de obras de caráter regional. Logo, os avanços na efetivação de projetos como os do Conleste são bastante limitados.

Sem dúvida, é grande e inexplorado pelos municípios o potencial que essas associações representam como espaço e instrumento de planejamento regional. Há algumas razões principais pelas quais esse envolvimento não ocorre. Além das divergências de orientação política, já que partidos diferentes comandam os diversos municípios, a motivação central é a indefinição quanto ao instrumento de recursos que subsidiem projetos com a participação de vários municípios. Ao mesmo tempo, muitos estudos acadêmicos e projetos institucionais vêm utilizando esses recortes como unidade de planejamento e enfoque de políticas públicas, o que representa um aspecto positivo na discussão e futuro da gestão regional do território no estado.

A Organização dos Municípios Produtores de Petróleo (Ompetro) reúne localidades do Norte Fluminense e Baixadas Litorâneas. Criada em 2001 com sede no município de Campos de Goytacazes, inicialmente é composta pelos municípios definidos por lei como aqueles produtores e limítrofes à produção de petróleo: Arraial do Cabo, Armação de Búzios, Cabo Frio, Carapebus, Casimiro de Abreu, Campos dos Goytacazes, Macaé, Quissamã, Rio das Ostras e São João da Barra. Municípios como Niterói, distantes geograficamente da região, juntam-se estrategicamente ao grupo de maneira a proteger interesses econômicos no setor. O objetivo da organização é defender os interesses dos municípios produtores de petróleo. Embora ideologicamente seu caráter seja mais amplo focaliza a

---

<sup>18</sup> Em 2015, o governo do estado firma um convênio com a Petrobras para realização de um Plano Diretor de Estruturação Territorial do Conleste, cujo objetivo principal é fornecer subsídios aos municípios para a construção de uma visão de desenvolvimento regional integrada, por meio da revisão de seus planos diretores locais.

manutenção das regras de partição das rendas oriundas da exploração de petróleo e gás.

A população total dos municípios da Ompetro, em 2010, é de aproximadamente 1,6 milhão, apenas 10% da população do estado do Rio de Janeiro (15,9 milhões). A metade dos municípios tem caráter de cidade pequena, com até 50 mil habitantes. As maiores cidades correspondem a Campos dos Goytacazes (463 mil habitantes) e Niterói (487 mil habitantes).

O crescimento demográfico dos municípios da Ompetro acompanha o ritmo de diminuição do crescimento do país e do estado do Rio de Janeiro até o período 1991-2000. Recentemente esse padrão de desaceleração se inverte e a Ompetro apresenta taxas médias de crescimento mais elevadas, de 2,29% a.a., em comparação a 1,27% a.a. no período anterior.

Esse intenso crescimento dos municípios da Ompetro é condizente com a maior participação das Baixadas Litorâneas como destino de migrantes no contexto estadual. Afinal, cinco municípios da Ompetro, com altas taxas médias anuais de crescimento, fazem parte da Região das Baixadas Litorâneas: Armação dos Búzios, Arraial do Cabo, Casimiro de Abreu, Cabo Frio e Rio das Ostras.

Quatro dos dez municípios da Ompetro são criados durante as décadas de 1980 e 1990:<sup>19</sup> Arraial do Cabo, Armação de Búzios, Carapebus, Quissamã e Rio das Ostras. Os dois primeiros originam-se do desmembramento do município de Cabo Frio, ao passo que Carapebus e Quissamã originalmente constituem distritos de Macaé. Rio das Ostras<sup>20</sup> é desmembrado do município de Casimiro de Abreu, o que explica a drástica diminuição do ritmo de crescimento deste último, que volta a crescer na década seguinte.

Já o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento do Leste Fluminense (Conleste) é criado em 2006 após o anúncio da implantação de um grande

---

<sup>19</sup> O processo de desmembramento de municípios nas zonas de produção de petróleo está profundamente relacionado com interesses políticos e econômicos, devido ao recebimento de rendas petrolíferas. Parece ser o caso dos municípios de Carapebus e Quissamã.

<sup>20</sup> A taxa de crescimento de Rio das Ostras é extremamente alta: 11,24% ao ano no período 2000-2010. A população do município salta de 36 mil, desde a sua fundação na década de 2000, para mais de 105 mil habitantes em 2010.

empreendimento do setor de refino de petróleo no Leste Fluminense, no município de Itaboraí: o Complexo Petroquímico do estado do Rio de Janeiro.

Baseado na lei de estabelecimento de consórcios públicos,<sup>21</sup> os municípios da área de influência do Comperj se unem com o objetivo de maximizar os aspectos positivos e minimizar os aspectos negativos da implantação deste grande projeto, estabelecendo políticas comuns que possibilitem o desenvolvimento sustentável da região (ONU; UFF, 2008).

Inicialmente, a composição do Consórcio se limita aos municípios indicados como área de influência do empreendimento, quando dos estudos de impacto ambiental para implantação do complexo. Cachoeiras de Macacu, Casimiro de Abreu, Guapimirim, Itaboraí, Magé, Maricá, Niterói, Rio Bonito, São Gonçalo, Silva Jardim e Tanguá são os primeiros a aderir ao Consórcio, aprovando suas leis locais de adesão nas câmaras municipais. Porém, como o caráter deste instrumento político é articular problemas ou gerir situações conflitantes inerentes a mais de um município, formulando políticas e programas de planejamento e ação, outros vizinhos se juntaram ao grupo, posteriormente. Atualmente, Araruama, Teresópolis, Saquarema e Friburgo também fazem parte do Conleste, totalizando 15 municípios.

A população total dos municípios do Conleste em 2010 aproxima-se a 2,8 milhões, quase 18% da população do estado do Rio de Janeiro (15,9 milhões). Abrange municípios metropolitanos, litorâneos e também serranos. A metade dos municípios tem entre 50 mil e 500 mil habitantes. As maiores cidades correspondem a São Gonçalo (999 mil habitantes) e Niterói (487 mil habitantes).

As taxas de crescimento da população dos municípios do Conleste, assim como as taxas dos integrantes da Ompetro, acompanham o ritmo de diminuição do crescimento até o período 1991-2000. Na última década essa tendência de desaceleração se inverte e o Conleste apresenta uma leve elevação de sua taxa média de crescimento anual, passando de 1,20% a.a. (1991-2000) para 1,36% a.a. no período 2000-2010. Acredita-se que essa elevação esteja relacionada, entre outros fatores, ao aquecimento do mercado imobiliário devido à

---

<sup>21</sup> Em 2005, a lei nº 11.107, conhecida como Lei dos Consórcios Públicos, regulamenta o artigo 241 da CF de 1988, que prevê o estabelecimento de convênios de cooperação entre instituições públicas.

implantação de grandes projetos na região, desencadeados pela implantação do Comperj. O município de Maricá é o que apresenta as taxas de crescimento populacional mais altas de todo o Conleste: 5,21% a.a. no período 2000-2010.

Alguns municípios do Conleste são extremamente jovens. Tanguá e Guapimirim são criados por desmembramento dos municípios de Itaboraí e Magé, respectivamente, entre os anos de 1981 e 2001. Itaboraí, município metropolitano sede do Comperj, vive um arrefecimento de sua taxa de crescimento em função do desmembramento para a criação do município de Tanguá, no período 1991-2000. Contudo, continua crescendo, contrariando o padrão da média dos municípios do estado do Rio de Janeiro, para o período mais recente.

Ainda que haja um cenário recente de retração da economia fluminense, observado com mais força desde 2015, que acompanha a tendência nacional (CEPERJ, 2015), quando se observa a contribuição dos municípios impactados pela indústria petrolífera para o desenvolvimento do estado, nota-se uma influência significativa da indústria extrativista mineral para o crescimento econômico de algumas regiões, com destaque para os municípios da Ompetro.

Tomando em conta a comparação entre os diversos municípios do estado em um período imediatamente anterior à recessão econômica que afeta o país, segundo dados da Fundação Ceperj para 2012, as cidades com maior Produto Interno Bruto *per capita*<sup>22</sup> se encontram nas regiões do petróleo, e não mais no histórico núcleo metropolitano. O maior PIB *per capita* é o de Quissamã (230.545 mil reais), seguido do valor de Porto Real, São João da Barra (174.373 mil reais), Rio das Ostras (97.537 mil reais) e Campos dos Goytacazes (95.552 mil reais). À exceção de Porto Real, todas elas pertencem à região da Ompetro.

A respeito da participação no PIB estadual em 2012, depois da capital (43,8%), entre os quatro maiores municípios, três fazem parte da Ompetro: Campos dos Goytacazes (8,9%), Duque de Caxias (5,4%), Niterói (3,0%) e Macaé (2,9%).

Quando se enfoca o setor industrial, a participação da indústria petrolífera no desenvolvimento estadual é bem mais evidente. Três dos quatro

---

<sup>22</sup> O indicador de PIB per capita pode não refletir, em sua totalidade, o bem-estar da população uma vez que pode não ocorrer apropriação da renda que circula no município, por parte da população municipal.

municípios com maiores participações no *ranking* industrial, em 2012, eram da Ompetro: Campos dos Goytacazes (26,0%), Rio de Janeiro (16,7%), Rio das Ostras (6,5%) e Cabo Frio (6,3%).

Para o município de Maricá, diminui a contribuição das atividades do setor agropecuário para o Produto Interno Bruto, consonante ao declínio da população classificada como rural (Tabela 9). Fenômeno inverso ocorre com o peso do setor industrial, que passa de 9,7%, em 2000, para 66,2%, em 2012, o que notavelmente dá a dimensão da influência do recebimento de rendas petrolíferas pelo município no período recente.

**Tabela 9 – Valor absoluto e participação no valor adicionado bruto, segundo setores de atividade econômica. Maricá, 2000-2012.**

Em R\$ 1.000

Setores	2000		2005		2010		2012	
	absoluto	participação	absoluto	participação	absoluto	participação	absoluto	participação
<b>Total</b>	<b>472.029</b>	<b>100,0</b>	<b>846.410</b>	<b>100,0</b>	<b>2.074.782</b>	<b>100</b>	<b>5.853.952</b>	<b>100</b>
Agropecuária	4.999	1,1	3.295	0,4	7.614	0,4	4.193	0,1
Indústria	46.049	9,8	71.271	8,4	498.272	24,0	3.876.447	66,2
Serviços	309.176	65,5	559.518	66,1	1.073.956	51,8	1.365.573	23,3
Adm. Pública	111.806	23,7	212.327	25,1	494.940	23,9	607.740	10,4

Fonte: Ceperj (2013).

Nota: Valor absoluto em R\$ 1.000 e participação em %.

Em Itaboraí, o setor da construção civil e serviços, sobretudo o de hospedagem e alimentação, alavanca o desenvolvimento do município nos últimos anos, devido à atração de mão de obra para a construção do Comperj. Atualmente, com a crise da Petrobras e a retração dos investimentos direcionados à instalação do Comperj, observa-se um cenário de desligamentos de empregos formais<sup>23</sup> no município, o que confirma o quanto a atividade petrolífera pode ser a cura e ao mesmo tempo a maior enfermidade para as cidades, sobretudo aquelas que não

<sup>23</sup> Segundo dados da Fundação Ceperj (2013), o município apresenta evolução do emprego formal a partir de 2008 até 2012. Os dados de 2013, no entanto, indicam elevação significativa de desligamentos e, por consequência diminuição do saldo de empregos formais para o município.

possuem uma diversificação produtiva que as sustente após a atividade petrolífera. Volumosos investimentos são requeridos e, paralelamente, coexistem numerosas incertezas relacionadas aos mercados internacional e interno.

No caso de Niterói, o emprego se reaquece em seus decadentes estaleiros, sobretudo nos últimos dez anos, para a produção de embarcações, em grande medida direcionadas à exploração de petróleo da costa brasileira. Mas o setor hoje vivencia uma nova retração, reflexo das dificuldades econômicas enfrentadas pela Petrobras, a empresa que mais movimentava o setor, comprando embarcações e plataformas para exploração das reservas marítimas de petróleo e gás.

Em Maricá, além da especulação imobiliária que ocorre em função da expectativa do crescimento da região com o Comperj, obras de construção do emissário submarino do complexo afetam o cotidiano de parte dos moradores da cidade. Iniciado em 2012, o duto que transportará os dejetos químicos gerados na refinaria na cidade vizinha atravessa a cidade e chega a ter aproximadamente 40 quilômetros de extensão, com um avanço de cerca de 2 quilômetros, na altura da praia de Itaipuaçu.

A indústria petrolífera exerce um efeito multiplicador, que transborda para outros setores. A atração exercida por ela amplia o mercado consumidor local, impulsionando os setores de comércio, serviços, construção civil, muitas vezes de municípios distantes da área de implantação da atividade em si. É o caso de localidades como Volta Redonda, Barra Mansa (metalurgia mecânica), Niterói, São Gonçalo e Angra dos Reis (indústria naval), que paralelamente ao desenvolvimento do petróleo são alavancadas no estado. Destaca-se ainda Campos dos Goytacazes, como importante centro de formação e capacitação de mão de obra (SANTOS, M. A. et al. 2011), sobretudo para Macaé.

### 1.3 A INFLUÊNCIA DAS RENDAS PETROLÍFERAS PARA AS DINÂMICAS LOCAIS FLUMINENSES

A descoberta de petróleo na Bacia de Campos, no Norte Fluminense, funciona como um divisor de águas para a indústria petrolífera no Brasil. A implantação da base da Petrobras em Macaé, ainda na década de 1970, representa a imersão do estado do Rio de Janeiro e de alguns municípios em um novo ciclo econômico: o ciclo do petróleo.

Reconhecidos os dois principais conjuntos de municípios fluminenses que mais se relacionam com a indústria petrolífera no estado, passa-se a analisar o quão efetivamente eles se conectam ao petróleo, sendo o termômetro mais elementar desta participação o recebimento de rendas petrolíferas.

É necessário refletir sobre os mecanismos que permitem aos governos equacionar os benefícios e impactos da indústria petrolífera sobre o ambiente, uma vez que a espacialização dessas atividades produz efeitos diferenciados, segundo as escalas de análise, ou seja, nos planos nacional, regional, estadual e municipal (ROCHA, 2011). O mecanismo que influencia diretamente os espaços é a forma de distribuição das receitas geradas a partir do petróleo, estabelecida pelo governo federal.

Os *royalties* colocam os municípios produtores entre os detentores dos orçamentos mais ricos dos municípios brasileiros, em termos proporcionais (*per capita*). Segundo Serra e Carla P. (2003), os recursos são suficientes para fazer quase tudo o que pode almejar um austero gestor. A combinação entre forma de repasse dos recursos e sua aplicação é foco de acalorados debates na sociedade e no Congresso Nacional.

O recebimento de rendas petrolíferas,<sup>24</sup> sejam elas *royalties* ou participações especiais, exerce um forte peso político e econômico nos jogos de

---

<sup>24</sup> Constitui uma espécie de compensação pelos direitos adquiridos. A palavra, de origem inglesa (Royal) se relaciona com realeza. No contexto dos recursos energéticos é uma compensação financeira que os exploradores dão aos entes federativos pela riqueza explorada. São pagos mês a mês e as porcentagens incidem sobre o valor total da produção de óleo e gás por campo, com uma alíquota de 10% sobre a produção. Já as participações especiais constituem compensações financeiras extraordinárias, que são pagas quando ocorre grande volume de

poder no território.<sup>25</sup> Ele propicia a crescente elevação de capital que circula nas economias de alguns municípios fluminenses, que em muitos casos nem estão inseridos verdadeiramente no setor petrolífero, pois alguns são limítrofes a outros que possuem frente marítima para os poços produtores.

O fato é que o massivo recebimento de *royalties* por parte dos entes federativos municipais produtores e limítrofes aos campos de petróleo impulsiona o crescimento de outros setores, tais como comércio, serviços, imobiliário, construção civil e administração pública. Porém, embora o desempenho econômico se eleve, como se observa com os municípios fluminenses, sobretudo os da Ompetro, nas áreas que abrigam a atividade petrolífera muitos problemas urbanos se agravam, devido ao aumento da população e da demanda por serviços essenciais como habitação, saúde e educação.

Outros países latino-americanos ricos em petróleo, assim como o Brasil, enfrentam dificuldades similares para transformar as riquezas provenientes da exploração do produto em melhoria das condições de vida da população. É o caso da Venezuela, país vizinho que possui uma das maiores reservas provadas de petróleo no cenário mundial.

À diferença do Brasil, que distribui renda diretamente aos estados e municípios onde se encontram as reservas, as rendas do petróleo no país bolivariano estão concentradas nas mãos do governo central, mais especificamente pela estatal Petróleos de Venezuela, a PDVSA. Assim, as rendas petrolíferas provocam um impacto limitado na concentração local de riqueza na comparação com um país federativo no qual existem a separação e a autonomia entre os entes municipal, estadual e federal, como é caso do Brasil. Aqui, a lei determina a segmentação destes recursos, beneficiando sobremaneira os estados produtores e municípios próximos aos campos de exploração de reservas.

---

produção ou de grande rentabilidade. É paga por campo de concessão, a partir do trimestre que ocorre a data de início da respectiva produção.

<sup>25</sup> Um exemplo deste peso político econômico é representado pela trajetória de poder político alcançado pela família Garotinho no estado do Rio de Janeiro, oriunda de Campos dos Goytacases, município que mais recebe royalties no Brasil.

Até o final da década de 1960, as rendas petrolíferas, sintetizadas como a soma de *royalties* e participações especiais, é repassada aos estados e municípios somente em relação aos blocos continentais. O valor correspondente a 5% da produção é repassado da seguinte maneira: 1% entre os municípios e 4% para os estados produtores.

A partir de 1985, com a lei nº 7.453/85, após a descoberta da Bacia de Campos, são estabelecidos critérios (bastante questionados até os dias atuais) para repasse de receitas aos municípios e estados com frente marítima para os blocos de exploração em mar. O IBGE desenvolve um estudo pioneiro<sup>26</sup> no Brasil para determinar o conceito de extensão dos limites territoriais dos estados e municípios litorâneos na plataforma continental, tornando o fator geográfico um determinante para a distribuição de recursos provenientes da exploração dos poços. Conjugadas com a autonomia política e fiscal das esferas de governo subnacionais, as rendas petrolíferas beneficiam sobremaneira os entes estaduais e municipais produtores (ROCHA, 2011).

Com a lei de 1985, continuam a valer os 5% relativos aos preços de referência mensal de venda do produto, a serem aplicados ao petróleo produzido em cada campo. A alíquota básica de *royalties* corresponde a 10%. No entanto, agora há mais gente repartindo esse montante. Segundo a lei,<sup>27</sup> a distribuição das receitas do petróleo e gás dá-se, basicamente, da seguinte forma: 1,5% para os estados confrontantes a poços; 1,5% para os municípios confrontantes aos poços produtores e também àqueles pertencentes às áreas geoeconômicas dos municípios produtores (os que não possuem frente marítima com poços, mas fazem limite com municípios produtores); 1,0% para o Ministério da Marinha; e o 1% restante para o Fundo Especial a ser distribuído entre todos os outros estados e municípios da Federação.

A concentração espacial das reservas na frente marítima do estado do Rio de Janeiro e a destinação privilegiada de *royalties* aos municípios que se encontram perto dos poços produtores têm determinado o acúmulo de riquezas

---

<sup>26</sup> Para mais detalhes sobre o assunto, ver Serra (2005).

<sup>27</sup> Para uma explicação didática e mais profunda sobre a repartição dos *royalties*, ver Gutman (2003).

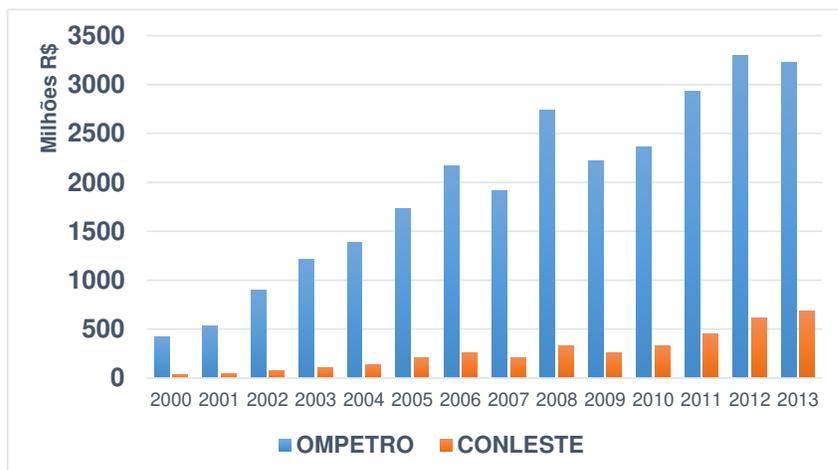
provenientes da exploração de petróleo e gás no estado. Assim, entre os dez municípios que mais se beneficiam do recebimento de *royalties* no Brasil, oito localizam-se na área de influência da Bacia de Campos (AJARA; PIRES NETO, 2006).

Nos Gráficos 3, 4 e 5 é possível comparar os valores recebidos de *royalties* e participações especiais pelo conjunto de municípios da Ompetro e do Conleste, no período de 2000 a 2013. Utiliza-se, para tanto, a base de dados *online* sobre *royalties* e participações especiais disponibilizada pela Universidade Cândido Mendes (Ucam), unidade Campos dos Goytacazes. Os indicadores organizados pela Ucam Campos trazem dados de recebimento de *royalties* por todas as entidades ou fundos nacionais<sup>28</sup> que recebem rendas petrolíferas, em reais, em séries anuais, a partir de 1999. Adicionalmente, para os municípios, é possível contar com as receitas orçamentárias anuais, que são disponibilizadas pelo Tribunal de Contas de cada estado. Esses dados, sistematizados, constituem uma ferramenta didática, que ajuda a compreender facilmente como os entes locais podem ser afetados e dependentes das receitas oriundas de *royalties*, o que ocorre efetivamente com alguns municípios fluminenses.

---

<sup>28</sup> Faz referência às seguintes entidades: Comando da Marinha, Fundo Especial, Ministério de Ciência e Tecnologia, Ministério do Meio Ambiente, Ministério das Minas e Energia, Fundo Social, Educação e Saúde, estados e municípios.

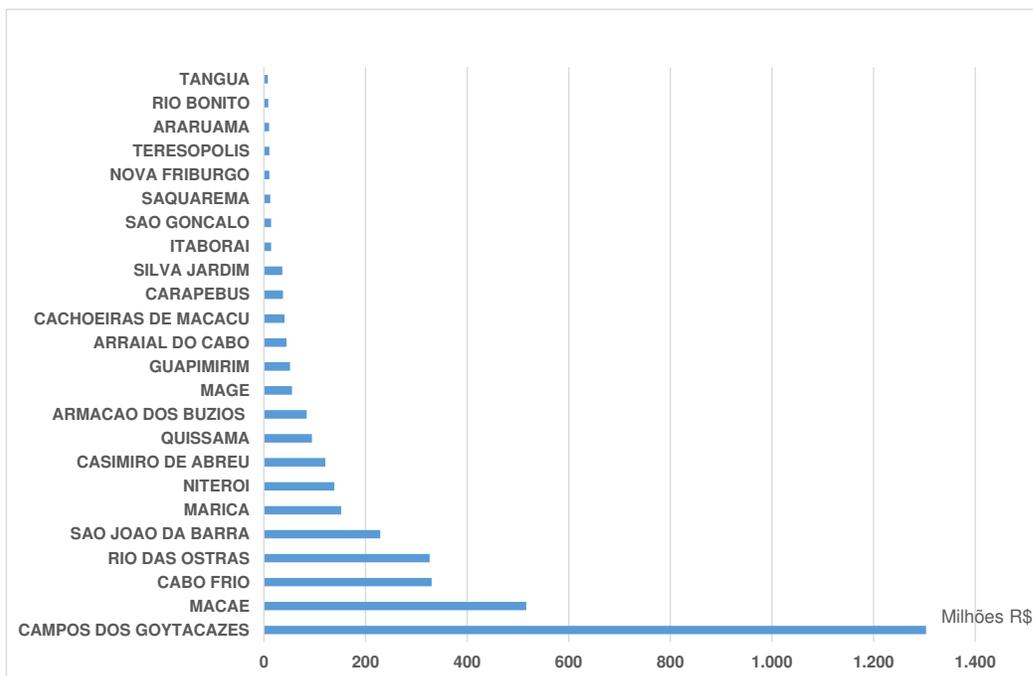
**Gráfico 3 – Royalties e participações especiais recebidos. Conleste e Ompetro, 2000-2013.**



Fonte: Inforoyalties (2016). Elaboração própria.

Os valores são sempre muito superiores para os municípios da Bacia de Campos, no Norte Fluminense do estado, que provêm ainda a maior parte do petróleo do país. Porém, nota-se um incremento recente para os municípios do Conleste, no Leste Fluminense, devido à exploração dos poços do Pré-sal. Observa-se uma leve diminuição do recebimento dos recursos, para o ano de 2012, para o grupo da Ompetro.

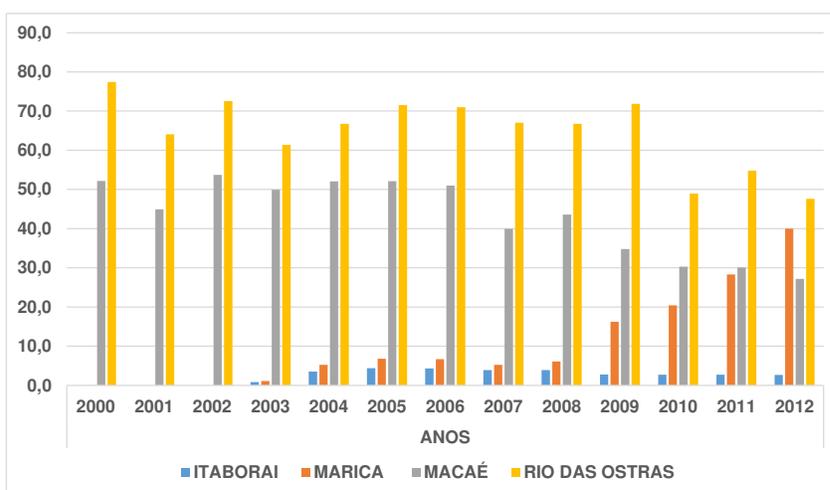
**Gráfico 4 – Royalties e participações especiais recebidos. Municípios do Conleste e da Ompetro, 2013.**



Fonte: Inforoyalties (2016). Elaboração própria.

**Gráfico 5 – Participação nas receitas municipais das rendas provindas do petróleo. Itaboraí, Maricá, Macaé e Rio das Ostras, 2000-2012.**

Em %



Fonte: Inforoyalties (2016). Elaboração própria.

A cidade que mais recebe *royalties*, em função da sua extensão litorânea diante dos poços da Bacia de Campos, é Campos dos Goytacases.<sup>29</sup> As quatro posições seguintes são ocupadas por municípios da Ompetro. Maricá vem em seguida, como o município que mais recebe rendas petrolíferas no grupo do Conleste, seguida por Niterói.

Grande parte das receitas municipais dos sócios da Ompetro e do Conleste vem do petróleo. Entre as cidades selecionadas,<sup>30</sup> as que pertencem à Ompetro, Macaé e Rio das Ostras, são as que apresentam as maiores participações do petróleo em suas receitas municipais. De 2000 a 2010, essa participação se manteve acima dos 60% para Rio das Ostras. No caso de Macaé, embora o recebimento de *royalties* e participações especiais não tenha diminuído nos últimos anos, o desenvolvimento de outros setores, como o de serviços, explica a diminuição direta do petróleo para a contribuição da receita total.

Para os municípios do Conleste nota-se que o comprometimento das rendas é mais recente quando comparados aos da Ompetro. Para Itaboraí ele é ainda pouco significativo, mas o beneficiamento tributário do município tende a crescer rapidamente com o início das operações do Complexo Petroquímico do estado do Rio de Janeiro, previstas para 2016.

Apesar de grande parte do PIB do estado do Rio de Janeiro estar concentrado no setor extrativista, relativo, portanto, às regiões do petróleo, estas zonas são marcadas pela desigualdade e por um padrão de elevada segregação socioespacial.

Cada município define como distribuir os recursos de acordo com as preferências políticas locais, o que prejudica o estabelecimento de um planejamento regional e urbano articulado. Além do desequilíbrio no sistema urbano fluminense,

---

<sup>29</sup> O município de Campos dos Goytacazes é favorecido na partilha de rendas petrolíferas pelo tamanho da sua faixa litorânea, já que o critério utilizado na lei relaciona-se à extensão de faixa litorânea em frente aos campos de petróleo em mar.

<sup>30</sup> Foram selecionadas algumas cidades em razão, primeiramente, da disponibilidade de informação sobre as receitas internas para o período selecionado (2000 a 2013). Outro critério foi selecionar duas cidades pertencentes à Ompetro e ao Conleste com tamanhos populacionais próximos. Em 2011, o município de São João da Barra apresenta 74% de sua receita oriunda do petróleo. Outros municípios como Quissamã, Casimiro de Abreu, Carapebus, Campos dos Goytacazes e Armação dos Búzios apresentam uma média superior a 40% das receitas devido ao petróleo, para o período mais recente.

herança da hegemonia da capital do estado em relação às demais regiões, a autonomia dos municípios na distribuição dos recursos não favorece o estabelecimento de agendas de planejamento regional que garantam um diálogo entre as diversas unidades urbanas.

A indústria petrolífera, de capital intensivo, gera poucos empregos e a maioria bastante especializados (SERRA e MOTHÉ, 2007). Possivelmente, estes efeitos estejam condicionados pelo desequilíbrio entre pressão populacional por emprego e efetiva inserção laboral. Ter muitos recursos não garante que o município consiga diversificar as atividades produtivas, criando maiores oportunidades em outros setores.

Em Ajara e Pires Neto (2006) pode-se observar uma análise socioespacial e demográfica das transformações ocorridas no Norte Fluminense, devido à atividade petrolífera. Assim como relatam Silva Neto e Rocha (2015), observam-se incoerências nas políticas de desenvolvimento local, em Campos dos Goytacazes. Araújo (2005) estabelece uma análise dos migrantes na cidade de Macaé, apresentando o impacto socioespacial dos mesmos na dinâmica intraurbana, e como se intensifica, a partir do desenvolvimento da indústria petrolífera, o isolamento de certos grupos sociais em zonas específicas da cidade. Costa (2011) e Freitas Neto et al. (2008) apresentam dados relativos ao crescimento do setor econômico de regiões da Bacia de Campos e as disputas travadas por gestões municipais para abrigar empresas que caracterizam o fenômeno denominado “guerra dos lugares”.

Trabalhos anteriores<sup>31</sup> apontam que a atividade petrolífera tem produzido profundas alterações nos territórios que a abrigam. A incoerência da aplicação das rendas petrolíferas tem elevado o número de pesquisas que buscam fortalecer os

---

<sup>31</sup> O crescimento populacional do Norte Fluminense tem chamado a atenção também dos estudiosos interessados em fenômenos urbanos sociais, como é o caso de Cruz (2003), e também gerado estudos qualitativos específicos sobre o mercado de trabalho do setor petrolífero, como os desenvolvidos por Pontes (2004) e Piquet (2004). Alguns aspectos relativos ao desenvolvimento da atividade de refino podem ser captados por meio da análise de trabalhos sobre a dinâmica intrametropolitana do estado do Rio de Janeiro, tais como os propostos por Jardim (2001), Jardim e Ervatti (2011), Cruz (2003) e Ervatti (2003). Uma pesquisa desenvolvida desde 2008 pela ONU-Habitat na região do Leste Fluminense tem demonstrado alterações territoriais nos municípios que recentemente vêm sendo impactados pela implantação do Comperj e pela exploração do Prê-sal.

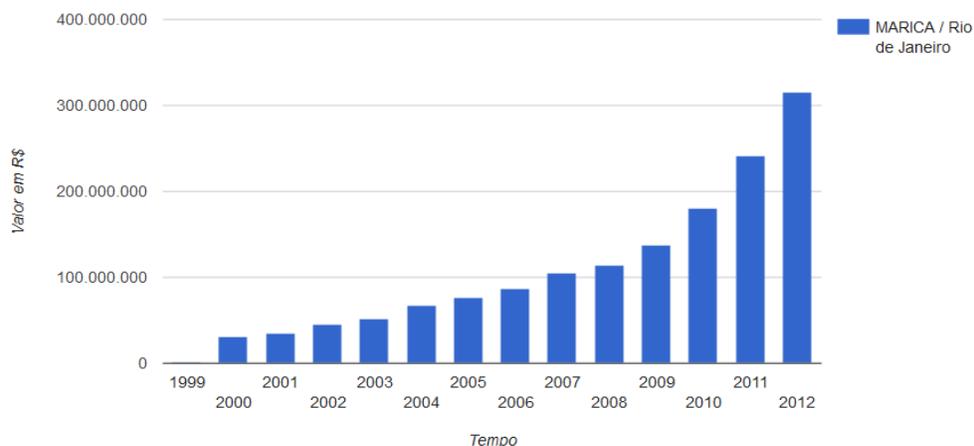
conhecimentos sobre “[...] os reais impactos dessas rendas, tanto nas receitas orçamentárias das diferentes unidades federativas, quanto na dinâmica econômica dos estados e municípios” (CHAVEZ; RIBEIRO; PIMENTEL, 2015, p. 9).

Existe uma rica produção acadêmica sobre os impactos territoriais provenientes da implantação da indústria petrolífera no estado do Rio de Janeiro. Contudo, um caminho parece fundamental para compreender a essência da influência que o petróleo exerce sobre os municípios: a análise do aproveitamento das rendas petrolíferas para desenvolvimento socioeconômico no plano local. Particularmente, este estudo se concentra em observar se existe uma conexão entre maiores recursos disponíveis e investimentos em urbanização<sup>32</sup> que se reflitam na melhora das condições urbanas, que por sua vez se traduzam em uma maior atração populacional para a cidade de Maricá.

Com o início das explorações nos campos do Pré-sal em sua frente marítima, Maricá vem rapidamente se beneficiando das rendas petrolíferas, como se pode verificar no Gráfico 6. Entre 2009 e 2012, pouco mais de três anos, as rendas passam de 16% para aproximadamente 40% das receitas municipais. Em 2013, o município recebe cerca de 152 milhões de reais. Para 2015, o valor de rendas alcança 285,7 milhões de reais. Ressalta-se que em 2003 esse total não chegava a 600 mil reais por ano.

---

<sup>32</sup> Apesar da elevação do montante de rendas petrolíferas, ela ocorre com maior intensidade exatamente a partir do ano de 2010, assim que os resultados ainda são limitados uma vez que obras de infraestrutura levam um período de tempo para serem executadas e captadas em pesquisas domiciliares.

**Gráfico 6 – Evolução das rendas petrolíferas. Maricá, 1999-2012.**

Fonte: Inforoyalties (2016). Elaboração própria.

Conforme se observa na Tabela 10, em comparação com as receitas provenientes do petróleo (que só crescem), as receitas municipais de Maricá apresentam um comportamento bastante irregular ao longo dos anos. No período de 2000 até 2006 há uma variação de 11,3% a 22,8%, o que indica que é possível que a dependência crescente das rendas petrolíferas tenha causado um efeito de relaxamento quanto à busca de arrecadação municipal, em alguns períodos da gestão municipal.

**Tabela 10 – Royalties, participações especiais e receita orçamentária. Maricá, 2000-2015.**

Ano	Royalties + Participações Especiais	Receita Orçamentaria	(Receitas - Royalties)	Comprometimento Receitas (%)	Incremento anual absoluto Receitas (sem Royalties)	Incremento Anual Receitas % (sem Royalties)
2000	4.826	31.799.066	31.794.240	0,02	3.595.989	11,31
2001	0	35.390.229	35.390.229	0,00	9.741.661	27,53
2002	0	45.131.890	45.131.890	0,00	6.291.915	13,94
2003	572.092	51.995.897	51.423.805	1,10	12.517.351	24,34
2004	3.535.213	67.476.369	63.941.156	5,24	7.662.836	11,98
2005	5.229.715	76.833.707	71.603.992	6,81	9.794.250	13,68
2006	5.828.500	87.226.742	81.398.242	6,68	18.608.596	22,86
2007	5.563.217	105.570.056	100.006.839	5,27	7.776.360	7,78
2008	7.026.180	114.809.378	107.783.198	6,12	7.092.443	6,58
2009	22.243.994	137.119.636	114.875.642	16,22	29.201.541	25,42
2010	36.942.403	181.019.586	144.077.183	20,41	29.577.017	20,53
2011	68.541.787	242.195.986	173.654.199	28,30	15.773.575	9,08
2012	126.201.543	315.629.317	189.427.775	39,98	55.134.767	29,11
2013	152.149.695	396.712.237	244.562.541	38,35	–	–
2014	242.034.528	–	–	–	–	–
2015	285.734.192	–	–	–	–	–

Fonte: Inforoyalties (2016); Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (2014). Elaboração própria.

Entre 2007 e 2008, as receitas municipais crescem pouco, abaixo de 10% anualmente. No ano seguinte, em 2009, há um excelente desempenho da arrecadação municipal: crescimento de 25,4% em relação ao ano anterior. Nesse ano, há alteração da gestão municipal, quando entra em vigor uma nova legislação de uso e ocupação do solo municipal. Mas inicia-se uma queda da arrecadação: 20,5%, em 2011, e 9,1%, em 2012, que em 2013 se reverte positivamente para quase 30% em relação ao ano anterior.

Estudos apontam uma correlação negativa entre aumento das rendas petrolíferas e eficiência de arrecadação municipal. Para Queiroz e Postali (2010), por exemplo, diminui o recolhimento do IPTU. Como há dinheiro disponível no orçamento, diminui o esforço para manter ou elevar o recolhimento de impostos locais.

Para Maricá, os dados disponíveis mais recentes do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (2014), relativos ao período de 2012 a 2013, indicam aumento da arrecadação do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) da ordem de aproximadamente 26%. O Imposto sobre Transferência de Bens Imóveis (ITBI) também aumentou 31% em relação ao período anterior. Mas o comportamento

irregular para o crescimento das receitas tributáveis observado entre 2000 e 2013 indica uma tendência pouco conclusiva.

Segundo Chavez, Ribeiro e Pimentel (2015), os municípios que recebem *royalties* e participações especiais expressam dificuldades em aplicar as rendas petrolíferas em investimentos de médio e longo prazo. Os dados do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (2014) para Maricá indicam que o município aplicou 67,7% dos recursos dos *royalties* em despesas correntes e 32,3% em despesas de capital (exercício 2013). Assim, verifica-se a preponderância das despesas de custeio sobre os gastos com investimentos.

Para o Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (2014), a recomendação do relatório de prestação de contas ao organismo é de evitar o comprometimento contínuo de recursos dos *royalties* em despesas correntes, uma vez que estas não geram investimentos diretos e podem comprometer o resultado fiscal do município no futuro. Aconselha-se, ainda, realizar investimentos que atendam a demandas da população local, por exemplo, com programas de habitação, saneamento, urbanismo, capacitação de mão de obra, emprego e renda.

Se, por um lado, confirma-se o baixo desempenho de uso do gasto público, que em sua maioria é destinado ao consumo e a gastos com a máquina pública, por outro lado, Chavez, Ribeiro e Pimentel (2015) indicam que o aspecto positivo é que uma possível queda de arrecadação de rendas petrolíferas não interromperá investimentos de grande porte em áreas como educação, saúde ou saneamento. E que o corte de gastos será relativo ao corte de pessoal e despesas correntes, o que compromete politicamente os governos locais, dificultando a manutenção dos mandatos municipais.

No município de Maricá, o saneamento urbano é feito por concessão através da empresa estadual, a Cedae. Dessa forma, o Executivo municipal tem pouca ingerência sobre o serviço de infraestrutura de abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto. O investimento municipal em urbanização mais perceptível é o grande percentual de ruas pavimentadas e tratamento do espaço público, como as áreas ao longo da RJ-106, no trecho duplicado da estrada, do limite com São Gonçalo até o centro da cidade. Em praças públicas e áreas de

convívio, ao longo da cidade, além de tratamento paisagístico, há sistemas de iluminação, equipamentos para lazer e prática de esportes. Desde 2009, segundo a Prefeitura Municipal de Maricá, foram executados mais de 440 quilômetros de asfaltamento.

Um feito importante e significativo da administração local diz respeito ao investimento em produção habitacional para a população de baixa renda. Em 2015 são entregues cerca de 3 mil moradias para famílias com renda entre zero e três salários mínimos, pelo Programa Minha Casa Minha Vida. Os dois empreendimentos multifamiliares, localizados nos distritos de Itaipuaçu e Inoã, regiões mais próximas ao núcleo metropolitano, são fruto de uma parceria da prefeitura (que cedeu os dois terrenos) com uma construtora privada (responsável pela construção e urbanização da área).

Dois outros equipamentos urbanos que requerem volume significativo de investimento estão em fase inicial de construção em Maricá: um Hospital Municipal, localizado na Rodovia RJ-106, na altura de São José do Imbassaí, com orçamento previsto de 45 milhões de reais, e uma unidade de Escola Técnica Federal,<sup>33</sup> localizada em Ubatiba, ao longo da Rodovia RJ-114. O edifício, que segundo o Executivo municipal está sendo construído inteiramente com recursos próprios da prefeitura, será entregue ao governo federal para operação.

Alguns estudos indicam uma correlação negativa entre rendas petrolíferas e indicadores de desenvolvimento. Segundo Nishijima e Postali (2011), o capital proveniente do petróleo gera efeitos negativos sobre os setores formais de trabalho.

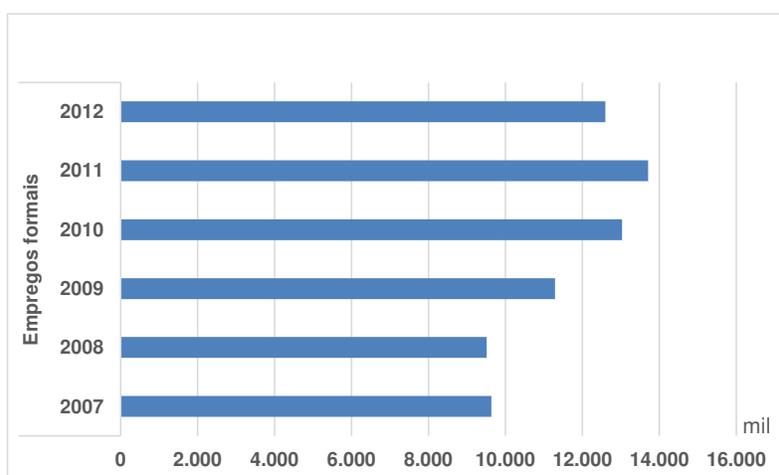
Para Ribeiro e Nogueira (2011), os resultados corroboram que o aumento dos recursos locais não eleva o número de empregos. O aumento do desemprego deve ser entendido dentro do contexto de elevação da demanda por emprego, pela população que se movimenta em direção a um mercado que se encontrava em ascensão, mas que é extremamente especializado e que exige elevada qualificação.

---

<sup>33</sup> Enquanto as novas instalações não ficam prontas, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense está em funcionamento no centro da cidade, em um imóvel adquirido pela Prefeitura Municipal de Maricá.

Segundo dados da Fundação Ceperj (2013), que podem ser observados no Gráfico 7, o emprego formal eleva-se a partir de 2009 no município de Maricá. Mas esse acréscimo não parece tão significativo quando comparado à crescente elevação de recebimento de rendas petrolíferas. Inclusive, em 2012, diminuem os postos de trabalho formal, contrariando os dados apresentados pelo estado, pela Região Metropolitana e por alguns municípios da Ompetro e do Conleste. Maricá acompanha a tendência da Região das Baixadas Litorâneas, que também registra diminuição dos postos de trabalho formal no mesmo período.

**Gráfico 7 – Número de empregos formais. Maricá, 2007-2012.**



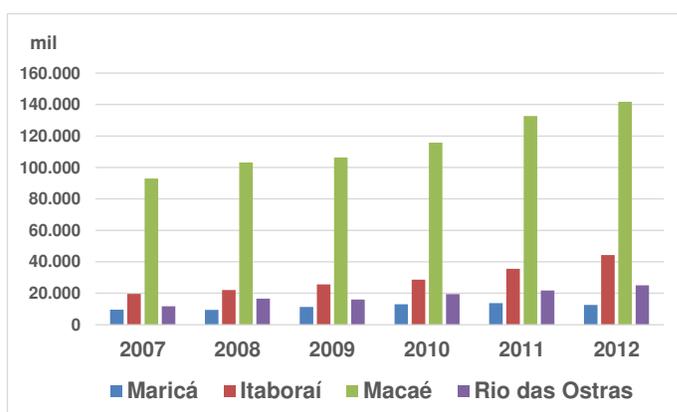
Fonte: Fundação Ceperj (2013). Elaboração própria.

Isso ocorre porque Maricá, assim como outros municípios fluminenses que recebem rendas petrolíferas, não apresenta uma estrutura de emprego associada à indústria de petróleo e gás, uma vez que não há ainda portos ou bases da indústria no município. O que se verifica, até o momento, é a elevação de receitas provenientes de *royalties*, o que torna uma análise de atração populacional baseada na inserção laboral em Maricá totalmente fora de contexto.

Situação diferente ocorre com o município vizinho. Em Itaboraí, devido ao setor de refino, após o início da construção do Comperj, em 2010, há um incremento significativo dos postos de trabalho, que passam de 28.743 mil para 44.272, em 2012, como se pode notar no Gráfico 8. No terceiro capítulo, com a

análise dos dados de mobilidade pendular, será confirmar se a população de Maricá se favorece regionalmente desta elevação do emprego formal em Itaboraí. Contudo, os resultados podem ser afetados pela limitação temporal dos dados (até o Censo de 2010), já que a elevação de empregos se apresenta mais intensa a partir de 2012.

**Gráfico 8 – Número de empregos formais. Maricá, Itaboraí, Macaé e Rio das Ostras, 2007-2012.**



Fonte: Fundação Ceperj (2013). Elaboração própria.

Macaé, município base das operações da Petrobras, possui número de postos de trabalho superior à população em idade ativa, o que leva à entrada significativa de pessoas para morar ou trabalhar na cidade. Uma parte considerável ingressa no município apenas para trabalhar, vinda de outros estados. Essas pessoas permanecem períodos superiores a um mês fora do local de residência, o que se justifica pelo perfil de trabalho das plataformas *off-shore*, que funcionam em sistema de períodos em mar, seguidos de períodos em terra (SOUZA; TAVARES, 2015).

Algumas pesquisas relacionam a elevação dos *royalties* com o crescimento da máquina pública local. É o caso do estudo de Carnicelli e Postali (2014). Apesar da proibição da aplicação dos recursos em pagamento de pessoal e de dívidas, o inchaço das prefeituras locais é notável. Em Maricá, segundo o

Tribunal de Contas do Estado (2014), as despesas com pessoal cresceram 39,67% no período de 2012 a 2013, em relação às despesas do exercício anterior.

É certo que com maior volume de recursos urge a demanda por mais profissionais para desenvolvimento de projetos para aplicação do gasto público. Contudo, a contratação de pessoal é também uma estratégia política de manutenção dos governos locais.

Dois fatores ameaçam a manutenção das ricas receitas oriundas de rendas petrolíferas e, portanto, o futuro das cidades que dependem economicamente do petróleo. O primeiro delas é a crise que atravessa o produto, que vive uma baixa no mercado internacional. Depois de alcançar valor aproximado de 100 dólares por barril em 2013, desde 2014 (quando o barril valia 66 dólares) o preço não para de cair. Em janeiro de 2016, o produto chegou a valer apenas 22 dólares por barril.<sup>34</sup> Com o decréscimo dos preços do petróleo no mercado internacional, as cidades e estados que dependem financeiramente dos *royalties* são bastante afetados. Uma das soluções buscadas por vários municípios tem sido recorrer a recursos do governo federal e bancos para compensar essa diminuição na arrecadação, com base na antecipação das rendas petrolíferas, sob forma de empréstimos ou adiantamentos (CRUZ, 2015).

O segundo fator que ameaça o desenvolvimento das cidades do petróleo é a mudança das regras de rateio dos *royalties* que favorecem os entes estaduais e municipais, sobretudo o estado do Rio de Janeiro. Em 2012, foi aprovada no Congresso Nacional uma lei que uniformiza a distribuição das rendas petrolíferas entre todas as unidades da Federação, retirando dos estados e municípios produtores o privilégio no recebimento de *royalties*. A lei segue em processo de contestação no Supremo Tribunal Federal. Assim, ainda que o preço do barril de petróleo venha a recuperar-se, é muito provável que os municípios produtores tenham que conviver com a redução efetiva dos recursos adquiridos como de costume.

---

<sup>34</sup> Valor muito abaixo daquele previsto por estudiosos do setor. Chavez, Ribeiro e Pimentel (2015) declaram, visualizando um quadro bastante negativo, que ele chegaria a 50 dólares por barril ao final de 2015.

Essa perspectiva de mudança compromete bastante a situação econômica do município de Maricá, já que, desde 2013, quase 40% da sua receita orçamentária vem do petróleo. Possivelmente a cidade sofrerá as consequências do não aproveitamento desta renda para investimento em diversificação da economia local.

Na perspectiva de considerar as possíveis afetações às cidades que vivem sob a influência do petróleo, é necessário analisar também um quadro mais amplo, de caráter estrutural, bastante influenciado pela globalização. Afinal, a atividade petrolífera se caracteriza por intensivo emprego de tecnologia e capital.

Em zonas de produção de petróleo, favorecidas pelos recursos de *royalties*, os fluxos materiais e financeiros são, em grande medida, mundiais. Em contrapartida, rebatimentos no território, tais como efetivos avanços em expansão de infraestrutura, não são sentidos com a mesma magnitude (EGLER; PIRES, 2005). De certa maneira, como se colocou, os *royalties* explicam parte desta aparente contradição, provavelmente devido à (in) coerência com que estes recursos são aplicados pelas gestões locais.

A influência da globalização nessas zonas têm a ver com alguns marcos institucionais. Depois da abertura da indústria petrolífera no Brasil, a partir de 1996, a Petrobras passa efetivamente a conviver internamente com a concorrência de empresas transnacionais,<sup>35</sup> que se inserem no mercado de exploração e produção de petróleo no Brasil. Grande parte da atração de multinacionais e migrantes internacionais para o mercado brasileiro, especificamente para as regiões que abrigam as atividades petrolíferas, tem a ver com esse marco institucional.

Parte da população de mais altos ingressos que trabalha na indústria do petróleo na Bacia de Campos é de migrantes internacionais (ARAÚJO, 2005). Além disso, a alteração recente na lei de exploração do Pré-sal sinaliza um novo ciclo de predomínio do capital estrangeiro em um setor estratégico para o desenvolvimento nacional.

---

<sup>35</sup> Essa nova realidade fez com que a estatal criasse um plano estruturado de carreira, com o objetivo de reter seu capital humano.

Um dos caminhos possíveis para identificar como a globalização afeta os territórios do petróleo é explorar as diferentes escalas de manifestação deste fenômeno para entender como ele afeta a região e as cidades. Pois, quando “os territórios nacionais se transformam num espaço nacional da economia internacional” (SANTOS, 1997, p. 244), pode-se dizer que ocorre o fim do território? A inserção dos espaços na era globalizada dá oportunidade ao “não lugar”? Para Santos (1987), a região, esse subespaço longamente elaborado, continua a existir, mas com uma enorme complexidade diante de mudanças mais repetidas em suas formas e conteúdos.

Estas mudanças nas formas e conteúdos da região são produto da competição que ocorre no interior destes espaços regionais. E o relacionamento entre as cidades se modifica com a globalização porque “a rede urbana constitui um conjunto de centros funcionalmente articulados e, nesse sentido, a intensificação da globalização em vastas áreas do globo tem remodelado os padrões de hierarquia e de relacionamento entre as cidades” (REIS FILHO, 2009, p. 46).

No caso das regiões que abrigam a atividade petrolífera no estado do Rio de Janeiro, as cidades do petróleo concorrem entre si, dentro do processo de globalização que, efetivamente, atua em várias escalas. Mas a expressividade da integração de cada cidade ao mercado mundial depende, em menor ou em maior grau, de duas questões principais. A primeira delas diz respeito à posição que cada cidade ocupa dentro da hierarquia urbana, às funções que desempenha no mercado regional e ao grau de centralidade exercido em relação às demais cidades. Considerando também que, na era da informação, do capitalismo financeiro e dos novos arranjos produtivos, a intensificação do processo de globalização amplia o raio de influência das cidades (REIS FILHO, 2009).

Nesse sentido, deve-se pensar as relações estabelecidas entre as entidades territoriais nacionais nesse avançado processo de mundialização, no reforço de blocos regionais (SANTOS, 1997) que, no caso dos territórios do petróleo, ocorre a partir de frágeis associações entre entes municipais. Embora existam grupos regionais motivados pela ocorrência da atividade petrolífera, suas agendas se guiam predominantemente pelo viés econômico, pela força que

representam como instrumento de poder e não efetivamente pela cooperação entre os diversos municípios.

A segunda questão que interessa mais profundamente nesta análise sobre integração de cada cidade à rede móvel global diz respeito às diversas ferramentas e aos mecanismos que as cidades possuem e desenvolvem para participar da inserção nesta corrida que acompanha a mundialização dos espaços. Isso porque um dos impactos urbanos mais notável da globalização econômica é a emergência de espaços transnacionais, com destaque para as cidades que operam internacionalmente parte de suas economias sem recorrer aos governos regionais ou nacionais (SASSEN, 1998).

Contudo, essa inserção no mercado global leva a refletir sobre o real significado da globalização para as cidades, e sobre quais seriam as condições necessárias para que elas participem desse mercado mundial. Para Santos (1997), o mundo escolhe alguns lugares e rejeita outros e nesse movimento transforma os lugares, o conjunto do espaço. Os lugares respondem ao mundo segundo os diversos modos da sua racionalidade.

De fato, o fenômeno da cidade global não se reduz aos núcleos urbanos no topo da hierarquia, pois é um processo que enlaça serviços, centros produtores e o mercado com diferentes intensidades. Estas variam segundo a escala e a importância das atividades que se localizam na rede global (CASTELLS, 1999).

É grande o número de cidades fora do núcleo metropolitano que participa cada vez mais do mercado global, segundo interesse e lógica próprios, independentemente da escala, contrariando a ideia de que são somente as aglomerações ditas globais as privilegiadas na inserção internacional do capitalismo. Em compensação, também são vastas as periferias que se encontram distantes dos processos que norteiam o crescimento global (SASSEN, 1998). Isso porque “cada lugar é, ao mesmo tempo, objeto de uma razão global e de uma razão local, convivendo dialeticamente” (SANTOS, 1998, p. 339).

Esse conflito entre o global e o local pode ser mais bem apreendido a partir do confronto inevitável entre as empresas transnacionais e as locais. “A luta pelo uso do espaço coloca em posição ativa as empresas gigantes e reserva às

demais uma posição passiva, subordinada” (SANTOS, 1997, p. 335). Porém, o mundo não dispõe de instrumentos de regulação e a materialização da disputa no espaço logo se evidencia a partir do manuseio dos mecanismos de regulação por parte dos poderes nacional e local, em seus diversos níveis.

Com a interferência dos poderes nacionais e locais, ou seja, dos Estados, o conflito “[...] pula da ordem privada para a pública” (SANTOS, 1997, p. 336). O exemplo mais conhecido dessa disputa de interesses se verifica na distribuição de recursos públicos destinados à implantação de infraestrutura.

A corporalização do território, com a destinação prioritária de recursos para atender às necessidades geográficas das grandes empresas, acaba por afetar toda a sociedade, já que desse modo a despesa pública ganha um perfil largamente desfavorável à solução de problemas sociais e locais. O orçamento é uma norma que, nesse caso, resolvendo um aspecto do conflito distributivo, em favor da economia globalizada, agrava outros. Mas o orçamento não é global, mas nacional, territorializado (SANTOS, 1997, p. 336).

A temática da “corporalização” do território, assim denominada por Santos (1997), introduz uma outra análise relacionada à globalização, que merece ser pensada para as cidades do petróleo. Qual papel as políticas de promoção ou *marketing* das cidades desempenham nos processos de reestruturação urbana? Por que com o poder econômico advindo das rendas petrolíferas os municípios competem entre si por “mercados de produtos, capitais, de trabalho, obras, símbolos e signos e, por último, o mais recentemente criado, o mercado do espaço”? (SANCHEZ, 2001).

Para Sanchez (2001), os espaços são capturados pelas relações de produção capitalista e incorporados aos processos de reestruturação urbana em curso de duas maneiras. A primeira delas pela produção do espaço, por meio de obras de infraestrutura, operações logísticas de otimização de fluxos produtivos e obras de modernização tecnológica, que agregam diferencial técnico aos lugares para atração de empresas multinacionais. A segunda, pelo consumo do espaço, por meio de operações vinculadas ao turismo, ao lazer, ao setor imobiliário e àquelas voltadas especialmente ao consumo da cidade, estimuladas com publicidade e propaganda.

O recebimento de rendas petrolíferas potencializa a busca de participação de algumas cidades fluminenses no mercado global por meio do desenvolvimento de ferramentas ou mecanismos de acesso ao mercado mundial. Com o aumento de capital disponível, cresce a participação de municípios em feiras internacionais, com o claro objetivo de atrair empresas estrangeiras. Seja para investimento na indústria petrolífera e cadeia associada seja para desenvolvimento do potencial turístico das cidades litorâneas. Assim, o investimento em propaganda e *city marketing*, característico da mercantilização dos espaços, torna-se uma estratégia acessível também aos municípios do petróleo.

Segundo informações da assessoria de imprensa do Executivo Municipal de Maricá, a participação em feiras internacionais e visitas a investidores estrangeiros fazem parte das ações da cidade na busca de investimentos. A participação em eventos de divulgação da cidade em países como Itália, França, China e Portugal está entre as iniciativas da gestão local para divulgar o potencial do município. Estas ações ocorrem paralelamente ao incremento recente das rendas petrolíferas. Afinal, é preciso possuir capital disponível para inserir-se no mercado do *city-marketing*.

Outra estratégia utilizada para influenciar o consumo do espaço é a criação de eventos-marca para as cidades, com o objetivo de inseri-las em rotas específicas de segmentos de consumo, sobretudo de entretenimento. Rio das Ostras, por exemplo, investe na consolidação do Festival de Jazz na cidade, que recebe anualmente numerosos turistas nacionais e internacionais para o evento. Obviamente, é grande o retorno econômico para esta cidade da Ompetro. Contudo, a promoção de festivais envolve disponibilidade de capital para trazer artistas de renome, o que visivelmente é financiado com o dinheiro das rendas petrolíferas.

Outro caso de destaque é a cidade de Paulínia, na Região Metropolitana de Campinas, no estado de São Paulo. Os impostos recebidos com a operação da Refinaria de Petróleo Replan permitem que a gestão municipal invista nos últimos anos na promoção de festivais internacionais de entretenimento nas áreas de teatro, cinema e música, o que, por sua vez, converte-se em retornos econômicos mais

elevados para a cidade, que se estabelece como espaço de consumo, no contexto da disputa por mercado, através de uma estratégia categórica do *city-marketing*.

Maricá recentemente investe também na sua inserção em rotas específicas de segmentos de turismo, cultura e entretenimento. Em 2016, a Prefeitura Municipal de Maricá promove o Primeiro Festival Internacional da Utopia, que conta com a participação de personalidades nacionais e forâneas, atraindo grande público para a cidade.

Acredita-se que a globalização, entendida como a internacionalização do capitalismo, e o estímulo à instalação de empresas transnacionais, à propaganda e ao consumo do espaço podem influenciar a atração de população para zonas que abrigam a indústria petrolífera. O fato de uma cidade poder apresentar-se como produto no mercado mundial já seria por si só um incentivo ao investimento nos âmbitos nacional e regional, contribuindo assim para atrair população no plano local.

A partir da análise empírica das regiões fluminenses impactadas pelo petróleo, acredita-se que a urbanização nestas cidades se insere num contexto mais amplo de transformações da sociedade global (SASSEN, 1998; HARVEY, 1992). Ao receber um expressivo volume de receitas, em função da economia petrolífera, grande parte das cidades desenvolve estratégias próprias e particulares de inserção no mercado global, caracterizadas pelo estabelecimento de relações econômicas independentes da hierarquia do sistema nacional de cidades.

## **CAPÍTULO 2: URBANIZAÇÃO: PARCELAMENTOS, OCUPAÇÃO E A EXPANSÃO URBANA DE MARICÁ**

### **2.1 ASPECTOS TEÓRICOS SOBRE A URBANIZAÇÃO DISPERSA**

Dois fatores são imprescindíveis para pensar como crescem as cidades hoje. O primeiro deles é o ritmo de crescimento da população, ou seja, a intensidade com que uma determinada unidade espacial incrementa sua população dentro de um determinado período de tempo. O segundo fator se relaciona à forma como essa população se distribui no espaço, qual ou quais zonas são privilegiadas e como morfologicamente ela se configura no tecido urbano. A combinação entre estas duas dimensões da expansão urbana, o fator população e a questão morfológica, define o quanto é intensivo ou otimizado o consumo do espaço.

Ainda que o crescimento populacional hoje não constitua o maior temor da sociedade latino-americana, é indiscutível a importância da forma física como a população se distribui, uma vez que, no caso brasileiro, a população urbana se encaminha para a quase totalidade dos municípios.

O arrefecimento do crescimento populacional, impulsionado pela diminuição generalizada da fecundidade, reduz a pressão através dos números, mas de forma alguma banaliza-se a preocupação com o padrão de ocupação humana. Um contingente cada vez menor de população se distribui por grandes extensões, em que os limites entre o urbano e o rural se diluem na paisagem. Ocorre, atualmente, um descompasso notável entre crescimento populacional e expansão da malha urbana. Enquanto o incremento populacional diminui, há um crescimento indiscriminado do espaço físico destinado à cidade. Isso se deve ao modo como a população se distribui no espaço.

A distribuição física do contingente populacional pode ocorrer entre dois extremos, com diferentes nuances entre eles. No primeiro caso, há concentração espacial em torno de um ou poucos núcleos, o que caracteriza uma alta densidade urbana, que por sua vez resulta na otimização da infraestrutura. Ou, numa outra

vertente, ocorre a dispersão da população ao redor de diversos núcleos, o que conseqüentemente diminui a densidade e implica mais investimentos em infraestrutura e serviços urbanos.

A morfologia das unidades habitacionais<sup>36</sup> também influencia o consumo do espaço. Condomínios de lotes unifamiliares e horizontais provocam um impacto superior com relação ao consumo de espaço na comparação com unidades multifamiliares concentradas em edificações verticais.

Assim, a forma como a população se distribui no espaço é condicionada por numerosos processos que afetam a sociedade, que devem ser estudados de maneira complementar. Embora o ritmo de crescimento populacional venha diminuindo desde a década de 1980, a forma como a população se distribui no espaço mostra que a ocupação tem se dado de forma cada vez mais polinucleada.

A expansão da malha urbana também é influenciada pelo mercado imobiliário, que atua como um agente ativo da configuração das cidades. Isso se explica pela ascensão do capital imobiliário como fonte de acumulação de riqueza, a partir das rendas da terra. Destaca-se, no contexto estudado, que o mercado imobiliário constitui um dos investimentos mais lucrativos e em ascensão, uma vez que, no Rio de Janeiro, a elevação dos preços acumulada de janeiro de 2008 até janeiro de 2014 é de 137% (CARDOSO; LAGO, 2015, p. 348).

Com relação à expansão da cidade, o mercado imobiliário atua em dois sentidos. Um deles é a manutenção dos espaços vazios, à espera da valorização do solo urbano, o que por sua vez dificulta o processo de adensamento de áreas já urbanizadas, freando a otimização das infraestruturas urbanas. Em outro sentido, atua na produção desenfreada de novas edificações para consumo, sempre nos melhores espaços, caracterizando uma cidade onde:

Surrounding the center are blocks and blocks of empty lots, abandoned buildings, dying stores, a sad wasteland through which the fashionable

---

<sup>36</sup> No estudo de Kazuo (2015) há uma análise ampliada sobre essa problemática. O autor incorpora a relação entre dimensões do lote, da área construída e do gabarito, de maneira a desvendar como a renda fundiária se relaciona com o processo de verticalização e adensamento das cidades. Indica as vantagens e desvantagens encontradas nas propostas dos que defendem e condenam a densidade urbana.

people speed on wide highways to the suburbs, where the subdivisions and shopping centers expand rapidly outward onto the world's best farmland. (MEADOWS, 1999, p. 1).<sup>37</sup>

Na aglomeração urbana brasileira mais densa, representada pela metrópole de São Paulo, o processo de especulação imobiliária é determinante para a localização das classes sociais dentro do espaço urbano (KOWARICK, 1975; 1993). De um lado, os vazios urbanos à espera de valorização, do outro, a extensão horizontal da cidade para as regiões periféricas.

Os impactos urbano-ambientais mais característicos deste modelo de urbanização se concentram sobre alguns pontos-chave dos sistemas urbanos. O primeiro deles é a rede de transporte e mobilidade. Com um tecido urbano mais esgarçado, para percorrer maiores distâncias, intensifica-se o uso de transporte automotivo.

O aumento das demandas por mobilidade, por sua vez, requer um maior gasto com transporte público de massa, ao mesmo tempo em que causa um congestionamento nas cidades devido ao maior número de veículos particulares e coletivos, o que por sua vez eleva a poluição do ar, a poluição sonora e a visual. Com o aumento da frota de veículos cresce também a exposição da população a acidentes automobilísticos, elevando potencialmente o número de mortes por desastres no trânsito.

Outro ponto a se considerar sobre os impactos urbano-ambientais deste modelo de urbanização diz respeito à infraestrutura. A expansão da malha urbana consome mais espaço e serviços, ao requerer extensões de redes de água, esgoto, pavimentação, eletricidade e implantação de equipamentos urbanos tais como de saúde e educação. Adicionalmente, a expansão física do espaço destinado às cidades provoca a redução das áreas verdes, a privatização de espaços naturais e públicos (sobretudo com o formato de parcelamento em condomínios fechados) e

---

<sup>37</sup> 'Ao redor do centro estão blocos e blocos de terrenos baldios, edifícios abandonados, lojas mortas, um deserto triste através do qual os elegantes aceleram em largas estradas para os subúrbios, onde parcelamentos e centros comerciais expandem-se rapidamente para a melhor terra do mundo' (MEADOWS, 1999, p. 1, tradução nossa).

um impacto sobre áreas protegidas ambientalmente, tais como faixas marginais de rios e nascentes.

Para Reis Filho (2006),<sup>38</sup> a dispersão urbana deve ser estudada em duas escalas que se interligam. Uma delas é o tecido urbano, o modo como se definem as relações entre espaço privado, de uso coletivo e individual. Adicionalmente, na escala metropolitana, onde crescentemente ocorre um processo de macrometropolização.

Essa primeira escala que Reis Filho (2006) aponta abrange a nova estruturação das cidades, conformada a partir da atual constituição das áreas residenciais, em que a adoção da tipologia de condomínios fechados tem produzido inúmeras implicações sobre o tecido urbano e social, com destaque para a privatização de espaços públicos e a segregação socioespacial. Já a segunda incorpora a questão da pendularidade. No atual momento da urbanização brasileira, de grande complexidade socioespacial, quando se observa a localização das pessoas e das atividades sociais e econômicas, os deslocamentos pendulares tornam-se um fenômeno em ascensão nas aglomerações urbanas, em especial a metropolitana (CUNHA et al., 2013). Ambos os processos são observados no município objeto deste estudo, o que será abordado nas próximas seções, quando se analisam os parcelamentos e os deslocamentos pendulares de Maricá com os seus vizinhos metropolitanos.

A dispersão da população sobre o espaço tem sido estudada em todo o mundo e não há consenso sobre o termo utilizado para designar essa forma peculiar de urbanização. A urbanização dispersa ou extensiva é mais conhecida internacionalmente pelo termo *urban spraw*, que surge pioneiramente nos Estados Unidos para referir-se à forma de expansão urbana norte-americana, que é suburbana, de baixa densidade e com a disseminação crescente de diversos núcleos urbanos. O *sprawl* caracteriza-se pela suburbanização, ou seja, pela difusão das atividades e da população partindo do centro em direção às periferias.

---

<sup>38</sup> Trata-se de uma contribuição ao estudo da dispersão urbana do ponto de vista do urbanismo e da arquitetura, em que se analisam as características das mudanças em curso no processo de urbanização no Brasil e nos padrões do tecido urbano.

Este antiurbanismo mais ligado à dispersão que ao adensamento já é anunciado no início do século XX, com movimentos precursores do campo urbanístico como o City Beautiful, que apresenta com o Plano de Chicago (1909) a proposta de embelezamento da cidade e ao mesmo tempo o processo de suburbanização, com a criação das *parkways* impulsionada pela indústria automobilística (PINHEIRO MACHADO, 2006, p. 23). Das Cidades Jardim de Howard, às cidades propostas por Frank Lloyd Wright, grande parte dos urbanistas modernos prega a descentralização e a baixa densidade como solução para o drama urbano, característico da cidade industrial.

Após a Segunda Grande Guerra, nos Estados Unidos, a expansão urbana característica é aquela baseada na habitação unifamiliar, impulsionada pelo financiamento da casa própria suburbana, que se conecta ao centro através das grandes autopistas. Paralelamente, disseminam-se os centros comerciais ao longo dessas mesmas grandes vias de circulação rápida, sobretudo durante as décadas de 1960 e 1970, o que alimenta o crescimento do estilo de moradia que representa o *american way of live*.<sup>39</sup>

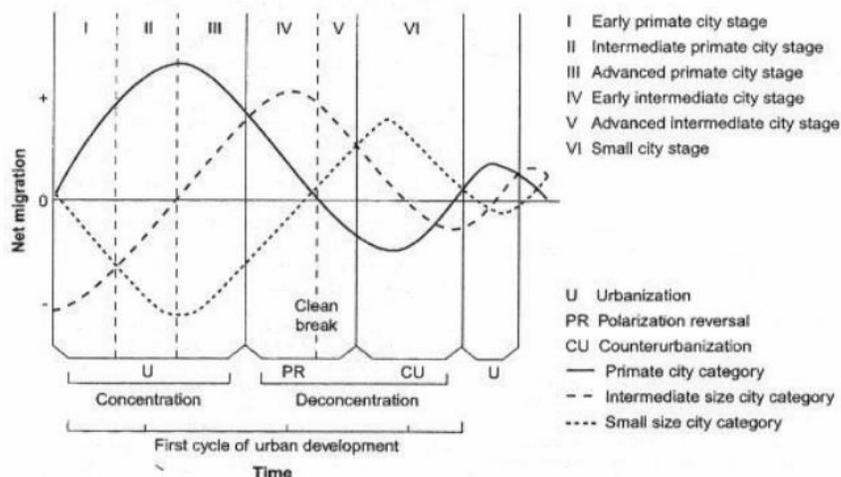
Outro termo utilizado para referir-se à cidade de contorno, ou àquela população que abriga as zonas periféricas dos grandes centros, é o utilizado por Garreau (1991), a *edge city*. Depois da suburbanização e do fenômeno dos shopping centers, a *edge city* é como o terceiro estágio de manifestação da vida moderna sobre a expansão urbana. Trata-se de espaços suburbanos, com áreas destinadas à habitação (grandes lotes unifamiliares) e aos negócios, comércio e serviços, voltados para a população de alta renda.

Champion (1988) analisa as mudanças nos padrões de distribuição populacional dos países da Europa Ocidental da década de 1970 e compara o passado e o presente: a concentração em torno dos grandes centros *versus* a desconcentração. O autor utiliza o termo *counterurbanization* para referir-se ao êxodo de famílias de mais alta renda em direção a zonas rurais, em países desenvolvidos.

---

<sup>39</sup> Modo de vida americano.

**Figura 1 – Conceito de diferenças na urbanização.**



Fonte: Geyer e Kontuly (1993) apud Champion (2001, p. 146).

A Figura 1 indica uma proposta de esquematização para os diferenciais de urbanização entre distintas categorias de cidades. Aponta um interessante ciclo de vida para elas, que pode ser pensado para os países em desenvolvimento. Se o estágio da contraurbanização ainda não é aparente nas cidades de capitalismo tardio, o certo é que ao menos a discussão entre concentração e dispersão (ou desconcentração, como utilizado pelo autor) já faz parte da agenda dos latino-americanos há tempos. A dispersão urbana constitui tema-chave para compreender as alterações das estruturas urbanas.

No Brasil, a estruturação urbana atual é caracterizada pela emergência de grandes empreendimentos, em especial em áreas interurbanas, fora dos núcleos centrais, com destaque para os condomínios fechados, com a implantação de complexos de serviços e de comércio, como os grandes centros comerciais (shopping centers).<sup>40</sup> Facilitados pelas novas tecnologias, sobretudo de comunicação e transporte, o deslocamento dos espaços de vida da população se

<sup>40</sup>Para aprofundamento das implicações territoriais do fenômeno shopping center indica-se a produção de Glauco Bienenstein, professor da Escola de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense.

transformam e passam a alterar a estrutura urbana que caracteriza o tecido urbano da cidade.

A diferença fundamental entre esta estruturação e aquela norte-americana, evidenciada ainda na década de 1960, diz respeito à composição social das áreas periféricas que, no caso brasileiro, recentemente tem se tornado bastante heterogênea. No caso dos Estados Unidos, os pobres ficam mais concentrados nas áreas centrais devido à necessidade do automóvel para deslocamentos longos para a periferia. Acredita-se que a utilização da teorização construída a partir da relação centro-periferia ainda possa ser utilizada para entender o processo de constituição do tecido urbano brasileiro na atualidade. Contudo, há muita complexidade, pois a periferia é composta agora tanto pelos que não podem arcar com os gastos de viver em áreas centrais, e se localizam forçadamente de maneira periférica, quanto pelos que podem arcar com os gastos de viver no centro e optam (por distintas razões) por morar na periferia.

No caso de São Paulo, para Caldeira (2000), ela tornou-se um espaço complexo que não pode ser mapeado pela simples oposição centro *versus* periferia, pois uma combinação de processos alterou a lógica espacial na maior cidade do país: a reversão do crescimento demográfico; a recessão econômica; a desindustrialização e a expansão das atividades terciárias; a melhoria da periferia combinada com o empobrecimento das camadas trabalhadoras; o deslocamento de parte das classes média e alta para fora do centro; e a ampla difusão do medo do crime.

Para Pasternack e Bógus (2015), que estudam as mudanças recentes na estruturação socioespacial da Região Metropolitana de São Paulo, o histórico modelo núcleo-periferia ainda organiza o espaço metropolitano, ainda que as autoras admitam o surgimento de novas configurações espaciais e uma redistribuição das atividades produtivas.

Alguns autores, em resposta a essa maior complexidade da realidade urbana brasileira, têm avançado em outras teorias, que apesar de novas ainda possuem muito da visão tradicional da cidade dividida. Na concepção dos pesquisadores do Observatório das Metrôpoles para o Rio de Janeiro, por exemplo,

a visão dualista da organização social na metrópole fluminense já foi superada, resultando em formas distintas de produção do espaço, onde se constata a ação de três dinâmicas: a auto-segregação das classes de alta renda concentradas em espaços mais valorizados, a periferação das classes populares e a invasão de áreas do núcleo metropolitano e de sua periferia imediata por parte dessas camadas, processo conhecido como “favelização” (RIBEIRO, 2015).

A manifestação da dispersão urbana deve considerar seu poder (re)estruturador<sup>41</sup> do espaço, pois ela representa uma nova forma de “[...] estruturação, ocupação e organização do território, formando núcleos urbanos, mas nem sempre (dependendo se de pobres ou de ricos) com a estrutura e infraestrutura compatíveis [...]” (COSTA, 2010, p.5).

Para analisar as possíveis manifestações de uma reestruturação urbana faz-se necessário primeiramente identificar os elementos que conformam tal estrutura. Ainda que ela envolva outras dimensões como as formas de gestão, o acesso a serviços e equipamentos públicos, aspectos morfológicos e políticos (SILVA, 2010), ela se relaciona com a distribuição da população e das atividades produtivas dentro do espaço. Nesta perspectiva, é fundamental considerar a dimensão que a moradia ocupa na estruturação urbana das cidades, sobretudo nas novas formas de parcelamento e ocupação urbana.

Um fator marcante da formação da estrutura urbana latino-americana e brasileira é a forte desigualdade de acesso à habitação, em especial quanto ao fator localização, em relação aos mercados de trabalho. A localização periférica ou a ocupação dos espaços descartados pelo mercado imobiliário continuam sendo as soluções para a população que não pode arcar com os custos de vida nos grandes centros. Paralelamente a esta realidade, a forma de expansão dos aglomerados urbanos se caracteriza cada vez mais intensamente pela constituição de condomínios fechados voltados para classes de maior renda e centros de comércio, serviços e entretenimento, localizados fora do núcleo mais urbanizado. A oferta de

---

<sup>41</sup> Para exemplificar a complexidade da estruturação urbana atual observe que a implantação de equipamentos de entretenimento ou conjunto de habitações não precisam necessariamente do caráter da centralidade para localizar-se e constituir-se. Sozinhos, por si só, geram novas centralidades.

terrenos compatíveis com essa morfologia urbana e a possibilidade do uso do transporte particular para efetuar os deslocamentos cotidianos favorecem este tipo de ocupação para além dos núcleos. As grandes distâncias são encurtadas pelo uso do automóvel.<sup>42</sup>

## **2.2 URBANIZAÇÃO E PARCELAMENTOS: OS LOTEAMENTOS ABERTOS E OS CONDOMÍNIOS FECHADOS EM MARICÁ**

Para compreender como vem se dando o processo de crescimento demográfico de Maricá faz-se necessário acompanhar o processo de urbanização do município, observando a forma de parcelamento do solo praticada ao longo de sua ocupação e para onde e como se dá a expansão urbana.

A urbanização neste texto é utilizada no sentido físico de extensão do tecido urbano com ampliação de terrenos urbanizados. Para Reis Filho (2006), a urbanização muitas vezes se refere a um processo social e demográfico, quando ocorre a transferência de população rural para o urbano, com adoção de um modo de vida urbano. No caso do município de Maricá esta conotação é um pouco contraditória, uma vez que as áreas que abrigam população urbana se expandem, sem que necessariamente elas sejam servidas por serviços públicos essenciais que as caracterizem como tal.

Mas qual seriam os serviços essenciais para considerar uma área urbanizada ou desprovida, carente? Há ampla variação de conceituação, por exemplo, para determinar o que seria um assentamento precário. Neste estudo, utiliza-se o conceito de aglomerado subnormal adotado pelo IBGE, para referir-se ao conjunto de domicílios constituído por 51 ou mais unidades habitacionais, caracterizadas por ausência de título de propriedade e pelo menos uma das

---

<sup>42</sup> Embora não haja um consenso quanto à disseminação deste padrão de expansão urbana caracterizado pela dispersão para todo o mundo, sobretudo a respeito do contraponto entre ocupação central e periférica, a priorização do transporte individual como parte importante do modelo de sociedade de consumo parece atingir em menor ou maior grau diferentes classes sociais ao redor do mundo. É parte constituinte do estilo de vida urbano. Os transportes de uso individual “[...] jogam um importante papel na compressão do espaço e do tempo nas cidades pós-modernas” (OJIMA, 2007, p. 95).

características como irregularidade das vias de circulação e do tamanho e forma dos lotes ou ainda carência de serviços públicos essenciais (coleta de lixo, rede de esgoto, rede de água, energia elétrica e iluminação pública).

Duas são as especificidades de Maricá que marcam a configuração de sua ocupação e que serão exploradas ao longo desta seção: a condição litorânea e metropolitana.

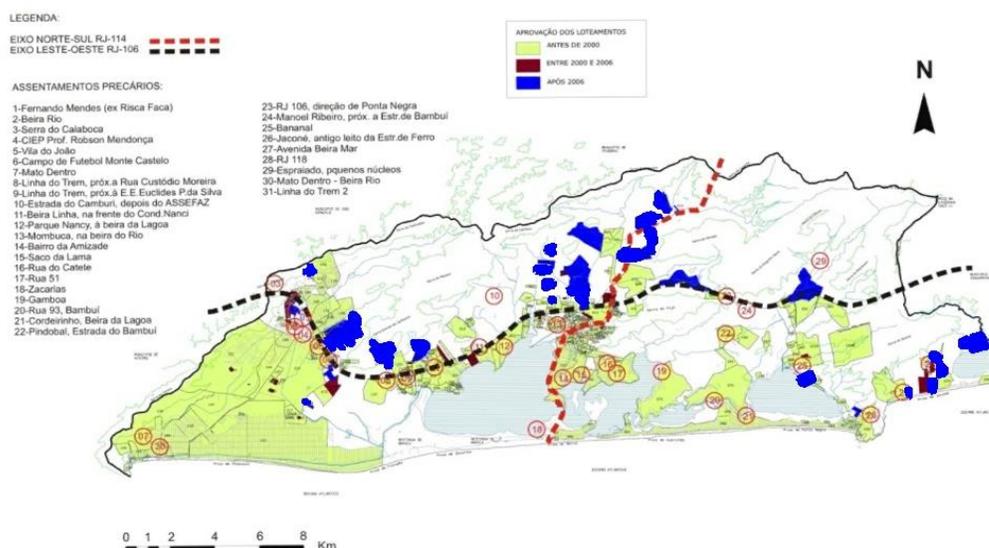
A condição balneária de Maricá é primordial para entender o processo de ocupação do solo. Além da ocupação urbana do distrito sede, a urbanização se expande pela parte litorânea, que a partir da década de 1950 é quase totalmente parcelada, em loteamentos abertos, notadamente com a intenção de explorar o potencial turístico da cidade.

Para Holzer (2016), o parcelamento de grandes glebas de terra, pertencentes a latifúndios agrícolas, para utilização como áreas de veraneio, constitui o principal antecedente da urbanização dispersa no município. Inicialmente, a intenção dos empreendedores que parcelam praticamente toda a porção costeira do município até a década de 1970 é de atrair “faixas da classe média que se deslocariam de automóvel para o trabalho” (HOLZER, 2016, p. 83). Essa ocupação não ocorre no ritmo vislumbrado pelos parceladores. A maioria da população que compra os lotes constrói a casa de acordo com a disponibilidade de renda da família, que a adota como segunda residência. Afinal, os serviços urbanos disponíveis são ínfimos e as condições de mobilidade não favorecem o deslocamento diário para o núcleo metropolitano.

O processo de parcelamento de terras para áreas de veraneio ocorre também em outros municípios próximos à capital, como Niterói. No entanto, o privilégio de parcelamento que prioriza as belezas naturais em detrimento da acessibilidade e, ainda, problemas de risco ambiental como alagamentos retardam o processo de ocupação nessas áreas. Assim, gera-se uma oferta excessiva de terra que leva o custo do metro quadrado praticamente a zero (HOLZER, 2016). Nesses parcelamentos, distantes dos núcleos centrais da cidade, predomina a constituição de moradias de veraneio e os serviços públicos são praticamente inexistentes.

Os loteamentos de destaque em Maricá, criados na década de 1950, são os litorâneos: (1) Jardim Atlântico, mais próximo a Niterói, em Itaipuaçu; e (2) Praia das Lagoas, que corresponde a outra porção costeira da cidade, no sentido de Saquarema. Eles podem ser visualizados no Mapa 2, na faixa marginal atlântica. Ao longo da década de 1950 grandes obras de drenagem são feitas na região para viabilizar a ocupação, com a construção de canais artificiais, com destaque para o Canal de Ponta Negra e Itaipuaçu, que fazem até hoje a ligação entre o mar e o sistema lagunar. Mas elas não são suficientes para impulsionar a ocupação da região naquele momento.

## Mapa 2 – Parcelamentos do solo urbano e assentamentos precários. Maricá, 2016.



Fonte: Rocha, 2011.

Nota: Mapa atualizado pela autora em 2016.

Maricá possui um território muito amplo e o parcelamento da quase totalidade da faixa litorânea potencializa a dispersão da população no município. Segundo Holzer (2016), o estoque de lotes em Maricá, até o final da década de 1970, é de cerca de 90 mil a 110 mil unidades. E até 2000, a ocupação média nas quadras pertencentes a eles não passa de 30%.

O processo de estímulo à ocupação da faixa oceânica em Maricá funciona relativamente bem até o final da década de 1990, ainda que não com o ritmo esperado pelos empreendedores que parcelaram a quase totalidade dessa área. Muitas pessoas compram lotes em Maricá, em prestações, e constroem paulatinamente, em sua maioria, segundas residências, de uso ocasional.

Durante as décadas de 1970 e 1980, um fator externo e um intraurbano influenciam a ocupação dos loteamentos, em especial perto do mar em Maricá. O primeiro deles é a melhoria do acesso ao núcleo metropolitano. O segundo, a construção interna da Ponte do Boqueirão.

A Ponte Presidente Costa e Silva (Rio-Niterói) é edificada durante o período militar, com 13,3 km de extensão, e posteriormente é aberta para trânsito de coletivos. Sua inauguração, em 1974, facilita a conexão entre o núcleo metropolitano e sua periferia, do lado correspondente ao Leste Fluminense. Anteriormente, a única opção rodoviária para acessar a região era através do município de Magé, em um trajeto que atravessa mais de 100 quilômetros por terra. Após a construção da Ponte Rio-Niterói, a população urbana supera a rural em diversos municípios da Região dos Lagos (HOLZER, 2016). Vivencia-se o processo de transição urbana já experimentado por muitas das grandes cidades brasileiras na década de 1960.

O elemento intraurbano que facilita, anos mais tarde, a expansão urbana de Maricá para a zona litorânea é a construção da Ponte do Boqueirão, em 1979. Ela conecta a região central da cidade, o distrito sede, aos loteamentos de seu amplo complexo lagunar e costeiro. Anteriormente, essa ligação era muito mais longa, feita mais comumente por via terrestre através de São José do Imbassaí.

A segunda característica importante para entender o crescimento de Maricá compreende a conexão metropolitana, que ocorre através da Rodovia Estadual Amaral Peixoto (RJ-106), que corta o município longitudinalmente, dividindo-o em duas porções. A porção sul é a mais ocupada, com praias e lagoas, ao passo que a porção norte caracteriza-se em grande parte como rural, com vastas planícies, serras e áreas de preservação, onde vem ocorrendo um intenso processo de urbanização, com a implantação de condomínios fechados. A figura das serras

e a paisagem intocada se traduzem na linguagem do mercado imobiliário em qualidade de vida e exclusividade, vendidas como diferencial de padrão habitacional encontrado na cidade.

O trajeto da Rodovia Amaral Peixoto coincide em grande parte com a estrada de ferro que conectava Maricá a outros municípios.<sup>43</sup> Ativa de 1889 até 1963, a estrada de ferro escoava a produção pesqueira e de banana e chegou a ter 157 quilômetros de extensão, ligando municípios desde Cabo frio até São Gonçalo.

Quando a ferrovia é construída, áreas de terras ao longo do território maricaense são desapropriadas. Grande parte dessas terras pertence a antigas fazendas, anteriores aos loteamentos atuais. Em todo o estado do Rio de Janeiro, quando da desativação da estrada de ferro, há indefinição quanto à titularidade das terras.

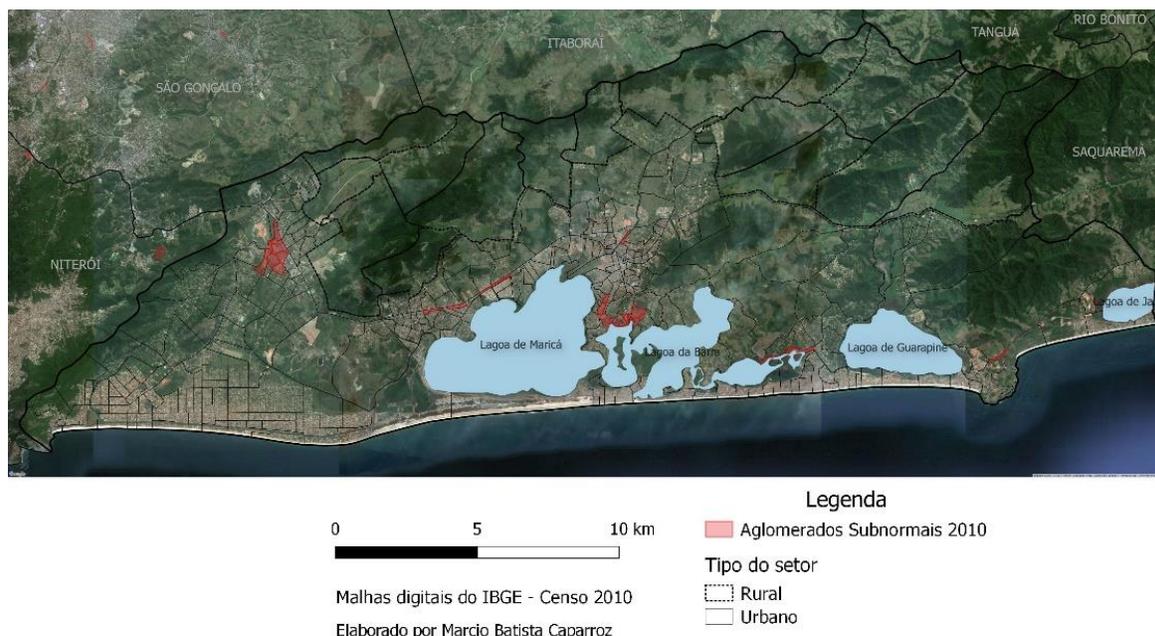
Em Maricá, algumas áreas são incorporadas àquelas de domínio não edificantes da rodovia RJ-106. Outras são ocupadas irregularmente por comércio e pequenas indústrias. Alguns atos ilícitos mais graves são praticados, casos em que pessoas da administração pública local forjam documentos de aprovação e lançamento de lotes nestas zonas, incorporando-os a loteamentos já existentes. No entanto, as zonas correspondentes aos antigos trilhos dos trens e os pátios de manobra e estações tornam-se principalmente áreas de posse ou áreas informais de ocupação,<sup>44</sup> que abrigam elevada parcela da população que não possui meios de arcar com os gastos da moradia formal na cidade. Grande parte do que constitui os assentamentos informais em Maricá hoje encontra-se nas antigas áreas de domínio da ferrovia, perto da RJ-106, que atravessa a cidade, como se nota no Mapa 3.

---

<sup>43</sup> Antes da ferrovia, a Estrada Velha de Maricá fazia a conexão com os municípios vizinhos.

<sup>44</sup> Alguns processos de regularização fundiária foram abertos pelo Executivo municipal para comunidades que ocupam informalmente estas zonas, na região de São José do Imbassaí. O impasse quanto à titularidade da terra inviabiliza a finalização da titularidade, prejudica a formalização da posse e, por sua vez, a garantia do direito à moradia.

### Mapa 3 – Aglomerados subnormais. Maricá, 2010.



Fonte: IBGE. Microdados do Censo Demográfico 2010.

Em Maricá, segundo o Censo de 2010, existem aproximadamente 3 mil domicílios situados em 15 assentamentos precários, totalizando uma população de 9.751 pessoas. Segundo o Executivo Municipal, são 31 assentamentos precários,<sup>45</sup> demarcados pela Lei Complementar Municipal nº 145/2006. Eles correspondem a: (1) zonas de antigo domínio da ferrovia que atravessava a cidade, em sua maioria ao longo da RJ-106; (2) áreas não edificantes remanescentes dos antigos parcelamentos da cidade, sobretudo ao redor da região central; (3) terrenos em áreas de proteção ambiental, sobretudo a faixa marginal do sistema lagunar.

Geralmente, aqueles que não possuem renda para arcar com o custo de um lote urbano legal constroem suas casas, por meio da autoconstrução, em terrenos geralmente de posse, pouco disputados pelo capital imobiliário. Dessa maneira, além dos lotes formais em parcelamentos abertos, o município de Maricá

<sup>45</sup> Pesquisa realizada pela UFF e ONU-Habitat, entre 2000 e 2008, quanto aos impactos do Comperj na região do Leste Fluminense mapeou 14 assentamentos precários em Maricá. A diferença quanto ao número de assentamentos identificados está relacionada à metodologia utilizada. O IBGE considera assentamento uma aglomeração mínima de 50 famílias. Já o critério utilizado pelo Executivo Municipal é mais amplo.

apresenta um estoque de terras de posse onde funciona ativamente um mercado informal de moradias. A região do terceiro distrito de Inoã, mais próxima ao núcleo metropolitano, apresenta os assentamentos precários mais densos do município (ONU; UFF, 2008) e é, também, um dos distritos que mais cresce demograficamente em Maricá, como será visto no quarto capítulo.

Os dados de mobilidade espacial da população, que serão vistos no próximo capítulo, indicam uma forte conexão metropolitana do município de Maricá, que ocorre exatamente através da rodovia estadual que conecta a cidade com a capital e com municípios vizinhos de Niterói e São Gonçalo, com os quais mantém um intenso processo de trocas populacionais.

Com o passar dos anos, Maricá passa a constituir uma opção de moradia próxima ao núcleo metropolitano, processo que se inicia com a substituição de segunda moradia, ou seja, de casas de veraneio, por moradias fixas e extrapola o núcleo daqueles que já frequentavam a cidade. Isso funciona, por exemplo, como extensão da ocupação da Região Oceânica de Niterói.

O quarto distrito de Itaipuaçu é um dos que mais recebe população na cidade. Embora Maricá esteja separada geograficamente do município vizinho pelo Parque Estadual da Serra da Tiririca, um equívoco muito comum é praticado pelos mais desavisados: achar que Itaipuaçu faz parte do município de Niterói.

No final da década de 1980, há em Maricá um enorme estoque de áreas parceladas, em loteamentos abertos, com ocupação rarefeita, para os quais o município deve prover serviços básicos de infraestrutura. Diante dos desafios de urbanização, a gestão municipal começa a dar preferência ao estabelecimento de parcelamentos fechados.

Com a dificuldade histórica notável que os municípios enfrentam para urbanizar todo o seu território, o grande diferencial oferecido pelos condomínios fechados é a infraestrutura implantada pelo loteador. Assim, apesar de os condomínios não estarem contemplados na Lei Federal de Parcelamentos nº 6766/79, muitos municípios têm impedido a formação de loteamentos abertos, forçando a produção de condomínios fechados, e repassando a responsabilidade

de prover serviços<sup>46</sup> básicos como luz e água. Contudo, em Maricá, inicialmente, são os condôminos (e não o empreendedor) que instalam os serviços essenciais.

Esse era um expediente para não se responsabilizar pelo fornecimento e manutenção dos serviços públicos, que eram e ainda são arcados pelos condôminos. Muitos desses parcelamentos eram entregues sem o fornecimento de rede de energia, iluminação pública, redes de drenagem, de água e de esgotamento sanitário e alguns locais não eram atendidos nem por coleta de lixo. (HOLZER, 2016, p.85).

Maricá permanece como município de uso ocasional, sobretudo no verão, quando as famílias optam por passar suas férias e feriados na praia, geralmente em suas segundas residências, mantidas por caseiros<sup>47</sup> durante o ano. Mas outros padrões habitacionais aparecem como oportunidades para moradia fixa na cidade.

A gestão municipal passa a priorizar a instalação de condomínios fechados. Eles se localizam para além dos núcleos urbanos já consolidados, já que não há grandes porções disponíveis para esse padrão de ocupação na praia, zona totalmente parcelada até a década de 1980. Em Maricá, desde o início da década de 2000, a forma de parcelamento praticada é a de condomínios fechados em grandes glebas e formação de pequenos condomínios multifamiliares em loteamentos abertos.

A proximidade de Maricá com o núcleo metropolitano reforça o crescimento dos condomínios fechados, onde a população de maior renda opta por estabelecer moradia. Essa realidade faz parte de um processo maior de periferização, ou seja, a constituição das “novas periferias” (COSTA, 2006; CUNHA, 2016) ou “periferias elitizadas” (CUNHA, 2015). Se antes as áreas mais afastadas dos centros valorizados eram reservadas às camadas mais pobres que não podiam

---

<sup>46</sup> Adicionalmente, segundo Santos Junior (2009), os condomínios fechados acabam por propiciar também uma desoneração do Estado a partir do não provimento de políticas de inclusão social. Essa substituição de papéis reflete a crescente atuação dos agentes privados na produção do espaço da cidade, que se inicia com uma justificativa econômica no âmbito industrial e de serviços com o poder dos grandes empreendedores em ocupar os territórios, e que passa também, progressivamente, para o setor residencial.

<sup>47</sup> Profissional dedicado a tomar conta da casa durante a ausência do proprietário, em uma ocupação em que se destacam as atividades de vigilar, limpar e cuidar do imóvel, podendo ou não o trabalhador residir no mesmo.

arcar com o custo de vida naquelas zonas, agora não apenas na RMRJ, mas em grande parte das áreas metropolitanas do país, assiste-se ao espraiamento das classes sociais rumo a espaços cada vez mais distantes, desde que com boas acessibilidade e infraestrutura. Essas famílias buscam alternativas habitacionais e, diante das facilidades de conectividade de transporte e comunicação com as metrópoles, veem na periferia condições atrativas para constituir seus locais de moradia.

A elevação dos custos de vida nas grandes cidades, a deterioração das condições de vida evidenciadas pela violência e poluição urbana e o trânsito caótico constituem algumas das motivações que alteraram a composição social das periferias no Brasil. Obviamente, o mercado imobiliário, atento às necessidades da população, e aproveitando-se do preço mais barato de grandes porções de terra fora do núcleo mais urbanizado e, portanto, mais valorizado, faz crescer rapidamente as ofertas imobiliárias mais próximas à natureza e distantes da densidade característica dos centros urbanos.

Um conjunto diversificado de classes sociais compõe as áreas periféricas, que, no caso brasileiro, referem-se em sua maioria aos municípios que formam os aglomerados urbanos metropolitanos. Todavia, eles são marcados pela segregação socioespacial, em especial porque a população de alta e média rendas costuma constituir moradia por meio de loteamentos e condomínios fechados.

Os condomínios fechados não constituem um fenômeno isolado, mas a versão residencial de segregação das cidades contemporâneas.<sup>49</sup> Estão no cerne de uma ampla categoria de empreendimentos urbanos direcionados para a classe média alta que alteram o panorama da cidade (CALDEIRA, 2000).

---

<sup>49</sup> Caldeira (2000) classifica os condomínios fechados como uma tipologia chamada de enclaves fortificados, em que distintas classes sociais convivem de maneira próxima, mas se mantêm separadas por barreiras físicas e sistemas de controle e identificação. A autora utiliza o termo para referir-se também a conjuntos de escritórios ou shopping centers. São espaços privatizados, fechados e monitorados para diferentes usos: residência, consumo, lazer e trabalho. Constituem um dos principais instrumentos do novo padrão de segregação espacial das cidades. Para aprofundamento sobre o tema dos requisitos de monitoramento e proteção, que caracterizam estes espaços, indica-se produção do grupo de pesquisa da Universidade Federal Fluminense denominado “Arquitetura da Violência”, coordenado pela Professora Sônia Ferraz.

Os condomínios fechados no Brasil obviamente não são uma invenção original. Eles têm características comuns aos espaços ocupados pelas elites nos Estados Unidos, por exemplo, mas há muitas diferenças que particularizam o fenômeno no país. O fato de serem totalmente fechados em si mesmos não é compatível com a maioria dos empreendimentos americanos. Nos EUA, os empreendimentos fechados (*gated communities*) constituem apenas 20% dos *common interest development* (CID, ou 'incorporações de interesses comuns') (CALDEIRA, 2000, p. 262).

É preciso considerar que a periferia que originou esses condomínios nos Estados Unidos nada tem a ver com a periferia brasileira. "Eles pretendiam ser a resposta ao individualismo predominante nas grandes cidades americanas, marcadas pelo ritmo da produção industrial e a sua consequente competitividade" (SANTOS JUNIOR, 2009, p. 10). No caso brasileiro, com a introdução de novas tecnologias de comunicação e transporte (e também de novos modos organizacionais), as unidades produtivas industriais passam a pulverizar-se pelo espaço urbano, sobretudo para além dos núcleos metropolitanos. Os serviços, o comércio e o setor habitacional acompanham esse movimento.

O atual momento de mundialização econômica, combinado com as novas tecnologias, impõe alterações ao sistema econômico produtivo e à vida cotidiana que influem na distribuição espacial da população, nos locais de moradia e trabalho, nos deslocamentos e na forma em que se constituem as habitações entre as diferentes classes sociais.

Por dentro, os condomínios fechados são vendidos sob o apelo do amplo espaço para moradia e lazer, urbanizado, e geralmente explora-se a proximidade com algum recurso natural, com ampla infraestrutura de serviços e comércio. Por fora, o que se presencia são o isolamento e os muros. Observam-se descontinuidade e fragmentação do tecido urbano, uma vez que são voltados para o interior e não para a cidade. A fragmentação do espaço é também motivada pela busca pela proximidade com o patrimônio natural, que ocorre de forma irregular no espaço. Espaços urbanos então são produzidos de forma descontínua, formando manchas de ocupação.

O crescimento dos condomínios fechados resulta em mudanças da morfologia urbana e em alterações nas paisagens e imagens da cidade. O parcelamento de grandes glebas, que não dialogam com o entorno, produz descontinuidades na paisagem urbana, caracterizando a não interação destes espaços com o restante da cidade, o que inclui outras unidades características de concentração de uma população homogênea, ou seja, outros condomínios fechados.

Em cidades onde o espaço urbano se caracteriza pela fragmentação, em que ocorre o parcelamento e ocupação de condomínios fechados, raramente se mantêm os princípios de livre circulação e acessibilidade, que deveriam vigorar em uma sociedade moderna. Assim, o uso e o caráter dos espaços urbanos se modificam, o acesso aos espaços públicos é restringido.

Esse processo de parcelamento de grandes glebas voltadas para o interior tem ocorrido progressivamente em Maricá, onde a implantação de condomínios fechados ocorre ao longo da conexão com o núcleo metropolitano, ou seja, áreas ao longo da Rodovia Estadual RJ-106. Com o anúncio de implantação do Comperj, em Itaboraí, a ocupação no eixo da Rodovia RJ-114, que conecta Maricá com o município vizinho, amplia-se bastante (ROCHA, 2011; HOLZER, 2016). Atualmente, existe uma ampla oferta de lotes, em condomínios, na porção norte da cidade, composta de grandes fazendas que vêm sendo desmembradas segundo critérios particulares, que não permitem manter condições mínimas de integração e acessibilidade nesta região da cidade. Caso não ocorra uma intervenção por parte da gestão municipal em relação ao planejamento urbano, futuramente, o tecido urbano estará totalmente fragmentado, conectado apenas por uma via, a Rodovia RJ-114, que liga Maricá ao município vizinho de Itaboraí, onde se localiza o Comperj.

A lógica capitalista de consumo que se baseia na recriação e invenção de novos produtos se materializa também no mercado imobiliário. Desta maneira, as funções lazer e entretenimento são exploradas na alienação dos imóveis, muitas vezes em detrimento da função principal: o espaço para a moradia. Eis que surge uma diversidade de condomínios que oferecem serviços ditos exclusivos das mais

distintas ordens. Constituem verdadeiras cidades dentro das cidades, que representam a associação da moradia com os processos de reprodução de capital conforme promovido pelos agentes imobiliários.

Os condomínios fechados podem ser entendidos como produto-processo da ordem urbana que se instala nas cidades brasileiras, sob a lógica capitalista em que a sociedade está imersa. Apesar de eles aparentemente representarem o espaço das elites, uma vez que são as classes mais ricas que experimentam pela primeira vez esta forma de moradia, como um produto característico de mercado, os condomínios fechados estão se tornando acessíveis às camadas médias.

Os agentes privados, atentos ao grande déficit habitacional que se apresenta às classes mais baixas, buscam agora reproduzir estes espaços, só que de forma compacta. Constroem um padrão de moradia com os mesmos apelos imobiliários de conforto e segurança, mas que caiba no bolso da população. Esta forma de morar não difere muito dos espaços fechados que se destinavam, a princípio, aos ricos. Segundo D’Otaviano (2008), os empreendimentos para as camadas mais pobres, em regiões periféricas, são a bola da vez na Região Metropolitana de São Paulo. Apesar do pequeno tamanho das unidades e das poucas áreas privativas e coletivas, o que se vende é o estilo de vida em condomínio. Desta forma, os condomínios fechados não são locais de moradia exclusiva das altas classes na metrópole paulista.

No Rio de Janeiro, o modelo “condomínio fechado” tem se consolidado também como tipologia de organização dos empreendimentos habitacionais como o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). Seu histórico de instalação se inicia pela região da Barra da Tijuca, ainda na década de 1970, e aos poucos esse modelo é apropriado na produção para os setores médios para além do núcleo metropolitano. Essa tipologia tem fortes implicações na privatização de espaços públicos, com a segmentação do viário e da circulação e a criação de barreiras à mobilidade, de modo que esses espaços deixam de ser de responsabilidade das prefeituras e passam a ser geridos pelos condomínios (CARDOSO; LAGO, 2015, p. 351). No município de Maricá, dois grandes condomínios fechados de blocos de

apartamentos verticais de quatro pavimentos foram entregues a aproximadamente 3 mil famílias, através do PMCMV, nos distritos de Itaipuaçu e Inoã.

Os condomínios fechados constituem uma forma peculiar de moradia disseminada por todo o mundo ocidental, inicialmente para as classes de maior renda, e a Prefeitura Municipal de Maricá tem potencializado sua implantação no território maricaense.<sup>51</sup> Depois do ano 2000, não há registro de licenciamento de loteamento aberto na cidade, onde a forma de parcelamento mais praticada corresponde à de condomínios fechados, um personagem principal no processo de dispersão intraurbana que ocorre em Maricá. Nele, prioriza-se o parcelamento e a ocupação de novas áreas, em detrimento ao adensamento dos núcleos já constituídos, dotados de certa infraestrutura, como a região central da cidade.

Com a duplicação da RJ-106 em 2006, o processo de parcelamento urbano é incrementado com a instalação de condomínios fechados ao longo da rodovia nos municípios de Maricá e São Gonçalo. A melhoria da conexão viária estimula o processo de produção imobiliária, com a ocupação de áreas amplas disponíveis para expansão urbana, relativamente próximas ao núcleo metropolitano, constituindo uma opção de solo urbano mais barato (ainda que com menos ofertas de serviços), quando comparado à capital.

Também em 2006, com o anúncio de construção do Comperj a apenas 25 quilômetros de Maricá, o município chama a atenção de grandes empresas do

---

<sup>51</sup> Os condomínios fechados não estão previstos na legislação federal nem estão regulamentados pela Lei de Parcelamentos n.º 6766, assim, sua aprovação dá-se via ato do poder municipal, ou seja, por meio de decretos. O histórico de polêmica relacionada à implantação de condomínios fechados em Maricá é grande. Cada vez que uma porção de terra é parcelada para dar lugar a um condomínio fechado, a legislação municipal exige a doação de uma parcela mínima de 10% do total da área edificável para implantação de equipamento público. A mesma legislação prevê a possibilidade de recebimento em espécie, via Fundo Municipal de Habitação. Porém, na prática, ocorrem várias irregularidades quando da negociação para implantação destes empreendimentos. Destacam-se negativamente os episódios ocorridos quando da aprovação de vários condomínios fechados ao final de 2008, momento de transição política no município. Alguns foram estabelecidos de forma totalmente irregular, como os denominados condomínios rurais, contestados judicialmente, uma vez que um lote mínimo, em área rural, deve ter no mínimo 10 mil m<sup>2</sup>. Outros apresentavam área de doação à Prefeitura ou incompatíveis com a ocupação ou de difícil utilização (áreas correspondentes a morros e áreas não edificantes, como faixas marginais de proteção). Em contrapartida, há casos recentes bem-sucedidos. O terreno utilizado para a construção de aproximadamente 1500 unidades habitacionais para a população de baixa renda, do PMCMV em Inoã, foi negociado com a empresa Alphaville como retorno ao município por compensação da construção do condomínio fechado do grupo em uma gleba de terras também em Inoã.

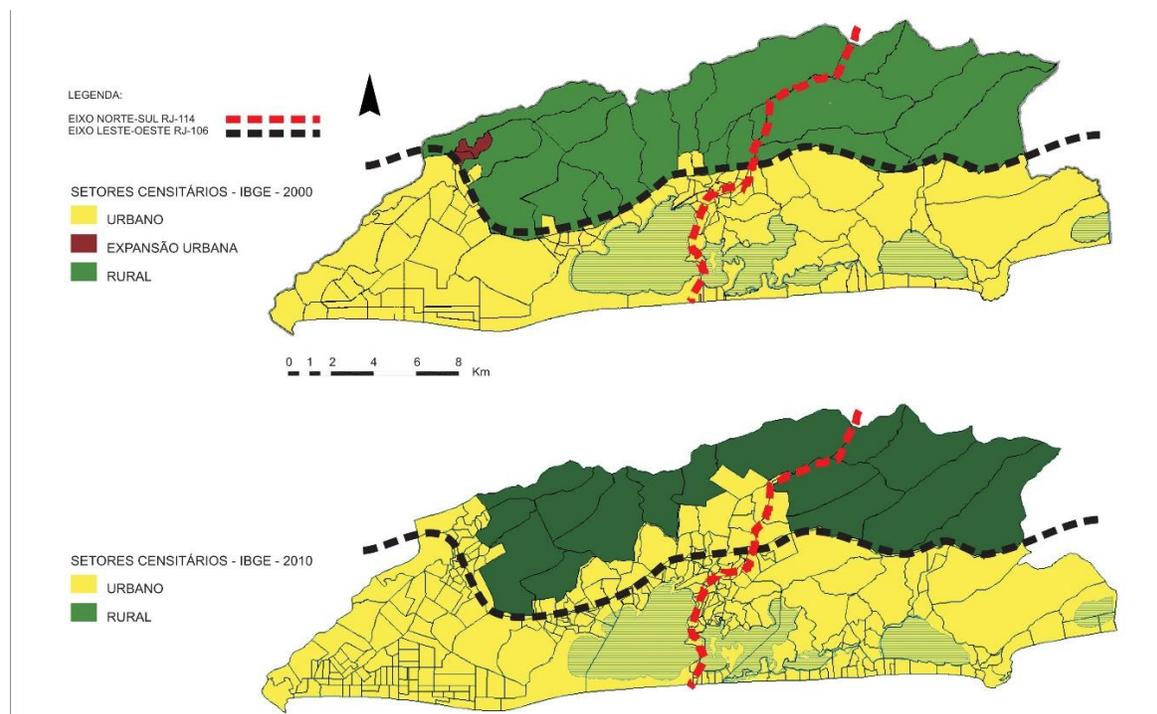
setor imobiliário, que lançam empreendimentos na cidade voltados para a população de alta renda que viria a residir na região. Brookfield e Brascan se destacam nesse contexto, adquirindo terras no município para o lançamento de condomínios fechados.

O incremento dos transportes urbanos intermunicipais, a melhoria das condições rodoviárias, a facilidade de compra via financiamento de automóveis e também da introdução de novas tecnologias de comunicação ajudam a entender o sucesso dos condomínios no município de Maricá, que se tornam uma solução de moradia próxima à capital. Observa-se, assim, a disseminação em Maricá, assim como em outros municípios brasileiros, da forma de ocupação das periferias metropolitanas por classes de maior renda que, facilitadas pelo transporte individual, começam a dispersar-se pelas zonas periféricas, mantendo seus espaços de vida atrelados ao núcleo metropolitano.

Recentemente apontado por SPONCHIADO (2016) como espaço da autossegregação das elites em Campinas, esse tipo de expansão urbana é encontrado também na Região Metropolitana de Belo Horizonte, onde ocorre o fenômeno que Costa (2006) denomina “novas periferias”. Observa-se a emergência de loteamentos de acesso restrito ao longo do Eixo Sul, em Belo Horizonte, uma região bastante complexa do ponto de vista fundiário e que vem progressivamente sendo ocupada pelas elites.

A ocupação de Maricá se concentra na porção sul do município, entre o Oceano Atlântico e os limites da Rodovia Estadual RJ-106, que liga ao núcleo metropolitano. Contudo, o crescimento populacional, a partir da década de 1990, vem acompanhado de um intenso processo de expansão urbana para além desse perímetro. Isso pode ser observado com maior força a partir da década de 2000. No Mapa 4 pode-se visualizar a tendência de crescimento da mancha urbana para a porção norte do município. No mapa de 2000, há a categoria de situação de domicílio denominada “área de expansão urbana”, em cor marrom, que indica uma expansão para além da RJ-106, que atravessa o município no sentido transversal, para uma região mais próxima ao núcleo metropolitano.

**Mapa 4 – Setores censitários, segundo situação do domicílio. Maricá, 2000-2010.**



Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000-2010. Elaboração própria.

Na década seguinte, a categoria rural de expansão urbana desaparece e grande parte desta área passa de rural-expansão urbana para urbana, confirmando a dispersão da população para além dos núcleos já urbanizados do município. Em 2010, a ocupação urbana segue expandindo-se ao longo da RJ-106 e da RJ-114, na porção norte do município, onde cresce a implantação de condomínios fechados.

Maricá possui amplas áreas para expansão urbana. De um lado, grandes porções de terra para implantação de condomínios fechados. De outro, um estoque de lotes em parcelamentos abertos “[...] o fato é que, ainda hoje, em 2015, considerando o estoque de lotes acumulados desde a década de 1950, o município possui de 100.000 a 150.000 lotes vagos” (HOLZER, 2016, p. 91).

Para Holzer (2016), o simples fato de haver essa quantidade de lotes disponíveis em uma área periurbana de uma grande metrópole, como o Rio de Janeiro, já é suficiente para gerar um *urban sprawl*. Porém, diante de um estoque

de lotes disponíveis, o mercado imobiliário segue impulsionando a expansão urbana para áreas ainda não parceladas, distantes dos núcleos urbanos consolidados no município. Mas esta tipologia habitacional se dirige primordialmente às classes de maior renda, que se transferem para residir em Maricá.

Os condomínios fechados em Maricá correspondem a condomínios horizontais de lotes, com áreas privativas e de uso comum, geralmente com instalações como piscina, quadra esportiva e espaço para eventos comemorativos. Uma parcela de solo urbano com no mínimo 360 m<sup>2</sup> é vendida e cada morador desenvolve, a critério individual, um projeto residencial unifamiliar de acordo com as suas necessidades. Os empreendedores imobiliários raramente compram lotes em condomínios fechados para construir moradias e posteriormente aliená-las, devido aos altos valores da porção de terra nestes espaços.

Paralelamente, no restante da cidade, a construção que atende ao mercado de classes média e baixa compreende a produção de casas em sistema de condomínio, o que ocorre em todos os loteamentos abertos, mais antigos, conforme será analisado na próxima seção.

### **2.3 O MERCADO DE MORADIAS EM SISTEMA DE CONDOMÍNIO MULTIFAMILIAR**

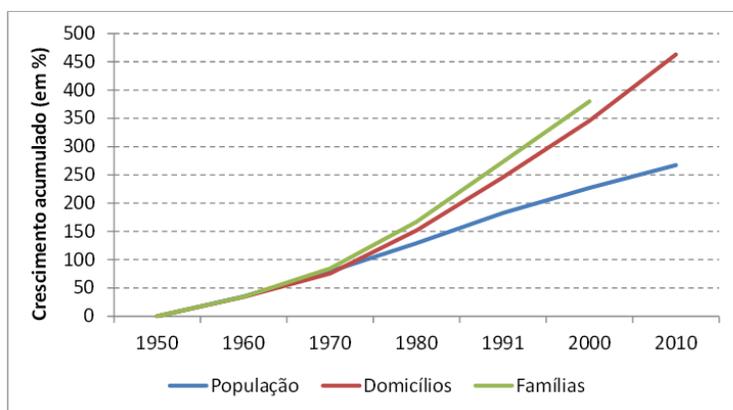
Aspectos correspondentes à moradia, um dos elementos mais importantes da estrutura urbana, ajudam a entender a atração populacional que ocorre em Maricá. Tais aspectos, por sua vez, relacionam-se com a produção do espaço urbano, especialmente com o parcelamento do solo, o mercado de terras, a atuação do mercado imobiliário e a política habitacional.

Além dos loteamentos de acesso restrito, em Maricá, o mercado mais ativo de moradias para venda dá-se em loteamentos abertos. Acredita-se que a combinação entre solo mais barato, relativamente próximo ao núcleo metropolitano e com acesso ao financiamento habitacional proporciona as condições necessárias para o desenvolvimento do segmento da construção civil na cidade. O acréscimo

acelerado do número de domicílios próprios que ainda estão sendo pagos demonstra a dinâmica atual do mercado de moradias, que cresceu enormemente em Maricá: aumento de 317% em uma década (OLIVEIRA; TAVARES, 2015). No quarto capítulo serão explorados os dados de condição de ocupação dos domicílios, de maneira a analisar a importância do financiamento habitacional para o crescimento demográfico em Maricá, uma vez que a maioria dos financiamentos se dá nesta tipologia habitacional.

O número de domicílios no Brasil tende a crescer em um ritmo bastante superior ao da população. O Gráfico 9 indica que o número de famílias cresce proporcionalmente mais do que o número de domicílios, que por sua vez tem acréscimo superior ao do conjunto da população. Segundo Alves e Cavenaghi (2012), entre 1950 e 2000, o crescimento médio da população foi de 2,4% ao ano, a dos domicílios, de 3,0% ao ano, e o das famílias, de 3,2% ao ano. A população brasileira passou de 93,1 milhões de habitantes para 190,7 milhões de habitantes, enquanto o número de domicílios particulares permanentes passou de 17,6 milhões para 56,5 milhões.

**Gráfico 9 – Crescimento acumulado proporcional de população, domicílios e famílias. Brasil, 1950-2010.**



Fonte: Alves e Cavenaghi (2012).

Como se pode observar na Tabela 11, no Brasil e no estado do Rio de Janeiro, os domicílios particulares ocupados crescem a um ritmo mais de duas

vezes superior ao da população. Para Maricá, o crescimento da população, de 2000 a 2010, é de 5,2% ao ano. Já os domicílios particulares ocupados crescem em ritmo ainda superior: 6,4% ano. Ou seja, um acréscimo de quase 20 mil domicílios em dez anos.

**Tabela 11 – Taxa de crescimento médio anual da população e dos domicílios, por condição de ocupação. Brasil, estado do Rio de Janeiro e Maricá, 2000/2010.**

Taxas geométricas anuais de crescimento				
Unidade Espacial	População Total	Domicílios Total	Domicílios particulares ocupados	Domicílios não ocupados uso ocasional
Brasil	1,17	2,20	2,46	3,89
Rio de Janeiro	1,06	1,68	2,10	2,72
Maricá	5,21	4,49	6,44	1,64

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000-2010; Unicamp/Nepo.

Os números relativos aos domicílios não ocupados de uso ocasional indicam que, para Maricá, eles crescem a apenas 1,6% ao ano, ritmo bastante inferior ao apresentado pelo Brasil (3,9%) e pelo estado do Rio de Janeiro (2,7%). Ainda que esses dados pareçam contraditórios, uma vez que cresce o número de domicílios não ocupados, em contraste ao elevado déficit habitacional apresentado pelas grandes cidades brasileiras, eles ilustram como o mercado imobiliário tem se fortalecido como forma de investimento.

Acredita-se que a combinação do crescimento mais lento dos domicílios não ocupados de uso ocasional em Maricá com o exorbitante ritmo de crescimento de domicílios particulares ocupados pode indicar a reversão de moradias de uso ocasional para moradias fixas no município. Afinal, em Maricá, sempre foi muito comum a constituição de segundas residências pelo seu caráter de balneário de ocupação ocasional.

Com o passar do tempo, com a disponibilidade de lotes a baixo custo e a criação de um mercado da construção civil e disseminação das políticas de financiamento para a compra da casa própria, instala-se na cidade a atuação de

pequenos e médios construtores. Paralelamente aos que compram o lote e praticam a autoconstrução, fortalece-se o empreendedor que compra lotes para construção de moradias para a venda.

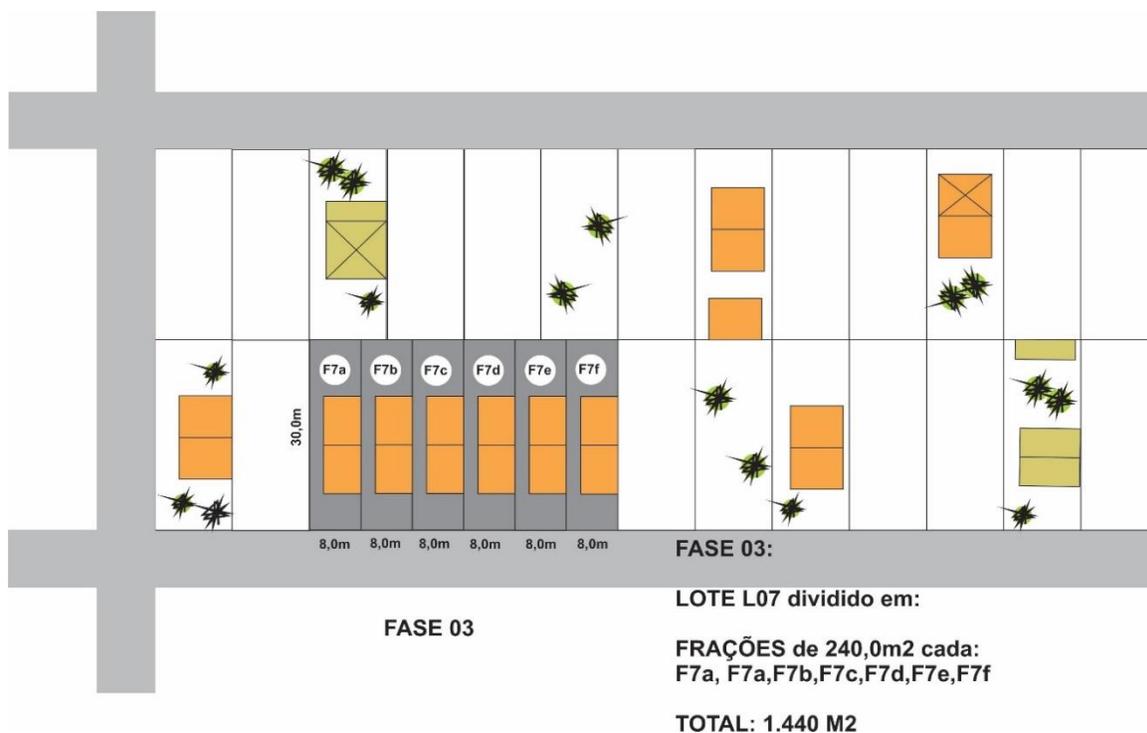
Desde a antiga legislação municipal, que vigorou até 2008, era possível construir unidades habitacionais em lotes mínimos de 250 m<sup>2</sup> em algumas áreas da cidade. A lei de uso e ocupação urbana atual, apesar de ter estipulado o lote mínimo em 360 m<sup>2</sup>, admite frações relativamente menores com um limite de 240 m<sup>2</sup>, portanto, mais acessíveis, quando as casas são construídas em sistemas multifamiliares, conhecidos no município como casas em sistema de condomínio. Essa opção tem funcionado como alternativa de moradia mais barata, atrativa para a população, sobretudo a proveniente de outros municípios, como o Rio de Janeiro e Niterói, onde se verifica o incremento de preços do solo urbano.

A Figura 2 apresenta o processo de ocupação de lotes por casas em sistema de condomínio, em loteamentos abertos na cidade. Neste exemplo, o empreendedor ou construtor compra quatro terrenos (L3, L4, L5, L6), com 360 m<sup>2</sup> cada um. Na fase um, cada lote possui uma matrícula separada. Após adquirir os quatro lotes, procede-se ao seu remembramento em uma matrícula única, o lote L07, com área total de 1.140 m<sup>2</sup>. Na etapa três, ocorre o desmembramento do Lote 7, em seis frações ideais de 240 m<sup>2</sup> cada: F7a, F7b, F7c, F7d, F7e, F7f.

Geralmente, o processo indicado na Figura 2, projeto de remembramento, desmembramento e aprovação das unidades habitacionais, com área que varia geralmente de 60 m<sup>2</sup> a 70m<sup>2</sup>, são apresentados ao mesmo tempo à prefeitura municipal. Cada moradia possui acesso direto à rua, com infraestrutura independente, conta com sistema de abastecimento por poço artesiano e sistema de tratamento de esgoto tipo fossa-filtro. Depois de obter a licença de obra e terminada a construção, os documentos de habitabilidade podem ser solicitados de maneira independente para cada moradia, o que facilita a venda de cada casa. Após receber o Habite-se da primeira casa, pode ser constituído o sistema de condomínio multifamiliar no registro de imóveis e, assim, solicitar o financiamento habitacional. Após a vistoria do departamento de engenharia do banco, a carta de crédito é liberada e a escritura do imóvel pode ser lavrada.

**Figura 2 – Ocupação de lotes por casas em sistema de condomínio. Maricá, 2016.**





Fonte: Elaboração própria.

Os preços praticados em Maricá para venda de lotes em condomínio fechado variam pouco, em geral, de R\$ 250 reais a R\$ 300 reais o metro quadrado. Já o preço do solo em um loteamento aberto pode variar, em média, de R\$ 120 reais a R\$ 250 reais o metro quadrado. Ao mesmo tempo em que se observa a ascensão dos condomínios fechados no município, o valor do lote urbano em condomínio é muito mais alto. O menor valor do lote praticado em loteamentos abertos diminui o valor do solo urbano dentro do preço final da moradia, convertendo-os em potencial de produção de novas moradias na cidade.

O problema para a venda de casas em condomínio fechado não se deve ao enquadramento nos programas de financiamento da casa própria, já que o Programa Minha Casa Minha Vida, por exemplo, contempla famílias com renda de até 10 salários mínimos. Todavia, quanto mais alto o valor do imóvel, menor o mercado potencial de compradores, que devem dispor de uma renda elevada. O tempo de venda do imóvel geralmente é maior, o que gera um retardo no retorno do investimento feito pelo construtor, que por sua vez usa o dinheiro da venda para investir na compra de novos lotes e na produção de outras moradias.

O preço do solo urbano tem estimulado a ocupação de lotes remanescentes em loteamentos abertos no município de Maricá, o que, de certa maneira, funciona na contracorrente da dispersão urbana. Afinal, a abertura de grandes glebas para a instalação de novos condomínios, distantes dos núcleos urbanos já consolidados, constitui um agente potencial de dispersão urbana. Contudo, os lotes disponíveis entre os loteamentos abertos estão, em sua maioria, localizados em zonas totalmente carentes de infraestrutura e serviços. A ocupação em loteamentos abertos, portanto, não é regida pela oferta de urbanização. A variação de preço se relaciona com a proximidade de comércio, vias de maior movimentação ou de áreas centrais ou litorâneas da cidade. Significa que a ocupação destes lotes, ainda que sejam muito mais favoráveis à elevação da densidade no município, uma vez que não representam novos parcelamentos, contribui bastante para a ocupação rarefeita em Maricá.

Não se considera que a questão do acesso a serviços urbanos se destaque como fator de atração de população para o município. Por um lado, Maricá possui atualmente uma ampla cobertura de coleta de lixo, (aproximadamente 93% dos domicílios particulares ocupados) e quase a totalidade dos domicílios tem acesso à energia elétrica (99,8%), segundo o Censo de 2010. Por outro lado, os serviços de infraestrutura como água e esgoto são muito precários e se concentram na região central da cidade. As áreas do município que mais crescem (como será abordado no quarto capítulo), no limite com Niterói e São Gonçalo, possuem a maior proporção de população que carece de serviços urbanos.

Em 2008, a extensão de rede geral de água não chega a 15,0% dos domicílios urbanos, e a de coleta de esgoto é inferior a 2,0% (ONU; UFF, 2008). Em 2010, segundo o IBGE, apenas 19,0% dos domicílios de todo o município têm acesso à rede geral de água. A forma mais comum de abastecimento é através de poço ou nascente, alternativa adotada por 78,4% deles. Já o esgotamento sanitário ligado à rede geral atende 12,4% dos domicílios particulares permanentes. Aproximadamente 52,0% dos domicílios utilizam fossa séptica e 28,0%, fossa rudimentar.

Os serviços de saneamento urbano em Maricá são administrados por concessão da empresa estadual, a Cedae. Ainda que ocorra uma elevação do orçamento municipal por causa das rendas petrolíferas, o município não possui competência nem poder de intervenção direta para a realização das grandes obras de saneamento necessárias.

Contraditoriamente, a dependência da Cedae para o abastecimento de água determina uma desvalorização dos imóveis que estão conectados à rede geral de água, em comparação com os que possuem boa fonte de água potável, através de poços que coletam águas do lençol freático. O sistema de abastecimento de água na cidade, além de cobrir apenas 19% dos domicílios, é bastante irregular, sobretudo no verão, quando é muito comum a dependência de carros-pipa. A Cedae é obrigada a fornecer esse serviço alternativo à população, embora ele seja muito demorado, devido à alta demanda que se apresenta, sobretudo na região do distrito sede, que concentra a rede de saneamento urbano em Maricá.

Para Holzer (2016), o baixo custo da terra era e continua sendo um fator determinante para a decisão das famílias de se mudarem de áreas mais centrais da metrópole para essa franja periférica. No entanto, este não é um fator interno, determinante para a dispersão em Maricá. Isso se deve, acredita-se, à pouca relevância atribuída à localização das moradias que são vendidas na cidade. Para o autor, a ausência de serviços públicos tem funcionado, de certa maneira, como um agente de controle da densidade no município, uma vez que, seguramente, a ocupação em Maricá não se relaciona com a ampliação de serviços disponibilizados em uma franja periurbana próxima ao núcleo metropolitano.

É difícil compreender que critérios orientaram a escolha do local do empreendimento, mas ao que parece, a oportunidade de adquirir lotes a um preço um pouco abaixo do mercado foi, e ainda é determinante. O resultado foi a dispersão dessa tipologia de modo indistinto por toda a área considerada urbana do município, e estamos falando de cerca de 170 km<sup>2</sup>, sem considerar se haveria redes de abastecimento e de coleta, comércio próximo, ou transporte coletivo. A ausência desses serviços não era vista pelos compradores como um problema, uma vez que o atributo qualidade de vida estava, e ainda está associado à tranquilidade e à beleza do local. (HOLZER, 2016, p. 90).

Esse padrão de ocupação de casas em sistema de condomínios é muito comum nos maiores loteamentos da cidade, como Praia das Lagoas e Jardim Atlântico, e mais recentemente, ao longo da década de 2010, passa a disseminar-se mais expressivamente pelo restante dos loteamentos abertos, em outras regiões da cidade. De fato, isso se observa nos loteamentos abertos ao longo da RJ-106<sup>52</sup> (área com forte presença de condomínios fechados) e também nas regiões mais distantes do núcleo metropolitano, no extremo leste do município, em direção a Saquarema.

Recentemente, além do lançamento de condomínios de lotes, fechados, com unidades com área mínima de 360 m<sup>2</sup>, um tipo peculiar de parcelamento tem sido aprovado: o condomínio fechado de casas. Ocorre o parcelamento de grandes glebas, em que, diferentemente do condomínio de lotes, são aprovadas as tipologias habitacionais a implantar, ou seja, o cidadão compra uma fração de terra, e não um lote. Essa fração já possui um projeto pré-aprovado para a construção de um modelo de residência, com dimensões, formatos e áreas construídas definidos.

Como relatado, em loteamentos abertos predomina a construção de casas aprovadas no sistema de condomínio, em zonas multifamiliares da cidade, para a constituição de duas a seis unidades habitacionais com acesso independente e direto à rua. A aprovação de casas em sistema de condomínio, segundo a interpretação recente da legislação de uso e ocupação do solo urbano, adotada pelo Executivo atual, foi adaptada para a aprovação de grandes parcelamentos, com mais de 200 unidades habitacionais (casas). Diferentemente do que é aprovado em loteamentos abertos, esses condomínios de casas possuem arruamento próprio e são voltados para o interior. Diferenciam-se dos condomínios fechados pela dimensão do lote mínimo, que parece estar sendo fixado em 240 m<sup>2</sup>.

Um exemplo desta nova tipologia encontrada em Maricá é o condomínio lançado recentemente no terceiro distrito de Inoã, o Quartier Maricá Parc. O condomínio possui 355 lotes, com 240 m<sup>2</sup> cada um, e oferece duas tipologias

---

<sup>52</sup> Segundo a legislação de uso e ocupação do solo de Maricá, ao longo de vias estruturais, a faixa de 500 metros para os dois lados, a partir do eixo da via, é considerada multifamiliar, e permite, portanto, a construção de unidades habitacionais em sistema de condomínio, independentemente do zoneamento dominante estipulado para a área.

habitacionais com dois pavimentos: uma com 188 m<sup>2</sup> de área privativa e outra com 228 m<sup>2</sup>. Essa nova forma de parcelamento parece ser uma solução de mercado para resolver um típico problema de acesso ao condomínio fechado, que anteriormente ocorria em Maricá. Como os lotes em condomínio são de no mínimo 360 m<sup>2</sup>, apesar de este padrão habitacional ter sido muito bem aceito no mercado imobiliário de Maricá, seu alto custo impossibilita a disseminação deste modelo de moradia. O condomínio fechado de casas resolve então esse grande entrave: flexibiliza-se a dimensão do lote para 240 m<sup>2</sup>, com o claro objetivo de aumentar o acesso de uma parcela maior da população a esse estilo de morar, atraindo a classe média.

Provavelmente, com a diminuição do valor do lote no preço final da moradia, os construtores locais, que erguem de duas a seis casas em sistema de condomínio nos loteamentos abertos, poderão comprar lotes em condomínio fechado, incrementando assim o mercado de moradias também nestes loteamentos. Com um projeto habitacional já preestabelecido, os construtores poderão avaliar com mais certeza os valores finais de venda do imóvel, que estará acessível a uma parcela maior da população, sobretudo de classe média.

Se o modelo de condomínio de casas for bem-sucedido (e tudo indica que será), ele representará uma nova força impulsora para a dispersão urbana em Maricá. Como novos parcelamentos requerem grandes áreas, serão implantados em zonas cada vez mais distantes dos núcleos urbanos consolidados, estimulando a expansão urbana em um município da periferia metropolitana que já enfrenta sérias limitações de cobertura de infraestrutura urbana.



## CAPÍTULO 3: O CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO DE MARICÁ E A MOBILIDADE ESPACIAL DA POPULAÇÃO

### 3.1 EVOLUÇÃO DO CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO: A TRANSIÇÃO URBANA DE MARICÁ

As questões mais recorrentes no debate mundial giram em torno do futuro que teremos. O documento **The future we want**, produto da Conferência Rio + 20 promovida em 2012 pela ONU no Rio de Janeiro, expressa essa preocupação e soa como um apelo à comunidade internacional, sobretudo aos chefes de Estado, para pensar esse futuro. Com base nas estatísticas de população mundial, uma afirmação é possível: o futuro da humanidade é urbano.

Na segunda metade do século passado, éramos 2,6 bilhões de pessoas. Na virada deste, chegamos à casa dos 6 bilhões. Atualmente, pouco mais de 7 bilhões de habitantes estão distribuídos ao redor do globo, e aproximadamente 54% vivem em áreas urbanas (UNITED NATIONS, 2015). A Transição Urbana Mundial ocorre em 2008., Já ultrapassaram a casa dos 70% de população vivendo em cidades: Europa (73,8%), América do Norte (83,0%), América Latina e Caribe (80,0%) e Oceania (70,8%). Em contrapartida, no continente asiático, onde se concentra cerca de 60% da população mundial, a maioria ainda vive em áreas rurais (47,6%). No continente africano esse contingente é ainda maior: 58,9%.

Ainda que pesem as diferenças continentais, a grande variação entre as taxas de crescimento observadas em 2010, no plano mundial, para as populações urbana (2,0%) e rural (0,1%) indica o fenômeno da urbanização em termos globais (UNITED NATIONS, 2012).

O grande contingente populacional que toma as cidades e o ritmo acelerado de elevação da população urbana mundial constituem grandes desafios do século XXI para o planejamento urbano e o futuro das cidades.<sup>53</sup> Preocupações

---

<sup>53</sup> Velhos e novos temores populacionais continuam rondando a comunidade internacional. Enquanto os países desenvolvidos enfrentam problemas graves derivados da

de ordem quantitativa e qualitativa permeiam a questão urbana e o desenvolvimento das cidades, com questionamentos sobre a forma como se dá o crescimento urbano e, por consequência, a forma como se dá a urbanização.

É nesse contexto de preocupações com a atual forma de urbanização das cidades que se apresenta o crescimento urbano do município da periferia fluminense objeto deste estudo. Localizado no eixo Rio de Janeiro-Vitória, além de integrar a periferia metropolitana, Maricá encontra-se no Leste Metropolitano do estado, a apenas 60 quilômetros do núcleo, a cidade do Rio de Janeiro.

O município de Maricá tem tamanho médio, integra a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, ininterrupta desde 2009, possui uma população aproximada de 127 mil habitantes, segundo o Censo de 2010. A adesão de Maricá à Região Metropolitana coincide com a fusão dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro em 1974. Antes dessa época, Maricá registra população inexpressiva: pouco mais de 20 mil habitantes.

Dentro do contexto de arrefecimento do crescimento populacional nacional, a cidade destoa. Desde a década de 1970, apresenta um ritmo de crescimento populacional bem acima da média do estado, da capital e de outros municípios metropolitanos.<sup>54</sup>

O processo de crescimento de Maricá é representativo do fenômeno que vem ocorrendo no Brasil nos últimos anos: o aumento das periferias metropolitanas em relação ao seu núcleo. No estado do Rio de Janeiro, a população redistribuiu-se espacialmente, com o crescimento urbano de outros municípios para além da capital do estado.

Com o processo de industrialização, a Região Metropolitana do Rio de Janeiro tem seus vetores de crescimento direcionados para o eixo Rio-São Paulo.

---

dinâmica populacional, como o envelhecimento e a crise fiscal, os países em desenvolvimento convivem com problemas críticos relacionados à formação relâmpago de uma sociedade urbana, que envolveu uma rápida e profunda mudança demográfica. Por isso há grande tensão em torno da questão urbana.

<sup>54</sup> Embora o município de Maricá apresente as maiores taxas médias anuais de crescimento populacional entre todos os municípios metropolitanos, a intensidade deste crescimento e, portanto, sua importância em termos regionais deve ser relativizada. Isso porque o volume desse crescimento demográfico é pouco significativo. Sua base populacional em 2000 era de aproximadamente 76 mil pessoas, passando para 127 mil pessoas em 2010.

A parte urbana do município de Maricá se encontra no sentido oposto, correspondente à região oceânica, na direção do litoral do estado vizinho, o Espírito Santo. Assim, embora Maricá faça parte oficialmente da Região Metropolitana desde 1974, sua localização na linha oposta aos vetores de crescimento do estado limitou o desenvolvimento de qualquer potencial industrial.

Apesar de estar muito próximo à capital e possuir amplos terrenos para ocupação por plantas industriais, até a construção da Ponte Rio-Niterói o Leste Fluminense é prejudicado pelas conexões rodoviárias com a capital, comparativamente à região da Baixada Fluminense. Assim, apesar de fazer parte da Região Metropolitana desde a sua fundação, até meados da década de 1990 no município de Maricá prevalece a função balneária, de ocupação esporádica, como segunda residência, onde predominam as atividades de pesca, as agrícolas e de serviços.

Esta afirmação se evidencia na frágil condição metropolitana de Maricá. Apesar de ser incluído como parte da metrópole fluminense, em 2001 o município é classificado como integrante da Microrregião dos Lagos do estado. Posição esta em que permaneceu até 2009, quando é novamente reconhecido por lei como integrante da Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

Como colocado no primeiro capítulo o incremento demográfico de Maricá se insere em uma perspectiva de crescimento dos municípios periféricos fluminenses, de tamanho intermédio, em relação ao núcleo metropolitano, e também faz parte de um cenário de crescimento do interior e da Região dos Lagos em relação à capital.

Devido a sua condição balneária, o município se caracteriza fortemente pela ocupação ocasional. Maricá possui uma grande faixa litorânea atlântica e um considerável sistema lagunar, localizado a uma hora da capital e a alguns minutos de densos municípios vizinhos, em que se destacam Niterói (487,5 mil habitantes) e São Gonçalo pela porção oeste (999,7 mil habitantes). Outros municípios menores são Itaboraí (218 mil habitantes), no sentido norte, e Saquarema, ao leste (74,2 mil habitantes).

Os núcleos mais urbanizados coincidem com a sede dos quatro distritos<sup>55</sup> em que se divide o município, dois deles mais próximos à Região Metropolitana: Inoã e Itaipuaçu; outro corresponde ao distrito sede, no centro da cidade; e o último localiza-se no extremo leste do município, o distrito de Ponta Negra (ver Anexo 4 – Mapa dos Distritos de Maricá).

A população de Maricá é de apenas 23.664 mil habitantes em 1970, segundo o Censo Demográfico. Naquele momento, 72% das pessoas moram em domicílios classificados como rurais. No período 1970-1980, a população urbana de Maricá cresce a uma taxa geométrica de 11,7% ao ano, passando de 6.457 habitantes para quase 20 mil habitantes. Estas são características de um processo de expansão demográfico-territorial que ocorre na metrópole fluminense. Maricá configura-se como um município pequeno que cresce muito rapidamente, ainda que com pouco aporte populacional.

O acelerado processo de inversão entre populações urbana e rural é visível também em Maricá, que conclui sua transição urbana durante a segunda metade da década de 1970. Embora nesta época a conexão rodoviária com a capital dificulte o processo de expansão urbana, e apesar da industrialização incipiente na cidade, as atividades de comércio e serviços e o modo de vida urbano impulsionam a elevação da população, que cada vez mais se concentra nos núcleos urbanos.

A transição urbana<sup>56</sup> refere-se à passagem de uma sociedade predominantemente rural para urbana. A experiência de países de capitalismo

---

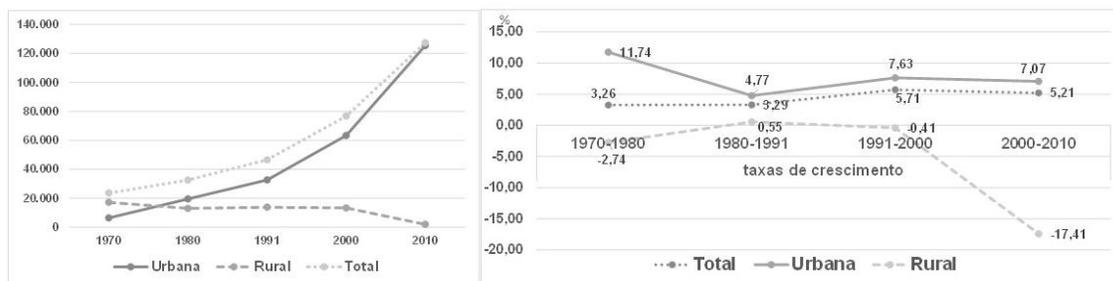
<sup>55</sup> Existe uma vontade política de criação de um quinto distrito, correspondente ao conjunto de bairros na região de São Jose de Imbassaí. Contudo, ainda não foi aprovada qualquer lei que contenha a nova divisão. Assim, permanece a Lei de Abairramento aprovada em 2009.

<sup>56</sup> Atualmente, a questão urbana abrange tamanha complexidade que o termo Transição Urbana tem sido utilizado como sinônimo de outras mudanças características do atual estágio brasileiro de urbanização, evoluindo como discussão entre urbano e rural como contrapontos. Para Alves (2010), a Transição Urbana é a causa principal da Transição Demográfica. Para Silva e Monte-Mór (2010), no estudo da Transição Urbana deve-se dedicar atenção especial à forma como a urbanização se dá no espaço, ou seja, estudar os aspectos relacionados à urbanização extensiva. A primeira transição urbana representaria uma vertente mais quantitativa, e a segunda, mais qualitativa do processo de urbanização (SILVA; OLIVEIRA, 2015). No início, o campo vai até a cidade, num contexto de altas taxas de crescimento demográfico e concentração espacial das atividades nos centros metropolitanos do país. Em seguida, com baixas taxas de crescimento, as migrações são configuradas por outros contornos, com o crescimento do número de cidades, ou seja, com a urbanização estendida, fenômeno característico da forma como se dá a urbanização atual.

tardio como o Brasil demonstra a importância de conhecer as peculiaridades desse processo, pois as cidades no país hoje refletem, em geral, o despreparo dos atores urbanos para lidar com o crescimento da urbanização.

O crescimento urbano da cidade de Maricá impulsiona o setor da construção civil, que se sobrepõe às atividades mais tradicionais como a pesca e a agricultura. No início da década de 1980, 60% da população maricaense vive na área urbana. Nas décadas seguintes, a população rural segue decaindo, como se pode notar no gráfico a seguir.

**Gráfico 10 – População e taxas médias anuais de crescimento, segundo condição do domicílio. Maricá, 1970-2010.**



Fonte: IBGE. Censo Demográfico 1970-2010; Unicamp/Nepo.

Na década de 1990, o processo de consolidação da urbanização de Maricá segue a tendência apresentada pelas capitais nacionais, o que inclui o Rio de Janeiro. Assim, 70,0% da população de Maricá, segundo o Censo de 1991, é urbana. Para o estado, nessa mesma época, o grau de urbanização corresponde a 95,3%.

Entre 1991 e 2000 a população de Maricá aumenta em 60%: passa de 46.545 para 76.737 habitantes, o que representa um crescimento médio geométrico total de 5,7% ao ano, e de 7,6% para a população urbana. Segundo o Censo de 2000, 83,0% da população de Maricá é urbana, um crescimento muito rápido quando comparado ao do estado. Em nove anos, o grau de urbanização de Maricá passa de 70,0% a 83,0%, enquanto o do estado modifica-se mais lentamente, de

95,3% para 96,0%. Isso porque o estado, a essa época, apresenta uma população rural reduzida, quando comparado a Maricá.

Note-se que, em 2010, a população urbana representa quase a totalidade da população maricaense: 98,5%. O crescimento segue praticamente o mesmo observado na década anterior. Durante a década de 2000, a taxa de crescimento demográfico corresponde a 5,2% ao ano, e é ainda maior no caso da população urbana, com acréscimo de 7,1 % ao ano.

Como abordado no primeiro capítulo, as taxas de crescimento populacional de Maricá possuem maior similaridade com os municípios da Região das Baixadas Litorâneas, do que com aqueles da Região Metropolitana na qual está inserido atualmente. Quando se analisa a inserção regional de Maricá, em particular no contexto dos municípios associados à Ompetro e ao Conleste, nota-se que existe uma aproximação do comportamento da intensidade de crescimento com os municípios da Ompetro. Estes registram, desde a década de 2000, forte impacto da indústria petrolífera, com forte atração da população.

No grupo do Conleste, Maricá é o município que mais cresce. O que mais se aproxima dele é Casimiro de Abreu, que faz parte das duas associações, mas possui uma inserção socioeconômica e demográfica mais próxima da dos municípios da Ompetro, não apenas por sua localização geográfica, mas também por ser beneficiário dos *royalties* da Bacia de Campos.

**Tabela 12 – População residente total e taxa de crescimento demográfico. Municípios da Ompetro, Conleste e Rio de Janeiro, 1991-2010.**

Municípios selecionados ERJ	População Total			Taxas de Crescimento	
	1991	2000	2010	1991-2000	2000-2010
Armação dos Búzios		18.204	27.560		4,23
Arraial do Cabo	19.866	23.877	27.715	2,06	1,50
Cabo Frio	84.915	126.828	186.227	4,56	3,92
Carapebus		8.666	13.359		4,42
Campos dos Goytacazes	389.109	406.989	463.731	0,50	1,31
Casimiro de Abreu	33.845	22.152	35.347	-4,60	4,78
Macaé	100.895	132.461	206.728	3,07	4,55
Niterói	436.155	459.451	487.562	0,58	0,60
Quissamã	10.467	13.674	20.242	3,01	4,00
Rio das Ostras		36.419	105.676		11,24
São João da Barra	59.561	27.682	32.747	-8,16	1,69
Araruama	59.024	82.803	112.008	3,83	3,07
Cachoeiras de Macacu	40.208	48.543	54.273	2,12	1,12
Guapimirim		37.952	51.483		3,10
Itaboraí	162.742	187.479	218.008	1,58	1,52
Magé	191.734	205.830	227.322	0,79	1,00
<b>Maricá</b>	<b>46.545</b>	<b>76.737</b>	<b>127.461</b>	<b>5,71</b>	<b>5,21</b>
Nova Friburgo	167.081	173.418	182.082	0,41	0,49
Rio Bonito	45.161	49.691	55.551	1,07	1,12
São Gonçalo	779.832	891.119	999.728	1,49	1,16
Saquarema	37.888	52.461	74.234	3,68	3,53
Silva Jardim	18.141	21.265	21.349	1,78	0,04
Tanguá		26.057	30.732		1,66
Teresópolis	120.709	138.081	163.746	1,51	1,72
Rio de Janeiro	5.480.768	5.857.904	6.320.446	0,74	0,76

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 1991-2010; Unicamp/Nepo.

Nota: As taxas de crescimento para o período 1991-2000 não foram calculadas para os municípios de Armação dos Búzios, Carapebus, Rio das Ostras, Guapimirim e Tanguá, pois os mesmos foram criados por desmembramentos de outros municípios após o ano de 1991.

O crescimento da população de Maricá se dá em um ritmo muito superior ao do estado do Rio de Janeiro e do país. A diminuição da fecundidade ao longo do tempo afeta fortemente a velocidade com que cresce a população, de forma que, ainda mais que no passado, a migração tem papel decisivo sobre esse aspecto,

especialmente quando a análise se volta para escalas geográficas menores, como é o caso do município de Maricá.

Alguns indicadores e variáveis demográficos de Maricá, assim como para o conjunto de municípios da Ompetro e do Conleste, podem ser observados nos Anexos 5, 6, 7 e 8. Considerando os padrões de mortalidade e fecundidade<sup>58</sup> de Maricá, caso não houvesse um intenso processo de imigração para o município, seu tamanho demográfico estaria diminuindo progressivamente e não aumentando, uma vez que desde o ano 2000 seu nível de fecundidade está abaixo daquele considerado ideal para a reposição de uma população, que é de 2,1 filhos por mulher em idade reprodutiva.

Como as mudanças na distribuição espacial da população dependem não somente dos nascimentos e dos óbitos que ocorrem em uma determinada área, mas também da quantidade de pessoas que chegam ao município e dele saem, nas próximas duas seções será observado o que tem ocorrido no município de Maricá em termos de mudança de residência e deslocamentos pendulares para outros municípios para trabalho e estudo.

Uma redução do crescimento natural confere maior representatividade à migração para o crescimento demográfico e, conseqüentemente, para os processos de produção do espaço urbano. Em um contexto de baixíssimas taxas de fecundidade apresentadas pelo município de Maricá, a migração torna-se um componente potencialmente revelador da sua dinâmica urbana e populacional.

### **3.2 A MOBILIDADE RESIDENCIAL: DE ONDE SAI A POPULAÇÃO QUE VAI MORAR EM MARICÁ?**

Em um contexto de diminuição do ritmo de crescimento populacional no âmbito nacional, a dinâmica demográfica passa cada vez mais a ser resultado da

---

<sup>58</sup> Os dados de mortalidade e fecundidade apresentados por Maricá corroboram os resultados de estudos metropolitanos. Um trabalho recente com foco na Região Metropolitana do Rio de Janeiro indica que, nas últimas duas décadas, todos os municípios aumentaram a esperança de vida, diminuíram a fecundidade, a mortalidade infantil e a taxa de dependência, o que confirma um nivelamento nas tendências evolutivas da dinâmica demográfica no plano metropolitano (OLIVEIRA; TAVARES, 2015).

migração. Maricá é o município metropolitano fluminense com a maior taxa de migração líquida positiva em 2010, e apresenta alto grau de integração à dinâmica da metropolização (OLIVEIRA e SILVA, 2015). No caso de Maricá, integrar-se à metrópole significa estabelecer processos de complementariedade econômica e social com os demais municípios. Como exemplo dessa integração pode-se citar a utilização da estrutura de ensino e emprego dos vizinhos metropolitanos. Assim, a presente seção concentra-se na análise dos dados de migração para entender o incremento populacional apresentado pelo município nas últimas décadas.

O fenômeno migratório é um importante componente da mudança populacional, e o Censo Demográfico constitui a principal fonte de dados para captá-lo devido a sua cobertura e representatividade. Portanto, nesta seção do estudo são utilizados os microdados dos Censos Demográficos de 2000 e 2010, período em que são observadas as maiores transformações sociodemográficas e territoriais de Maricá.

A partir do Censo de 1991 os estudiosos do fenômeno migratório podem optar por duas maneiras distintas de mensurá-lo.<sup>59</sup> A maneira tradicional de coleta no Brasil, conhecida como última etapa, refere-se ao último movimento feito pelo indivíduo no intervalo entre os censos, 10 anos. Já o quesito conhecido como data fixa compreende o local de moradia em um ponto temporal específico no passado que, no caso dos censos utilizados, corresponde a cinco anos antes da data do levantamento.

Nesta seção, utilizam-se os dados de data fixa,<sup>60</sup> pois eles incorporam informações sobre tempo e espaço em um único quesito e permitem calcular os saldos migratórios quinquenais, ou seja, a diferença entre o volume de população que imigra e emigra de e para uma determinada unidade geográfica, no caso, o município de Maricá. Para Cunha (2015), trata-se de um quesito com certa

---

<sup>59</sup> Para mais informações sobre uso de dados censitários para o estudo da migração, ver trabalhos como os de Rigotti (2011), Cunha (2002, 2015) e Dota (2015).

<sup>60</sup> Convém esclarecer que os dados de data fixa podem subestimar a migração intrarregional. Os que migraram há menos de cinco anos deixam de ser considerados e pessoas que migraram e retornaram dentro do período não são captadas, assim como a migração de curtíssimo prazo. Por exemplo, alguém que há cinco anos vivia no estado de São Paulo e há um ano vivia no estado do Rio de Janeiro será classificado com origem em São Paulo, não no Rio de Janeiro, ou seja, perde-se parte dos migrantes intrametropolitanos.

consagração de uso e aplicação, utilizado em muitos estudos analíticos, expressando padrões da migração em análises diacrônicas, refletindo mudanças, tendências e permanências nos processos migratórios.

Neste estudo, importância especial é dada à migração intrametropolitana. Também encontrada na literatura atual como mobilidade residencial, ela é considerada fundamental para entender o processo de produção do espaço urbano de Maricá, município da periferia metropolitana do estado do Rio de Janeiro. Para Cunha (2011), é um fenômeno que interfere no crescimento e na forma das aglomerações urbanas e que reflete a redistribuição da população no espaço metropolitano. Pois, embora ele envolva mudança de residência, constitui um movimento que pode não implicar, necessariamente, mudanças no espaço de vida<sup>61</sup> da população. É o que parece ocorrer com o objeto de estudo. Devido, possivelmente, a questões relacionadas ao mercado de solo, ao acesso à moradia financiada e às condições de mobilidade, transfere-se o local de moradia dentro da metrópole, mas os locais de desenvolvimento de atividades como trabalho, estudo e lazer são mantidos.

O crescimento demográfico de Maricá se dá a partir de um intenso processo de migração da população. No período mais recente (2005-2010), o volume de imigrantes, ou seja, aqueles que adotam Maricá como moradia, é seis vezes superior ao volume de pessoas que deixam a cidade, comportamento que se traduz em saldos migratórios positivos tanto no quinquênio 1995-2000 (12.354 pessoas), quanto no período 2005-2010 (18.118 pessoas).

A Tabela 13 mostra que a capital apresenta migração líquida negativa mais significativa. No conjunto dos municípios da Ompetro que pertencem à Região Norte, o único que apresenta saldos migratórios negativos é Campos dos Goytacazes, ao passo que os demais possuem, em geral, saldos positivos significativos. Já no Conleste destacam-se Rio Bonito, que exibe saldo migratório negativo, ainda que de pequeno volume, e São Gonçalo. Este último tem perdido população para Maricá, como será visto mais adiante.

---

<sup>61</sup> O Conceito de espaço de vida foi desenvolvido inicialmente por Courgeau (1988) e corresponde à porção do espaço onde o indivíduo realiza todas suas atividades (CUNHA, 2011).

**Tabela 13 – Volume de migração, migração líquida e taxa de migração líquida. Municípios da Ompetro, do Conleste e Rio de Janeiro, 2000-2010.**

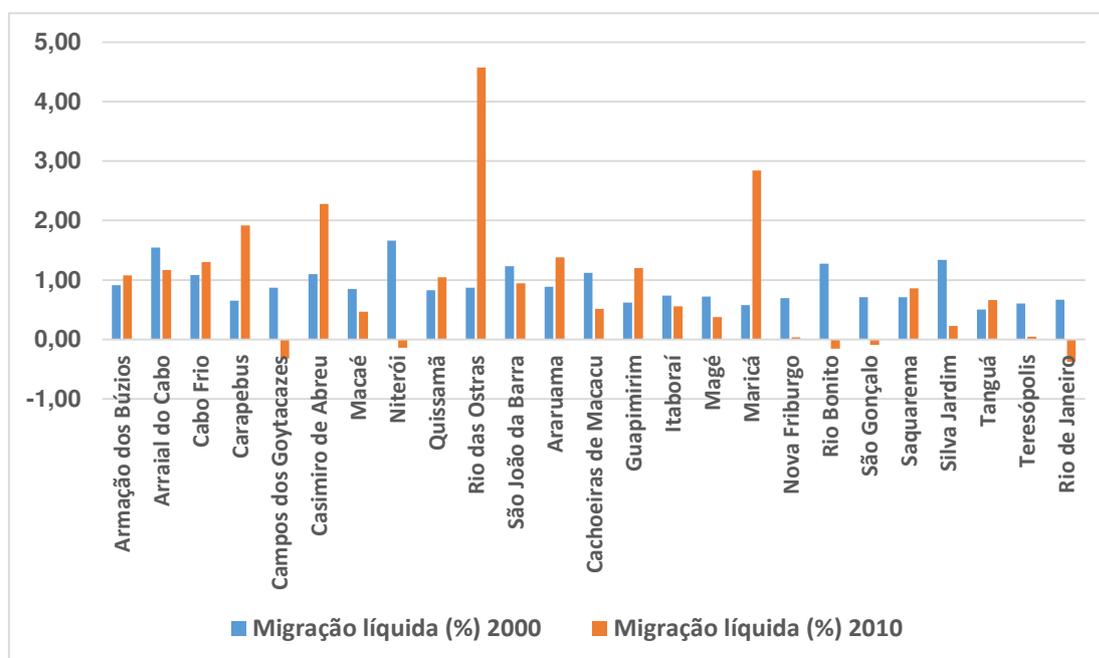
Censo 2010					Censo 2000				
Município de Residência 2010	Volume de Imigrantes	Volume de Emigrantes	Migração líquida	TML(1)	Município de residência em 2000	Volume de Imigrantes	Volume de Emigrantes	Migração líquida	TML(1)
Armação dos Búzios	2.898	1.410	1.488	1,08	Armação dos Buzios	2.755	831	1.924	0,91
Arraial do Cabo	3.188	1.568	1.620	1,17	Arraial do Cabo	2.490	1.844	646	1,54
Cabo Frio	21.911	9.810	12.101	1,30	Cabo Frio	15.928	6.860	9.068	1,08
Carapebus	1.616	337	1.279	1,91	Carapebus	723	283	440	0,65
Campos dos Goytacazes	7.794	15.226	-7.432	-0,32	Campos dos Goytacazes	8.384	17.690	-9.306	0,87
Casimiro de Abreu	5.676	1.649	4.027	2,28	Casimiro de Abreu	3.124	1.217	1.907	1,10
Macaé	15.920	11.084	4.836	0,47	Macaé	11.600	5.618	5.982	0,85
Niterói	27.530	30.979	-3.449	-0,14	Niterói	27.700	38.202	-10.502	1,66
Quissamã	1.636	576	1.060	1,05	Quissamã	960	567	393	0,83
Rio das Ostras	27.902	3.726	24.176	4,58	Rio das Ostras	7.991	1.587	6.404	0,87
São João da Barra	2.370	824	1.546	0,94	São João da Barra	1.892	1.704	188	1,23
Araruama	11.354	3.627	7.727	1,38	Araruama	10.145	3.677	6.468	0,89
Cachoeiras de Macacu	3.167	1.768	1.399	0,52	Cachoeiras de Macacu	3.094	2.713	381	1,12
Guapimirim	4.061	969	3.092	1,20	Guapimirim	5.205	1.180	4.025	0,62
Itaboraí	14.574	8.514	6.060	0,56	Itaboraí	23.017	6.890	16.127	0,74
Magé	11.197	6.911	4.286	0,38	Magé	16.091	7.443	8.648	0,72
<b>Maricá</b>	<b>21.521</b>	<b>3.403</b>	<b>18.118</b>	<b>2,84</b>	<b>Maricá</b>	<b>14.565</b>	<b>2.211</b>	<b>12.354</b>	<b>0,58</b>
Nova Friburgo	6.507	6.184	323	0,04	Nova Friburgo	8.883	6.004	2.879	0,69
Rio Bonito	1.954	2.380	-426	-0,15	Rio Bonito	2.774	3.163	-389	1,27
São Gonçalo	27.867	32.328	-4.461	-0,09	São Gonçalo	39.739	31.643	8.096	0,71
Saquarema	5.708	2.517	3.191	0,86	Saquarema	7.168	1.867	5.301	0,71
Silva Jardim	1.279	1.037	242	0,23	Silva Jardim	1.985	1.421	564	1,34
Tanguá	1.944	927	1.017	0,66	Tanguá	2.883	653	2.230	0,50
Teresópolis	5.291	4.920	371	0,05	Teresópolis	8.111	4.176	3.935	0,60
Rio de Janeiro	44.476	164.151	-119.675	-0,38	Rio de Janeiro	50.535	195.825	-145.290	0,67

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000-2010; Unicamp/NEPO.

Nota: (1) Taxa de Migração Líquida, considerando a população censitária em 2000/2010.

Sobre as intensidades do fenômeno migratório, observando-se a taxa de migração líquida na Tabela 13 e no Gráfico 11, observa-se o incremento do peso da migração para o crescimento demográfico de Maricá. De uma década para outra, houve um salto das taxas de migração líquida de 0,58% para 2,84%. É a taxa mais alta dentro do conjunto de municípios que pertencem ao Conleste. Na comparação com os municípios da Ompetro, Maricá só perde para Rio das Ostras, que possui a taxa mais alta entre todos os municípios estudados: 4,58% para o quinquênio 2005/2010.

**Gráfico 11 – Taxas de migração líquida (%). Municípios da Ompetro, do Conleste e Rio de Janeiro, 1995-2010.**



Fonte: IBGE. Censo Demográfico 1991-2010; Unicamp/Nepo.

Sobre os fluxos populacionais, utilizando os dados de data fixa produziram-se as matrizes de origem e destino de migrantes entre os municípios estudados (Anexos 9 e 10). Na Tabela 14 pode-se observar os principais destinos da população que deixa de morar em Maricá. No quinquênio 1995-2000, a população que sai de Maricá se direciona mais expressivamente para os municípios de São Gonçalo, Rio de Janeiro e Niterói.

**Tabela 14 – Volume de emigrantes de data fixa, segundo destino. Maricá, 1995-2010.**

Município de Residência anterior	1995/2000		2005/2010	
	Absoluto	%	Absoluto	%
Niterói	187	8,5	775	22,8
São Gonçalo	723	32,7	766	22,5
Rio de Janeiro	354	16,0	553	16,3
Itaboraí	84	3,8	222	6,5
Saquarema	137	6,2	94	2,8
Demais municípios RJ	726	32,8	993	29,2
Total	2.211	100,0	3.403	100,0

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000-2010; Unicamp/Nepo.

Para o período posterior (2005-2010), Niterói passa a constituir o destino preferencial da população que deixa Maricá, passando de apenas 8,5% para 22,8%. A capital se mantém com os mesmos percentuais e proporcionalmente é menor a população que se dirige para São Gonçalo. Já Itaboraí aparece como quarto destino para os que deixam Maricá, fato que possivelmente reflete a influência da atividade petrolífera desenvolvida no município vizinho, que aquece a economia local e gera oportunidades de negócios a partir da segunda metade da década de 2000, devido à construção do Comperj.

Mas, afinal, de onde vem a população que adota Maricá como moradia, incrementando seu crescimento demográfico? Na Tabela 15 pode-se observar a distribuição da população imigrante em Maricá, segundo modalidade migratória. Nela se distingue os imigrantes segundo aqueles que optam por morar na cidade e cinco anos antes residiam: (1) na capital do estado; (2) em outros municípios do Conleste; (3) em outros municípios da Ompetro; (4) em outros municípios do estado; (5) em outros estados da Federação.

Ainda que seja grande a recepção de migrantes externos pela Região Metropolitana do estado, conforme destacado no primeiro capítulo, o recebimento de imigrantes de outras unidades da Federação em Maricá, para o período 1995-2000, corresponde a apenas 12,7% do total de imigrantes. A proporção diminui para o quinquênio mais recente, e passa a corresponder a 10,8% do total. O percentual de população que vem de outros municípios do estado, além dos do Conleste e da Ompetro, também decresce: de 11,0% passa para 9,7%.

Destaca-se a relação que Maricá possui com o núcleo metropolitano, embora essa dominância venha diminuindo significativamente. Em 2000, 42,2% dos imigrantes que Maricá recebia vinham da cidade do Rio de Janeiro. Em 2010, esse percentual diminuiu para 33,5%, devido ao crescimento da participação de outros municípios vizinhos, em especial os do Conleste, que passam a corresponder a 44,5% dos imigrantes que chegam a Maricá. Já a relação de Maricá com os municípios da Ompetro é muito pequena, abaixo de 1,5% para os dois períodos analisados.

**Tabela 15 – Volume de imigrantes de data fixa, segundo origem. Maricá, 1995-2010.**

Modalidade migratória		1995/2000		2005/2010	
		Absoluto	%	Absoluto	%
1	Imigrantes da Capital Metropolitana (Município RJ)	7.209	42,2	8.135	33,5
2	Imigrantes de Municípios do Conleste	5.622	32,9	10.802	44,5
2.1	Niterói	2.483	44,2	4.202	38,9
2.2	São Gonçalo	2.211	39,3	5.501	50,9
2.3	Itaboraí	288	5,1	628	5,8
2.4	Saquarema	310	5,5	87	0,8
2.5	Demais municípios do Conleste	330	5,9	384	3,6
3	Imigrantes de Municípios da Ompetro	214	1,3	354	1,5
4	Imigrante Externo outros municípios do ERJ	1.884	11,0	2.350	9,7
5	Imigrante Externo de outras Ufs	2.164	12,7	2.618	10,8
6	Total	17.093	100,0	24.259	100,0

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 1991-2010; Unicamp/Nepo.

Nota: As linhas correspondentes aos itens 2.1 a 2.5 se referem à subdivisão do total em relação aos municípios de todo o Conleste, destacando os mais significativos do ponto de vista de origem de imigrantes para o município de Maricá.

Observando os principais pontos de origem daqueles que adotam Maricá como moradia nos últimos anos e considerando somente como origem os municípios fluminenses, constata-se que, no período 1995-2000, depois da capital, Niterói ocupa o segundo lugar, com um leve crescimento de um período ao outro: de 16,6% para 19,4%.

**Tabela 16 – Volume de imigrantes intraestaduais de data fixa, segundo origem. Maricá, 1995-2010.**

Município de Residência anterior	1995/2000		2005/2010	
	Absoluto	%	Absoluto	%
Rio de Janeiro	7.209	48,3	8.135	37,6
Niterói	2.483	16,6	4.202	19,4
São Gonçalo	2.211	14,8	5.501	25,4
Itaboraí	288	1,9	628	2,9
Saquarema	310	2,1	87	0,4
Demais municípios RJ	2.428	16,3	3.088	14,3
Total	14.929	100,0	21.641	100,0

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 1991-2010; Unicamp/Nepo.

Nota: Somente municípios do estado do Rio de Janeiro.

Ao contrário da cidade do Rio de Janeiro, que diminui sua participação no grupo de imigrantes para Maricá, São Gonçalo amplia sua contribuição. O município metropolitano vizinho, que possui uma população aproximada de 1 milhão de habitantes, aumenta consideravelmente sua participação como origem de imigrantes para Maricá, passando de 14,8% para 25,4%.

São Gonçalo se caracteriza como município dormitório. A maioria da população que se muda para essa localidade tem como origem a capital do estado, Niterói e Itaboraí. Acredita-se que parte dessa população que imigrou para São Gonçalo, em um processo de distribuição pela periferia imediata do núcleo metropolitano, está se direcionando neste período mais recente para o município de Maricá. O fato pode ser explicado pela duplicação, entre 2005 e 2006, da RJ-106 no trecho Tribobó-São Gonçalo-Maricá, o que melhorou sobremaneira a conexão entre esses municípios e com o conjunto da Região Metropolitana. Muitos condomínios foram instalados à beira da rodovia, tanto em Maricá como em São Gonçalo, inclusive no trecho correspondente à região do Bairro Arsenal e Tribobó. Além disso, as oportunidades para a obtenção da casa própria, sobretudo de casas em sistema de condomínio, nos loteamentos abertos em Maricá, amplia as possibilidades de mobilidade residencial da classe média de um município extremamente denso como São Gonçalo, tão próximo a um município litorâneo como Maricá, que agora apresenta uma melhor conexão com a capital.

Com relação ao município vizinho da Região dos Lagos, Saquarema, observa-se que, no período 1995-2000, uma parcela da população, ainda que pequena, sai de Saquarema para morar em Maricá, o que não ocorre mais recentemente. Ambas as cidades apresentam um desenvolvimento urbano considerável nos últimos anos, o que pode explicar uma maior retenção de sua população.

Quando se observa a relação de Maricá com Itaboraí, os dados efetivamente não indicam uma influência significativa da indústria petrolífera na região. A população que deixa Maricá para morar em Itaboraí é muito pequena: apenas 6,5%. Além disso, menos de 3,0% dos imigrantes que se dirigem para Maricá no último quinquênio são provenientes de Itaboraí.

### **3.3 COTIDIANO MARICAENSE: OS DESLOCAMENTOS PARA TRABALHO E ESTUDO**

Historicamente, a população de Maricá, limitada pela amplitude do seu mercado de trabalho, pela falta de instituições de ensino técnico-profissional e pelo precário universo cultural e de lazer/compras, vê-se obrigada a deslocar-se pendularmente, criando outros espaços de vida, fora da delimitação municipal. Além disso, sua tímida estrutura produtiva e as poucas variações de postos de trabalho, nos diversos setores da economia, condiciona uma certa dificuldade para compatibilizar o local de residência com o local de trabalho, para os grupos populacionais em idade ativa.

Para Cunha et al (2013), o fenômeno da mobilidade pendular constitui um reflexo da diversidade sociodemográfica e espacial existente nas grandes aglomerações urbanas, em particular aquelas de caráter metropolitano, como é o caso de Maricá. Constitui uma tipologia de movimento resultante do descompasso entre a localização das oportunidades e atividades econômicas e sociais e os locais de moradia das pessoas. Os aspectos que condicionam esses movimentos têm sido considerados tanto a partir de uma visão macro, em geral ligada ao processo de produção do espaço e à localização das atividades produtivas, quanto a elementos microssociais, tais como as novas preferências de moradia, principalmente da população de mais alta renda.

No caso da visão macro, a distribuição da população reflete processos históricos que determinam a formação urbana e influenciam diferentes formas e intensidades de ocupação, o que reflete e condiciona os processos diferenciados de deslocamentos populacionais. Para Cunha (1994), a mobilidade pendular, no contexto da Região Metropolitana de São Paulo, resulta de diferentes e dissociados padrões de distribuição espacial da população e das atividades econômicas e sociais.

No caso do município de Maricá, a localização oposta aos principais vetores de desenvolvimento do estado (que se estabeleceram no eixo Rio de Janeiro-São Paulo) foi determinante para retardar sua ocupação, embora se localize muito perto do núcleo metropolitano. Desta forma, estabeleceu-se uma forte relação de complementariedade com os mercados de trabalho vizinhos, sobretudo com a capital.

Já como aspectos microssociais, tais como as novas preferências de moradia, evidencia-se que, enquanto aumenta o raio de influência da metrópole, com a expansão da ocupação periférica em torno do núcleo metropolitano, Maricá cresce como opção de moradia (conforme observado na seção anterior), elevando-se também os deslocamentos pendulares para trabalho e estudo. Conforme será analisado, existe uma relação entre migração intrametropolitana e movimentos pendulares, o que vem sendo estudado para as metrópoles desde a década de 1990 (CUNHA, 1994; JARDIM, 2001; SILVA, 2012).

O trabalho mais recente de Cunha A. (2015), que pesquisa a mobilidade espacial da população na Região Metropolitana de São Paulo, confirma tendências reveladas no passado, em estudos pioneiros como o de Cunha (1994). Há dois fortes processos em destaque atualmente e que acontecem ao mesmo tempo e no mesmo espaço. Há um processo centrífugo derivado da migração e mobilidade residencial intrametropolitana e outro centrípeto, condicionado pela mobilidade pendular de sua população, que acaba ganhando mais força à medida que ocorre a expansão da ocupação da área metropolitana. Esses dois processos são indissociáveis, e o mercado de trabalho e o imobiliário constituem os principais fatores estruturantes desses movimentos, mesmo que sejam resultantes de estratégias ligadas a riscos, incertezas, benefícios, custos, oportunidades, possibilidades potenciais (potencialidades), pressões, incentivos ou estrangimentos sociais ou econômicos.

Análises sobre mobilidade pendular são centrais na compreensão das dinâmicas espaciais de ocupação, sobretudo regionais e aquelas relacionadas com o núcleo metropolitano, como é o caso de Maricá.

Para Dota (2015), que trabalha com a Região Metropolitana de Campinas, a distribuição espacial da população, a migração e a mobilidade pendular, em especial a dos migrantes, relacionam-se com os incentivos ou constrangimentos ligados ao mercado de terras e ao mercado de trabalho, mediadas pelas características sociodemográficas dos migrantes, que limitam ou potencializam o aproveitamento de oportunidades.

As informações sobre município de trabalho ou estudo, disponíveis na amostra dos censos, permitem identificar e mensurar os movimentos pendulares. A pendularidade corresponde ao conjunto de deslocamentos que o indivíduo efetua para executar os atos de sua vida cotidiana, tais como estudo e trabalho.

A Tabela 17 indica, para o período mais recente, o volume atingido pelos movimentos pendulares e o impacto que eles representam sobre o volume da população em idade ativa (PIA). Para o município de Maricá, em 2010, 20,2% da PIA realiza movimentos pendulares, a maioria para trabalho (15,2%) e, em menor proporção, para estudo (5,0%). Os índices para Maricá são bem superiores aos apresentados pelo conjunto de municípios do Conleste, grupo do qual Maricá faz parte, e também da Ompetro. Nos deslocamentos diários, para Maricá, prevalece a motivação ligada ao trabalho, que corresponde a quase 80% dos que fazem movimento pendular.

**Tabela 17 – Volume e peso relativo da mobilidade pendular, (1) por trabalho e estudo. Maricá, Conleste e Ompetro, 2010.**

Município	Volume movimentos pendulares			Percentual da PIA		
	Trabalho	Estudo	Total	Trabalho	Estudo	Total
MARICÁ	16.914	5.552	22.466	15,2	5,0	20,2
OMPETRO	86.987	46.182	133.169	9,1	4,8	13,9
CONLESTE	170.614	62.209	232.823	7,0	2,5	9,5

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 1991-2010; Unicamp/Nepo.

(1) O peso relativo compreende a proporção de pessoas em relação à População em Idade Ativa (PIA).

Observando o conjunto de municípios na Tabela 18, nota-se que, embora ocorra um maior volume de movimentos pendulares no grupo dos municípios do Conleste, que coincide em grande parte com o ambiente metropolitano, é grande também o volume de pessoas que se movimentam entre os municípios da Ompetro. Isso se deve não somente à atração do mercado de trabalho do petróleo, no caso de Macaé e Campos dos Goytacazes, como polo de atração, mas também em razão das características turísticas de parte de alguns municípios, como é o caso de Búzios e Cabo Frio.

**Tabela 18 – Volume de pessoas envolvidas nos deslocamentos pendulares, por motivação. Municípios do Conleste, da Ompetro e Rio de Janeiro, 2010.**

Município de residência em 2010	Mobilidade Pendular					
	entradas			saídas		
	total	trabalho	estudo	total	trabalho	estudo
Armação dos Búzios	7.342	6.340	1.002	1.098	295	803
Arraial do Cabo	1.591	854	737	2.384	1.371	1.013
Cabo Frio	19.045	11.700	7.345	17.222	11.354	5.868
Carapebus	290	218	72	2.592	1.980	612
Campos dos Goytacazes	10.340	3.163	7.177	5.984	3.879	2.105
Casimiro de Abreu	3.788	1.802	1.986	5.911	3.746	2.165
Macaé	25.254	20.466	4.788	2.818	911	1.907
Niterói	162.113	122.088	40.025	77.189	62.153	15.036
Quissamã	635	424	211	1.176	671	505
Rio das Ostras	6.992	4.346	2.646	14.825	11.214	3.611
São João da Barra	1.576	1.134	442	2.306	1.119	1.187
Araruama	3.001	2.051	950	6.248	3.638	2.610
Cachoeiras de Macacu	919	564	355	3.232	1.767	1.465
Guapimirim	1.405	860	545	6.615	4.372	2.243
Itaboraí	10.042	7.525	2.517	38.231	31.461	6.770
Magé	7.092	3.949	3.143	30.132	24.460	5.672
<b>Maricá</b>	<b>2.792</b>	<b>2.276</b>	<b>516</b>	<b>19.431</b>	<b>14.526</b>	<b>4.905</b>
Nova Friburgo	5.953	3.021	2.932	2.531	1.158	1.373
Rio Bonito	3.758	2.487	1.271	4.207	2.529	1.678
São Gonçalo	29.704	22.407	7.297	187.126	155.043	32.083
Saquarema	1.605	910	695	3.722	2.015	1.707
Silva Jardim	881	427	454	1.745	1.115	630
Tanguá	1.181	941	240	5.661	4.217	1.444
Teresópolis	2.377	1.108	1.269	3.119	1.601	1.518
Rio de Janeiro	626.352	551.311	75.041	67.157	44.722	22.435

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 1991-2010; Unicamp/Nepo.

O município do Rio de Janeiro apresenta baixa proporção de população que trabalha/estuda fora, em função do porte da sua estrutura produtiva e educacional, por ser a capital do estado. É o que ocorre, com menores volumes, para Campos dos Goytacazes e Macaé,<sup>63</sup> devido ao desenvolvimento das atividades de petróleo e gás. Cabo Frio é o município que apresenta maior equilíbrio no volume de pessoas que entram e saem, seja para trabalhar seja para estudar. Entre os municípios da Ompetro, é o segundo maior em população. Além de estar próximo a Macaé, apresenta importância econômica significativa no plano regional, com a presença de certa estrutura de emprego e educação.

Para os municípios do Conleste (com exceção de Niterói), que apresentam proximidade com o núcleo metropolitano, tais como São Gonçalo, Maricá e Itaboraí, ocorre uma similaridade no comportamento dos movimentos pendulares. O volume de pessoas que deixam o município, seja para trabalho seja para estudo, é superior ao das que entram na cidade. No caso de São Gonçalo e Maricá, o volume de pessoas que deixam o município para trabalhar é mais de seis vezes superior ao das que entram na cidade pela mesma motivação.

A Tabela 19 mostra que aumentaram os deslocamentos pendulares para todos os municípios estudados, indicando que a mobilidade espacial da população vem ganhando importância significativa para a dinâmica urbana estadual. Embora se saiba que geralmente sua importância tenda a ser mais significativa nas grandes aglomerações urbanas, em especial no ambiente metropolitano (CUNHA et al., 2013; DOTA, 2015; CUNHA A, 2015), a maior variação positiva, neste caso, ocorre para os municípios da Ompetro.

Carapebus, de 2000 a 2010, registra um aumento de 16,8% de pessoas ocupadas que fazem movimento pendular. Casimiro de Abreu e Rio das Ostras também exibem variações acima de 12% para o mesmo período. O aumento da pendularidade nesta zona parece estar relacionada ao desenvolvimento das atividades de petróleo e gás na região.

Para Ojima e Marandola Jr. (2012), o fenômeno da pendularidade (tanto para estudo, quanto para trabalho) ultrapassa o círculo das metrópoles, pois ele

---

<sup>63</sup> No caso de Macaé, o desenvolvimento da indústria petrolífera ativou outros setores econômicos, fazendo com que o tamanho da população ocupada superasse o conjunto da população economicamente ativa. Isso significa que uma parte da população ocupada de Macaé vem de outros municípios. Segundo o Censo de 2010, aproximadamente 20,5 mil pessoas residentes em outros municípios ingressam diariamente em Macaé para trabalhar.

aumentou muito nos municípios não metropolitanos. A integração entre núcleos urbanos vai além dos fluxos econômicos e passa a envolver mais pessoas. No Brasil, entre 2000 e 2010, aumentou de 41 para 181 o total de municípios fora de regiões metropolitanas em que entra diariamente um volume de pessoas superior a 10% de sua população residente para trabalhar.

Cunha et al. (2013) estudam o fenômeno para a macrometrópole paulista e verificam que o aumento do volume de movimentos pendulares e o impacto que estes representam sobre a População em Idade Ativa (PIA) das regiões metropolitanas e aglomerações urbanas não necessariamente dependem de uma constância do crescimento demográfico. É como se o fenômeno adquirisse uma autonomia devido a mudanças na forma de ocupação do espaço, mudanças estas de caráter tanto demográfico como econômico.

**Tabela 19 – População em idade ativa (PIA), população ocupada (PO) e percentual da PIA que trabalha ou estuda em outro município. Municípios do Conleste, da Ompetro e Rio de Janeiro, 2000-2010.**

Município de residência em 2000/2010	PIA		PO que trabalha ou estuda em outro município		Percentual da PIA que trabalha ou estuda em outro município	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Armação dos Búzios	14.605	23.537	383	1.373	2,6	5,8
Arraial do Cabo	19.658	23.952	1.502	3.080	7,6	12,9
Cabo Frio	101.512	159.206	8.061	20.040	7,9	12,6
Carapebus	7.115	11.445	589	2.875	8,3	25,1
Campos dos Goytacazes	334.171	396.966	6.153	13.865	1,8	3,5
Casimiro de Abreu	18.181	30.031	1.744	6.739	9,6	22,4
Macaé	107.951	175.803	1.740	4.463	1,6	2,5
Niterói	397.760	437.702	61.556	80.202	15,5	18,3
Quissamã	11.041	17.232	755	1.759	6,8	10,2
Rio das Ostras	29.623	89.707	1.914	17.150	6,5	19,1
São João da Barra	22.814	28.416	1.334	2.726	5,8	9,6
Araruama	67.399	96.235	2.884	8.290	4,3	8,6
Cachoeiras de Macacu	39.616	46.837	2.765	4.411	7,0	9,4
Guapimirim	30.292	43.568	4.634	8.379	15,3	19,2
Itaboraí	151.582	187.193	28.113	42.183	18,5	22,5
Magé	164.369	192.828	25.314	36.165	15,4	18,8
<b>Maricá</b>	63.697	111.228	<b>7.588</b>	<b>20.414</b>	<b>11,9</b>	<b>18,4</b>
Nova Friburgo	146.420	159.910	2.323	4.466	1,6	2,8
Rio Bonito	41.155	48.316	2.514	4.802	6,1	9,9
São Gonçalo	743.950	874.678	149.296	194.745	20,1	22,3
Saquarema	42.625	64.059	2.142	4.734	5,0	7,4
Silva Jardim	16.762	18.061	1.248	2.523	7,4	14,0
Tanguá	21.090	26.161	3.659	6.103	17,3	23,3
Teresópolis	113.573	141.946	3.150	5.344	2,8	3,8
Rio de Janeiro	4.976.601	5.559.923	42.340	117.918	0,9	2,1

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000-2010; Unicamp/Nepo.

Em Maricá, o percentual de população que trabalha ou estuda fora do município cresceu substancialmente. Em 2000, 11,9% da população em idade ativa de Maricá trabalha ou estuda fora da delimitação municipal. Em 2010, esse percentual passa para 18,4%, uma variação positiva de 6,4%.

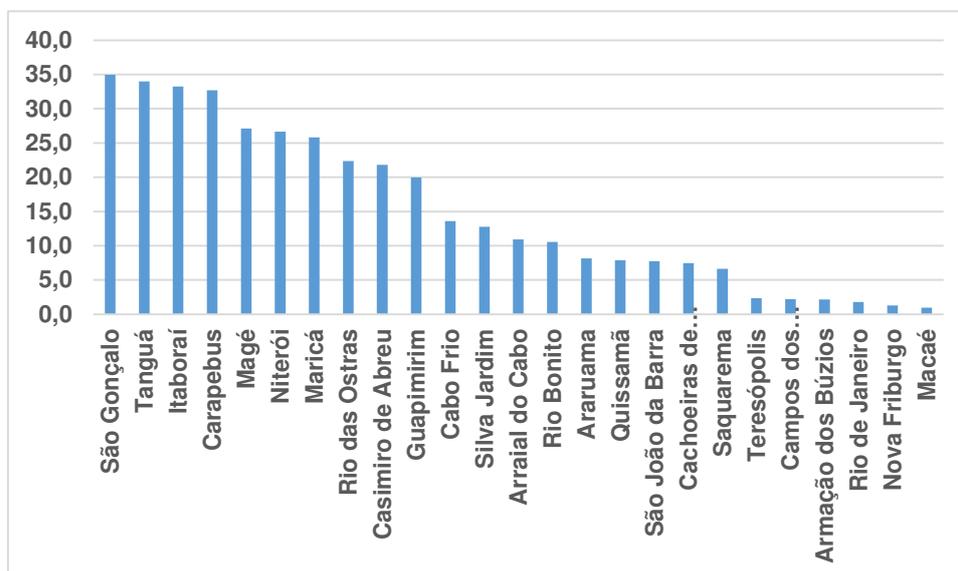
É certo que grande parte da população vem adotando Maricá como moradia. Ao mesmo tempo, historicamente, a limitação de postos de emprego e instituições de ensino superior força parte da população residente em idade ativa a deslocar-se para outros municípios do núcleo metropolitano para desenvolver atividades de trabalho e estudo. Isso se explica porque a busca por onde residir não passa apenas pela perspectiva do trabalho, ainda que haja relação entre territórios com menor disponibilidade e diversificação de postos de trabalho com a repulsão de população em idade ativa (SILVA, 2012).

Quando se observam exclusivamente os deslocamentos para trabalho, alguns municípios possuem um percentual bastante elevado de população ocupada que trabalha fora do município. Entre os da Ompetro, destacam-se Carapebus (32,7%), Rio das Ostras (22,4%) e Casimiro de Abreu (21,8%), que alimentam sobretudo o mercado de trabalho de Macaé, devido ao desenvolvimento das atividades ligadas ao petróleo e gás.

Para os municípios do Conleste, inseridos na dinâmica metropolitana, esse percentual é bem mais significativo. São Gonçalo, Itaboraí e o jovem município de Tanguá registram valores acima de 30% da população ocupada que não trabalha no município onde reside.

Segundo dados do Censo de 2010, em Maricá, 25,8% da população ocupada se desloca diariamente para outros municípios para trabalhar. Quando se computam aqueles que se deslocam para trabalho e não retornam diariamente, esse percentual sobe para 29,0% da população. É comum encontrar pessoas que passam a semana toda próximas ao local de trabalho ou estudo, seja em imóvel alugado seja em casa de amigos e parentes, e que retornam no final de semana para seu local original de residência.

**Gráfico 12 – Percentual (%) da população ocupada que faz pendularidade exclusiva para trabalho. Municípios do Conleste, da Ompetro e Rio de Janeiro, 2010.**



Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2010; Unicamp/Nepo.

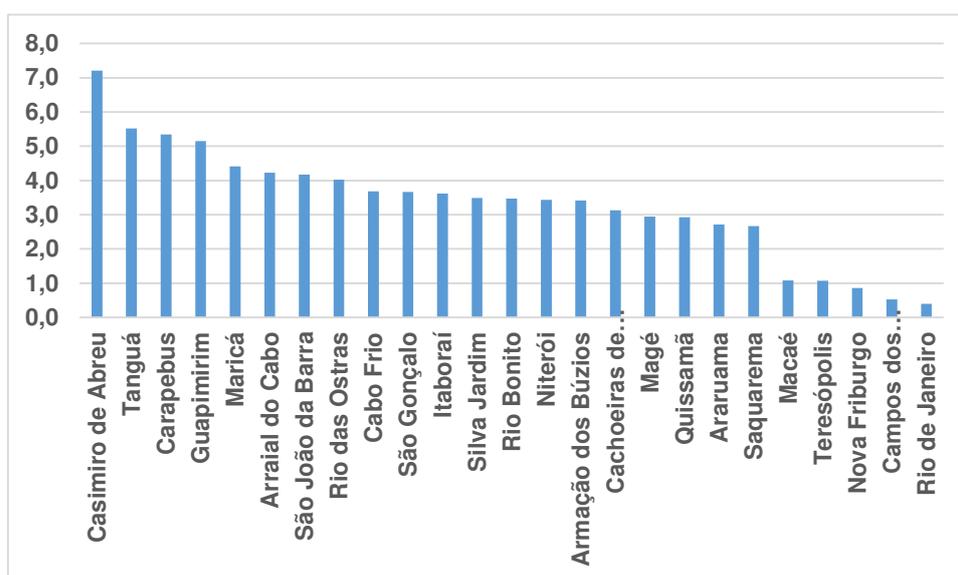
Entre os residentes de Maricá com mais de 10 anos de idade, ocupados, que exercem sua atividade principal em outro município, destacam-se os que trabalham em administração pública, defesa e seguridade social (15,4%). Em segundo lugar, com 12,7% do total, encontram-se os que trabalham no comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas, seguido de saúde humana e serviços sociais (8,1%). Sobressaem também as atividades profissionais, científicas e técnicas (7,8%). Diferentemente da população que trabalha fora do município, em Maricá, a população residente ocupada se estabelece principalmente no comércio (20,0%), na construção civil (18,0%) e em serviços domésticos (15,0%).

Sobre os deslocamentos para estudo, encontra-se um comportamento similar ao da população que se desloca exclusivamente para trabalho. Entre os municípios analisados, os que apresentam os menores percentuais de deslocamento são: Macaé, Nova Friburgo, Rio de Janeiro, Campos dos Goytacazes e Búzios. No outro extremo, apresentam os maiores percentuais: São Gonçalo, Carapebus, Itaboraí, Tanguá, Niterói e Maricá.

Segundo o Censo de 2010, 4,4% da população em idade ativa de Maricá se desloca para fora do município diariamente para estudar. O município ocupa a terceira posição na Região Metropolitana em termos de pessoas que se deslocam

para estudar. Isso ocorre porque Maricá possui apenas uma instituição de nível superior (Universidade Severino Sombra). Em compensação, o programa Ônibus Universitário, implementado pela Gestão Municipal desde 2002, ajuda no deslocamento para os municípios metropolitanos vizinhos, para aqueles que vão cursar a faculdade.

**Gráfico 13 – Percentual (%) da população em idade ativa que faz pendularidade exclusiva para estudo. Municípios do Conleste, da Ompetro e Rio de Janeiro, 2010.**



Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2010; Unicamp/Nepo.

A Prefeitura Municipal de Maricá oferece aos maricaenses deslocamento gratuito para a cidade vizinha de Niterói nos horários da manhã, tarde e noite, contribuindo para elevar a escolarização da população municipal. Segundo o Executivo, o programa destinado aos universitários, que inclui a utilização do Bilhete Universitário, atende atualmente 2.125 estudantes de Maricá, que cursam o nível superior em outros municípios.

O custo do transporte diário para os municípios de Niterói e Rio de Janeiro consome grande parte do orçamento familiar. Assim, o programa constitui ajuda também significativa para aqueles que já trabalham nesses municípios, uma vez que o gasto com o retorno à casa pode ser economizado, com a utilização do referido programa.

Observados os volumes de movimento pendular, analisa-se a seguir o destino da população de Maricá que faz pendularidade para trabalho ou estudo. Na Tabela 20, nota-se que é pequeno o percentual de pessoas que se deslocam para outros municípios do estado (além dos da Ompetro e do Conleste): cerca de 1,4% para trabalho e 3,7% para estudo. Menos de 1% dos pendulares se desloca para fora do estado para trabalhar e 2,6% para estudar. Os deslocamentos efetuados entre Maricá e os municípios da Ompetro, tanto para trabalho quanto para estudo, não representam 1% do total dos deslocamentos totais efetuados. Os dados indicam que a pendularidade ocorre com municípios vizinhos, que fazem parte da Região Metropolitana.

**Tabela 20 – Número absoluto e distribuição dos residentes, por motivação para movimento pendular, segundo município de destino. Maricá, 2010.**

	Municípios de destino	Trabalho		Estudo	
		Absoluto	%	Absoluto	%
1	Capital Metropolitana (Município RJ)	7.161	48,9	1.132	22,5
2	Municípios do Conleste	7.129	48,7	3.549	70,5
	2.1 Niterói	5.040	70,7	2.766	77,9
	2.2 São Gonçalo	1.856	26,0	673	19,0
	2.3 Itaboraí	144	2,0	21	0,6
	2.4 Saquarema	21	0,3	80	2,3
	2.5 Demais municípios do Conleste	68	1,0	9	0,3
3	Municípios da Ompetro	53	0,4	39	0,3
4	Demais municípios do ERJ	203	1,4	185	3,7
5	Demais UF's	92	0,6	131	2,6
	Total	14.638	100,0	5.036	100,0

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2010; Unicamp/Nepo.

Nota: As linhas correspondentes aos itens 2.1 a 2.5 se referem à subdivisão do total em relação aos municípios de todo o Conleste, destacando os municípios mais significativos do ponto de vista de destino de pendularidade.

**Tabela 21 – Número absoluto e distribuição dos residentes, por motivação para movimento pendular, segundo município de destino. (1) Maricá, 2010.**

Destino da população pendular em Maricá: 2010.

Municípios de destino	Trabalho		Estudo	
	Absoluto	%	Absoluto	%
Rio de Janeiro	7.161	49,2	1.132	23,1
Niterói	5.040	34,6	2.766	56,4
São Gonçalo	1.856	12,8	673	13,7
Itaboraí	144	1,0	21	0,4
Saquarema	21	0,1	80	1,6
Demais municípios RJ	324	2,2	233	4,8
Total	14.546	100,0	4.905	100,0

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2010; Unicamp/Nepo.

(1) Somente municípios do estado do Rio de Janeiro.

Observando-se os principais pontos de destino daqueles que moram em Maricá e fazem movimento pendular, considerando somente como destino os municípios fluminenses (Tabela 21), nota-se que a maioria da população que sai de Maricá para trabalhar se dirige ao núcleo metropolitano, a cidade do Rio de Janeiro: 49,2%. Em seguida tem-se Niterói (34,5%) e, em terceiro lugar, São Gonçalo (12,8%).

Segundo Silva (2012), que estuda a mobilidade espacial da população no âmbito da metrópole fluminense, em 2000, aproximadamente metade dos migrantes que mudaram de residência da cidade do Rio de Janeiro para a periferia metropolitana, na verdade se deslocava para trabalhar no núcleo.

Quando a motivação do deslocamento pendular é exclusivamente para estudo, o principal destino é Niterói, que representa cerca de 56,6% do total das pessoas que fazem pendularidade. Isso se explica pela combinação de dois fatores: maior proximidade com Maricá, em relação ao núcleo metropolitano, e ampla oferta de instituições de formação educacional, com destaque para a expressiva presença de universidades de ensino público e privado. A capital fica em segundo lugar (23,1%) e São Gonçalo vem em seguida (13,7%). Saquarema e Itaboraí apresentam pouco volume de pendularidade com Maricá (incluindo trabalho e estudo).

No caso de Itaboraí, os dados de pendularidade entre municípios da Ompetro, do Conleste e o Rio de Janeiro indicam que, em 2010, o impacto regional da implantação do Comperj foi insignificante sobre os municípios do Conleste, ao menos no quesito absorção de mão de obra. Maricá se encontra a aproximadamente 25 quilômetros do complexo, mas somente 1% da população que faz movimento

pendular para trabalho se dirige a Itaboraí, apesar do aumento de postos de trabalho nesse município, conforme observado no primeiro capítulo

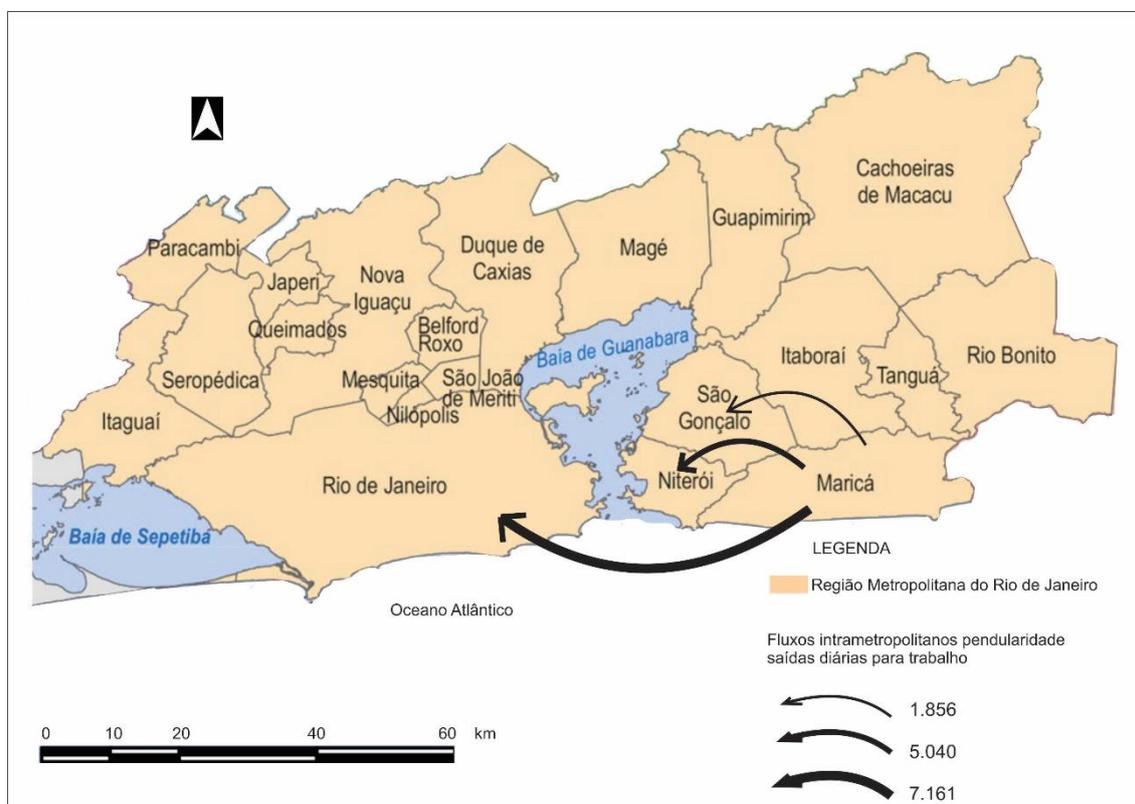
A falta de opções de transporte público entre Maricá e Itaboraí pode explicar parte desta fraca conexão entre os dois mercados de trabalho, o que justifica também o deslocamento insignificante para estudo. Apesar da conexão rodoviária pela RJ-114, que apresenta condições razoáveis de tráfego, e da pouca distância entre os dois municípios, não há uma linha de transporte público que conecte as duas cidades. Quem mora em Maricá e trabalha ou estuda em Itaboraí, e depende de transporte coletivo, conta apenas com uma linha que sai do centro de Maricá e chega ao bairro do Lagarto, limite com Itaboraí, com pouquíssima oferta de horários. Do Lagarto é preciso pegar outro transporte que leve ao centro de Itaboraí.

Acredita-se que a questão da estrutura reduzida de emprego e a carência de oferta educacional, em especial a de nível universitário, sejam as duas principais motivações para os deslocamentos pendulares que a população efetua, sobretudo com a cidade vizinha de Niterói e com o núcleo metropolitano.

Parece que estes dois elementos também afetam a população que vem mais recentemente adotando Maricá como moradia. Segundo o Censo de 2010, 38% das pessoas que moravam em Maricá no ano do recenseamento e faziam mobilidade pendular eram migrantes. Significa que os migrantes incrementam o grupo daqueles que se deslocam pendularmente, dirigindo-se sobretudo para o município vizinho de Niterói e para a capital estadual para desenvolver atividades laborais e de formação.

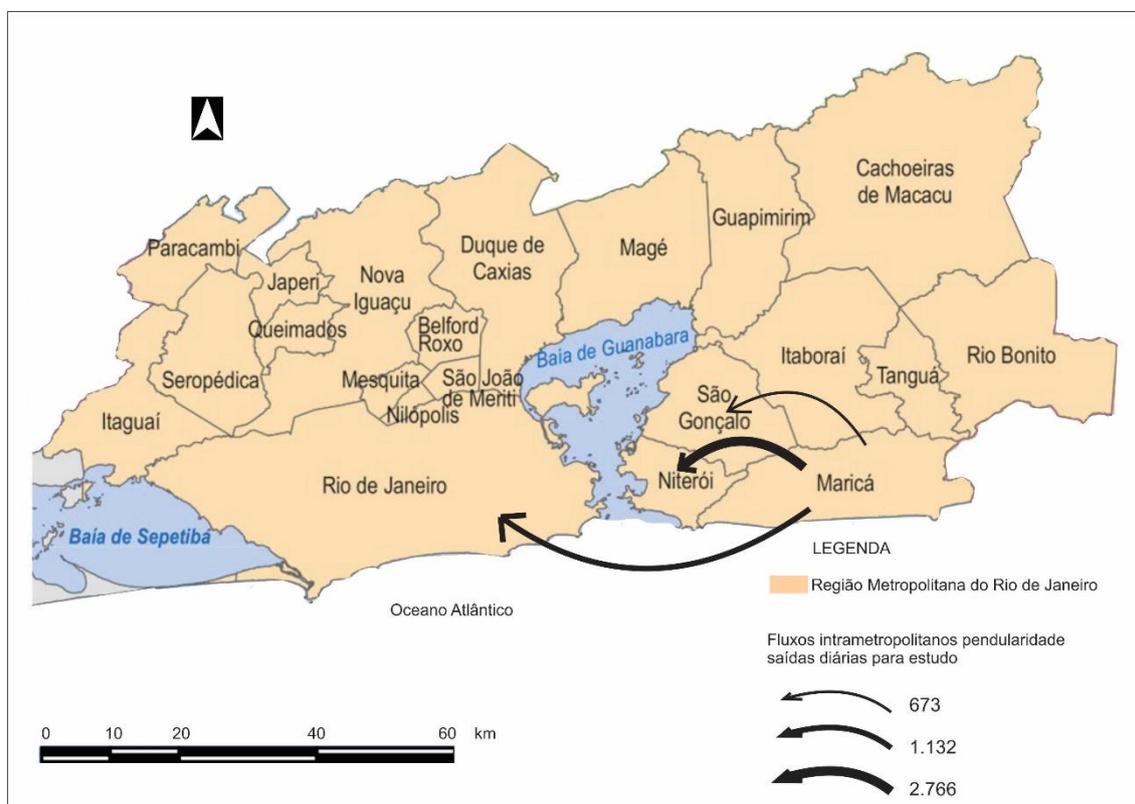
De fato, conforme se observa nos Mapas 4, 5 e 6, os fluxos de pendularidade de Maricá coincidem com os municípios com os quais ocorrem as trocas migratórias (destaque para imigração). Para Oliveira e Tavares (2015), as mudanças de residência na metrópole estão conectadas fortemente com as condições de acesso à moradia, e também com as possibilidades de deslocar-se, sobretudo para alcançar os mercados de trabalho.

**Mapa 5 – Fluxos de pendularidade intrametropolitana – saídas para trabalho. Maricá, 2010.**



Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2010; Unicamp/Nepo.

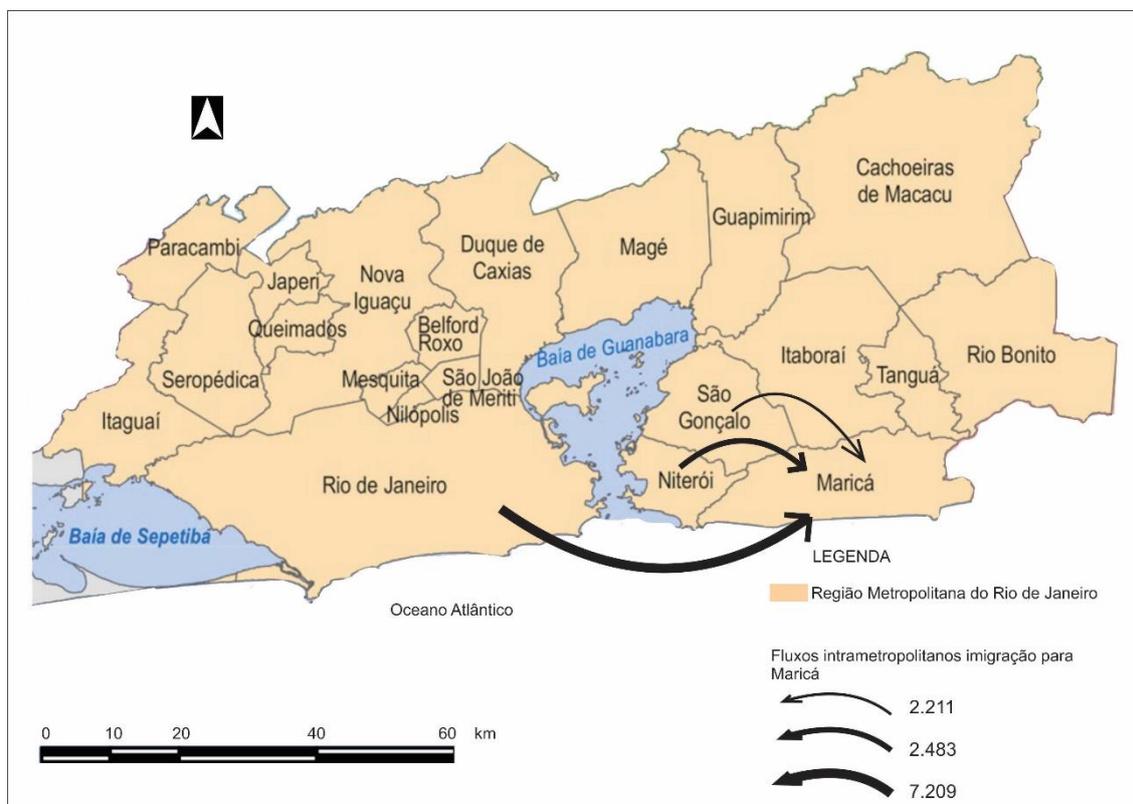
**Mapa 6 – Fluxos de pendularidade intrametropolitana – saídas para estudo. Maricá, 2010.**



Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2010; Unicamp/Nepo.

Aparentemente, Maricá tornou-se um local de moradia acessível para aqueles que não pretendem alterar os seus espaços de vida fixados na metrópole, em especial os que moravam em Niterói e no Rio de Janeiro. Ou seja, muda-se de município de residência, mas permanece-se na mesma metrópole, o que seguramente tem relação com as condições de mover-se nesse espaço.

**Mapa 7 – Fluxos de imigração intrametropolitana para Maricá, 2010.**



Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2010; Unicamp/Nepo.

A hipótese é de que alguns fatores relacionados à mobilidade explicam por que muitas pessoas têm adotado Maricá como moradia. Entre eles, destacam-se: (1) a melhora das condições rodoviárias, como a duplicação da RJ-106, que liga Maricá ao núcleo metropolitano, no trecho entre Maricá e São Gonçalo; (2) o incremento dos transportes urbanos intermunicipais, com a regularização do segmento de transporte alternativo de vans; (3) programas de mobilidade como o Bilhete Único, que atende quase 5 milhões de usuários em toda a Região Metropolitana.

A regularização do transporte alternativo de vans e a possibilidade de uso do Bilhete Único em ambos os sistemas coletivos (ônibus e vans) constituem fatores de estímulo ao exercício da mobilidade pendular na região. Ainda que se precise avançar muito em termos de qualidade nas condições de deslocamento da população, aumentou a oferta de transporte (ainda que de modo pouco significativo), o que por sua vez favoreceu aqueles que dependem diariamente do sistema público de condução para ir trabalhar ou estudar em outros municípios.

Recentemente, a gestão municipal de Maricá criou a Empresa Municipal de Transportes (EPT), através da lei complementar nº 244, de 11 de setembro de 2014. No mês de dezembro do mesmo ano a autarquia começou a fornecer gratuitamente transporte interno no município. Os “vermelhinhos” são ônibus que operam linhas circulares, intramunicipais. Há constantes paralizações do serviço, por causa de liminares da Justiça, pleiteadas pelas empresas particulares que operam o serviço em Maricá, a Costa Leste e a Nossa Senhora do Amparo, que alegam concorrência. Mas os ônibus da empresa pública seguem em funcionamento. Recentemente, em 2015, foi feito um concurso público para compor o quadro da EPT.

A iniciativa de subsidiar o transporte municipal de forma totalmente gratuita, sem dúvida, só pode ser implementada com o incremento das receitas de *royalties* que o município vem recebendo. Acredita-se que a disponibilização de linhas intramunicipais com tarifa zero influa positivamente para a atração populacional que Maricá exerce no contexto metropolitano.

A migração intrametropolitana, também concebida como mobilidade residencial (SOBRINO, 2007), influi diretamente no processo de redistribuição espacial da população de Maricá. Esse fenômeno interfere no crescimento e na forma das aglomerações urbanas e reflete a redistribuição da população no espaço metropolitano (CUNHA, 2011), pois embora envolva mudança de residência, é um movimento que não necessariamente implica mudanças no espaço de vida da população. Aliás, este é um dos motivos pelos quais se tem sugerido a utilização do termo mobilidade residencial para diferenciá-la da migração tradicional, cujos fatores condicionantes são de outra ordem.

Maricá faz parte de um grupo de municípios metropolitanos em evidente expansão urbana em áreas de baixa densidade, com aumento no número de domicílios, elevado crescimento populacional e atração migratória, porém, com significativo aumento na saída de pessoas para trabalhar em outros municípios. Alguns elementos da estrutura urbana, tais como acesso a moradia, mercado de trabalho, serviços e sistema de mobilidade, influenciam as condições de reprodução, de movimentação e de localização dos diferentes grupos sociais no espaço (OLIVEIRA; TAVARES, 2015).

Os dados analisados demonstram que o crescimento demográfico de Maricá se relaciona com migrações intrametropolitanas e movimentos pendulares. A mobilidade pendular da população sugere a existência de uma complementaridade

socioespacial entre Maricá e a capital. Isso porque a correlação entre a definição do local de moradia, mobilidade e acesso ao mercado de trabalho e serviços é mais intensa no ambiente metropolitano.

## **CAPÍTULO 4: A INFLUÊNCIA DA METRÓPOLE NA DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA POPULAÇÃO NO ESPAÇO INTRAURBANO DE MARICÁ**

### **4.1 A DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA POPULAÇÃO NO ESPAÇO INTRAURBANO DE MARICÁ: ONDE SE LOCALIZA A POPULAÇÃO QUE VAI MORAR NO MUNICÍPIO?**

Nesta parte do estudo analisa-se o processo recente de redistribuição espacial da população em Maricá, de modo a identificar os vetores de crescimento da cidade. A análise será desenvolvida considerando a população dividida em duas categorias: migrantes<sup>66</sup> e não migrantes.<sup>67</sup>

Como relatado no capítulo anterior, em Maricá predomina a migração intrametropolitana. Segundo dados do Censo, a maioria da população que adota Maricá como município de residência morava nos municípios vizinhos, em especial na capital, a cidade do Rio de Janeiro.

A decisão metodológica quanto à forma de identificar o migrante depende dos objetivos de cada estudo. Neste trabalho, enfoque especial se dá à migração de menor distância, ou seja, a intraestadual e, em especial, a intrametropolitana. Esse tipo de migração tende a predominar em municípios como Maricá, que pertence à periferia metropolitana, possui a segunda maior taxa de crescimento do estado e está a 60 quilômetros do núcleo da metrópole.

Para desenvolver a análise desta seção, são utilizados os dados por áreas de ponderação<sup>68</sup> (AP) para os Censos de 2000 e 2010. O Anexo 11 apresenta, para

---

<sup>66</sup> Considera-se como migrante a população que reside em Maricá, mas declarou morar em outros municípios cinco anos antes do levantamento censitário. Utiliza-se a pergunta de migração do questionário da amostra sobre município de residência em 31 de julho de 1995, para o Censo de 2000, e em 31 de julho de 2005, para o Censo de 2010

<sup>67</sup>A outra categoria utilizada para analisar os dados é a de “não migrantes” ou também referidos no estudo como população local. Esta última abrange os naturais, ou seja, aqueles que nasceram em Maricá, e também aqueles que migraram para a cidade fora da data da pergunta utilizada no Censo, incluindo os que migraram há mais tempo (período superior a cinco anos).

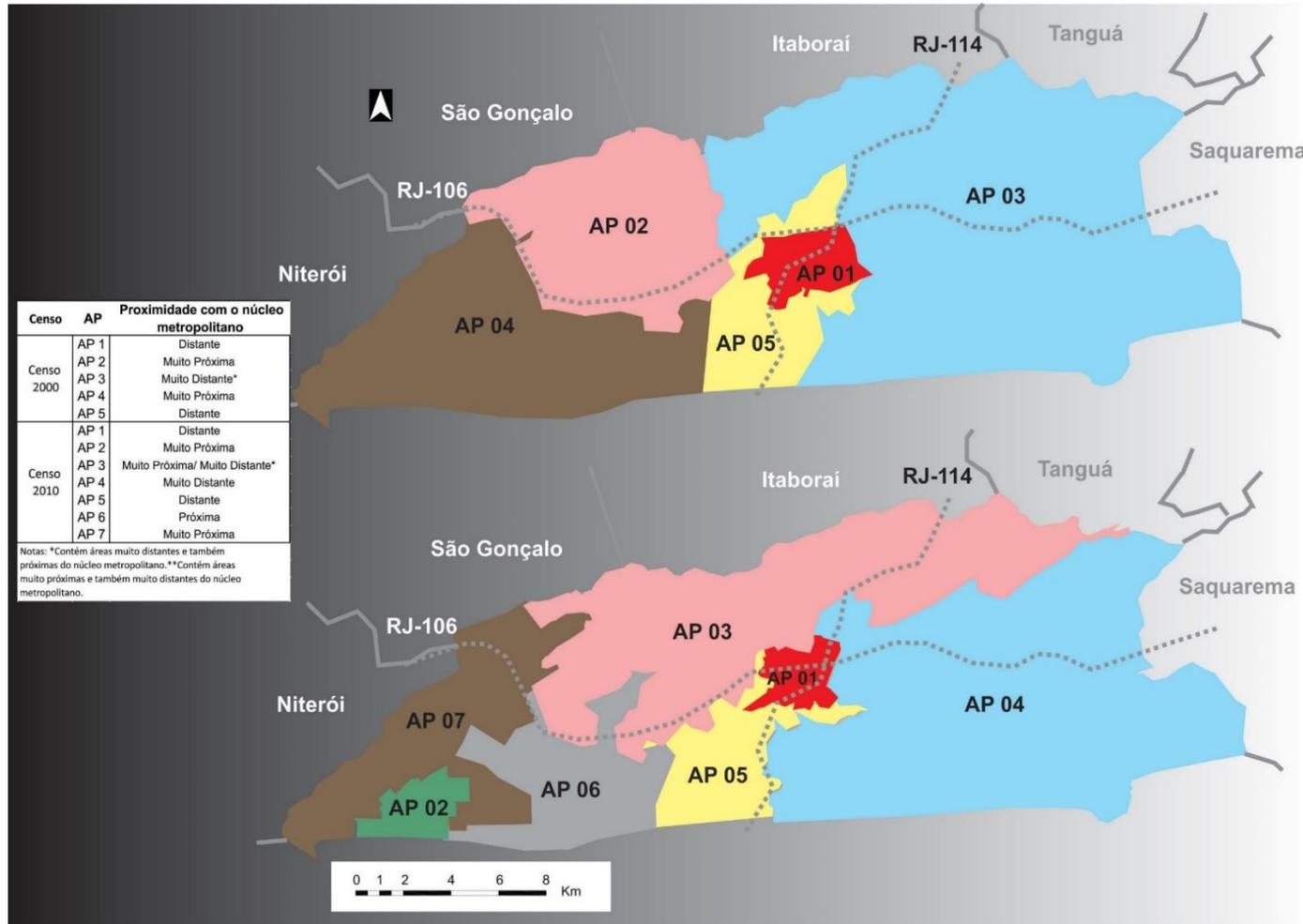
<sup>68</sup> Segundo o IBGE, as áreas de ponderação constituem uma unidade geográfica, formada por um agrupamento de setores censitários, para a aplicação dos procedimentos de calibração das estimativas com as informações conhecidas para o conjunto da população, sendo a menor unidade geográfica para identificação dos microdados da amostra.

cada censo, um quadro síntese das áreas, com a descrição dos bairros que as compõem, assim como sua localização e condição de proximidade com o núcleo metropolitano.

Como se pode observar no Mapa 8, para o Censo de 2000 havia cinco áreas de ponderação. Com o crescimento do município, mais duas foram incorporadas em 2010. Vale lembrar que as unidades espaciais não são compatíveis em termos de delimitação física, contudo, para efeitos de comparação dos dados, neste trabalho, o fator considerado relevante é a proximidade de cada área com o núcleo metropolitano. Quanto mais próximas da zona mais escura do mapa (lado esquerdo), mais próximas elas estão da cidade do Rio de Janeiro.

Como já mencionado, acredita-se que a redistribuição espacial da população de Maricá no espaço intraurbano esteja relacionada diretamente à condição de proximidade com o núcleo metropolitano. A RJ-106, que atravessa o município longitudinalmente, constitui o principal meio de ligação com a metrópole. A RJ-114, que corta o município no sentido transversal, na porção norte, apesar de apresentar boas condições de tráfego, não possui linhas intermunicipais de transporte público que façam sua ligação com outro município da periferia metropolitana, Itaboraí.

**Mapa 8 – Áreas de ponderação do Censo Demográfico, segundo condição de proximidade com o núcleo metropolitano. Maricá, 2000-2010.**



Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000-2010; Unicamp/Nepo.

No mapa de 2000 pode-se identificar a AP1 (vermelho), que corresponde ao centro da cidade. A AP2 (rosa) abrange Inoã, Calaboca, Santa Paula, Spar e alguns bairros de São Jose do Imbassaí, no extremo oeste do município, e faz limite com o município de São Gonçalo, englobando uma pequena porção ao norte, ainda rural. Já a AP3, em azul, corresponde a toda a porção leste do município, a extensão oceânica até o limite com Saquarema. Abrange a quase totalidade dos setores rurais que se concentram na porção norte do município até o limite com Itaboraí e Tanguá. A AP4, em marrom, corresponde a Itaipuaçu, região oceânica até o limite com o município de Niterói. Finalmente, a AP5, em amarelo, corresponde aos bairros em torno do núcleo central da cidade, ou seja, em torno da AP1. É a região imediata, que possui forte relação de proximidade e conexão com as atividades do primeiro distrito.

No Censo de 2010, a AP1 (vermelha) e a AP5 (amarelo) correspondem praticamente às mesmas áreas de 2000. Já a AP2, em verde, compreende uma pequena região de Itaipuaçu (Barroco e Jardim Atlântico Oeste). A AP3, em rosa, contempla a região acima da RJ-106. A AP4, em azul, é a mais distante do núcleo metropolitano. A AP7, em marrom, a mais próxima da franja metropolitana, correspondente aos bairros de Inoã, Itaipuaçu, Santa Paula, Spar, Calaboca e Recanto. Finalmente, a AP6 é a região imediata à AP7 e inclui o bairro de Cajueiro, parte leste de Itaipuaçu e parte de São José do Imbassaí.

Para compreender como vem se dando a redistribuição espacial da população em Maricá e identificar os vetores de crescimento da cidade, utilizam-se os dados de população migrante e não migrante entre as áreas de ponderação, para os Censos de 2000 e 2010. Para comparação dos dados, por AP, será utilizada a seguinte correspondência:

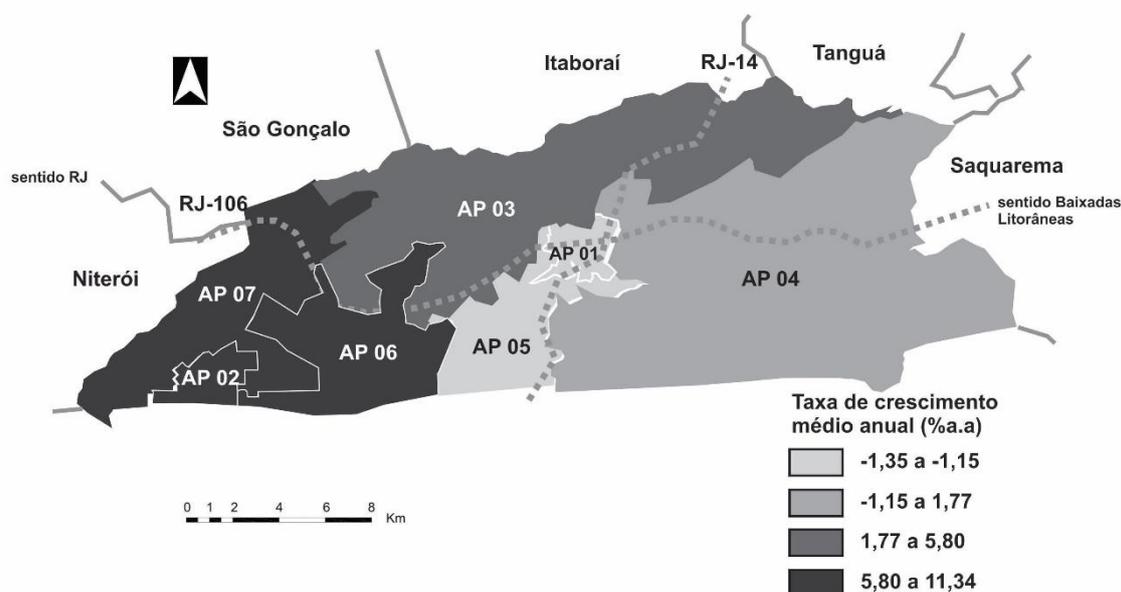
#### **Quadro 1 – Correspondência entre as áreas de ponderação. Maricá, 2000-2010.**

2000	2010
AP1	AP1
AP2	AP3
AP3	AP4
AP4	AP2,AP6,AP7
AP5	AP5

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000-2010; Unicamp/Nepo.

No Mapa 9 nota-se que a região central da cidade, que compreende a AP1 e AP5, é a mais estagnada em termos demográficos, já que apresenta crescimento populacional médio anual negativo. A AP3, que corresponde à porção norte do município e abrange a maioria dos setores rurais, cresceu 1,7% ao ano. Provavelmente esse pequeno crescimento se deve à recente ocupação de lotes em condomínio ao longo da rodovia RJ-114. Essa é a região da cidade caracterizada por concentração de condomínios fechados, com grandes porções de terra disponíveis para grandes parcelamentos, onde se estabelecem os principais lançamentos imobiliários na cidade. Muitos condomínios dessa zona utilizaram estratégias de marketing para atrair população de mais alta renda que viria a trabalhar no Comperj (ROCHA, 2011).

**Mapa 9 – Taxas médias anuais de crescimento populacional, por área de ponderação. Maricá, 2000-2010.**



Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000-2010; Unicamp/Nepo.

**Tabela 22 – População total, taxas médias anuais de crescimento populacional e incremento, por área de ponderação. Maricá, 2000-2010.**

	População		Taxas de crescimento populacional	
	2000	2010	2000/2010	incremento
AP1	15.017 AP1	13.112	-1,35	-1.905
AP2	12.260 AP3	14.605	1,77	2.345
AP3	14.304 AP4	25.139	5,80	10.835
AP4	21.212 AP2,AP6,AP7	62.084	11,34	40.872
AP5	13.944 AP5	12.423	-1,15	-1.521

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000-2010; Unicamp/Nepo.

Em termos de crescimento populacional, destacam-se a AP2, AP6 e AP7, mais próximas ao núcleo metropolitano. Nessas áreas, a taxa média anual de crescimento foi de 11,3% ao ano. A maioria dessas terras corresponde a parcelamentos antigos e, ao que tudo indica, os loteamentos abertos nestas zonas da cidade passam por adensamento. Como evidenciado no segundo capítulo, o preço do solo urbano tem sido fundamental para a ocupação destes lotes. De forma complementar, a área também abriga condomínios fechados ao longo da RJ-106. Por fim, a AP4, a região mais ao norte, cresceu 5,8%.

Observando-se a distribuição espacial da população de Maricá em relação à faixa litorânea (a porção sul, que foi quase totalmente parcelada em loteamentos abertos até a década de 1980), percebe-se que a parte que mais recebe população atualmente é aquela mais próxima do núcleo metropolitano: Itaipuaçu. Na porção leste, perto da praia e do amplo complexo lagunar, no sentido de Saquarema, a densidade é muito mais baixa. Embora a ocupação litorânea em Maricá tenha se iniciado justamente por essa área, ela se caracterizou por uma intensa ocupação de segundas residências, de veraneio. Itaipuaçu, por sua vez, por possuir maior proximidade com o núcleo metropolitano, funcionou, de certa forma, como uma extensão do processo de ocupação da região litorânea de Niterói.

A Tabela 23 traz os dados de distribuição populacional para 2000, considerando as cinco áreas de ponderação, por condição migratória e situação de domicílio. Nesta época ainda havia cerca de 17% de população classificada como rural em Maricá.

**Tabela 23 – População residente, por condição migratória e situação do domicílio, segundo áreas de ponderação. Maricá, 2000.**

Área de Ponderação	Situação do Domicílio											
	Urbano				Rural				Total			
	Não migrante		Migrante		Não migrante		Migrante		Não migrante		Migrante	
	absoluto	%	absoluto	%	absoluto	%	absoluto	%	absoluto	%	absoluto	%
AP 1	12.911	26,44	2.106	14,46	0	0,00	0	0,00	12.911	21,65	2.106	12,32
AP 2	8.479	17,36	2.525	17,34	1.084	10,03	172	6,79	9.563	16,03	2.697	15,78
AP 3	4.589	9,40	1.678	11,52	5.867	54,30	2.170	85,64	10.456	17,53	3.848	22,51
AP 4	15.145	31,01	6.067	41,67	0	0,00	0	0,00	15.145	25,39	6.067	35,49
AP 5	7.715	15,80	2.184	15,00	3.853	35,66	192	7,58	11.568	19,40	2.376	13,90
Total	48.839	100,00	14.560	100,00	10.804	100,00	2.534	100,00	59.643	100,00	17.094	100,00

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000-2010; Unicamp/Nepo.

De acordo com os dados da Tabela 23, as áreas urbanas com maior concentração de população situam-se, desde 2000, nos distritos de Inoã e Itaipuaçu, mais próximos ao Rio de Janeiro (AP4), e na região do primeiro distrito, o centro da cidade (AP1).

A população migrante que vive em zona urbana se concentra fortemente na AP4 (41,7%) e na AP2 (17,3%). Essas duas áreas do município são as mais próximas do núcleo metropolitano, fato que confirma o quanto a localização privilegiada – no caso, mais próxima à capital – é primordial para a compreensão do processo de distribuição espacial da população de Maricá. As pessoas que migram para o município constituem moradia na região de fácil acesso aos municípios metropolitanos imediatos e mais densos. Esse resultado faz sentido uma vez que a maioria das pessoas que vão morar em Maricá, conforme elucidado no capítulo anterior, vem dos municípios do Rio de Janeiro, São Gonçalo e Niterói. Provavelmente a localização mais próxima a estes mesmos municípios se justifique pela manutenção da proximidade com os espaços de vida já fixados nestes municípios.

A AP3 e a AP5 concentram a maioria da população rural. A AP3 incorpora grande parte do território rural do município na porção norte. Já o território rural da AP5, apesar de pequeno em área, corresponde a uma zona bastante próxima ao núcleo central da cidade. Tanto que, em 2010, esta porção (em amarelo no Mapa 8), ao norte da RJ-106, passa à condição urbana, conforme explicitado no Mapa 4, de setores urbanos, apresentado no capítulo anterior. Isso também ocorre com a AP2, que possui uma porção rural, ao norte da RJ-106, e que em 2010 passa a ser urbana.

Quase toda a população de Maricá, segundo o Censo de 2010, é urbana: 98,5%. Já a população rural é muito pequena, corresponde a 1.970 pessoas, que se

distribuem em apenas 640 domicílios na AP3, AP4 e AP7. Essas três delimitações correspondem, em parte, às zonas mais ao norte do município.

Segundo a divisão espacial adotada pelo IBGE em 2010, a porção do território onde se concentra grande parte da população de Maricá corresponde à AP7 (parte dos distritos de Inoã e Itaipuaçu), estas mais próximas do núcleo metropolitano, e também a AP4, que compreende quase toda a porção leste do município.

**Tabela 24 – População residente, por condição migratória, situação do domicílio e áreas de ponderação. Maricá, 2010.**

Áreas Ponderação	Total				Urbana				Rural			
	Natural		Migrante		Natural		Migrante		Natural		Migrante	
	Absoluto	%										
AP 01	11.288	10,9	1.824	7,5	11.288	11,2	1.824	7,5	-	-	-	-
AP 02	7.963	7,7	4.427	18,2	7.963	7,9	4.427	18,2	-	-	-	-
AP 03	12.408	12,0	2.197	9,1	11.457	11,3	2.197	9,1	951	46,4	0	0,0
AP 04	20.611	20,0	4.528	18,7	19.773	19,6	4.516	18,6	838	40,9	12	100,0
AP 05	10.353	10,0	2.070	8,5	10.353	10,2	2.070	8,5	-	-	-	-
AP 06	12.698	12,3	2.732	11,3	12.698	12,6	2.732	11,3	-	-	-	-
AP 07	27.768	26,9	6.496	26,8	27.509	27,2	6.496	26,8	259	12,6	0	0,0
Total	103.089	100,0	24.274	100,0	101.041	100,0	24.262	100,0	2.048	100,0	12	100,0

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000-2010; Unicamp/Nepo.

O centro da cidade, a região da AP1, em 2000, constitui a segunda área mais populosa do município, apresenta crescimento médio anual negativo, assim como a AP5, área imediata ao centro. A maioria dos terrenos já está ocupada, com usos definidos, e com pouca área física para expansão. Em conjunto com São José do Imbassaí, esta área corresponde à região de ocupação mais antiga. Assim, o incremento populacional só pode se elevar nessa zona caso ocorra um processo de densificação em altura. Embora o centro da cidade abrigue a maioria dos edifícios com pavimentos comerciais e condomínios verticais multifamiliares, predominam em Maricá os domicílios particulares permanentes do tipo casa: são 93%, segundo o Censo de 2010. Adicionalmente, a legislação urbana do município mantém um controle de edificação em altura, freando o processo de densificação do centro de Maricá.

No período mais recente, observa-se pela Tabela 24 que a região central da cidade é a que menos recebe imigrantes. A maioria deles se concentra na área mais populosa, a AP7, com 26,8% desses indivíduos; já a AP4 concentra 18,7% e a AP2, em Itaipuaçu, apesar de sua pequena dimensão territorial, abriga 18,2% dos

imigrantes que chegam a Maricá, confirmando a ideia de que essa região se destaca como área da cidade de recebimento de população forânea.

A distribuição espacial dos migrantes em Maricá segue uma tendência de consolidação de ocupação na região dos distritos de Inoã e Itaipuaçu, sendo essas as áreas mais próximas ao núcleo metropolitano. Essa zona, como visto anteriormente com os dados de 2000, abriga também os migrantes mais antigos.

A AP7, em Inoã, perto da RJ-106, concentra, por um lado, os assentamentos precários mais densos de Maricá. Por outro lado, a região ao longo da RJ-106 vem sendo também bastante explorada pelo mercado imobiliário com o lançamento de condomínios fechados, como o Alphaville, visando atrair a classe média alta.

Portanto, quando analisados com o processo de parcelamento e uso do solo, os dados de distribuição espacial da população sugerem que ocorre uma ocupação periférica em Maricá (considerando como núcleo o centro da cidade). A porção do município que mais cresce fica muito distante do centro e bem próxima da franja metropolitana, em uma zona que apresenta oportunidades para a população de alta e baixa renda se localizarem estrategicamente perto do principal eixo de ligação com o núcleo da metrópole, a RJ-106. No entanto, frisa-se o fato de que essa periferia que vem sendo criada é diversificada em seu perfil socioeconômico e sua característica responde claramente ao preço da terra em cada uma das zonas.

#### **4.2 ALGUMAS CARACTERÍSTICAS SOCIODEMOGRÁFICAS DA POPULAÇÃO MARICAENSE, SEGUNDO CONDIÇÃO MIGRATÓRIA**

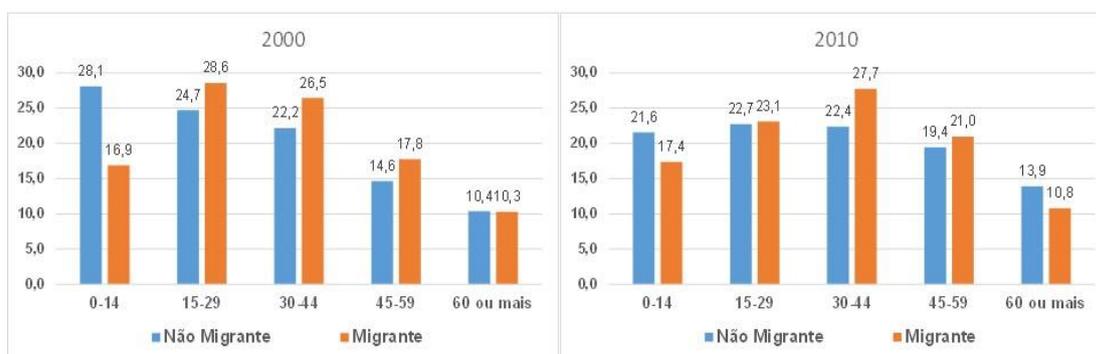
Os dados analisados a seguir têm por objetivo observar algumas características sociais, econômicas e demográficas da população maricaense segundo condição migratória e localização espacial. Variáveis como renda, educação, situação conjugal e ocupação são avaliadas entre grupo de migrantes e não migrantes, de maneira a identificar o perfil da população que vem adotando Maricá como moradia mais recentemente. Adicionalmente, uma pergunta motiva esta seção: quais seriam os principais efeitos ou alterações do crescimento demográfico de Maricá para o conjunto da população?

O Gráfico 14 apresenta a estrutura etária da população, em 2000 e 2010, segundo condição migratória, e evidencia que diminui significativamente o grupo de população mais jovem, de 0 a 14 anos, para o grupo dos não migrantes. Entre outros motivos, os números refletem a diminuição da fecundidade que ocorre também em Maricá: a taxa de fecundidade total (TFT) passa de 1,9 filho por mulher, em 2000, para 1,4, em 2010.

Embora apresentem um leve aumento da população de 0 a 14 anos entre os migrantes (de 2000 para 2010, esse segmento varia de 16,9% para 17,4%), os números indicam que os migrantes têm proporcionalmente menos crianças que os não migrantes. Essa diferença entre os dois grupos se mostra bem maior em 2000, mas vem diminuindo, uma vez que na população não migrante decresce significativamente o tamanho do grupo populacional de 0 a 14 anos: de 28,1%, em 2000, para 21,6%, em 2010.

Para a população migrante que adota Maricá como moradia, em 2010 destacam-se os grupos de 30 a 44 anos e de 45 a 59 anos. Há uma diminuição do segmento populacional de 15 a 29 anos para os dois grupos estudados. Em 2000, 28,6% do total de migrantes integra este grupo de idade, proporção que diminui para 23,1% em 2010. O grupo de população acima de 60 anos aumenta proporcionalmente para os não migrantes em Maricá. Em 2000, eles representam 10,4% da população e passam para 13,9%, em 2010.

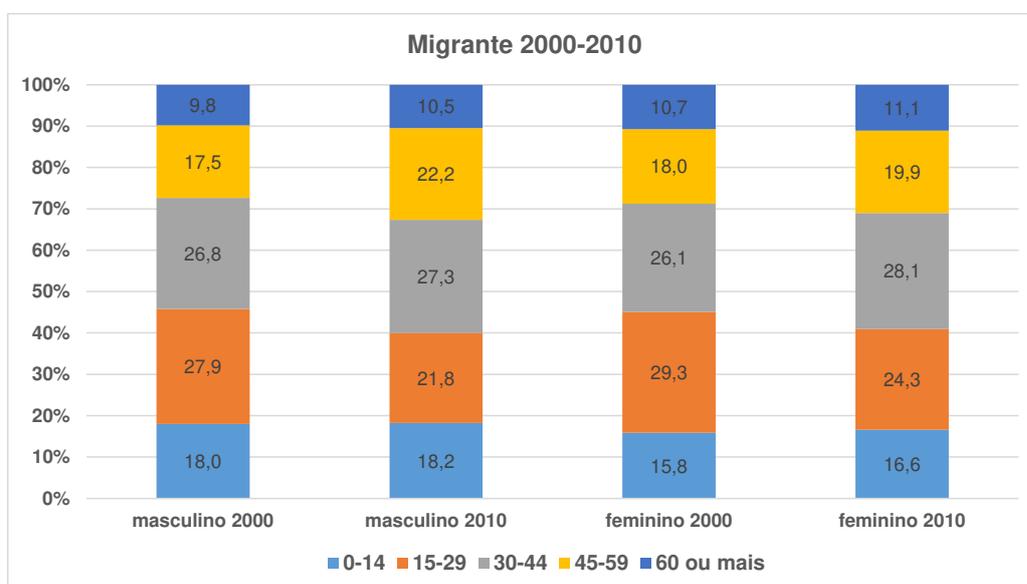
**Gráfico 14 – Participação da população residente, por grupos etários, segundo condição migratória. Maricá, 2000-2010.**



Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000-2010; Unicamp/Nepo.

O Gráfico 15 traz os dados de população migrante segundo grupos etários e sexo. Nos dois períodos, o grupo com 60 anos ou mais é proporcionalmente maior para as mulheres, o que se relaciona com a longevidade feminina. O grupo de 15 a 29 anos também é maior para as mulheres e, avaliando as modificações entre os dois períodos, esse grupo diminui mais intensamente para os homens.

**Gráfico 15 – Distribuição da população migrante, por sexo, segundo grupos etários. Maricá, 2000-2010.**



Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000-2010; Unicamp/Nepo.

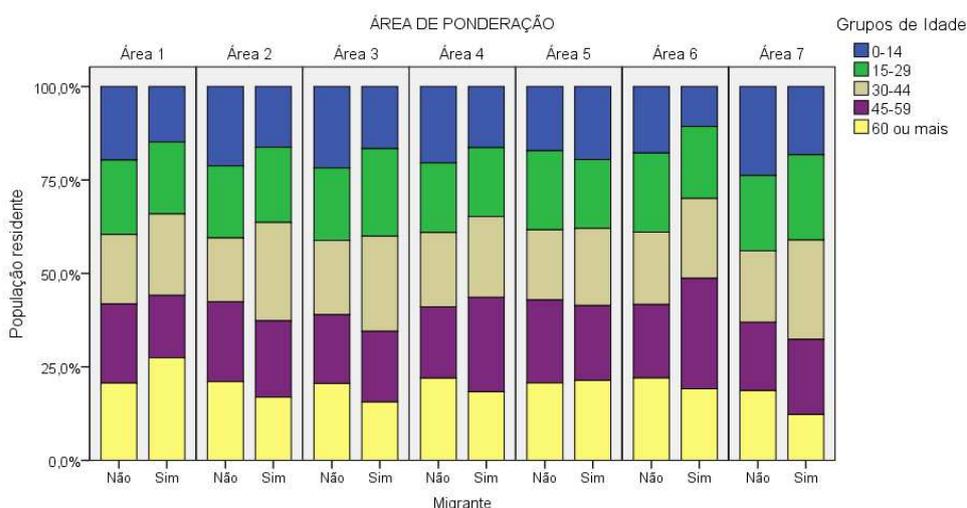
Observando a distribuição espacial da população em 2010, segundo grupo de idades e condição migratória, notam-se alguns diferenciais. A população mais jovem, de 0 a 14 anos, é mais expressiva para os não migrantes na AP7 (24,4%), mais próxima do núcleo metropolitano. Em geral espera-se que as periferias sejam mais rejuvenescidas, contudo, em Maricá, surpreende que isso não ocorra entre migrantes, o que pode ser um efeito indireto da migração: a influência de não migrantes jovens que vivem em domicílios de migrantes. Já a AP5 é a região que se destaca para os migrantes jovens, ao redor do centro da cidade. Há a possibilidade de que os migrantes com filhos optem pelas áreas próximas do núcleo da cidade, em função da maior oferta de instituições como escolas e creches.

Os grupos populacionais de 15-29, 30-44 e 45-49 anos apresentam uma distribuição bastante uniforme dentro do território maricaense, para os dois grupos

estudados. Mas, no caso dos migrantes, nas áreas que mais os recebem, AP2 e AP7, destaca-se o grupo de 30 a 44 anos, com respectivamente 32,1% e 29,4% do total.

Outro resultado de destaque diz respeito à população acima de 60 anos. Para os não migrantes, a AP4, que corresponde a toda a porção leste do município, é a que mais concentra população em idade avançada. De maneira geral, nas áreas de ocupação mais consolidada, como é o caso dessa região, vivem famílias mais tradicionais, algumas já fragmentadas, com filhos fora de casa, ou com viúvas. Já os migrantes, ao chegarem em Maricá, optam pelo centro da cidade, a AP1 (19%). Provavelmente isso ocorre por ser a região mais urbanizada, que concentra a maior oferta de serviços e comércio, o que é ideal para a população mais idosa, por evitar grandes deslocamentos.

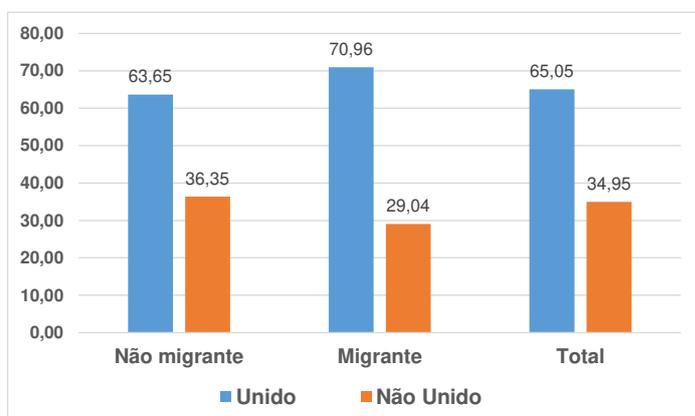
**Gráfico 16 – Distribuição da população residente, por condição migratória e áreas de ponderação, segundo grupos etários. Maricá, 2010.**



Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000-2010; Unicamp/Nepo.

Observando os dados do Gráfico 17 nota-se que é maior a proporção de migrantes que se encontram em situação de união (71,0%), em comparação com os não migrantes (64,0%). Considerando a estrutura etária dos migrantes, que de 2000 para 2010 torna-se mais envelhecida, parece ocorrer uma migração familiar, de casais, embora os dados demonstrem que os migrantes tenham proporcionalmente menos filhos que os não migrantes.

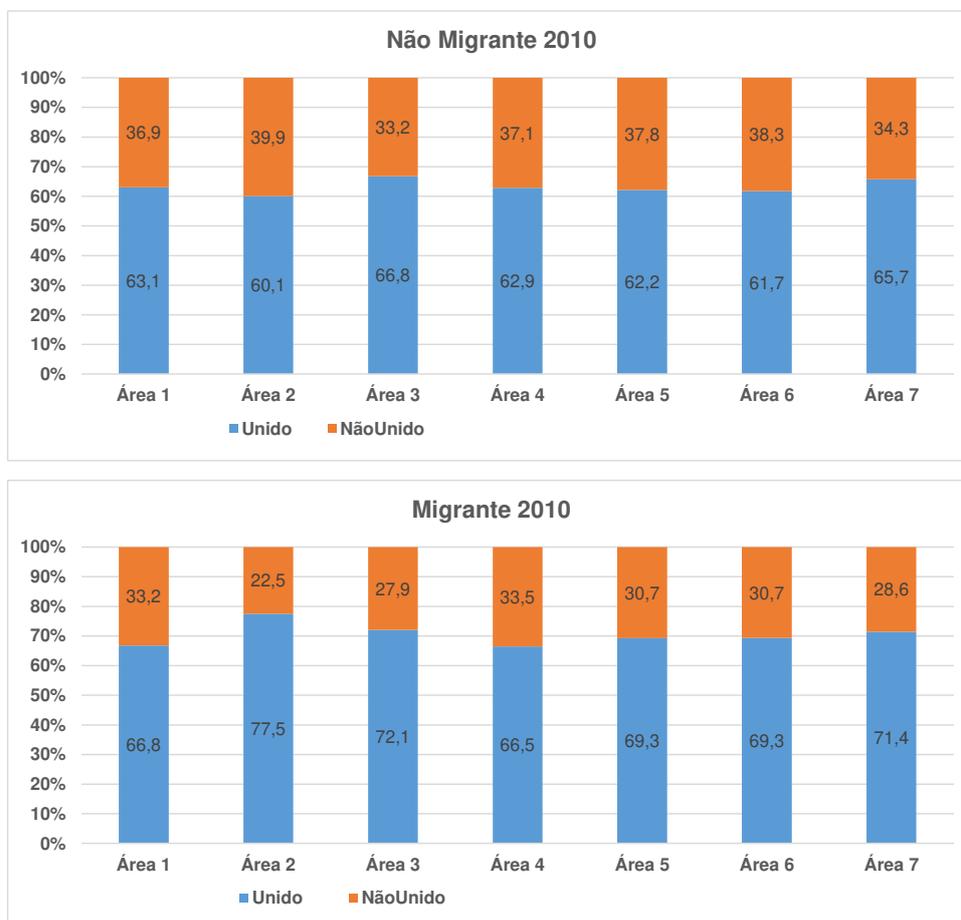
**Gráfico 17 – Participação da população residente, por condição migratória, segundo situação conjugal dos responsáveis pelo domicílio. Maricá, 2010.**



Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000; Unicamp/Nepo.

A população residente segundo situação conjugal dos responsáveis pelo domicílio, condição migratória e áreas de ponderação é apresentada no Gráfico 18. Nota-se que as áreas que mais crescem no município, AP2 (77,5%) e AP7 (71,4%), juntamente com a AP3 (72,1%), são as que apresentam a maior proporção de migrantes unidos. Tal resultado sugere a predominância de uma migração familiar para o município de Maricá. Os não migrantes unidos se concentram na AP7 e AP3.

**Gráfico 18 – Distribuição da população residente, por área de ponderação, segundo situação conjugal dos responsáveis pelo domicílio e condição migratória. Maricá, 2010.**



Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000-2010; Unicamp/Nepo.

Quanto ao fator renda, é preciso ter em conta que a adoção de uma política econômica voltada para o crescimento do mercado interno, associada a uma política de valorização do salário mínimo, favoreceu o aumento dos rendimentos do trabalho em todo o país. No caso da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, a evolução dos rendimentos é bastante desigual entre os diferentes grupos sociais. “Houve aumentos nas áreas de tipo Superior, Popular Operário e Popular, enquanto nas outras duas, Médio Superior e Popular Médio, houve redução” (RIBEIRO, 2015, p. 283), ou seja, não ocorre um comportamento uniforme entre os diferentes grupos.<sup>69</sup>

<sup>69</sup> Categorias definidas segundo critérios experimentalmente utilizados pelo grupo de pesquisadores do Ippur, da UFRJ.

Observando a renda<sup>70</sup> da população de Maricá, com base no rendimento em todos os trabalhos, nota-se que a maioria da população ganha até três salários mínimos: 83,4% dos não migrantes e 72,0% do grupo migrante, em 2000. Para 2010, a condição de renda do conjunto da população melhora, e assim diminui o percentual de pessoas no grupo que ganha até três salários mínimos: 78,8% para os não migrantes e 63,8% para o grupo de migrantes. Essa melhora é mais significativa para o grupo de migrantes, ou seja, chama a atenção o processo de migração seletiva, com gente com maior renda do que a população local, direcionando-se para o município.

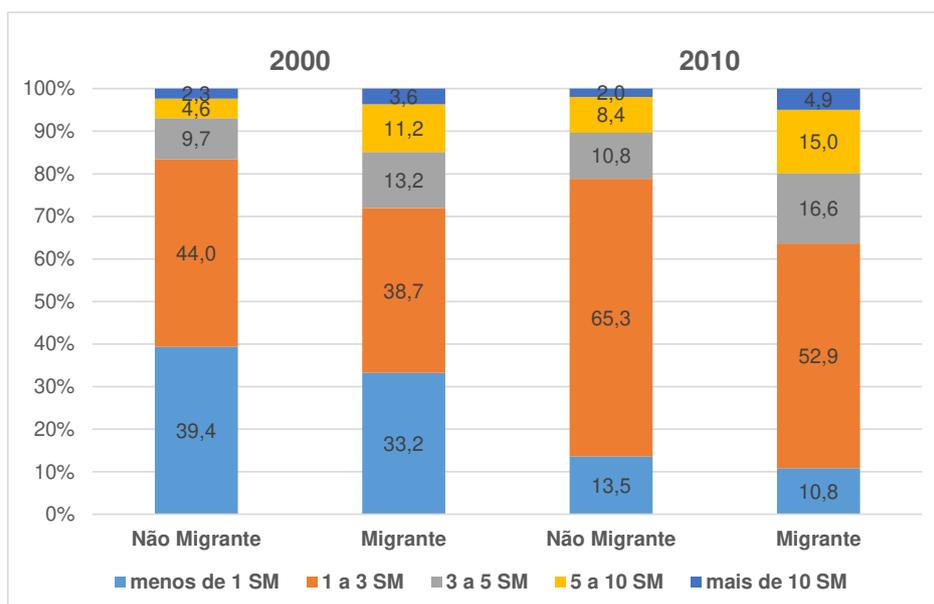
Os dados indicam alteração da distribuição de renda em Maricá de 2000 para 2010. A população que ganha acima de cinco salários mínimos aumenta, para os dois grupos estudados. Enquanto em 2000 apenas 6,9% dos não migrantes encontram-se nesse grupo, em 2010, esse percentual sobe para 10,3%. No caso dos migrantes, esse índice eleva-se de 14,9% para 19,9%. Estas informações não deixam dúvidas de que durante a década de 2000, quando todo o país registra uma melhoria nos níveis de renda, Maricá também acompanha essa tendência.

Como se pode constatar no Gráfico 20, proporcionalmente, a população de baixa renda, que ganha até um salário mínimo, diminui significativamente para os dois grupos estudados, ainda que ela seja menor para o grupo de migrantes. Em 2000, quase 40,0% da população não migrante possui rendimentos de até um salário mínimo. Já em 2010, apenas 13,5% se encontra neste grupo, uma redução percentual de aproximadamente 25%. No caso dos migrantes a variação é bastante similar, aproximadamente 22% a menos de população classificada no grupo que ganha até um salário mínimo. Os dados de renda indicam um dos efeitos do crescimento demográfico de Maricá: a entrada de população com maior renda no município e, conseqüente elevação geral da renda do conjunto da população.

---

<sup>70</sup> Embora a elevação da renda da população possa indicar uma melhoria do bem-estar dos indivíduos, sabe-se que análises que avaliem a questão da desigualdade não devem se limitar à renda auferida pelo trabalho.

**Gráfico 19 – Distribuição da população ocupada, por condição migratória, segundo faixas de rendimento do trabalho. Maricá, 2000-2010.**

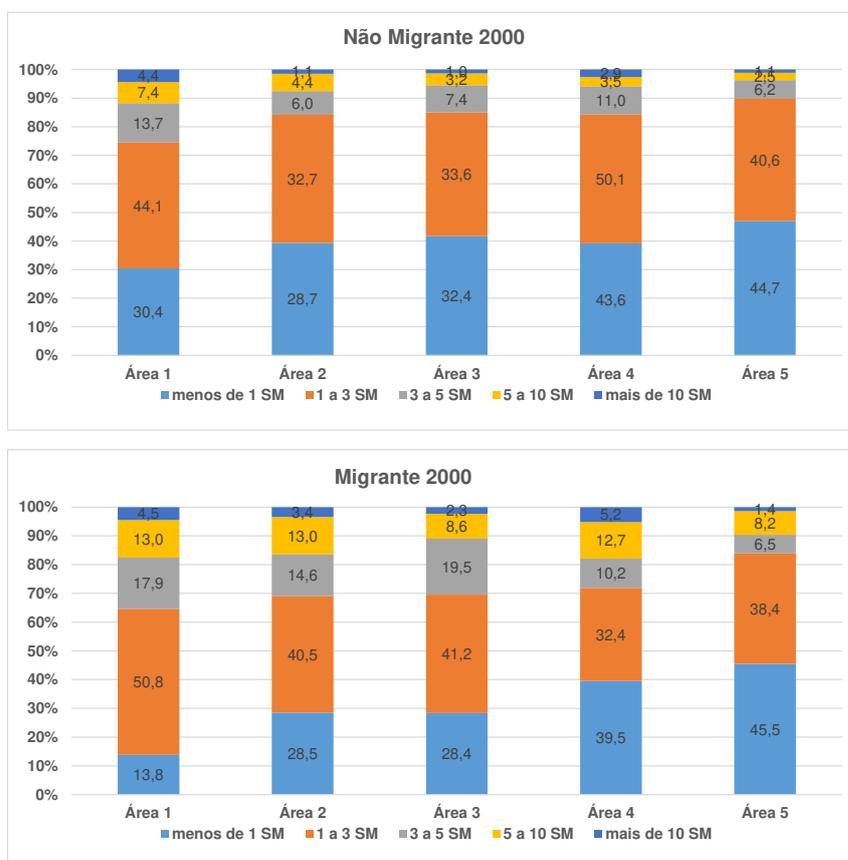


Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000-2010; Unicamp/Nepo.

Nota: Entre 2000 e 2010, alterou-se bastante o poder de compra do salário mínimo. Desta forma, para poder realizar a comparação de dados de renda utilizou-se uma técnica adotada recentemente na confecção do Atlas de Campinas. Ela consiste em inflacionar valores ao longo do tempo, utilizando um índice de (1,96) que foi aplicado a 2000, de forma que o rendimento daquele período ficasse comparável ao de 2010. Assim, os indicadores em salários mínimos referem-se, portanto, ao rendimento de 2010 em termos do valor do salário mínimo em julho (R\$ 510,00), ou então ao rendimento de 2000 multiplicado por 1,96.

Nos Gráficos 20 e 21, que trazem a distribuição espacial da população de Maricá, segundo a renda, observam-se alguns diferenciais de localização de acordo com a condição migratória. Em 2000, o conjunto da população mais pobre, ou seja, migrantes e não migrantes, com renda de até um salário mínimo, se concentra na AP5, nas imediações do centro da cidade, e na AP4, em Itaipuaçu. Já os mais ricos, que ganham mais de dez salários mínimos, no caso dos não migrantes, localizam-se no centro da cidade, na AP1 (4,4%), e também na AP4 (2,9%), em Itaipuaçu. De forma semelhante, os migrantes mais ricos residem na AP4 (5,2%) e na AP1 (4,5%).

**Gráfico 20 – Distribuição da população ocupada, por área de ponderação, segundo faixas de rendimento do trabalho e condição migratória. Maricá, 2000.**



Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000; Unicamp/Nepo.

Já para 2010, aumenta a proporção de população de mais alta renda em Maricá. Adicionalmente, convém recordar que a proporção de população migrante que ganha acima de cinco salários mínimos é quase duas vezes superior à de não migrantes, para os dois períodos estudados.

Os Gráficos 20 e 21 e os Mapas 10 a 13 trazem os dados de distribuição espacial da população segundo a renda e a condição migratória para 2000 e 2010.

A população de menor renda, que ganha até um salário mínimo, parece ter sofrido um processo de dispersão. Os migrantes de menor renda, em 2000, concentram-se nas imediações do centro da cidade (AP5) e também em Itaipuaçu (AP4). Em 2010, a região que mais se destaca espacialmente é a da AP4 (19,3%), a mais afastada do núcleo metropolitano. Na região da AP5, no entorno do centro, permanece uma concentração de população de menores rendimentos, que parece estender-se para a região central, a AP1. No limite do município com Niterói, sobressai

uma área específica do distrito de Itaipuaçu-Inoã, na franja metropolitana, na AP7. No caso dos não migrantes a população de baixa renda se concentra também na AP4 (21,0%) e AP3 (16,8%), mais ao norte do município.

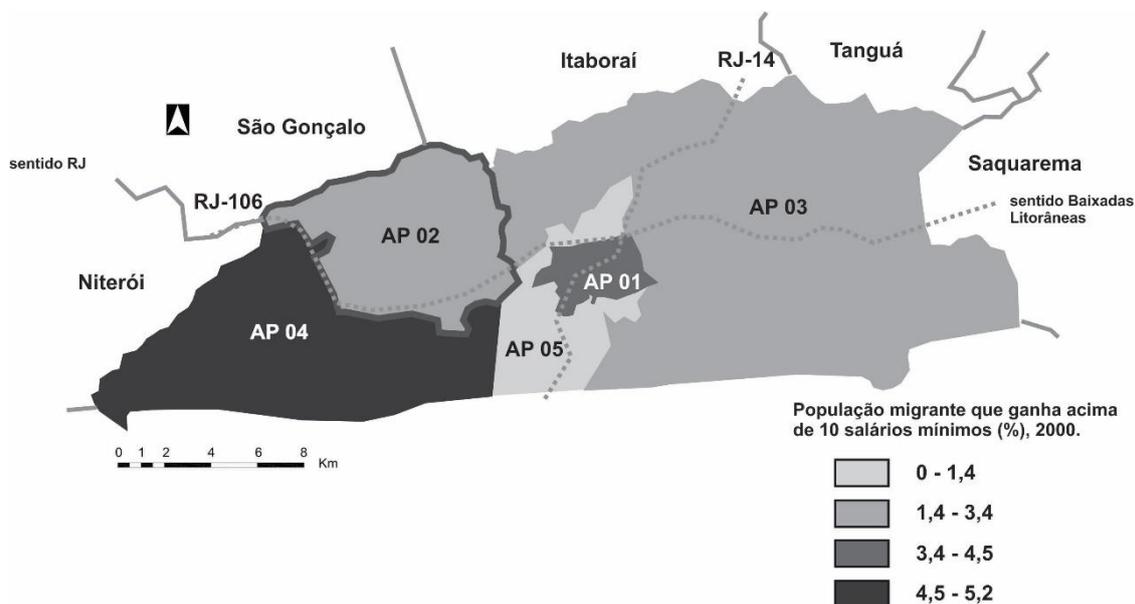
Com exceção do centro da cidade (AP1), que segue como uma área que concentra população de maior renda (11,6% dos migrantes), notam-se alterações com relação à localização da população migrante de alta renda. Eles se concentram em 2010 também na AP5 (6,3%) e AP3 (8,2%), que correspondem a zonas de parcelamentos em condomínios fechados na cidade, e também em uma área específica de Itaipuaçu, no Barroco, correspondente à AP2 (6,0%). No caso dos não migrantes, em 2010 eles são proporcionalmente maiores na AP5 (3,3%), AP6 (3,0%) e AP1 (2,8%).

**Gráfico 21 – Distribuição da população ocupada, por área de ponderação, segundo faixas de rendimento do trabalho e condição migratória. Maricá, 2010.**



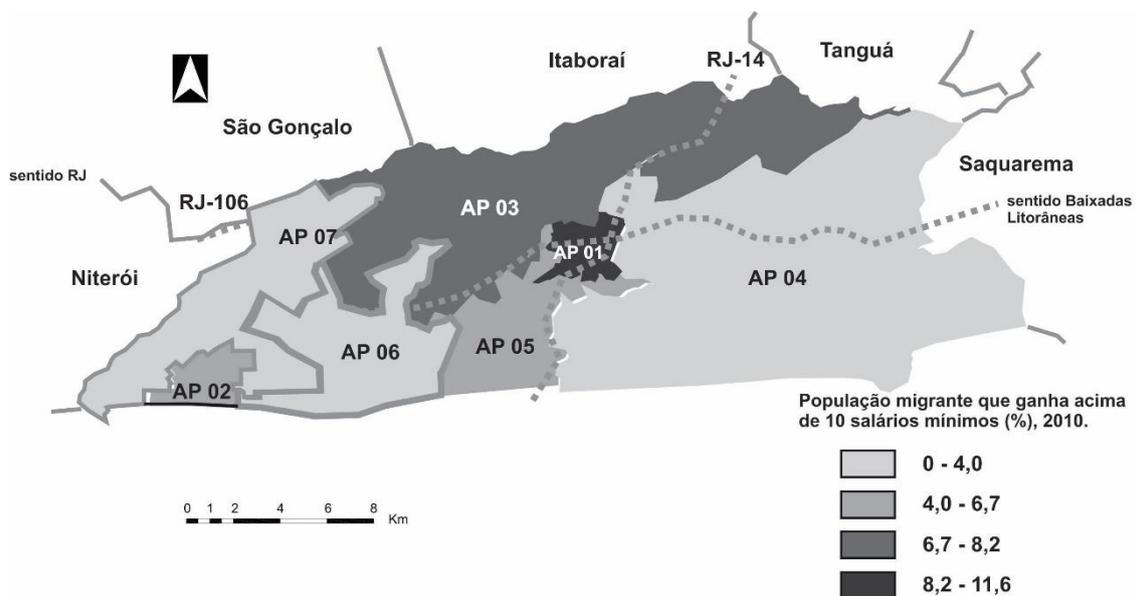
Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2010; Unicamp/Nepo.

**Mapa 10 – Participação da população migrante que ganha acima de 10 salários mínimos, por área de ponderação. Maricá, 2000.**



Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000; Unicamp/Nepo.

**Mapa 11 – Participação da população migrante que ganha acima de 10 salários mínimos, por área de ponderação. Maricá, 2010.**

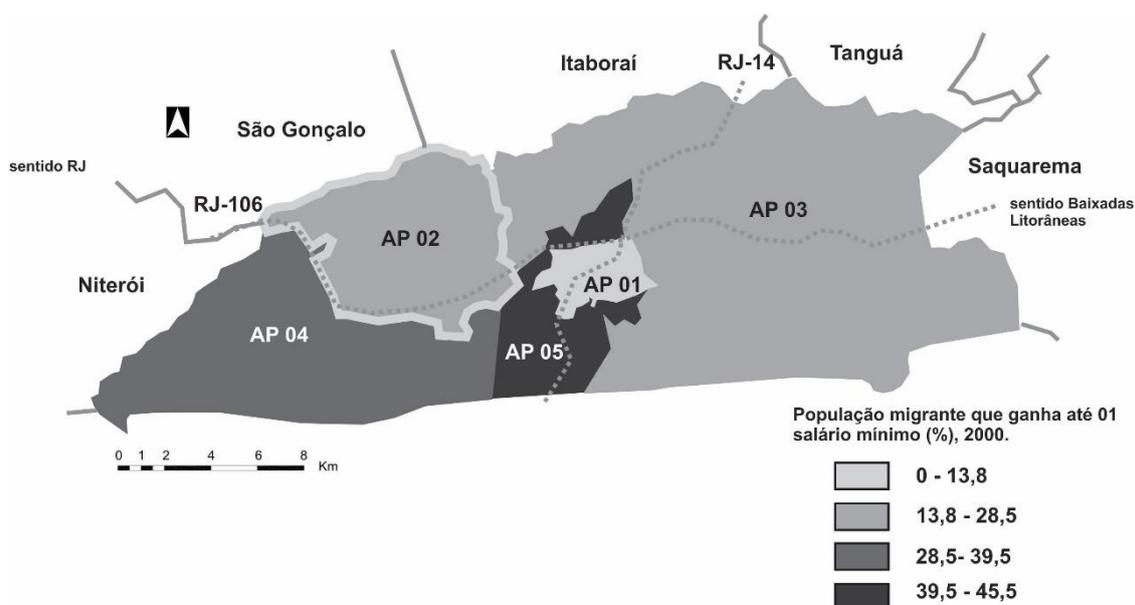


Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2010; Unicamp/Nepo.

O distrito de Itaipuaçu, em 2000 (AP4), destaca-se como área que recebe proporcionalmente pessoas com renda tanto muito baixa (até um salário mínimo), como muito alta (acima de dez salários mínimos). De maneira geral, a área que

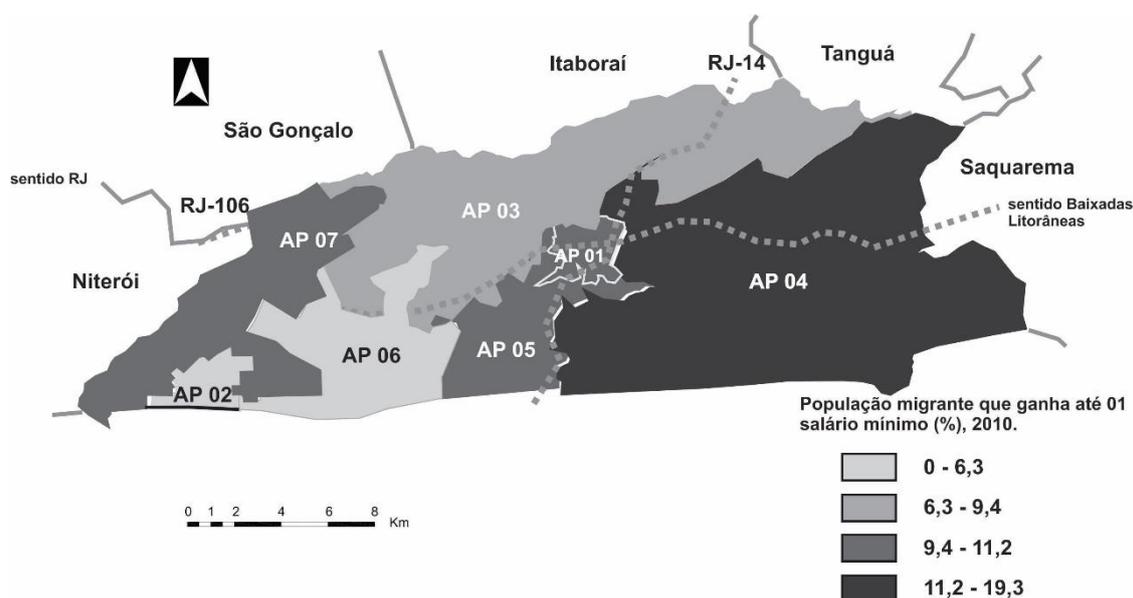
corresponde a Itaipuaçu empobrece, já que em 2000, 70,0% do total da população que aí vive tem renda de até um salário mínimo, percentual que se eleva para 80,0% em 2010. Contudo, uma região específica de Itaipuaçu possui uma dinâmica bastante particular, a AP2. Nessa área de ponderação, aproximadamente 50,0% dos migrantes têm rendimento superior a três salários mínimos. Constitui, juntamente com o centro da cidade e a porção norte, a região que abriga a população com maiores rendimentos. Já a AP7, que abrange grande parte do quarto distrito de Itaipuaçu e parte do terceiro distrito de Inoã, quase 70,0% da população ganha até três salários mínimos.

**Mapa 12 – Participação da população migrante que ganha menos de um salário mínimo, por área de ponderação. Maricá, 2000.**



Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000; Unicamp/Nepo.

**Mapa 13 – Participação da população migrante que ganha menos de um salário mínimo, por área de ponderação. Maricá, 2010.**

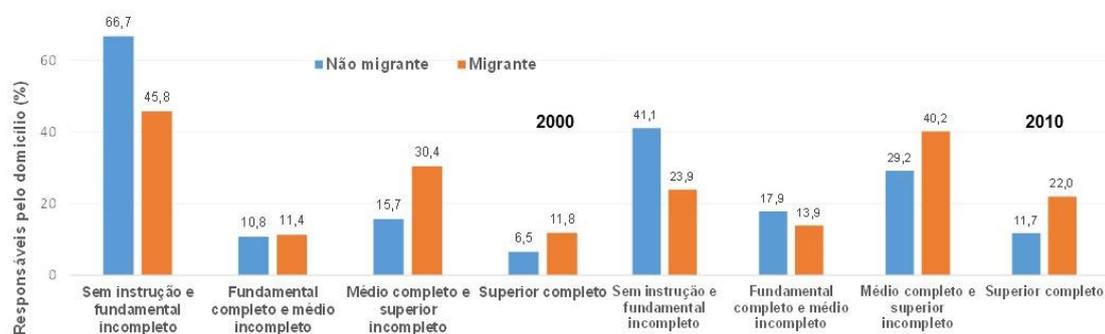


Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2010; Unicamp/Nepo.

Observando o grau de instrução dos responsáveis pelo domicílio, há melhora para o conjunto da população de 2000 para 2010. Isso se deve ao aumento generalizado da escolaridade da população brasileira observado neste período. Contudo, cabe destacar, no caso de Maricá, a contribuição dos migrantes neste processo, que apresentam maior escolarização. Os dados demonstram um efeito positivo do crescimento demográfico da população de Maricá: a elevação do nível educacional.

Em geral, predomina para a população a categoria “Sem instrução e com ensino fundamental incompleto”. Contudo, diminuem significativamente esses percentuais, de acordo com a melhora significativa dos níveis de escolaridade no Brasil. Em 2000, aproximadamente, 67,0% dos responsáveis de domicílios de não migrantes se encontram nesta categoria e 45,8% no caso dos migrantes. Já em 2010 estes números passam respectivamente a 41,1% e 23,9%. Paralelamente, o grupo que possui ensino superior completo praticamente dobra no intervalo de uma década, ao passar de 6,5% para 11,7%, no caso dos não migrantes, e de 11,8% para 22,0%, para o grupo de migrantes.

**Gráfico 22 – Participação dos responsáveis pelo domicílio, por escolaridade, segundo condição migratória. Maricá, 2000-2010.**



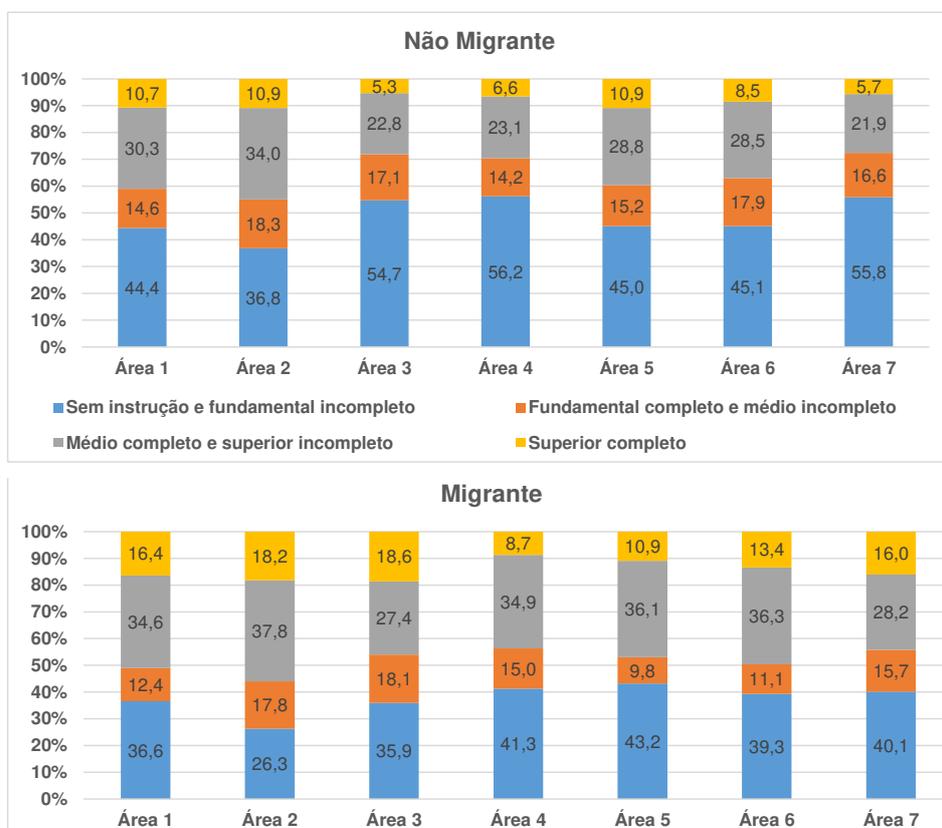
Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2010; Unicamp/Nepo.

O grupo de migrantes possui maior proporção de população na categoria ensino médio completo/superior incompleto: 30,4% em comparação a 15,7% dos não migrantes, em 2000, e 40,2% em relação a 29,2%, em 2010. Adicionalmente, o grupo de migrantes possui maior proporção de população com ensino superior completo: 11,8% em comparação a 6,5%, em 2000, e 22,0% em contraste a 11,7%, em 2010.

Os dados indicam que Maricá vem recebendo população com maior escolarização, o que parece ter exercido um efeito de melhoria das condições médias do município. Adicionalmente, na estrutura etária dos migrantes destacam-se os grupos populacionais em idade adulta, de 30 a 59 anos, o que influencia também no grau de instrução. Quanto maior a idade, maior a probabilidade de que sejam mais escolarizados.

O Gráfico 23 evidencia as diferenças quanto ao grau de instrução da população que se distribui pelo espaço intraurbano de Maricá em 2010. A categoria que caracteriza a população menos instruída concentra-se, para o grupo dos não migrantes, na AP4 (56,2%), na AP7 (55,8%) e também na AP3 (54,7%). Já os mais escolarizados, que possuem ensino superior completo, aglutinam-se na AP2 (10,9%), AP5 (10,9%) e AP1 (10,7%), ou seja, no centro e arredores e também em uma área específica de Itaipuaçu.

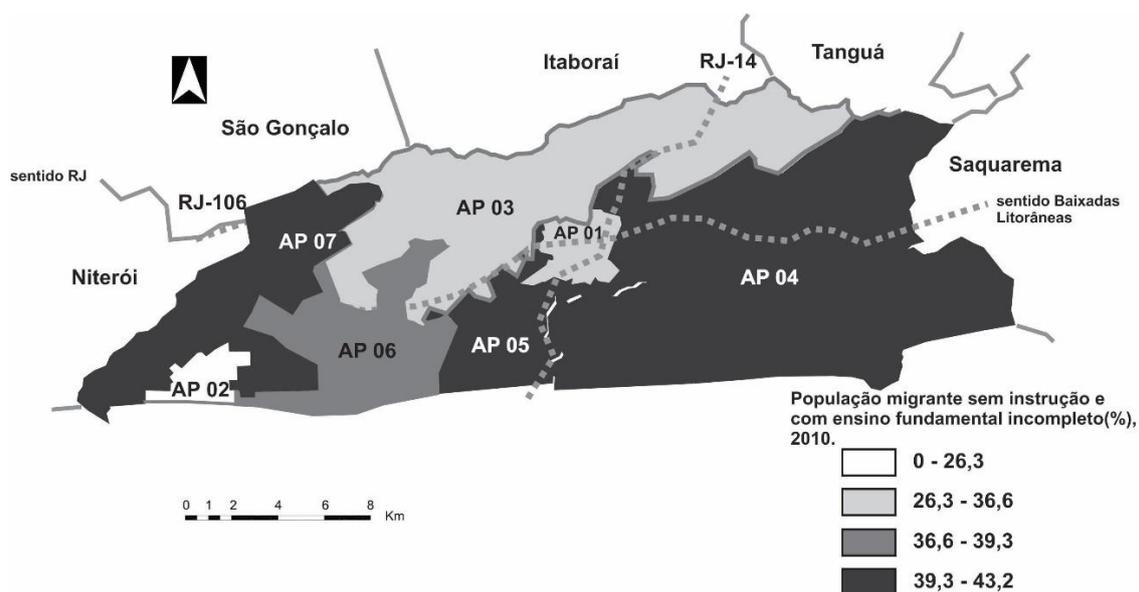
**Gráfico 23 – Distribuição responsáveis pelo domicílio, por área de ponderação, segundo escolaridade e condição migratória. Maricá, 2010.**



Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2010; Unicamp/Nepo.

No Mapa 14 pode-se visualizar a distribuição dos residentes migrantes responsáveis pelo domicílio. Os migrantes menos escolarizados se concentram ao redor do centro da cidade, na AP5 (43,2%) e também nas áreas AP4 (41,7%), AP6 (39,6%) e AP7 (40,1%). As áreas AP5, AP7 e AP4, conforme relatado anteriormente, são as que abrigam proporcionalmente os migrantes de menor renda. Os dados indicam uma relação entre os dados econômicos e de educação. A AP2, área que mais recebe migrantes em Maricá, exibe a menor proporção de migrantes com menos instrução e, ao mesmo tempo, apresenta grande percentual de migrantes com ensino superior completo.

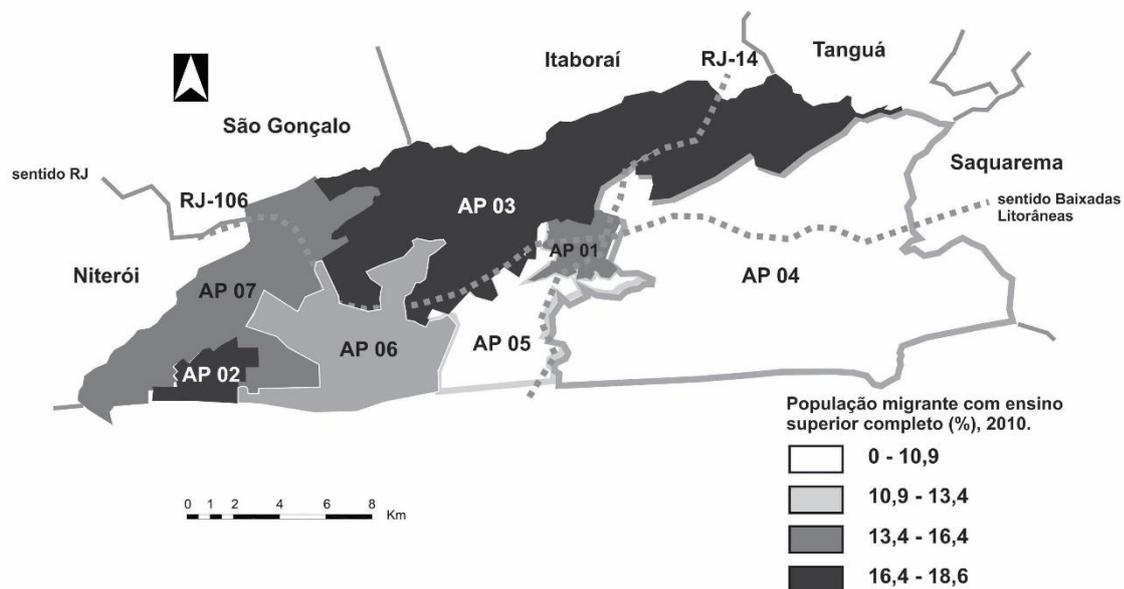
**Mapa 14 – Participação dos responsáveis pelo domicílio migrantes sem instrução e com ensino fundamental incompleto, por área de ponderação. Maricá, 2010.**



Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2010; Unicamp/Nepo.

Em contraposição, as duas áreas que abrigam a população migrante com maior instrução no município (Mapa 15) compreendem a AP3 (18,6%), no extremo leste do município, e também a AP2 (18,2%), em Itaipuaçu. Em seguida, têm relevo o centro da cidade, nas áreas AP1 (16,4%) e AP7 (16,0%).

**Mapa 15 – Participação dos responsáveis pelo domicílio migrantes com ensino superior completo, por área de ponderação. Maricá, 2010.**



Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2010; Unicamp/Nepo.

A AP3 e a AP1 são as regiões que concentram os migrantes mais ricos e também os mais escolarizados. No caso da AP2, em Itaipuaçu, os dados indicam claramente que vem ocorrendo um processo de elitização. É a região da cidade que recebe mais migrantes, em geral com um bom padrão de renda e com alta escolarização.

Já na região da AP7 em Maricá, correspondente ao terceiro distrito de Inoã e parte de Itaipuaçu, emerge um novo padrão de ocupação urbana, bem polarizada, com elevadas proporções de pessoas com baixa e alta escolarização, simultaneamente. Essa área concentra densos assentamentos precários e recentemente vem abrigando condomínios fechados para famílias de alta renda, como o Alphaville.

A região parece funcionar como área de absorção de população mais despossuída, indicando possivelmente que Maricá faça parte do raio de ampliação da metrópole. Assim, parte da população de média e baixa renda que não consegue arcar com o custo de vida na metrópole é obrigada a estabelecer-se cada vez mais fora do núcleo metropolitano. Ainda que predomine a população de menor renda, esta área também vem abrigando uma parcela com maiores rendimentos. Esses segmentos populacionais convivem lado a lado, em loteamentos abertos, assentamentos

precários e em condomínios fechados, o que os separam são os muros, não a distância entre seus respectivos locais de moradia (ROCHA, 2011). Atualmente, já ocorre uma tensão nesta região, onde crescem os índices de criminalidade, indicando uma convivência pouco pacífica.

Sobre os dados de trabalho, como evidenciado no primeiro capítulo, embora Maricá encontre-se desde 2013 como o sexto município que mais recebe rendas petrolíferas no estado do Rio de Janeiro, aumentando consideravelmente o PIB no setor industrial, a elevação de empregos no município não acompanhou esse processo e as atividades produtivas não se diversificaram. Em 2010, aproximadamente 26,0% da população ocupada de Maricá trabalha em outros municípios. Entre os que trabalham no próprio município destacam-se os ocupados no setor comercial, especificamente na reparação de veículos, e na construção civil e nos serviços domésticos.

Analisando os dados da Tabela 25, observa-se que de 2000 a 2010 aumenta a população economicamente ativa (PEA), o que condiz com a estrutura etária da população, mais envelhecida na década mais recente. Embora pouco significativa, diminui a participação de migrantes na PEA, de 24,0% para 21,0%. A taxa de atividade, que consiste no percentual da PEA em relação às pessoas de 10 anos de idade ou mais, apresenta pouca variação para os dois períodos, para ambos os grupos. Chama a atenção a redução drástica da taxa de desocupação, ou seja, o percentual de pessoas desocupadas, em relação à PEA. Ela diminui quase pela metade: de 15,4%, em 2000, passa a 7,9%, em 2010. Em 2000, a proporção é bem mais alta no grupo dos migrantes: 17,5%, que em 2010 parecem não estar mais em desvantagem em relação à inserção no mercado de trabalho, quando comparados aos não migrantes.

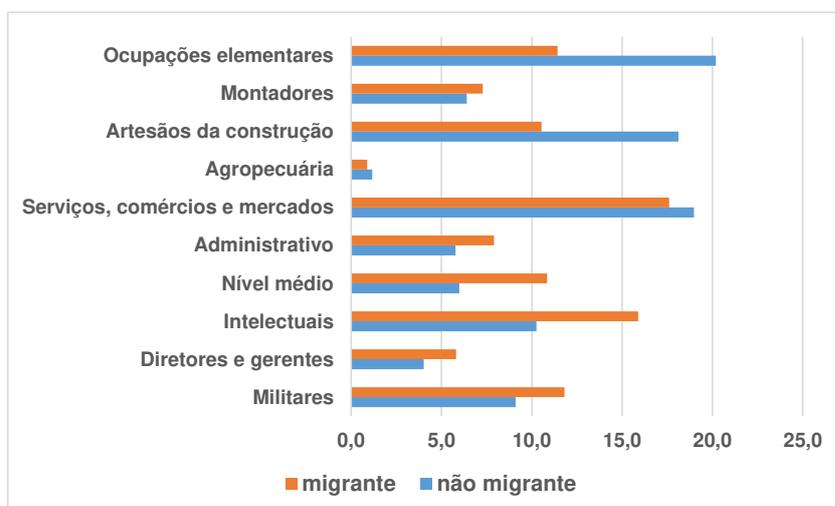
**Tabela 25 – Indicadores populacionais selecionados, por condição migratória. Maricá, 2000-2010.**

	2000			2010		
	Não migrante	Migrante	Total	Não migrante	Migrante	Total
Pop Residente	59.643	17.094	76.737	103.089	24.273	127.461
Menor de 10 anos	11.489	1.551	13.040	14.211	2.022	16.233
PIA	48.154	15.543	63.697	88.878	22.251	111.228
PEA	26.652	8.430	35.082	48.553	12.902	61.529
PO	22.718	6.957	29.675	44.748	11.877	56.687
PnO	3.934	1.473	5.407	3.805	1.025	4.842
PnEA	26.652	8.430	35.082	40.325	9.348	49.698
Taxa de atividade	55,3	54,2	55,1	54,6	58,0	55,3
Taxa de desocupação	14,8	17,5	15,4	7,8	7,9	7,9

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2010; Unicamp/Nepo.

O Gráfico 24 traz o tipo de ocupação da população residente, para 2010, segundo condição migratória. Observa-se que os migrantes possuem percentuais maiores de ocupação em posições melhores, quando comparados aos não migrantes. Esse resultado é esperado uma vez que os migrantes são bem mais escolarizados. Aproximadamente 20,0% da população ocupada não migrante encontra-se na categoria “ocupações elementares”, em comparação a apenas 11,4% dos migrantes. O mesmo ocorre com os artesãos da construção, que representam, 18,1% e 10,5% de não migrantes e migrantes, respectivamente. Já a categoria “intelectuais” representa um percentual superior para os migrantes (15,9%) em relação aos não migrantes (10,3%).

**Gráfico 24 – Participação da população residente, por tipo de ocupação, segundo condição migratória. Maricá, 2010.**

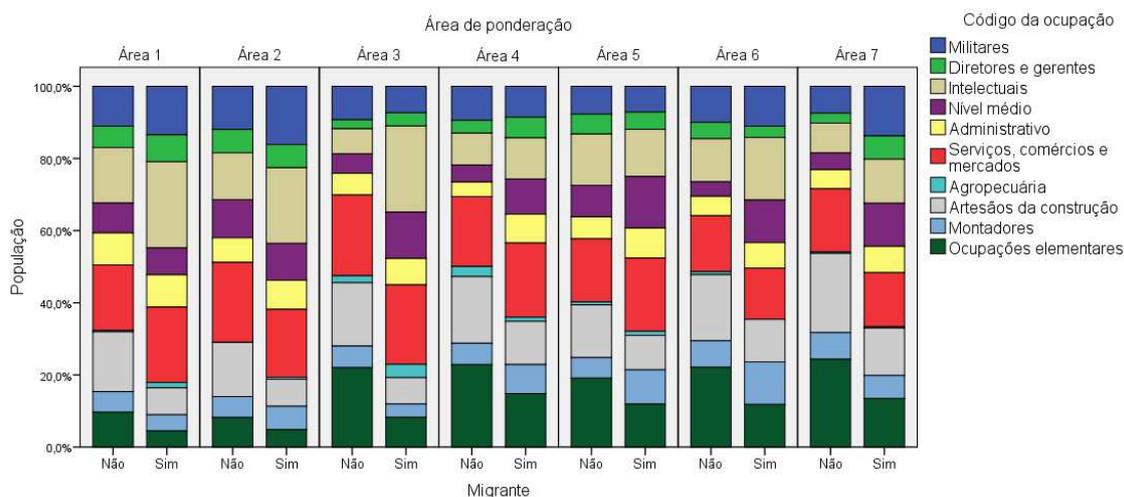


Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2010; Unicamp/Nepo.

Quando se analisa o tipo de ocupação da população residente, segundo condição migratória e áreas de ponderação (Gráfico 25), os migrantes ocupam posições melhores na maioria das áreas, possuem rendimentos médios mais elevados e são mais escolarizados. Evidencia-se, assim, a relação dos dados de escolaridade com os de ocupação. Os percentuais de população classificada no grupo de ocupações elementares, em verde escuro, são bem importantes na AP7, AP4, AP5, AP6, justamente áreas de maior concentração de pessoas com menor instrução. As áreas AP7, AP4 e AP5 são também onde se concentram migrantes de baixa renda. Ou seja, há forte correlação entre os dados de ocupação, escolaridade e renda.

Os resultados indicam também forte correlação entre dados de ocupação e de renda. O centro da cidade, a AP1, e também a AP2, em Itaipuaçu, são as áreas com menor proporção de população classificada no grupo de ocupações elementares. Ao mesmo tempo, são as que apresentam as maiores proporções nos cargos de diretor e gerente (verde mais claro). Estas áreas são as que concentram a população com maior renda na cidade.

**Gráfico 25 – Distribuição da população residente, por condição migratória e áreas de ponderação, segundo tipo de ocupação. Maricá, 2010.**



Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2010; Unicamp/Nepo.

#### **4.3 A IMPORTÂNCIA DO ACESSO À MORADIA E DO FINANCIAMENTO HABITACIONAL PARA A REDISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA POPULAÇÃO EM MARICÁ**

A atração populacional que Maricá exerce sobre os municípios do Rio de Janeiro, São Gonçalo e Niterói, conforme analisado nos capítulos anteriores, não parece estar relacionada à busca por trabalho, uma vez que não se observa uma elevação de empregos formais paralelamente à elevação das receitas propiciadas com as rendas do petróleo. A motivação por acesso a oportunidades de formação educacional tampouco se configura robusta, considerando que grande parte da população de Maricá que estuda se dirige diariamente aos referidos municípios para estudar. Embora exista uma quantidade razoável de colégios na cidade, a oferta de entidades de ensino superior é limitada: apenas uma instituição. O que ajuda a entender por que Maricá vem atraindo população é a busca por melhores condições de vida, sobretudo de qualidade domiciliar.

Conforme analisado no segundo capítulo, Maricá possui amplas áreas para expansão urbana. A elevação do número de domicílios ocupados em Maricá é produto da combinação de alguns elementos, tais como a característica de balneário, com acesso rodoviário à capital, bem como a disponibilização de lotes e moradias próximas

ao núcleo metropolitano. Os valores dos imóveis (aluguel e venda) são bem mais acessíveis quando comparados a cidades metropolitanas mais densas, como Rio de Janeiro e Niterói, com opções em condomínio fechado, para a população de maior renda, e também um vasto mercado de solo e moradias em loteamentos abertos, para a população de classe média.

Como será visto nesta seção, o acesso à moradia e sobretudo ao imóvel financiado contribuiu de maneira substancial para o crescimento demográfico de Maricá no período mais recente e de certa maneira impulsiona o setor da construção civil na cidade. Os pequenos e médios construtores, movidos pela demanda existente por moradia para a classe média, buscam adequar-se às condições de participação dos programas de financiamento habitacional disponibilizados pelos bancos, sobretudo a Caixa Econômica Federal (CEF). Esta emite um total de 5.379 cartas de crédito no município de Maricá no período de 2000-2010, a maioria para aquisição de imóveis novos: 75% (CARDOSO; LAGO, 2015).

A partir da segunda metade da década de 2000 as políticas federais do setor habitacional são reestruturadas, especificamente os mecanismos de financiamento imobiliário para obtenção da casa própria. O setor se fortalece, favorecido pela ampliação de recursos destinados ao segmento da construção civil.

Segundo Cardoso e Lago (2015), alguns fatores são importantes para o desenvolvimento de um ambiente mais favorável à política habitacional e à ampliação do financiamento no Brasil nos últimos anos. Entre eles os autores destacam: a redução da pobreza e da desigualdade, fruto da elevação real do salário mínimo e das políticas de transferência de renda, a redução da taxa básica de juros, viabilizando um maior crescimento econômico e elevação do crédito imobiliário. O segmento da construção civil de Maricá, que é formado por pequenos e médios investidores/construtores, atento à elevação do crédito para compra de casa própria, busca adequar-se a esse contexto, o que reflete o grande aumento nos últimos anos de proprietários na condição de “pagando pelo imóvel” no município.

A partir de 2009, com o Programa Minha Casa Minha Vida, além do crédito imobiliário, os subsídios oferecidos pelo programa parecem incentivar ainda mais o mercado da construção civil. O PMCMV foi criado com a clara intenção de gerar impacto na economia, que vivenciava uma crise mundial desencadeada em 2008, através do efeito multiplicador da construção civil. São então oferecidos subsídios e incentiva-se o aumento do volume de crédito, a partir do Fundo Garantidor da

Habitação, o que provoca inúmeros impactos nas metrópoles brasileiras (CARDOSO; LAGO, 2015).

Através da Caixa Econômica Federal, o PMCMV financia imóvel em área urbana para aqueles que possuem renda de até R\$ 6.500,00. Para quem tem renda de até R\$ 4.650,00, podem ser concedidos subsídios de até R\$ 25 mil, conforme o rendimento da família beneficiária, o valor do imóvel e a região em que se situa.

Com o processo de concentração e reestruturação do capital no setor imobiliário no Brasil, com investimentos na Bolsa de Valores, inicia-se um processo de fusão de empresas regionais que são incorporadas por empresas maiores, elevando o capital disponível para mais investimentos no setor, que também se expande para atender a segmentos de menor renda (CARDOSO; LAGO, 2015).

Apesar do fortalecimento das construtoras no Brasil, a participação de grandes empresas do setor imobiliário que atuam no Grande Rio é relativamente pequena em Maricá. Concentra-se no segmento de condomínios fechados, e em poucos empreendimentos multifamiliares na região do distrito sede. Muitas delas são atraídas pela possibilidade de produzir alternativas habitacionais, próximas à praia, para o setor de maior renda, que em tese seria atraída para Maricá com a implantação do Comperj em Itaboraí (CARDOSO; LAGO, 2015). No restante da cidade, conforme analisado no segundo capítulo, predomina a atuação de médios e pequenos construtores, e muitos atuam no setor informalmente, compram lotes potenciais para remembramento e posterior construção de duas a seis moradias, em sistema de condomínio (fração).

Ao disporem de solo urbano a baixos valores, os empreendedores compensam a ausência de infraestrutura, como rede de abastecimento de água e coleta de esgoto, com a construção de poço artesiano que forneça água suficiente e de boa qualidade e, ainda, sistema de tratamento de esgoto tipo fossa-filtro. Essas são as principais exigências feitas pela Caixa Econômica Federal para Maricá, do ponto de vista de presença de infraestrutura de saneamento, tidos como essenciais para a constituição da moradia urbana e para concessão do financiamento habitacional.

Há impacto significativo da produção financiada através das cartas de crédito da CEF<sup>71</sup> sobre a produção de moradia em Maricá. Registra-se crescimento

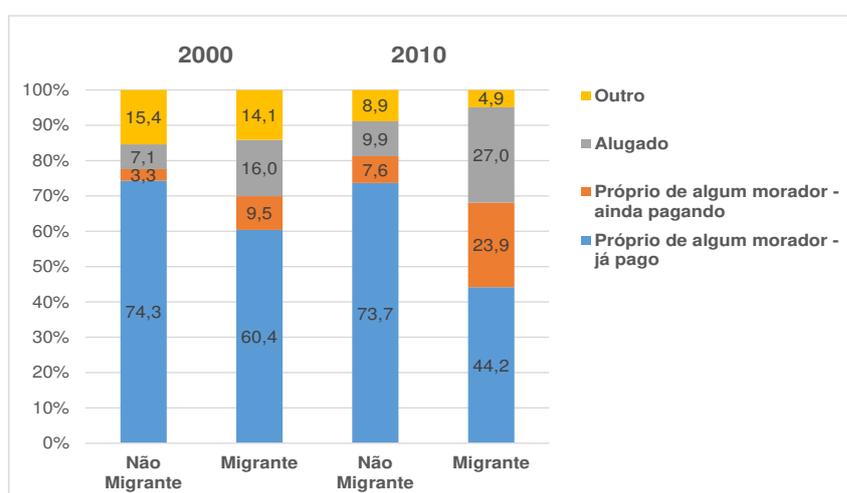
---

<sup>71</sup> A CEF detém cerca de 73% do financiamento habitacional no Brasil (CARDOSO; LAGO, 2015).

de 19.997 domicílios, no período 2000-2010, em que 4.096 unidades novas são financiadas com recursos do FGTS, ou seja, cerca de 20,5% (CARDOSO; LAGO, 2015).

Analisando os dados do Censo de 2000 e 2010 (Gráfico 26), sobre a condição de ocupação dos domicílios em Maricá, observa-se que, em 2000, aproximadamente 74,0% da população residente, não migrante, possui imóvel próprio já pago e 3,3%, imóvel próprio ainda pagando, o que indica uma alta proporção de famílias que possuem um ativo importante, a moradia, sabidamente essencial para a subsistência do grupo familiar.

**Gráfico 26 – Distribuição da população residente, por condição migratória, segundo condição de ocupação do domicílio. Maricá, 2000-2010.**



Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000-2010; Unicamp/Nepo.

O percentual de imóvel próprio já pago, em 2010, é bem menor para o grupo de população migrante: 44,2%, que em 2000 possuía 60,4% de imóveis já pagos. Segundo o dado mais recente, 23,9% dos migrantes e 7,6% dos não migrantes detêm imóveis financiados. Este dado pode estar relacionado à melhoria da renda ao longo dos anos 2000 e das possibilidades de financiamento, que por sua vez permitem ao indivíduo buscar outras alternativas habitacionais, como a casa financiada ou alugada, como será visto mais adiante. Afasta-se, assim, a possibilidade de adoção da moradia precária.

Em 2000, os percentuais de imóveis na condição de ainda pagando eram de apenas 3,3%, para naturais, e de 9,5%, para migrantes. Em 2010, esses

percentuais aumentam mais de duas vezes, passando para 7,6% para não migrantes e 23,9% para o grupo de migrantes. Os dados indicam a importância que o financiamento habitacional exerce recentemente no acesso à moradia em Maricá, elemento que se destaca na atração populacional para o município.

O percentual de aluguéis é relativamente baixo entre os naturais (9,9%) e superior para o grupo dos migrantes (27%). Com a migração de famílias de nível social mais elevado, o aluguel também tende a aumentar, já que elas podem optar por morar em lugares mais ricos sem terem que necessariamente comprar o imóvel. Este último fenômeno é bastante comum no centro da cidade.

Para Holzer (2016), os subsídios outorgados com o Programa Minha Casa Minha Vida tornaram os imóveis vendidos em loteamentos abertos em Maricá muito atrativos, independentemente da localização, pois a parcela dispendida para a aquisição da casa própria tem valor bastante inferior ao dos aluguéis praticados nos mesmos locais.

Os subsídios outorgados permitem o pagamento de uma entrada com valor bem inferior ao que seria exigido na aquisição de um terreno à vista. Assim, grande parte da população que vai morar em Maricá adquire imóveis próprios via financiamento. Isso indica que a Política Federal de Habitação influencia positivamente o crescimento populacional de Maricá, uma vez que o percentual de imóveis financiados pela Caixa Econômica Federal na cidade foi bastante significativo ao longo da década de 2000.

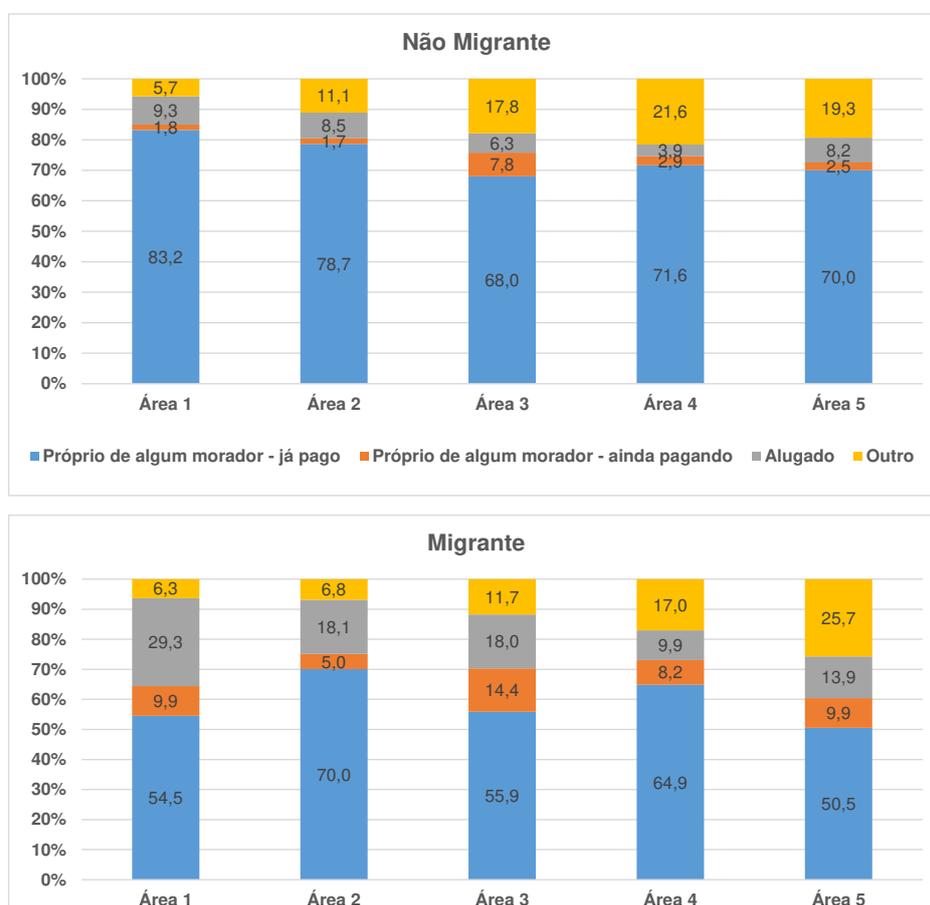
Quanto à condição de ocupação, a categoria denominada “outros” corresponde ao domicílio cedido por empregador ou por terceiros, ou com outra condição, como o ocupado por invasão. Como se observa no Gráfico 27, eles são bastante expressivos na população que reside em Maricá, ainda que menores para o grupo de população migrante. Isso provavelmente se deve à forma de ocupação no município, caracterizada por grande quantidade de segundas residências. Em Maricá esse percentual possivelmente se relaciona a famílias que vivem na condição de caseiros. Se os domicílios de uso ocasional vêm se transformando em domicílios de uso permanente, diminui também a proporção da população que ocupa estes imóveis, classificados na categoria “outros”, o que, acredita-se, refere-se em grande parte à população que ocupa imóvel cedido pelo empregador.

Quando se observam as condições de ocupação do domicílio no espaço intraurbano, verificam-se alguns diferenciais significativos quanto à distribuição

espacial da população. Segundo o Censo de 2000, a região central da cidade é a que registra as maiores proporções de população com imóvel próprio quitado para não migrantes: 83,2%. Já os migrantes possuem uma alta proporção de imóveis pagos na AP2 (70,0%). O centro da cidade (AP1) é o que apresenta as maiores proporções de domicílios em condição de aluguel: 9,3% do total de não migrantes, e 29,3% para o grupo de população migrante. Os imóveis que se encontram na condição de próprios, ainda pagando, são mais expressivos na AP3, a mais afastada do núcleo metropolitano: 7,8% para não migrantes e quase o dobro para migrantes: 14,4%.

Para 2000, os imóveis classificados como “outro” são mais expressivos para o conjunto da população nas áreas AP3, AP4 e AP5. Este resultado espacial corrobora resultados da análise de ocupação do solo urbano. Não por coincidência, as áreas litorâneas, que apresentam forte ocupação de uso ocasional, são as que mais se destacam nesta categoria.

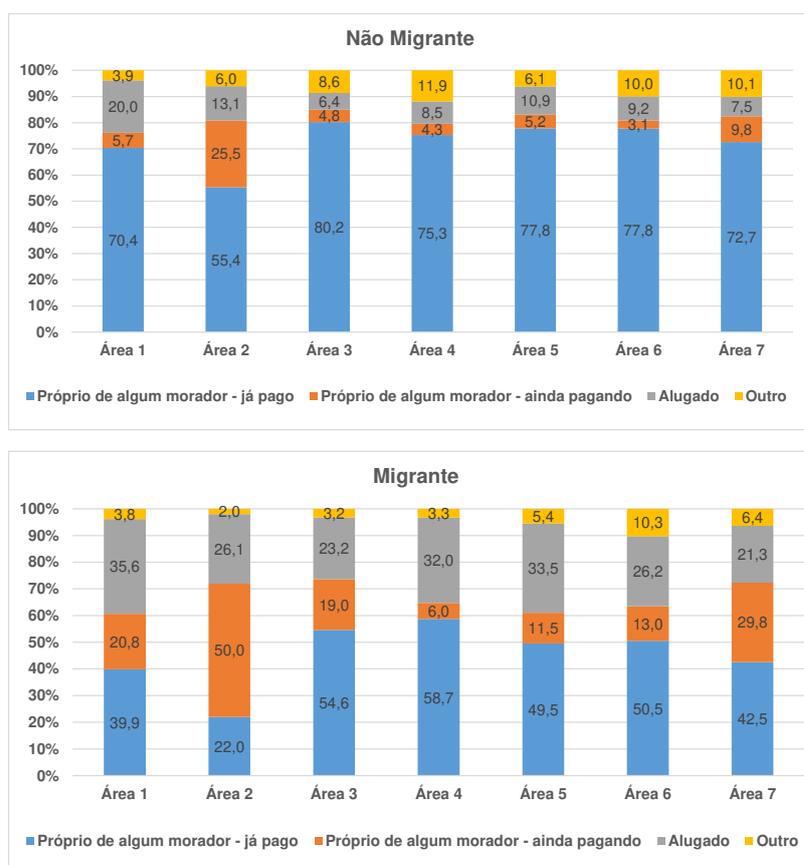
**Gráfico 27 – Distribuição da população residente, por área de ponderação, segundo condição de ocupação do domicílio e condição migratória. Maricá, 2000.**



Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000; Unicamp/Nepo.

Os resultados de ocupação do domicílio da população residente, segundo condição migratória para 2010, podem ser conferidos no Gráfico 28. A AP3, que concentra os domicílios rurais, na porção norte do município, apresenta o maior percentual de pessoas com domicílio próprio quitado (80,2%), para o grupo dos não migrantes. Para o grupo dos migrantes, esse percentual é bem menor para a AP3 (54,6%) e a AP4 (58,7%), zonas em que os migrantes possuem maiores proporções de casa própria quitada. A AP3 registra alta proporção de população com alta renda, tanto de migrantes, como de não migrantes. Assim, não surpreende que seja uma área com maior proporção de imóveis próprios.

**Gráfico 28 – Distribuição da população residente, por área de ponderação e condição migratória, segundo condição de ocupação do domicílio. Maricá, 2010.**



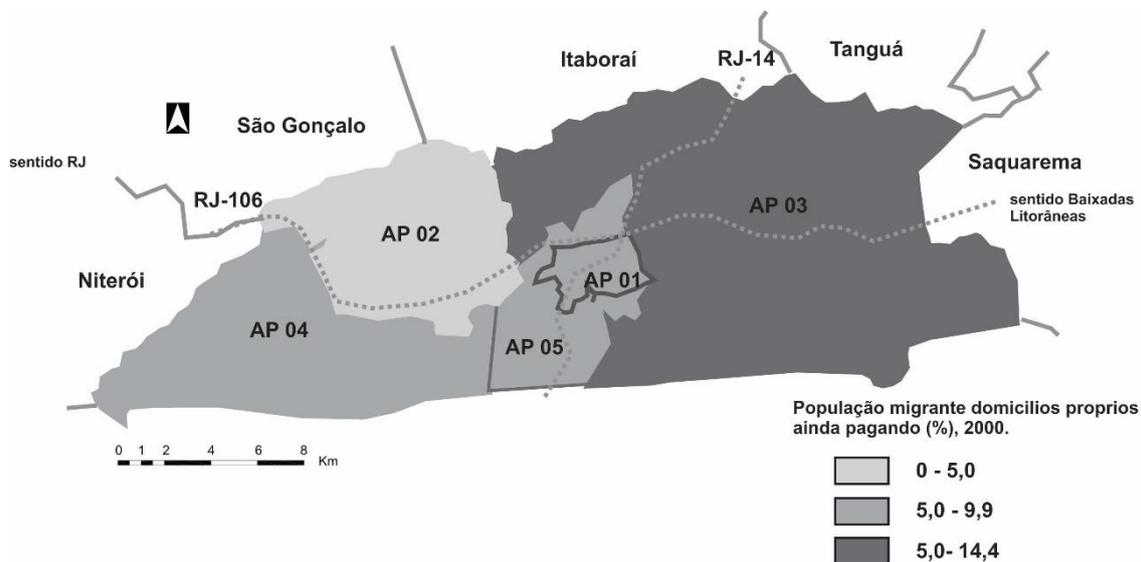
Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2010; Unicamp/Nepo.

A área mais dinâmica do mercado de aluguéis permanece sendo a região central da cidade: AP1. Os imóveis alugados correspondem a 20,0% do total de domicílios, considerando a população residente, não migrante, e a 35% para o grupo de migrantes. Essa região concentra os migrantes mais ricos, ou seja, os que podem arcar com o aluguel. Contudo, percebe-se que a população que imigra para Maricá e depende do aluguel se distribui mais uniformemente pelo território, não se concentrando, portanto, especialmente na região central da cidade, como é o caso dos não migrantes. Supõe-se que isso se deva, por um lado, ao fato de o centro ser uma região mais consolidada, com menos opções para os que chegam à cidade. Por outro lado, acredita-se que a população que vai morar em Maricá, que vem em sua maioria do núcleo metropolitano, dê prioridade à região mais próxima ao mesmo, que neste caso é distante do centro da cidade.

Com relação à categoria denominada “outros”, para os não migrantes chama a atenção o percentual de domicílios em três áreas: a AP4 (11,9%), AP6 (10,0%) e AP7 (10,1%). Para o grupo de migrantes sobressai a AP6, com 10,3%. Estas áreas não coincidem com as mesmas de 2000, quando se destacava a parte litorânea, que possui forte presença de uso ocasional, o que pode demonstrar que a categoria “outros” agora se refira a imóveis adquiridos por outros meios como ocupação informal, já que essas são áreas com forte presença de assentamentos informais no município. As áreas AP4 e AP7 concentram população de baixa renda e menos escolarizada, independentemente da condição migratória. Portanto, os dados de renda e formação se refletem nos dados de acesso à moradia.

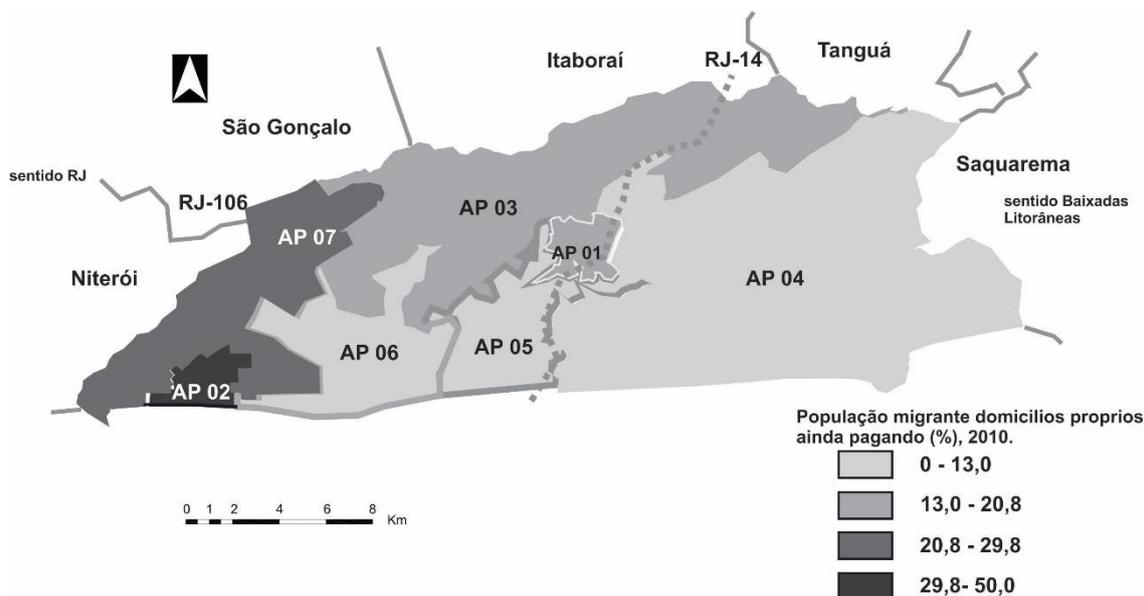
Como se pode constatar nos Mapas 16 e 17, diferentemente do que ocorria em 2000, quando se destacava a aquisição de moradia via financiamento para migrantes na área mais afastada do núcleo metropolitano, em 2010, os maiores percentuais de imóvel próprio financiado ocorrem nas regiões de Itaipuaçu e Inoã, as mais próximas do núcleo metropolitano e as que mais concentram população no município, ou seja, as áreas de ponderação AP2 e AP7. Na AP2, 50,0% da população migrante que aí reside está pagando pelo imóvel adquirido e na AP7, quase 30,0% está na mesma condição.

**Mapa 16 – Participação da população residente migrante com domicílio classificado como próprio, ainda pagando, por área de ponderação. Maricá, 2000.**



Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000; Unicamp/Nepo.

**Mapa 17 – Participação da população residente migrante com domicílio classificado como próprio, ainda pagando, por área de ponderação. Maricá, 2010.**



Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2010; Unicamp/Nepo.

Os dados indicam uma ligação entre o processo de ocupação do espaço urbano e o perfil demográfico da população. Na AP2 e AP7, diferentemente das

demais áreas, destaca-se especificamente o grupo populacional de 30 a 44 anos. Ademais, essas áreas apresentam os maiores percentuais de migrantes unidos no município. Mesmo controlando a condição socioeconômica (desde já importante), quando mais avançado no ciclo vital, maior a probabilidade de ter a questão da casa resolvida.

As diferenças etárias de migrantes e o momento do ciclo vital ajudam a entender o que se observa em termos de posse do imóvel. A idade tem muito que ver com a acumulação de ativos. Embora não seja determinante, por exemplo, para identificar a condição de vulnerabilidade do indivíduo, quanto mais avançada a idade, maior a acumulação de ativos, que variam segundo a história de vida e circunstâncias pessoais de cada um (ALONSO, 2011).

Nestas duas áreas, AP2 e AP7, os imóveis próprios ainda sendo pagos, no caso dos migrantes, equivalem a 71,0% do total de imóveis financiados por migrantes para todo o município. Isso indica o quanto o acesso ao imóvel próprio financiado influi na redistribuição espacial da população de Maricá, que se concentra na Região de Itaipuaçu e Inoã.

Quando se analisa o total de imóveis na condição “próprio pagando” para não migrantes, verifica-se a mesma predominância de imóveis nesta condição para as duas áreas que mais crescem na cidade, ou seja, Inoã e Itaipuaçu. Os não migrantes que ocupam a AP2 apresentam um grande percentual de condição de ocupação próprio pagando: 25,5%.

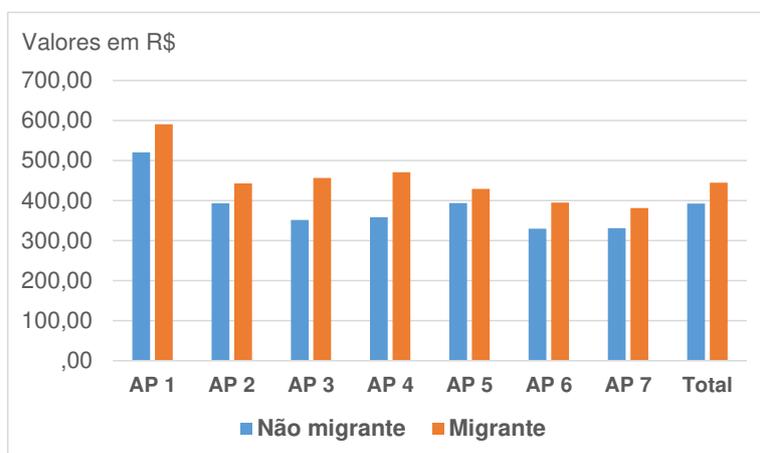
A AP2 e AP7 concentram, juntas, 61,0% dos imóveis próprios ainda sendo pagos por não migrantes de todo o município. Provavelmente esse percentual relaciona-se com os migrantes mais antigos, que compõem essa categoria de “não migrantes”, e que foram morar em Maricá em um período superior a cinco anos da data da coleta das informações. Conforme esclarecido na primeira seção deste capítulo, essa região da cidade corresponde a uma área de ocupação de migrantes antigos. Assim, mesmo consideradas nesta análise como população não migrante, são pessoas que imigraram há mais tempo para a cidade, mas que continuam pagando pelo imóvel adquirido. Isso porque o tempo de financiamento da casa própria pode variar e se estender por prestações durante um período de até 30 anos.

A ocupação nesta zona da cidade foi produto de fatores diversos, como a disponibilidade de um imenso estoque de lotes em uma área relativamente próxima ao núcleo metropolitano. A elevação do crédito imobiliário e dos programas de

financiamento da casa própria também favoreceram o investimento no setor da construção civil. Além disso, a ampliação do raio de influência da metrópole favoreceu a ocupação da periferia metropolitana, tanto por pessoas que não podem arcar com os custos de vida nos grandes centros, como por aquelas que dispõem de maiores condições de mobilidade, como acesso ao veículo individual e ao programa Bilhete Único, e dão preferência a viver em áreas menos densas e congestionadas.

Quando se observa o Gráfico 29, nota-se que o valor médio pago por um dos moradores dos domicílios particulares permanentes em julho de 2010 em Maricá, sem incluir IPTU e condomínio, é sempre mais alto para a população migrante, em todas as regiões da cidade. Isso corrobora o caráter seletivo da imigração de Maricá. A AP1, região do distrito sede, é onde os migrantes pagam o aluguel mais caro em Maricá: R\$ 590 reais. Isso explica também porque aqueles migrantes que dependem do aluguel, e que possuem baixos rendimentos, não se direcionam tão expressivamente para essa área da cidade.

**Gráfico 29 – Valor médio do aluguel, por áreas de ponderação, segundo condição migratória do locatário. Maricá, 2010.**



Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2010; Unicamp/Nepo.

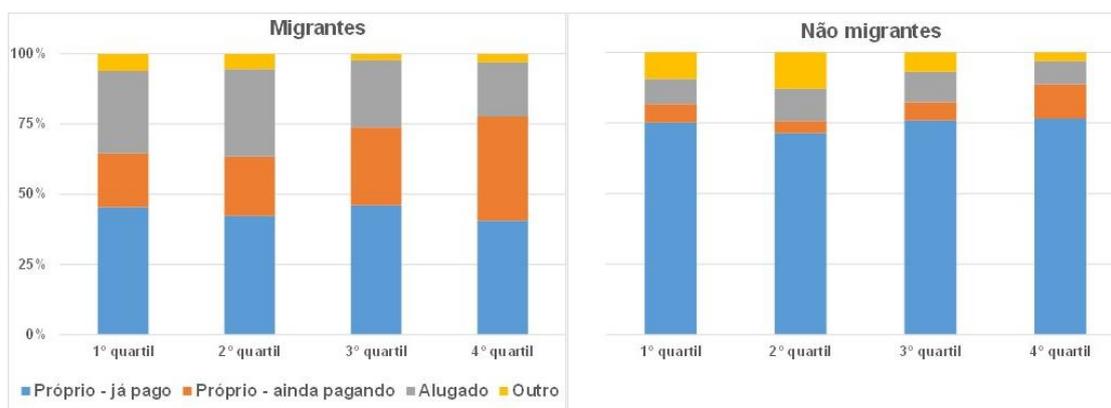
A AP6 e a AP7, mais próximas do núcleo metropolitano, apresentam os aluguéis mais baratos na cidade. Isso ajuda a compreender por que os migrantes que ainda não conseguiram adquirir casa própria escolhem essas regiões da cidade para constituir moradia. Além de estarem mais próximos dos outros municípios metropolitanos, economizam ao despenderem menores valores mensais com moradia. Certamente, os valores mais baixos refletem a falta de serviços e

infraestrutura urbana característica destas áreas da cidade. Estas motivações parecem explicar crescimento da participação do aluguel no período estudado, de 3,3% para 7,6%, no caso dos não migrantes, e de 9,5% para 23,9%, no caso dos migrantes (Gráfico 28).

Analisando a relação entre renda e a condição de ocupação do imóvel da população residente, observam-se diferenciais entre não migrantes e migrantes, o que tem a ver com o efeito composição, ou seja, como os migrantes são seletivos, com maior renda e mais escolarizados, o seu perfil é diferenciado. Não pela condição de migrantes, mas por sua composição socioeconômica distinta da dos não migrantes. Isso permite que usufruam uma condição diferenciada na forma de ocupação do domicílio, por exemplo. Um fato a ser analisado futuramente, que diz respeito à forma de ocupação de migrantes, é o impacto dos dois conjuntos habitacionais do PMCMV construídos em Itaipuaçu e Inã. A percepção da Secretaria de Habitação de Maricá é de que a tipologia de apartamentos não foi muito bem aceita pela população local. Isso acabou por disponibilizar os imóveis a pessoas com renda de até três salários mínimos de outros municípios. Certamente, no próximo Censo, será possível avaliar uma correlação mais robusta entre condição migratória e forma de ocupação em Maricá.

Para a condição de ocupação de imóvel próprio quitado, há um equilíbrio com relação à renda da população, que apresenta pouca variação dentro de cada grupo ou quartil de renda. Os não migrantes apresentam uma média de 72,7% e os migrantes, de 41,0% de imóveis próprios quitados. Para os não migrantes, são os com maior renda, do quarto quartil, que adquiriram imóveis próprios e ainda estão pagando pelos mesmos. Entre os migrantes, são os do terceiro e quarto quartis, também com maior renda, que compram imóveis financiados para morar na cidade.

**Gráfico 30 – Distribuição da população residente, por quartis de renda e condição migratória, segundo condição de ocupação do imóvel. Maricá, 2010.**



Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2010; Unicamp/Nepo.

Nota: Utilizada variável de renda V6527 – Rendimento mensal total em julho de 2010, em reais (trabalho mais outras fontes).

O aluguel para população não migrante não parece estar relacionado diretamente à renda. Há um equilíbrio entre os quatro quartis. Ao que parece, quem tem maior renda e se muda para Maricá opta por adquirir o imóvel e não alugar. No grupo dos migrantes, são os mais pobres, ou seja, aqueles pertencente ao primeiro e segundo quartis, os que acedem ao aluguel da moradia. Este dado indica um possível processo de periferização deste grupo populacional, que não necessariamente escolhe mudar de lugar dentro da metrópole. O grande percentual de imóveis já pagos, também para o grupo de menor renda, indica possivelmente a importância que a adoção do lote popular e autoconstrução representa para a constituição de suas moradias, já que é possível encontrar lotes urbanos em Maricá a baixo custo.

No grupo denominado “outro”, que abrange imóveis cedidos e ocupados, predomina a população de menor renda: do primeiro e segundo quartis, para os não migrantes, e do primeiro quartil, para os migrantes. Esse resultado era esperado, uma vez que em Maricá esses imóveis correspondem a pessoas que trabalham em atividades mal remuneradas como caseiros, em imóveis de uso ocasional, e também à população que obteve o imóvel de outro modo que não a compra, como por exemplo, por ocupação.

Embora exista um percentual de migrantes, de baixa renda, que vive de aluguel na cidade, os dados de ocupação do imóvel da população residente indicam que a ampliação do crédito imobiliário para aquisição da casa própria influenciou

bastante no crescimento demográfico de Maricá. Adicionalmente, há diferenças que ocorrem na distribuição da população migrante no espaço intraurbano de Maricá que podem ser explicadas por dois fatores principais: o primeiro deles é o grande estoque de terrenos disponível na região de Itaipuaçu e Inoã, que tende a diminuir o preço dos mesmos. O segundo diz respeito à relação de proximidade com o núcleo metropolitano.

Isto ajuda a entender o porquê de Itaipuaçu e Inoã serem as duas regiões mais dinâmicas em termos de produção imobiliária na cidade. O loteamento Jardim Atlântico, em Itaipuaçu, ainda na década de 1950, disponibilizou um estoque de lotes em uma região litorânea da cidade que, embora sem qualquer tipo de infraestrutura, é contígua a Niterói. Da mesma forma, a proximidade com a Rodovia RJ-106 faz de Inoã um local privilegiado com respeito à mobilidade espacial da população que aí se instala.

Os pequenos e médios construtores da cidade, aproveitando o baixo custo da terra, em uma região mais próxima ao núcleo metropolitano, buscaram atender a essa demanda imobiliária e ao perfil de população que se muda para Maricá. Segundo Holzer (2016), são famílias que buscam maior tranquilidade, segurança e menor custo de vida. Para o autor, a facilidade de financiamento, para adquirir tanto equipamentos para a casa, quanto veículos automotores individuais para os deslocamentos intra e interurbanos, solucionou um dos grandes problemas que caracterizam as regiões periféricas: a ausência de opções de lazer. “Agora a família fica no conforto de casa conectada pelas TVs a cabo ou por satélite e pela internet, independentemente de sua classe de renda [...]” (HOLZER, 2016, p. 86). Ademais, é possível ainda deslocar-se para a metrópole em busca de uma oferta maior de lazer.

Como evidenciado no capítulo anterior, a maior parte da população que se transfere para Maricá origina-se da cidade do Rio de Janeiro. Estudo anterior aponta que os migrantes que saíram do núcleo metropolitano para a periferia em 1991 se concentravam mais em direção à Baixada Fluminense. Já mais recentemente, em 2000, os valores aumentam em outras áreas, especialmente do outro lado da Baía da Guanabara, como Niterói e Maricá (SILVA, 2012).

Ao analisar os dados de condição de domicílio acredita-se que, no caso dos migrantes de baixa renda que pagam aluguel, Maricá tenha se tornado uma opção de moradia mais barata, relativamente próxima ao núcleo metropolitano. Tal fato deve

ser entendido dentro de um processo maior de periferização que ocorre nos aglomerados metropolitanos.

No caso da população de alta renda, as amplas áreas para expansão urbana, na forma de condomínios fechados que se desenvolvem na cidade, e a possibilidade do deslocamento pendular, constituem a combinação para adoção de Maricá como moradia.

Para a classe média, certamente não só a tranquilidade, mas também a possibilidade de substituir o aluguel pelo financiamento de um imóvel próprio, próximo ao núcleo metropolitano, compreendem fortes motivações para as altas taxas de crescimento da cidade. Além disso, nos casos dos distritos de Itaipuaçu e Inoã, existem diferenciais adicionais: no primeiro caso, a proximidade com a praia e, no segundo, a proximidade com a RJ-106.

Além do reconhecimento anterior da influência do Comperj na instalação de condomínios fechados na estrada que liga Maricá ao Complexo (ROCHA, 2011), o manuseio dos dados neste trabalho não permitiu avaliar com clareza a influência do desenvolvimento da indústria petrolífera para a produção do espaço urbano de Maricá. Contudo, cabe destacar que a proximidade de Maricá com o Comperj pode influenciar a atração de população de todas as faixas de renda para a cidade. E, ainda, a rápida e crescente elevação da receita municipal devido aos *royalties*, e a consequente elevação da aplicação de recursos públicos na cidade, acaba por sua vez valorizando os imóveis, o que também pode funcionar como fator de atração de população.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo da redistribuição espacial da população caracteriza-se como atividade multidisciplinar em sua essência. A dinâmica dessa redistribuição (entenda-se como a combinação entre crescimento vegetativo e migrações) e as implicações são complexas e transpassam o campo de atuação de diversos profissionais, tais como cientistas sociais, demógrafos, geógrafos e urbanistas. Isso porque a forma como a população se distribui no espaço é influenciada por numerosos fatores de ordem coletiva e também individual. Por sua vez, os elementos que a condicionam variam segundo escalas particulares de análise (regional, metropolitana, intraurbana).

A variação de abordagens sobre a temática da redistribuição espacial da população resulta de diferentes interpretações, influenciadas pelo olhar do pesquisador. Assim como as demais, a presente abordagem nunca alcançará cobrir toda a complexidade do fenômeno. Contudo, acredita-se que este estudo de caso, produto do diálogo entre as disciplinas demográfica e urbanística, e que trata especificamente de Maricá, contribua para a reflexão de temáticas importantes.

Uma das conclusões obtidas com a análise desenvolvida foi a verificação de um processo de redistribuição espacial da população que se dá no plano estadual que, acredita-se, influencia a dinâmica intraurbana do objeto de estudo. Não se trata de um fenômeno de desmetropolização e muito menos de desconcentração regional, mas uma suave alteração da hegemonia metropolitana em relação às demais regiões litorâneas e ao interior. Trata-se de uma redistribuição espacial da população, que ocorre sobretudo no ambiente metropolitano e que transborda para outras regiões do estado, com o crescimento das Baixadas Litorâneas e da Região da Costa Verde. Estas duas últimas parecem ofuscar o incremento populacional da periferia metropolitana.

Parece ocorrer uma expansão territorial da metrópole (portanto, também uma desconcentração) para a periferia, que se amplia para além da delimitação metropolitana, e municípios não tão imediatamente próximos à cidade do Rio de Janeiro passam a constituir-se como destino populacional preferencial da população que migra no contexto intraestadual. Possivelmente esteja ocorrendo uma ampliação do raio de influência da metrópole.

Contudo, mesmo quando há um cenário de diminuição dos volumes de migração no plano nacional, o que se observa para o estado do Rio de Janeiro, a metrópole fluminense, embora venha perdendo população para as demais regiões de governo, segue como a grande protagonista, abrigando atualmente 80% dos migrantes externos (de outros estados). Ou seja, assim como assevera Cunha em alguns de seus estudos (CUNHA, 2002, 2015), também no caso do Rio de Janeiro, se está havendo algum tipo de desconcentração para o interior do estado, esta é, sem dúvida alguma, não apenas relativa, mas de pequena magnitude.

Paralelamente ao processo de redistribuição da população no ambiente metropolitano, surgem no estado do Rio de Janeiro vetores de crescimento para além da metrópole fluminense, impulsionados pela ascensão da indústria de extração mineral de petróleo e gás natural, que se expandiu, nas últimas três décadas, para a Região Norte, que transborda para parte das Baixadas Litorâneas e outra recente, para o Leste Metropolitano do estado. Como se analisou, o sistema de partilha de rendas petrolíferas privilegia os entes locais produtores, de modo que as cidades da Ompetro exibem as maiores participações no PIB do estado, ao mesmo tempo em que experimentam dependência econômica. É o caso de Maricá, que após o início das explorações nos campos do Pré-sal em sua frente marítima passou a ter aproximadamente 40% das receitas devidas ao petróleo.

Os problemas urbanos enfrentados pelos municípios que abrigam a atividade petrolífera se agravam com o mau uso dos *royalties* para o seu real fim, que é a compensação pela exploração de um recurso natural finito. Em Maricá, grande parte deles é utilizada para despesas correntes, e não se verificou uma elevação significativa de empregos formais, paralelamente ao crescimento das rendas do petróleo. Em compensação, cresceu significativamente o investimento em pavimentação, no tratamento do espaço público e em programas habitacionais destinados à população de baixa renda. Já a relação entre recebimento de rendas petrolíferas e comportamento da arrecadação municipal não é conclusiva, pois enquanto a primeira se eleva, a segunda apresenta comportamento irregular.

A atividade petrolífera se caracteriza por intensivo emprego de tecnologia e capital. Ampliando a escala de análise para o campo global acredita-se que a globalização, entendida como a internacionalização do capitalismo, e o estímulo à instalação de empresas transnacionais, à propaganda e ao consumo do espaço, podem estar influenciando a atração de população para zonas que abrigam a indústria

petrolífera. Ao receberem um expressivo volume de receitas, muitas destas cidades desenvolveram estratégias próprias e particulares de inserção no mercado global, independentes de hierarquia urbana. É o que parece ocorrer com Maricá que, com o recebimento de *royalties*, potencializou investimento em divulgação da cidade no cenário internacional. O estímulo ao turismo e à atração de empresas ocorre com a participação em feiras em outros países e a criação de eventos-marca, como o Festival Internacional da Utopia. O objetivo é inseri-la em rotas específicas de segmentos de turismo, cultura e entretenimento.

Sobre as tendências do processo de produção do espaço, ao analisar a redistribuição espacial da população em Maricá, nota-se que o modelo centro/periferia não se esgota como forma de organização socioespacial na metrópole fluminense, embora tenha se tornado mais complexo. Os dados indicam que a maioria da população que se dirige a Maricá para viver sai do núcleo metropolitano, ou seja, pessoas de todas as rendas que localizam-se periféricamente, sem deixar a metrópole.

Conclui-se também que a produção do espaço urbano tem forte relação com o crescimento demográfico e, mais particularmente, com a migração. A análise dos dados de urbanização, mercado de solos e moradia mostra que eles constituem elementos que influem tanto na atração de população para Maricá, quanto na dispersão urbana que ocorre no município.

Da análise do processo de urbanização, mais especificamente sobre o parcelamento, ocupação e expansão urbana, conclui-se que tanto os loteamentos fechados como os parcelamentos abertos contribuem para a dispersão da população em Maricá.

Os condomínios fechados representam a abertura de grandes glebas, distantes dos núcleos consolidados, atraindo população com maior poder aquisitivo. Isso ocorre com mais frequência ao longo da RJ-106 e RJ-114, contribuindo significativamente para o processo de expansão urbana, para a porção ao norte do município. O mercado de moradias em loteamentos abertos, em sistema de condomínio, também impulsiona a ocupação rarefeita. Ele atrai população de classe média e a ocupação dos lotes não se relaciona à oferta de serviços urbanos, ocorrendo indiscriminadamente por toda a área considerada urbana do município. A região da cidade com maior oferta de solo urbano, em loteamentos abertos, é o distrito

de Itaipuaçu, onde fica o maior loteamento da cidade: o Jardim Atlântico, que se localiza perto da praia, no limite com a Região Oceânica do município de Niterói.

Os dados de mobilidade espacial da população indicam um crescimento da importância da mobilidade residencial e dos movimentos pendulares para a compreensão das dinâmicas urbanas, sendo elementos de destaque para o crescimento demográfico de municípios da periferia metropolitana, como é o caso de Maricá.

Quando se trata de redistribuição espacial da população é importante considerar a contribuição da migração por modalidades, mais ainda na metrópole fluminense, onde a Região Metropolitana se destaca na recepção de migrantes externos: 80% do total, em relação às demais regiões. De fato, a análise dos dados demonstra que o recebimento de imigrantes de outras unidades da Federação em Maricá é muito pequeno. Para o período mais recente, os migrantes de outros estados correspondem a apenas 10,8% do total de imigrantes. Assim, em termos migratórios, o destaque para Maricá é a relação que estabelece com o núcleo metropolitano (embora essa dominância venha diminuindo relativamente), Niterói e São Gonçalo, tendo este último aumentado consideravelmente sua participação como origem de imigrantes para Maricá.

Refletindo uma espécie de contrapartida da mobilidade residencial que envolve o município, os fluxos de pendularidade de Maricá coincidem com os mesmos municípios com os quais ocorrem as trocas migratórias. Para os municípios do Conleste (com exceção de Niterói), que apresentam proximidade com o núcleo metropolitano, tais como São Gonçalo, Maricá e Itaboraí, ocorre uma similaridade no comportamento dos movimentos pendulares: volumes sempre superiores de pessoas que deixam o município, para trabalho ou estudo, em comparação com as que entram no município.

Um resultado interessante obtido com a análise dos dados sobre mobilidade espacial da população foi a constatação da pequena relação que Maricá estabelece com o município vizinho de Itaboraí, que abriga o Comperj. Embora a especulação imobiliária venha explorando bastante a influência do complexo petroquímico para o desenvolvimento da região, as trocas entre os dois municípios vizinhos são ainda pouco significativas, o que futuramente tende a mudar.

A análise da distribuição espacial da população em Maricá revelou que é grande a influência que a metrópole exerce na espacialização da população no âmbito

intraurbano, sobretudo na distribuição da população migrante. Inoã e Itaipuaçu, as áreas mais próximas ao núcleo metropolitano, são as que mais crescem demograficamente em Maricá.

Uma das consequências do processo de crescimento demográfico de Maricá para o conjunto dos habitantes, conforme observado na exploração de alguns dados socioeconômicos segundo condição migratória, foi a melhora da renda média da população e, ao mesmo tempo, uma melhoria da escolaridade. Diminuiu percentualmente a população com baixos rendimentos, e de modo geral melhoraram os níveis de formação educacional.

Adicionalmente, ao se analisarem os dados das características do imóvel da população residente quanto à condição migratória, notou-se que, ao longo dos anos 2000, houve incremento no acesso à moradia e especificamente ao imóvel financiado, fatores que certamente ajudam a explicar o crescimento demográfico de Maricá e também a distribuição espacial da sua população. Como se mostrou, existe uma relação entre a oferta de solo urbano em loteamentos abertos, o acesso à moradia financiada e a espacialização da população que se dirige a Maricá para morar. As duas regiões da cidade mais representativas desta dinâmica são o terceiro e o quarto distritos, Inoã e Itaipuaçu.

Durante o desenvolvimento da pesquisa, três temas em especial geraram reflexões que, embora merecessem aprofundamento, mostraram-se inviáveis para a abordagem com a devida atenção neste estudo.

O primeiro tema se relaciona com a influência do desenvolvimento da indústria petrolífera na frente marítima de Maricá. Atualmente, a estrutura de emprego na cidade não se relaciona com o petróleo. Portanto, a análise não permitiu identificar elementos ligados ao trabalho, tampouco ao estudo, entre aqueles que ajudariam a explicar a migração para Maricá e, em consequência, seu crescimento demográfico acentuado. Contudo, acredita-se que a elevação de recursos de *royalties* possa favorecer a melhoria das condições de infraestrutura, o que pode funcionar com um elemento adicional para atrair população para o município.

Como também constatado, a oferta de infraestrutura urbana é muito pequena e se concentra na região central da cidade. Com os dados do último Censo de 2010 não foi possível avaliar se, paralelamente ao aumento das receitas municipais, houve alguma melhora dos padrões de urbanização em Maricá. A elevação do montante de rendas petrolíferas ocorre com maior intensidade

exatamente a partir de 2010, de forma que os resultados, se existirem, certamente não puderam ser refletidos pelos dados utilizados, pois obras de infraestrutura demandam tempo para serem executadas e captadas em pesquisas domiciliares. De fato, ao observar a cidade hoje em dia, nota-se uma melhora no tratamento do espaço urbano, como melhores iluminação pública, pavimentação, urbanização de praças e áreas de convivência.

A segunda temática a ser avaliada futuramente é se o recente modelo de parcelamento urbano denominado “condomínio fechado de casas” será bem-sucedido em Maricá, representando, assim, uma nova força impulsora para a dispersão urbana no município. Como eles requerem grandes áreas, novos parcelamentos serão implantados em zonas cada vez mais distantes dos núcleos urbanos consolidados, estimulando a expansão urbana em um município da periferia metropolitana que já enfrenta sérios problemas de infraestrutura urbana.

Finalmente, outra temática a ser avaliada mais profundamente em estudos futuros é a análise do impacto da construção de dois grandes condomínios verticais, multifamiliares, nas duas áreas que mais crescem atualmente na cidade: Itaipuaçu e Inoã. Recentemente, em 2015, dois condomínios residenciais do PMCMV foram construídos, beneficiando cerca de 3 mil famílias com renda de até três salários mínimos. Isso resulta em uma transferência de aproximadamente 11,3 mil pessoas<sup>73</sup> para as duas regiões que se transformaram nas áreas que mais crescem e onde já se concentra a população de baixa renda no município.

Como se mencionou anteriormente, a cultura de morar em casas em Maricá é muito forte: são 93% dos domicílios particulares, segundo o Censo de 2010. Com os dados de pesquisas domiciliares futuras será possível avaliar se a população inicialmente beneficiada com os programas se adaptou a essa nova forma de moradia, que é pouco comum na cidade. Ou, ainda, em função do alto valor locacional destes dois empreendimentos, na região que mais cresce na cidade, muito próximos aos demais municípios metropolitanos, se a população original foi forçada a aderir à

---

<sup>73</sup> Considerando a pergunta do Censo de 2010 de quantas pessoas moravam neste domicílio em 31 de julho de 2010 (código V0401), encontrou-se o valor médio de 3,9 e 3,6 pessoas por domicílio, respectivamente, para não migrantes e migrantes. Considerando que aproximadamente 20% da população, segundo o Censo de 2010, em Maricá era migrante, e aplicando este percentual para os dois condomínios, chegou-se ao valor de 11.296 pessoas no total para as 3 mil unidades habitacionais.

especulação imobiliária local, mudando-se para outras áreas menos dinâmicas da cidade.

Em resumo, as principais contribuições da presente tese para estudos demográficos e urbanos diz respeito à relação que se estabelece entre produção do espaço urbano e crescimento demográfico, mais especificamente com a distribuição espacial da população e a migração. Em Maricá, a análise do processo de ocupação e urbanização, em conjunto com a análise da mobilidade, permitiu concluir que o mercado de solo e moradia influencia diretamente a atração de população que constitui moradia no município.

Outro ponto importante a ser destacado é a importância que vem adquirindo a análise da mobilidade espacial da população para a compreensão das dinâmicas urbanas, sobretudo de municípios inseridos na dinâmica metropolitana, como é o caso de Maricá.

Um outro fato importante a ser considerado para estudos sobre cidades e o processo de produção do espaço urbano, evidenciado com o desenvolvimento desta tese, é a interdependência de processos que ocorrem na escala intraurbana e regional. A análise sobre Maricá permitiu evidenciar que o seu processo de crescimento demográfico se relaciona com um processo mais abrangente, que ocorre na escala metropolitana, de uma recente e ainda tímida redistribuição espacial da população no plano estadual. Isso poderia ser chamado de expansão territorial da metrópole para a periferia metropolitana, possivelmente com a ocorrência de uma ampliação do raio de influência da metrópole.

Sobre a dinâmica futura de Maricá, acredita-se que a influência da indústria de extração mineral de petróleo e gás natural seguirá em ascensão no município, influenciando seu desenvolvimento e crescimento populacional. Com a elevação das receitas dos *royalties*, que seguirá crescendo com a exploração do Pré-sal e com a recuperação do valor do barril do petróleo no mercado internacional, o município seguirá dispondo de recursos para aplicação em melhoria das condições de urbanização. Ao mesmo tempo, com o funcionamento do Comperj e com a instalação de grandes projetos como o Porto de Jaconé (em processo de obtenção de licença), acredita-se crescerá a atração populacional para o município.

Uma das grandes preocupações de ordem urbana é a ocupação irregular dessa população que chegará em busca de inserção no mercado de trabalho. Experiências como a de Macaé, que com o desenvolvimento das atividades de

petróleo e gás sofreu um intenso processo de favelização em moradias precárias, podem vir a ocorrer em Maricá. O ambiente de grandes áreas para expansão urbana e ao mesmo tempo a oferta de áreas frágeis como faixas marginais de rios e lagoas é muito similar ao contexto de Macaé, que passou por um intenso processo de ocupação descontrolada.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALONSO, Fabio Roberto Bárbolo. **Envelhecimento e vulnerabilidade: a inserção do idoso na família e o sentido dos fluxos intergeracionais na geração de capital social**. Tese de Doutorado, Campinas, IFCH/Unicamp, 2011.

ALVES, J. E. D.; CAVENAGHI, S. M. **Tendências demográficas, dos domicílios e das famílias no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2012. Disponível em: <[http://www.ie.ufrj.br/aparte/pdfs/tendencias\\_demograficas\\_e\\_de\\_familia\\_24ago12.pdf](http://www.ie.ufrj.br/aparte/pdfs/tendencias_demograficas_e_de_familia_24ago12.pdf)>.

ARAUJO, Faber Paganoto. **Migrantes ricos e migrantes pobres: a herança da economia do petróleo em Macaé**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2005.

BAENINGER, R. A. A Nova Configuração Urbana no Brasil: desaceleração Metropolitana e Redistribuição da População. In: RANDOLPH, Rainer; SOUTHERM, Barbra Candice (Org.). **Expansão Metropolitana e Transformação das Interfaces entre Cidade, Campo e Região na América Latina**. São Paulo: Max Limonad, 2011. v. 1. p. 46-70.

BAENINGER, Rosana; GUIMARÃES, Roberta Perez. Metrôpoles Brasileiras no Século 21: Evidências do Censo Demográfico de 2010. **Informe Gepec**, v. 15, p. 634-648, 2011.

CUNHA, J. M. P. da; BAENINGER, Rosana. **A Migração nos Estados Brasileiros no Período Recente: principais tendências e mudanças**. Bahia Análise & Dados, Salvador - Bahia, v. 10, p. 79-106, 2001.

BRITO, F.. **Expansão Urbana nas grandes metrôpoles, o significado da migração intrametropolitana e da mobilidade pendular na reprodução da pobreza**. São Paulo em Perspectiva, v. 19, p. 77-83, 2005.

BRITO, F. O deslocamento da população brasileira para as metrôpoles. **Estudos Avançados**, v. 57, p. 221-236, 2006.

BRITO, F.; PINHO, B. A. T. **A dinâmica do processo de urbanização no Brasil:1940-2010**. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 2012. (Textos para Discussão, n. 464).

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de Muros**. Crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: 34, 2000.

CAMARGO, Lísicio; GEORGE, Martine. Crescimento e distribuição da população brasileira: tendências recentes. **Revista Brasileira de População**, Campinas, v. 1, n. 1/2, p. 99-143, jan.-dez. 1984.

LAGO, L. C.; CARDOSO, Adauto Lúcio. **Dinâmica Imobiliária: as classes sociais e a habitação**. In: Luiz Cesar Queiroz Ribeiro. (Org.). Rio de Janeiro: transformações na ordem urbana. 1ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015, v. 1, p. 354-388.

CARDOSO, Adauto Lúcio; LAGO, L. C.. **Dinâmica imobiliária: Estado e capital imobiliário**. In: Luiz Cesar Queiroz Ribeiro. (Org.). Rio de Janeiro: transformações na ordem urbana. 1ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015, v. 1, p. 320-353.

CARNICELLI, L.; POSTALI, F. **Royalties de Petróleo e Emprego Público nos Municípios Brasileiros**. Estudos Econômicos, São Paulo, v. 44, n. 3, 2014, p. 469-495.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CEPERJ, Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro. **Boletim de Conjuntura Econômica Fluminense Ano V** – número 6, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: [http://www.ceperj.rj.gov.br/Bolcon/BOLETIM\\_agosto\\_13\\_tabela%20%20e%203.pdf](http://www.ceperj.rj.gov.br/Bolcon/BOLETIM_agosto_13_tabela%20%20e%203.pdf)  
Acessado em: 10/09/2015

CEPERJ, Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro.. **Boletim de Conjuntura Econômica Fluminense Ano VII** - número 6, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: [http://www.ceperj.rj.gov.br/Bolcon/Boletim%20Junho%202015\\_1%20-%20Oficial.pdf](http://www.ceperj.rj.gov.br/Bolcon/Boletim%20Junho%202015_1%20-%20Oficial.pdf)  
Acessado em: 10/09/2015

CHAMPION, T.. **Urbanization, Suburbanization, Counterurbanization and Reurbanization**. In R. Padison (ed.) *Handbook of Urban Studies*. London: SAGE Publication. Disponível em: [http://www.trudo.ir/tdrt\\_content/media/image/2013/12/2997\\_orig.pdf](http://www.trudo.ir/tdrt_content/media/image/2013/12/2997_orig.pdf)  
Acessado em: 20/03/2016

CHAMPION, A. G.. **Counterurbanization**. The British Experience. Geographical Perspectives, Salt Lake (US), n. 61, 1988.

CHAVEZ, José Ramon Arica; RIBEIRO, Alcimar das Chagas; PIMENTEL, Vinicius. **Os reflexos da queda das rendas do petróleo nos principais municípios da Bacia de Campos**. Boletim Petróleo, Royalties e Região, Campos dos Goytacazes, ano XIII, n. 47, mar. 2015.

COSTA, Ronaldo. **Dependência Orçamentária em Municípios Selecionados do Norte Fluminense**. Petróleo, royalties e região. Campos dos Goytacazes/RJ - Ano IX, nº 34 – DEZEMBRO, Campos dos Goytacazes, 2011.

COSTA, H. S. M. (Org.). **Novas Periferias Metropolitanas** - A expansão metropolitana em Belo Horizonte: dinâmica e especificidades no Eixo Sul. Belo Horizonte: C/Arte, 2006.

COSTA, Maria de Lourdes Pinto Machado. A Urbanização e suas novas conotações. Rebatimentos sobre o processo de reestruturação do território. In: SIMPÓSIO TEMÁTICO REESTRUTURAÇÃO DO TERRITÓRIO ENTRE AS ESCALAS NACIONAL E LOCAL, Rio de Janeiro, 2010.

COURGEAU D. Méthodes de Mesure de la Mobilité Spaciale: migration internes, mobilité temporaire, navettes. L'Institut National D'Estudes Démographiques, Paris, 1988.

CRUZ, José Luis Vianna. Projetos nacionais, elites locais e regionalismo: desenvolvimento e dinâmica territorial no Norte Fluminense nas décadas de 1970 a 2000. Tese (Doutorado) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

\_\_\_\_\_, José Luis Vianna. Que crise é essa? A queda na arrecadação das rendas petrolíferas nos municípios da região produtora do Estado do Rio de Janeiro. Boletim Petróleo, Royalties e Região, Campos dos Goytacazes, ano XII, n. 48, 2015.

CUNHA A. Aparecido Soares. **A migração na Região Metropolitana de São Paulo e os espaços da mobilidade intrametropolitana – 1980/2010**. Tese de doutorado, Campinas, IFCH/Unicamp, 2015.

CUNHA, J. M. P. Mobilidade populacional e expansão urbana: o caso da Região Metropolitana de São Paulo. Tese de doutorado, Campinas, IFCH/Unicamp, 1994. Disponível em:  
[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_nlinks&ref=000140&pid=S0102-8839200500030000900012&lng=en](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000140&pid=S0102-8839200500030000900012&lng=en)

\_\_\_\_\_, J. M. P. Urbanización, redistribución espacial de la población y transformaciones socioeconómicas en América Latina. Serie Población y Desarrollo, Santiago de Chile, v. 30, p. 3-52, 2002.

\_\_\_\_\_, J. M. P.; JAKOB, A.A.E. Segregação socioespacial e inserção no mercado de trabalho na Região Metropolitana de Campinas. Revista Brasileira de Estudos Populacionais, Rio de Janeiro, v.27, 2010.

\_\_\_\_\_, J. M. P. Introdução. In CUNHA, José Marcos Pinto (Org.). Mobilidade Espacial da População: desafios teóricos e metodológicos para o seu estudo. Campinas, 2011.

\_\_\_\_\_, J. M. P.; STOCOCO, S.; DOTA, E. M.; NEGREIROS, R.; MIRANDA, Z. A. I. A mobilidade pendular na macrometrópole paulista: diferenciação e complementaridade socioespacial. **Cadernos Metr pole**, São Paulo, v. 15, n. 30, p. 433-459, jul/dez 2013.

\_\_\_\_\_, J. M. P. A migra o interna no Brasil nos últimos cinquenta anos: (des)continuidades e rupturas. In: ARRETCHE, M. Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos. São Paulo: Editora UNESP; CEM, 2015, 279-307.

\_\_\_\_\_, J. M. P. et al. *Popula o, Dinâmica e Migra o*. In: MARQUES, Eduardo (Org.). **A metrópole de São Paulo no século XXI: espaços, heterogeneidades e desigualdades**. São Paulo: Unesp/CEM, 2015. p. 107-146.

D'OTAVIANNO, M. C. L. **Condomínios fechados na Região Metropolitana de São Paulo**: fim do modelo centro rico versus periferia pobre? Tese (Doutorado em Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

DAVIDOVICH, Fany. Estado do Rio de Janeiro: singularidade de um contexto territorial. **Revista Território**, Rio de Janeiro, ano V, n. 9, p. 9-24, jul.-dez. 2000.

DINIZ, Clélio *Campolina*. Apresenta o. In: PEREIRA, R. H. M.; FURTADO, B. A. (Org.). **Dinâmica Urbano-Regional**. Rede Urbanas e suas interfaces. Brasília, DF: Ipea, 2011.

DOTA, E. M. Mobilidade residencial intrametropolitana na RM de Campinas: uma abordagem a partir da distribui o espacial dos migrantes. Tese (doutorado em Demografia) Campinas: IFCH-UNICAMP, 2015. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000951871&opt=4> FREY, H.; DOTA, E. M.

EGLER, C. A. G. Subsídios   caracteriza o e tendências da rede urbana do Brasil. Configura o e dinâmica da rede urbana. Petrópolis: Ipea, 2001.

EGLER, Claudio A G.; PIRES DO RIO, Gisela A. territórios do petróleo no Brasil: redes globais e governança local, 2005. Disponível em: [http://www.laget.igeo.ufrj.br/egler/pdf/Egler\\_Rio.pdf](http://www.laget.igeo.ufrj.br/egler/pdf/Egler_Rio.pdf). Acessado em: 03/03/2014.

ERVATTI, L. R. **Dinâmica migratória no Estado do Rio de Janeiro na década de 90**: uma análise mesorregional. Disserta o (Mestrado) – Ence, Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: [http://www.ence.ibge.gov.br/pos\\_graduacao/mestrado/dissertacoes/pdf/2003/leila\\_eregina\\_ervatti\\_TC.pdf](http://www.ence.ibge.gov.br/pos_graduacao/mestrado/dissertacoes/pdf/2003/leila_eregina_ervatti_TC.pdf). Acesso em: maio 2011.

FARIA, V. Cinquenta anos de urbanização no Brasil. **Estudos Cebrap**, São Paulo, Cebrap, 1991.

FERREIRA. A cidade para poucos: breve história da propriedade urbana no Brasil. In: SIMPÓSIO INTERFACES DAS REPRESENTAÇÕES URBANAS EM TEMPOS DE GLOBALIZAÇÃO, Bauru, 2005.

FREITAS NETO, Jayme et al. O petróleo como financiador da “guerra de lugares”: o caso dos municípios da bacia de campos. **Cadernos Ippur/UFRJ**, v. 22, n 2, ago.-dez., 2008.

GARREAL, Joel. **Edge city**. Life on the New Frontier. New York: Doubleday, 1991.

GUTMAN, José; LEITE, Getúlio. Aspectos legais da distribuição regional dos *royalties*. In: PIQUET, Rosélia (Org.). **Petróleo, Royalties e Região**. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

HARVEY, D. Condição Pós-moderna. São Paulo: Loyola, 1992.

HERMANN, Bruno Martins. **Formação, declínio e inflexão**: reflexões sobre a centralidade da Cidade do Rio de Janeiro. Tese (Doutorado) – Cedeplar, Belo Horizonte, 2014.

HOLZER, Werther. A urbanização dispersa e seu incremento pelo Programa Minha Casa Minha Vida em Maricá: o caso de Maricá. In OJIMA, RICARDO; Marandola Jr., Eduardo . *Dispersão Urbana e Mobilidade Populacional*. 1. ed. São Paulo: Editora Edgard Blücher, 2016. v. 1. 196p.

INFOROYALTIES. Campos dos Goytacazes: Universidade Cândido Mendes, 2016. Disponível em: <<http://inforoyalties.ucam-campos.br>>.

JARDIM, A. de P. **Mobilidade intrametropolitana**: o caso do Rio de Janeiro. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

JARDIM, A. de P.; ERVATTI, L. **Migração pendular intrametropolitana no Rio de Janeiro**: reflexões sobre o seu estudo, a partir dos Censos Demográficos de 1980 e 2000. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. 39 p. (Textos para discussão. Diretoria de Pesquisas, n. 26). Disponível em: <<ftp://ftp.dpe.ibge.gov.br/gdi/textdisc/textdisc26-07.pdf>>. Acesso em: maio 2011.

KAZUO, Anderson Nakano. Elementos demográficos sobre a densidade urbana da produção imobiliária: São Paulo, Uma Cidade Oca? Tese De Doutorado Universidade Estadual De Campinas, Campinas, 2015.

KOWARICK, L. (1975). *Capitalismo e marginalidade na América Latina* (2<sup>a</sup>. ed.). São Paulo: Paz e Terra.

\_\_\_\_\_. *A espoliação urbana*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

LIMONAD, Ester. **Os lugares da urbanização**. O caso do interior fluminense. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

MARTINE, G.; CARVALHO, J. A. M.; ARIAS, A. R. M. **Mudanças recentes no padrão demográfico brasileiro e implicações para a agenda social**. Brasília: Ipea, 1994. (Textos para discussão, n. 345).

MARTINE, George; MC GRANAHAN, Gordon. **Brazil's early urban transition: what can it teach urbanizing countries?** London: International Institute for Environment and Development, 2010.

MARTINE, George. Urbanização no Brasil: retrospectiva, componentes e perspectivas. In: IPEA. **Para a década de 90: Prioridades e perspectivas de políticas públicas**. Brasília, DF: Ipea, 1990. v. 3. p. 99-159.

MEADOWS, D. H. So what can we do – really do – about sprawl. **Sprawl Articles, Sierra Club**. 1999. Disponível em: <<http://www.sierraclub.org/sprawl/articles/meadows3.asp>>. Acessado em: 21/06/2014.

MOTHÉ, Natália Guimarães; SERRA, Rodrigo Valente. Sintomas da maldição dos recursos naturais no município petrolífero de Campos dos Goytacazes. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPEGE, 7., 2007, Niterói.

NISHIJIMA, Marislei; POSTALI, Fernando Antonio Slaibe. Distribuição das Rendas do Petróleo e Indicadores de Desenvolvimento Municipal no Brasil nos Anos 2000. **Est. Econ.**, São Paulo, v. 41, n. 2, p. 463-485, abr.-jun. 2011.

SANTOS, M. A. et al. Rio de Janeiro: Dinâmica Urbano-Regional do Estado. In *Dinâmica urbano-regional rede urbana e suas interfaces*; FURTADO, B.A. ; PEREIRA, R.H.M; Brasília: IPEA, 2011.

**SILVA, E. T.**. Organização Sócio-Territorial e Mobilidade Residencial na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. *Cadernos MetrÓpole (PUCSP)*, v. 23, p. 85-103, 2010.

\_\_\_\_\_, E. T.. O estado do Rio de Janeiro no Censo 2010, Rio de Janeiro: Boletim Semanal Observatório das MetrÓpoles, 2011.

\_\_\_\_\_, E.S. Estrutura urbana e mobilidade espacial nas metrÓpoles. Tese de Doutorado Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro: 2012.

OJIMA, R. A produção e o consumo do espaço nas aglomerações urbanas brasileiras: desafios para uma urbanização sustentável. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 15., 2006, Caxambu. **Anais...** Caxambu: Abep, 2006.

\_\_\_\_\_, R. Análise comparativa da dispersão urbana nas aglomerações urbanas brasileiras: elementos teóricos e metodológicos para o planejamento urbano e ambiental. Tese (Doutorado) – Unicamp, Campinas, 2007.

OJIMA, R.; MARANDOLA JR., E. . O desenvolvimento sustentável como desafio para as cidades brasileiras. Cadernos ADENAUER (São Paulo), v. 1, p. 23-35, 2012.

\_\_\_\_\_, R.; COSTA, J. V.; DIOGENES, V. H. D.; MONTEIRO, F. F.; SILVA, L. C. Arranjos domiciliares, transição demográfica e consumo do espaço na Região Metropolitana de Natal: evidências da segunda transição urbana e os desafios para o planejamento. In: CLEMENTINO, M. L. M.; FERREIRA, A. L. (Org.). **Natal: transformações na ordem urbana**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015. v. 1, p. 221-239.

OLIVEIRA, A. T. R. **A mobilidade espacial da população e as transformações do processo produtivo no Brasil pós-1980: o caso do Estado do Rio de Janeiro**. Campinas: Unicamp, 2008.

OLIVEIRA, Floriano José Godinho. Reestruturação Produtiva, Território e Poder no Estado do Rio de Janeiro. São Paulo: Garamond, 2008.

OLIVEIRA, L. A. P.; OLIVEIRA, A. T. R. (Org.). **Reflexões sobre os deslocamentos populacionais no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

OLIVEIRA, R. A. D. ; **TAVARES, E.** . Dinâmica demografia e urbanização no Brasil: expressões atuais na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Caderno de Geografia, v. 24, p. 27-48, 2015.

ONU; UFF. **Observação Internacional dos Impactos do Comperj sobre os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs) nos municípios do Conleste**. Niterói: UFF, 2008. Relatório de pesquisa.

PASTERNAK, Suzana; BOGUS, Lucia Maria Machado. São Paulo na transição demográfica. In: BOGUS, Lucia Maria Machado; PASTERNAK, Suzana (Org.). **São Paulo: transformações na ordem urbana**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015. v. 1. p. 77-110.

PEREIRA, Rafael Henrique; Furtado, B. A. (Org.). **Dinâmica Urbano-Regional: rede urbana e suas interfaces**. Brasília: IPEA, 2011. v. 1. 468 p.

PINHEIRO MACHADO, D. B. (Org.). **Sobre Urbanismo**. Rio de Janeiro: Viana & Mosley/Proureb, 2006. 248 p.

PIQUET, Rosélia (Org.). **Petróleo, Royalties e Região**. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

PIQUET, Rosélia. Impactos de um setor de alta tecnologia em uma região brasileira – o norte fluminense na era do petróleo. In: COLÓQUIO SOBRE TRANSFORMACIONES TERRITORIALES – NUEVAS VISIONES EN EL INÍCIO DEL SIGLO XXI, 5., 2004, La Plata. **Anais...** La Plata: Universidad Nacional de La, 2004.

PIQUET, Rosélia. Mudança econômica e novo recorte regional no norte fluminense. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 10., 2003, Belo Horizonte, 2003.

PIRES NETO, A. F.; AJARA, C. Transformações recentes na dinâmica sócio-espacial do Norte Fluminense. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 15., 2006, Caxambu. Caxambu: Abep, 2006.

PONTES, Carla de Almeida. **Mudanças recentes no trabalho**: um estudo sobre trabalho emprego em Macaé/RJ pós-indústria petrolífera. Monografia Curso Ciências Sociais – Universidade Estadual do Norte Fluminense,. Campos dos Goytacazes, 2004.

QUEIROZ, C.; POSTALI, F. Rendas do petróleo e eficiência tributária dos municípios brasileiros. **Economia & Tecnologia**, ano 6, v. 22, p. 147-155, jul.-set. 2010.

RANDOLPH, R. Avanços da metropolização e formação de novas fronteiras: investigações sobre trajetórias da urbanização em torno das metrópoles. **Scripta Nova** (Barcelona), v. XVI, p. 43-58, 2012.

RANDOLPH, Rainer. Movimentos permanentes e movimento pendular entre a metrópole do Rio de Janeiro e municípios fora de sua região metropolitana em 2000: características etárias, de instrução, renda e ocupação profissional das populações envolvidas. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 17., 2010, Caxambu. **Anais...** Caxambu: Abep, 2010.

REIS FILHO, N. G. Notas sobre urbanização dispersa e novas formas de tecido urbano. São Paulo, Via das Artes, 2006.

REIS FILHO, Nestor Goulart. Sobre dispersão urbana. 1. ed. São Paulo: Via das Artes, 2009. v. 1. 294p .

Rentería Pérez et al. (2006), Paulo et al. (2013), Saad et al. (2009) e Marri et al. (2011). SAAD, P. M.; MILLER, T.; MARTÍNEZ, C. Impacto de los cambios demográficos en las demandas sectoriales en América Latina. Revista Brasileira de Estudos de População, v. 26, n. 2, p. 237- 261, 2009.

RIBEIRO, L. C. Q. A ordem urbana na metrópole do Rio de Janeiro: caminhos e síntese. In: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz (Org.). **Rio de Janeiro: transformações na ordem urbana**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015. p. 17-42.

\_\_\_\_\_, L. C. Q.; LAGO L. C. Dinâmica metropolitana e os novos padrões de desigualdade social. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 9, n. 2, abr.-jun. 1995.

RIBEIRO, A.; NOGUEIRA, R. (2011) “Avaliação da correlação entre emprego e receitas orçamentárias de royalties nos municípios produtores de petróleo da região Norte Fluminense”. INGEPRO - Inovação, Gestão e Produção. Vol. 3, n. 1.

RIGOTTI, J. I. R. Dados censitários e técnicas de análise das migrações no Brasil: avanços e lacunas. In: CUNHA, J. M. P. da (Org.). **Mobilidade espacial da população: desafios teóricos e metodológicos para o seu estudo**. Campinas: Unicamp/Nepo, 2011.

ROCHA, R. C. C. **Impactos do Comperj sobre a região do Leste Fluminense: análise do processo de expansão urbana de Maricá**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

SAAD, P. M.; MILLER, T.; MARTÍNEZ, C. Impacto de los cambios demográficos en las demandas sectoriales en América Latina. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 26, n. 2, p. 237- 261, 2009.

SÁNCHEZ, F. A reinvenção das cidades para um mercado mundial. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade de São Paulo- USP, São Paulo, 2001.

SANTOS JUNIOR, Ledilson Lopes. **Sociabilidade e identidades onfinadas em condomínios da Barra da Tijuca**. Tese (Doutorado) – Ippur, Rio de Janeiro, 2009.

SANTOS, M. A natureza do espaço. São Paulo: Hucitec, 1997.

SASSEN, Saskia. As cidades na economia mundial. São Paulo: Estudio Nobel, 1998.

SERRA, R. V.; CARLA, P. . Impropropriedades das Normas de Distribuição dos Royalties no Brasil. In: PIQUET, Rosélia. (Org.). **Petróleo, Royalties e Região**. 1ed.Rio de Janeiro: Garamond, 2003, v. 1, p. 185-218.

SERRA, R. V.; LEAL, José Agostinho A. . Uma investigação sobre os critérios de repartição e aplicação dos royalties petrolíferos. In: PIQUET, Rosélia. (Org.). **Petróleo, royalties e região**. 1ed.Rio de Janeiro: Garamond, 2003, v. 1, p. 163-184.

\_\_\_\_\_, R. V. **Contribuições para o debate acerca da repartição dos royalties petrolíferos no Brasil.** Tese (Doutorado) –Faculdade de Economia da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

\_\_\_\_\_, R. V.; MOTHÉ, Natalia. Sintomas da Maldição dos Recursos Naturais no Município Petrolífero de Campos dos Goytacazes RJ. VII Encontro Nacional da ANPEGE. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

SILVA, E.T. Estrutura Urbana E Mobilidade Espacial Nas Metrôpoles. Tese de Doutorado, UFRJ, Rio de Janeiro, 2012.

SILVA NETO, Romeu; ROCHA, Maria das Dores. Desenvolvimento econômico local, guerra de lugares e o Fundecam: tentativas para geração de emprego e renda em Campos dos Goytacazes – RJ. In: ENAMPUR, 16., Belo Horizonte, 2015.

SILVA, Marcos Tadeu Cavalcante. **A nova dinâmica regional dos municípios da mesorregião fluminense ligados à atividade de exploração e produção de petróleo:** uma análise dos impactos socioespaciais. Dissertação (Mestrado) – UFRJ, Rio de Janeiro, 2012.

MONTE-MÓR. Roberto L.; SILVA, Harley. Transições demográficas, transição urbana, urbanização extensiva: um ensaio sobre diálogos possíveis. 2010

SOBRINO, J. Patrones de dispersión intrametropolitana en México. **Estudios Demográficos y Urbanos**, v. 22, n. 3, 2007.

SOUZA, Joseane; TAVARES, Denise Cunha T. Indústria petrolífera, mercado de trabalho e nível de dependência da mão de obra exógena nos municípios produtores de petróleo da Bacia de Campos, RJ. Anais do XVI Enampur, 2015.

SPONCHIADO, Dafne Firmino da Silva. **Para dentro das portarias, por detrás das cancelas:** Características e condicionantes da autosegregação das elites em Campinas. Dissertação (Mestrado) – IFCH UNICAMP, Campinas, 2016.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Para pensar as pequenas e médias cidades brasileiras. Belém do Pará:** Editora Universitária UFPA, 2009.

TASHER, S. P. Mudanças no padrão de urbanização: novas abordagens para a década de 90. **Revista Espaço e Debate**, São Paulo, ano XII, n. 36, 1992.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, TCE. Relatório **208.077-6/2014** de Prestação de Contas de Administração Financeira da Prefeitura Municipal de Maricá Exercício 2013, Rio de Janeiro, 2014.

UNITED NATIONS. Statistical Year book 2012. Annual Statistic., New York, 2012. Disponível em: <http://unstats.un.org/unsd/syb/syb57/Table%208.pdf>. Acessado em 14.8.2015.

UNITED NATIONS. Population and Vital Statistical Vital Report. **Statistical papers**, New York, v. LXVII, 2015. Disponível em: <http://unstats.un.org/unsd/syb/syb57/Table%208.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2015.

## ANEXO 1 – INDICADORES DE MIGRAÇÃO. BRASIL E ESTADOS, 1991-2010

Estados	Imigração			Emigração			Índice de Eficácia Migratória		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Rondônia	413.712	178.084	152.914	159.361	158.758	136.367	0,44	0,06	0,06
Acre	29.335	32.521	33.501	30.746	32.264	34.377	-0,02	0,00	-0,01
Amazonas	114.324	175.673	171.151	97.293	121.357	122.441	0,08	0,18	0,17
Roraima	62.686	80.607	62.078	13.607	23.867	25.601	0,64	0,54	0,42
Pará	509.732	433.242	451.988	342.103	470.705	460.689	0,20	-0,04	-0,01
Amapá	43.216	91.998	85.690	14.058	28.844	36.882	0,51	0,52	0,40
Tocantins	159.258	192.805	190.421	145.166	152.729	184.424	0,05	0,12	0,02
Maranhão	238.276	237.525	268.487	499.974	585.684	677.350	-0,35	-0,42	-0,43
Piauí	162.360	172.343	173.776	288.955	331.604	351.306	-0,28	-0,32	-0,34
Ceará	294.210	342.263	309.027	522.824	457.879	452.275	-0,28	-0,14	-0,19
R.G.Norte	159.432	154.608	161.443	166.359	159.730	140.981	-0,02	-0,02	0,07
Paraíba	208.681	212.441	223.337	358.498	384.389	324.489	-0,26	-0,29	-0,18
Pernambuco	371.739	367.319	370.987	661.561	692.686	588.262	-0,28	-0,31	-0,23
Alagoas	134.149	135.425	143.703	213.500	296.595	307.060	-0,23	-0,37	-0,36
Sergipe	122.367	114.447	121.924	94.539	125.255	118.966	0,13	-0,05	0,01
Bahia	456.696	549.323	609.205	881.820	1.210.476	1.119.515	-0,32	-0,38	-0,30
Minas Gerais	802.057	913.686	914.847	1.022.663	911.893	986.045	-0,12	0,00	-0,04
Espírito Santo	269.753	267.095	286.428	198.478	195.593	185.623	0,15	0,15	0,21
<b>Rio de Janeiro</b>	<b>584.637</b>	<b>698.800</b>	<b>701.275</b>	<b>627.066</b>	<b>569.031</b>	<b>585.180</b>	<b>-0,04</b>	<b>0,10</b>	<b>0,09</b>
São Paulo	2.696.622	3.012.887	2.507.631	1.508.217	1.760.800	1.840.193	0,28	0,26	0,15
Paraná	606.114	633.400	649.067	1.087.598	820.925	738.089	-0,28	-0,13	-0,06
Santa Catarina	331.064	403.769	618.129	276.411	295.498	328.653	0,09	0,15	0,31
Rio Grande Sul	237.822	263.544	292.636	299.035	285.844	384.031	-0,11	-0,04	-0,14
Mato Grosso Sul	265.395	199.369	227.334	239.334	211.347	197.269	0,05	-0,03	0,07
Mato Grosso	542.027	373.275	386.904	247.166	257.906	259.182	0,37	0,18	0,20
Goiás	519.126	679.401	817.939	346.575	362.545	393.761	0,20	0,30	0,35
Distrito Federal	349.748	375.344	475.254	341.630	386.990	428.063	0,01	-0,02	0,05
<b>Brasil</b>	<b>10.684.538</b>	<b>11.291.194</b>	<b>11.409.086</b>	<b>10.686.529</b>	<b>11.293.194</b>	<b>11.409.084</b>			

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 1991-2010; Unicamp/Nepo.

Nota: Dados de última etapa que se refere ao último movimento feito pelo indivíduo no intervalo entre os censos: 10 anos. Para efeitos de mensuração do fenômeno, o migrante neste caso é o indivíduo que reside há menos de 10 anos no estado de residência atual.

## ANEXO 2 – INDICADORES DE IMIGRAÇÃO. ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1991-2010

Origem dos imigrantes do Estado do Rio de Janeiro							
UF atual Rio de Janeiro							
Região anterior	UF anterior	1991		2000		2010	
		absoluto	%	absoluto	%	absoluto	%
Sudeste	Minas Gerais	109.413	19,1	110.718	15,8	120.278	17,2
	Espírito	36.252	6,3	42.834	6,1	48.765	7,0
	Rio de	0	0,0	0	0,0	0	0,0
	São Paulo	78.186	13,7	90.596	13,0	101.408	14,5
	Total	223.851	39,1	244.148	34,9	270.451	38,6
Sul	Paraná	12.157	2,1	11.101	1,6	12.584	1,8
	S. Catarina	5.686	1,0	6.060	0,9	8.474	1,2
	R. G. Sul	16.546	2,9	14.060	2,0	18.372	2,6
	Total	34.389	6,0	31.221	4,5	39.430	5,6
Centro Oeste	M. G. do Sul	16.546	2,9	5.856	0,8	7.264	1,0
	Mato Grosso	5.043	0,9	3.746	0,5	3.472	0,5
	Goiás	3.267	0,6	4.830	0,7	5.970	0,9
	Dist. Federal	4.395	0,8	16.704	2,4	19.248	2,7
	Total	22.819	4,0	31.136	4,5	35.954	5,1
Nordeste	Maranhão	15.766	2,8	24.581	3,5	30.485	4,3
	Piauí	7.890	1,4	11.437	1,6	11.942	1,7
	Ceará	54.476	9,5	65.319	9,3	65.028	9,3
	R.G.Norte	20.240	3,5	20.850	3,0	15.912	2,3
	Paraíba	64.605	11,3	102.075	14,6	67.834	9,7
	Pernambuco	45.609	8,0	54.408	7,8	43.339	6,2
	Alagoas	8.797	1,5	12.383	1,8	11.480	1,6
	Sergipe	5.048	0,9	8.803	1,3	8.913	1,3
	Bahia	40.639	7,1	62.678	9,0	67.391	9,6
Total	263.070	46,0	362.534	51,9	322.324	46,0	
Norte	Rondônia	2.987	0,5	2.679	0,4	1.855	0,3
	Acre	866	0,2	572	0,1	929	0,1
	Amazonas	7.033	1,2	8.210	1,2	9.429	1,3
	Roraima	603	0,1	726	0,1	610	0,1
	Pará	15.556	2,7	15.972	2,3	18.367	2,6
	Amapá	372	0,1	609	0,1	806	0,1
	Tocantins	386	0,1	993	0,1	1.120	0,2
	Total	27.802	4,9	29.761	4,3	33.116	4,7
<b>TOTAL IMIGRANTES</b>		<b>571.931</b>	<b>100</b>	<b>698.800</b>	<b>100</b>	<b>701.275</b>	<b>100</b>

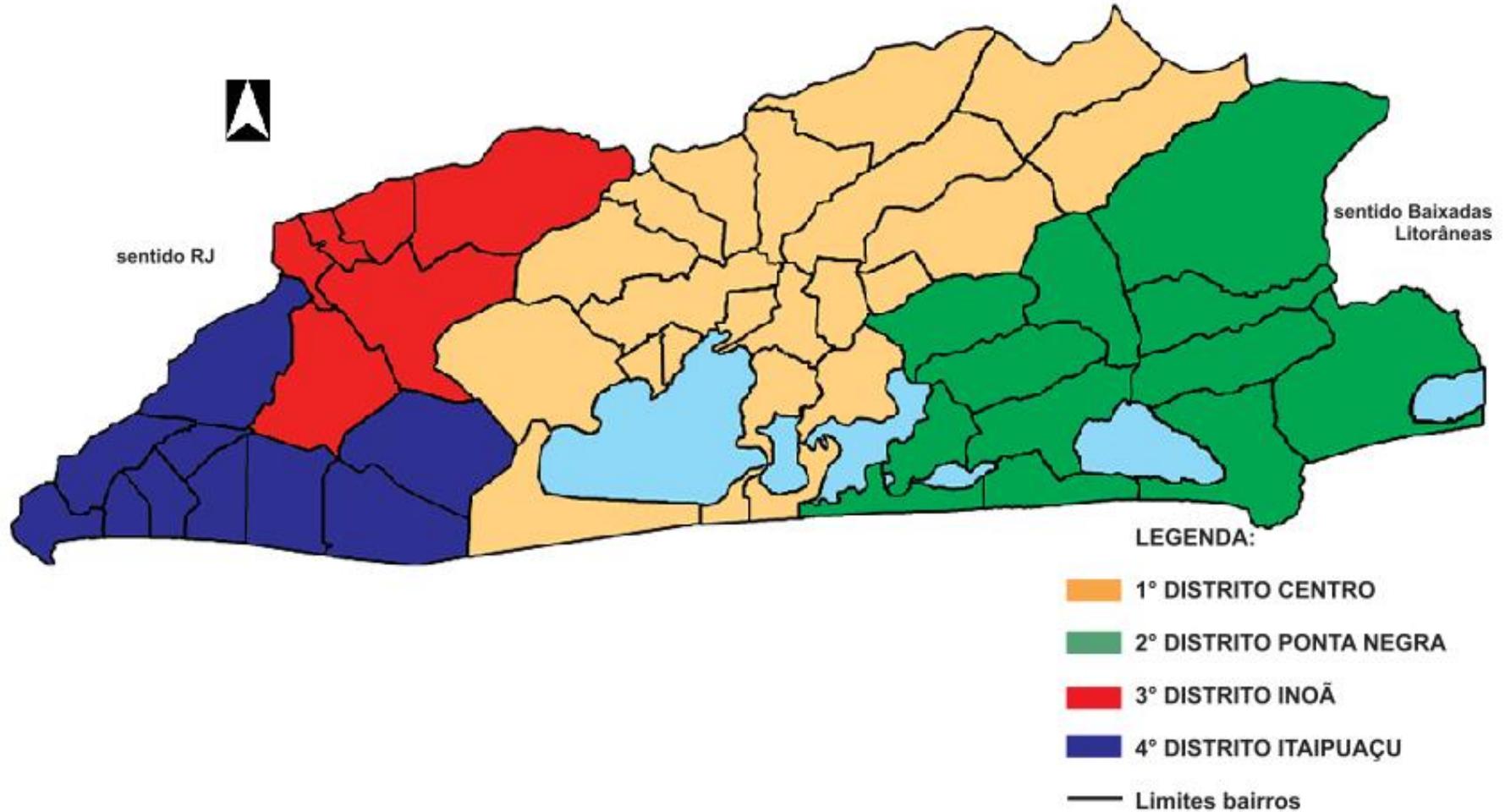
Fonte: IBGE. Censo Demográfico 1991-2010; Unicamp/Nepo.

### ANEXO 3 – INDICADORES DE EMIGRAÇÃO. ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1991-2010

Destino dos emigrantes do Estado do Rio de Janeiro							
		UF anterior Rio de Janeiro					
		1991		2000		2010	
Região atual	UF anterior	absoluto	%	absoluto	%	absoluto	%
Sudeste	Minas	125363	20,0	120.172	21,1	113.358	27,0
	Espírito	60900,4	9,7	55.864	9,8	50.948	12,2
	Rio de	0	0,0	0	0,0	0	0,0
	São Paulo	129820	20,7	104.872	18,4	110.742	26,4
	Total	316083	50,4	280.908	49,4	275.048	65,6
Sul	Paraná	18934,3	3,0	18.432	3,2	20.362	4,9
	S. Catarina	11535,5	1,8	11.804	2,1	14.557	3,5
	R. G. Sul	17091	2,7	16.863	3,0	22.132	5,3
	Total	47560,8	7,6	47.099	8,3	57.051	13,6
Centro Oeste	M. G. do Sul	8757,37	1,4	7.066	1,2	8.454	2,0
	Mato	4340,44	0,7	3.259	0,6	3.226	0,8
	Goiás	9890,13	1,6	8.181	1,4	9.595	2,3
	Dist.	22892,6	3,7	19.129	3,4	27.646	6,6
	Total	45880,5	7,3	37.634	6,6	48.921	11,7
Nordeste	Maranhão	9.936	1,6	8.582	1,5	1.563	0,4
	Piauí	4.528	0,7	4.014	0,7	9.424	2,2
	Ceará	33.868	5,4	36.744	6,5	4.236	1,0
	R.G.Norte	21.426	3,4	20.180	3,5	32.500	7,8
	Paraíba	41.052	6,5	36.411	6,4	19.255	4,6
	Pernambuc	27.382	4,4	25.487	4,5	38.294	9,1
	Alagoas	8.074	1,3	6.459	1,1	23.030	5,5
	Sergipe	8.916	1,4	6.307	1,1	5.569	1,3
	Bahia	34.975	5,6	32.687	5,7	6.809	1,6
Total	190.158	30,3	176.870	31,1	36.494	8,7	
Norte	Rondônia	6.038	1,0	2.271	0,4	177.174	42,3
	Acre	846	0,1	1.083	0,2	2.054	0,5
	Amazonas	5.594	0,9	7.826	1,4	973	0,2
	Roraima	1.311	0,2	916	0,2	10.568	2,5
	Pará	12.023	1,9	13.169	2,3	1.141	0,3
	Amapá	612	0,1	329	0,1	11.557	2,8
	Tocantins	959	0,2	927	0,2	690	0,2
	Total	27.383	4,4	26.519	4,7	1.563	0,4
<b>TOTAL EMIGRANTES</b>		<b>627.066</b>	<b>100</b>	<b>569.031</b>	<b>100</b>	<b>419.077</b>	<b>100</b>

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 1991-2010; Unicamp/Nepo.

## ANEXO 4 – MAPA DOS DISTRITOS DE MARICÁ



Fonte: Prefeitura Municipal de Maricá (2013).

## ANEXO 5 – INDICADORES DEMOGRÁFICOS. MUNICÍPIOS DA OMPETRO, DO CONLESTE E RIO DE JANEIRO, 2000-2010

Área Geográfica	Taxas Brutas de Natalidade		Taxas Brutas de Mortalidade		Mortalidade Infantil		Esperança de Vida ao Nascer		Razão de Sexo	Razão de Dependência	Índice de Envelhecimento
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2010	2010	2010
Estado do RJ	18,0	13,4	7,7	8,0	19,7	13,9					
Região Metropolitana	17,9	13,4	7,7	8,1	18,5	13,8					
Rio de Janeiro	16,9	13,2	8,3	8,5	16,8	13,1	70,26	75,69	88,1	52,2	76,7
Armação dos Búzios	21,5	22,4	6,1	5,5	28,1	9,7	69,14	74,44	99,5	47,3	35,4
Arraial do Cabo	16,4	12,2	6,6	7,0	20,4	5,9	68,87	73,31	96,6	54,3	56,9
Cabo Frio	21,2	14,5	6,4	6,3	19,0	10,7	70,84	75,16	95,2	53,0	45,3
Carapebus	15,7	9,0	8,5	6,6	44,1	-	68,43	73,30	103,6	53,9	51,3
Campos dos Goytacazes	19,8	12,4	7,6	7,8	27,9	19,5	70,06	74,82	92,8	51,2	49,8
Casimiro de Abreu	19,9	11,2	6,0	6,5	13,6	15,2	69,58	73,64	97,2	55,5	62,4
Macaé	19,9	17,5	5,2	5,1	14,4	13,3	70,06	74,66	98,3	44,7	33,3
Niterói	15,8	12,2	8,5	9,3	17,2	13,4	72,26	76,23	86,2	51,1	103,0
Quissamã	18,9	15,3	7,6	6,2	30,9	12,9	68,43	74,23	98,3	54,5	46,7
Rio das Ostras	17,3	16,7	4,9	4,5	19,0	7,4	70,06	76,26	97,6	48,0	36,7
São João da Barra	18,9	10,8	6,2	7,1	19,1	28,2	69,23	73,02	98,2	53,4	62,6
Araruama	21,4	14,0	6,8	7,8	24,3	16,5	69,14	75,32	94,1	57,5	60,6
Cachoeiras de Macacu	14,8	13,2	6,2	6,6	18,1	11,2	70,33	74,01	99,6	52,6	52,5
Guapimirim	17,7	13,0	6,1	6,4	19,3	9,0	68,31	73,69	96,5	53,5	41,0
Itaboraí	22,1	14,3	7,3	7,6	16,9	13,4	67,50	73,75	94,9	50,8	43,9
Magé	19,7	14,3	6,5	7,6	20,5	11,7	67,68	74,91	94,7	55,2	43,9
<b>Maricá</b>	<b>16,0</b>	<b>11,1</b>	<b>7,1</b>	<b>6,9</b>	<b>21,2</b>	<b>14,1</b>	<b>69,51</b>	<b>75,99</b>	<b>96,7</b>	<b>50,2</b>	<b>63,9</b>
Nova Friburgo	16,4	13,0	7,1	7,8	18,3	12,2	72,26	75,77	92,1	51,5	72,8
Rio Bonito	21,2	13,1	7,3	7,6	15,2	15,1	71,36	74,16	96,9	51,2	54,5
São Gonçalo	16,8	11,3	6,6	7,3	15,7	14,0	69,51	74,96	90,6	48,6	58,2
Saquarema	17,7	11,4	7,3	7,5	31,1	15,4	68,98	73,26	98,6	54,7	58,9
Silva Jardim	20,2	14,7	5,9	6,5	9,3	25,6	69,58	72,60	102,5	58,1	44,1
Tanguá	16,8	12,4	6,3	6,0	18,3	5,2	66,41	72,55	98,9	52,8	45,5
Teresópolis	21,3	13,4	7,6	7,7	22,1	15,9	71,36	76,27	91,5	54,3	59,9

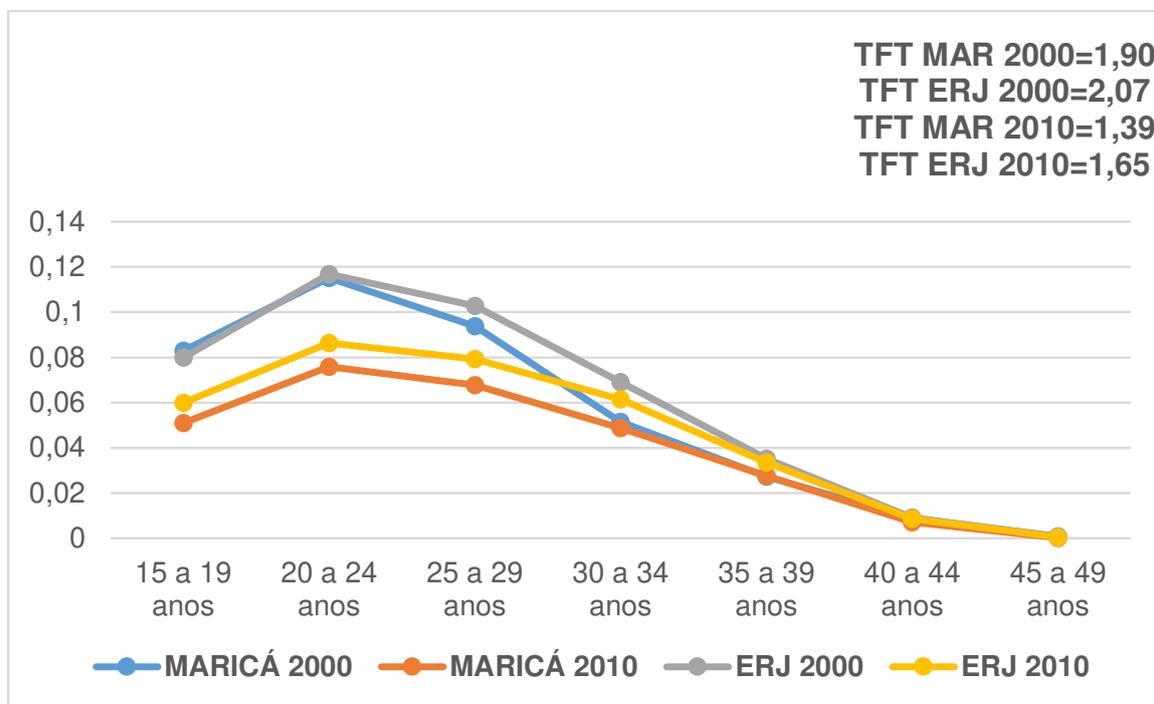
Fonte: Ceperj (2013).

## ANEXO 6 – TAXAS ESPECÍFICAS DE FECUNDIDADE E FECUNDIDADE TOTAL. MARICÁ, 2000-2010

Grupos Etários	População Feminina		Filhos Nascidos Vivos		Taxas Específicas	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010
15 a 19 anos	3.387	4.821	281	246	0,0829643	0,0510268
20 a 24 anos	3.316	4.710	382	357	0,1151990	0,0757962
25 a 29 anos	3.048	5.392	286	365	0,0938320	0,0676929
30 a 34 anos	3.014	5.440	155	265	0,0514267	0,0487132
35 a 39 anos	3.222	5.351	88	148	0,0273122	0,0276584
40 a 44 anos	2.855	4.748	25	34	0,0087566	0,0071609
45 a 49 anos	2.490	4.750	2	1	0,0008032	0,0002105
Total / TFT					1,90	1,39

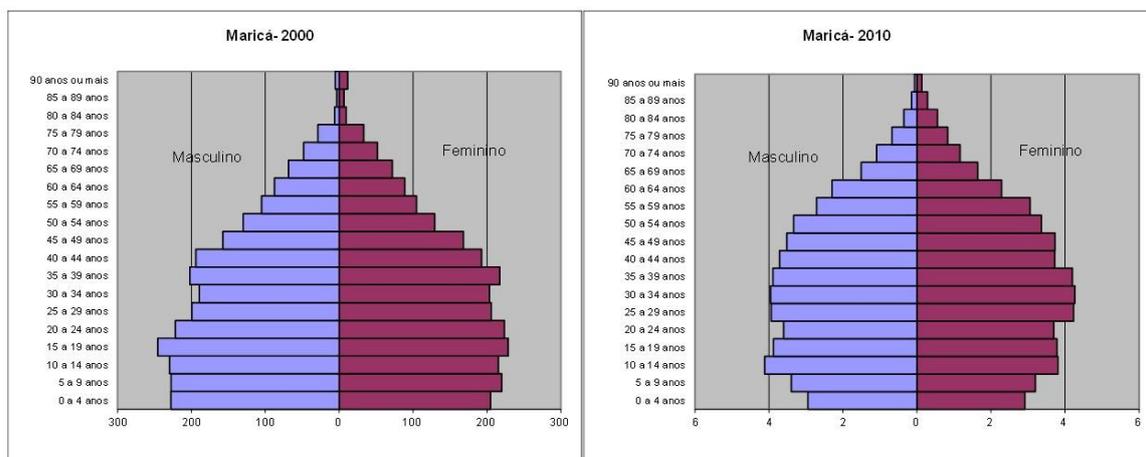
Fonte: IBGE, Censos Demográficos 2000 e 2010. DATASUS: MS/SVS/DASIS - Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos - SINASC (Nascidos Vivos 2000 e 2010)

## ANEXO 7 – TAXAS ESPECÍFICAS DE FECUNDIDADE DA POPULAÇÃO RESIDENTE. ESTADO DO RIO DE JANEIRO E MARICÁ, 2000-2010



Fonte: Datasus; IBGE; Unicamp/Nepo.

## ANEXO 8 – DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE, POR SEXO E GRUPOS ETÁRIOS. MARICÁ, 2000-2010



Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000-2010; Unicamp/Nepo.

## ANEXO 9 – MATRIZ DE FLUXOS MIGRATÓRIOS. MARICÁ, MUNICÍPIOS DO CONLESTE, DA OMPETRO E RIO DE JANEIRO, 2010

Município residência em 31/07/2005	Município de residência em 2010																									Total	
	Armação Búzios	Arraial do Cabo	Cabo Frio	Carapebus	Campos Goytacazes	Casimiro de Abreu	Macaé	Niterói	Quissamã	Rio das Ostras	São João da Barra	Araruama	Cachoeiras de Macacu	Guapimirim	Itaboraí	Magé	Maricá	Nova Friburgo	Rio Bonito	São Gonçalo	Saquarema	Silva Jardim	Tanguá	Teresópolis	Rio de Janeiro		Demais municípios
Armação dos Búzios	0	46	520	0	0	19	26	32	0	8	23	38	15	0	19	0	0	0	22	0	0	0	0	77	194	371	1.410
Arraial do Cabo	13	0	461	0	35	0	135	64	0	255	0	29	0	0	0	35	0	32	0	20	24	0	0	32	90	343	1.567
Cabo Frio	403	524	0	5	383	212	457	500	18	433	0	341	70	6	76	35	38	97	27	278	101	0	68	55	1.113	4.570	9.811
Carapebus	0	11	0	0	0	0	174	11	20	61	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	22	38	337
Campos dos Goytacazes	196	204	1.260	141	0	402	2.778	512	387	1.932	1.637	63	12	32	84	62	186	25	0	248	36	43	47	9	1.574	3.356	15.226
Casimiro de Abreu	12	0	135	10	12	0	146	68	22	470	0	67	24	0	39	10	0	42	25	120	0	19	41	0	96	291	1.649
Macaé	34	78	402	756	670	489	0	848	254	3.584	68	92	28	9	36	62	31	37	76	204	27	56	0	60	1.225	1.958	11.084
Niterói	157	50	722	43	504	273	534	0	57	755	25	728	141	49	2.272	309	4.202	298	101	10.893	282	9	197	176	4.438	3.764	30.979
Quissamã	0	0	0	33	97	9	144	20	0	24	53	0	0	0	0	0	0	25	0	22	29	0	0	0	37	83	576
Rio das Ostras	9	0	556	41	264	485	565	142	5	0	43	61	10	28	39	13	99	73	12	138	24	59	0	11	387	662	3.726
São João da Barra	0	0	52	0	498	0	44	12	5	15	0	0	0	0	0	41	0	0	0	0	0	0	0	0	81	76	824
Araruama	98	147	265	0	73	126	228	305	10	203	0	0	0	0	51	21	112	11	104	342	290	54	8	0	428	751	3.627
Cachoeiras de Macacu	21	52	8	0	0	32	22	169	0	93	0	9	0	45	235	120	10	210	69	126	0	0	9	34	125	379	1.768
Guapimirim	0	0	11	0	0	0	0	0	0	91	0	19	39	0	51	200	0	0	0	42	0	0	7	167	107	235	969
Itaboraí	33	60	306	20	9	32	282	728	58	437	8	111	782	92	0	180	628	60	305	2.359	92	228	350	36	258	1.060	8.514
Magé	39	0	416	0	0	96	458	272	28	449	0	55	80	910	216	0	65	24	14	488	12	12	36	85	742	2.414	6.911
Maricá	0	50	39	0	10	54	59	775	0	46	0	12	0	0	222	21	0	57	25	766	94	0	9	17	553	594	3.404
Nova Friburgo	26	0	219	0	23	50	69	429	10	1.520	0	86	159	32	53	25	48	0	0	300	13	0	0	231	749	2.142	6.184
Rio Bonito	0	0	96	0	0	133	133	141	0	119	23	238	46	0	149	32	10	16	0	284	109	150	482	0	37	182	2.380
São Gonçalo	109	74	850	10	217	540	398	7.135	83	1.083	20	996	553	154	6.102	448	5.501	166	273	0	470	174	308	85	2.769	3.810	32.328
Saquarema	17	33	114	0	21	22	34	191	5	86	0	205	0	0	98	0	87	40	81	206	0	24	20	10	537	686	2.516
Silva Jardim	0	0	79	0	0	241	119	10	0	49	0	120	10	11	62	0	0	62	106	23	34	0	16	0	38	57	1.037
Tanguá	0	0	10	5	0	0	0	31	0	81	0	0	12	8	199	14	49	0	250	197	14	0	0	0	22	35	927
Teresópolis	0	17	193	0	79	35	134	279	0	592	0	100	124	391	38	207	90	386	0	178	0	17	0	0	921	1.139	4.920
Rio de Janeiro	1.043	934	8.071	181	2.643	1.641	3.772	10.693	383	6.999	334	6.028	695	1.599	3.331	4.224	8.135	1.874	310	7.654	3.062	265	110	2.904	0	87.266	164.151
Demais municípios	688	908	7.126	371	2.256	785	5.209	4.163	291	8.517	136	1.956	367	695	1.202	5.138	2.230	2.972	176	2.957	995	169	236	1.302	27.933	111.910	190.688
RJ, não sabe município	5	9	61	0	46	0	19	49	0	151	24	113	0	11	73	453	120	76	0	208	54	0	12	0	586	1.700	3.770
Demais UF's	1.222	643	5.869	334	5.123	1.215	13.662	12.274	283	7.329	715	2.089	532	431	4.195	2.315	2.618	2.025	700	11.813	800	279	417	2.000	145.372	88.777	313.033
<b>Total</b>	<b>4.125</b>	<b>3.840</b>	<b>27.841</b>	<b>1.950</b>	<b>12.964</b>	<b>6.891</b>	<b>29.601</b>	<b>39.853</b>	<b>1.919</b>	<b>35.381</b>	<b>3.108</b>	<b>13.556</b>	<b>3.699</b>	<b>4.503</b>	<b>18.842</b>	<b>13.965</b>	<b>24.259</b>	<b>8.608</b>	<b>2.654</b>	<b>39.889</b>	<b>6.562</b>	<b>1.558</b>	<b>2.373</b>	<b>7.291</b>	<b>190.434</b>	<b>318.649</b>	<b>824.316</b>

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 1991-2010; Unicamp/Nepo.

## ANEXO 10 – MATRIZ DE FLUXOS MIGRATÓRIOS. MARICÁ, MUNICÍPIOS DO CONLESTE, DA OMPETRO E RIO DE JANEIRO, 2000

Município residência em 31/07/1995	Município de residência em 2000																										Total
	Armação Búzios	Arraial do Cabo	Cabo Frio	Carapebus	Campos Goytacazes	Casimiro de Abreu	Macaé	Niterói	Quissamã	Rio das Ostras	São João da Barra	Araruama	Cachoeiras de Macacu	Guapimirim	Itaboraí	Magé	Maricá	Nova Friburgo	Rio Bonito	São Gonçalo	Saquarema	Silva Jardim	Tanguá	Teresópolis	Rio de Janeiro	Demais municípios	
Armação dos Búzios	0	0	241	0	52	22	19	19	0	10	0	16	0	0	0	0	0	0	0	21	0	0	0	12	148	271	831
Arraial do Cabo	11	0	622	0	13	0	92	129	0	26	9	95	0	0	0	0	0	14	0	102	0	0	0	0	152	579	1.844
Cabo Frio	430	402	0	0	331	154	199	360	0	192	20	335	8	51	49	40	39	68	19	286	8	51	0	21	1.047	2.750	6.860
Carapebus	0	0	5	0	40	0	151	0	43	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	44	283
Campos dos Goytacazes	507	178	2.648	94	0	205	1.991	677	128	1.122	1.251	259	58	53	283	164	70	27	0	545	73	58	23	16	3.029	4.231	17.690
Casimiro de Abreu	21	0	121	0	0	0	215	24	0	142	0	0	0	51	14	0	0	65	57	64	33	72	0	0	57	281	1.218
Macaé	14	0	272	257	573	375	0	154	185	606	30	54	7	10	88	26	72	57	36	380	27	76	0	33	800	1.486	5.618
Niterói	60	175	668	15	342	150	534	0	30	190	40	763	256	167	2.711	408	2.483	624	223	15.967	566	102	155	305	5.017	6.251	38.202
Quissamã	0	0	0	64	54	0	301	0	0	53	0	0	0	0	0	0	0	0	19	0	0	0	0	0	30	46	567
Rio das Ostras	12	6	204	5	75	140	261	47	5	0	0	0	0	0	13	0	21	60	32	59	0	8	0	34	274	331	1.587
São João da Barra	0	25	53	0	976	9	120	38	0	90	0	0	0	0	0	35	12	0	0	41	0	0	21	0	47	237	1.704
Araruama	0	57	269	0	53	49	68	182	0	34	0	0	70	18	328	31	70	0	68	189	556	83	140	11	302	1.099	3.677
Cachoeiras de Macacu	25	0	42	0	0	11	36	187	0	31	0	110	0	266	555	51	41	250	53	268	58	0	71	115	137	406	2.712
Guapimirim	0	10	0	0	12	0	9	11	0	0	0	0	184	0	55	304	0	0	8	9	0	0	0	227	196	155	1.180
Itaboraí	12	76	57	4	98	36	179	545	17	24	0	88	332	91	0	148	288	43	429	2.347	91	102	607	0	470	806	6.891
Magé	12	0	150	8	119	0	107	225	0	51	0	88	41	637	197	0	48	136	11	381	56	33	24	186	1.031	3.902	7.444
Maricá	0	0	32	0	20	0	29	187	0	0	0	117	65	13	84	29	0	0	41	723	137	0	55	0	354	325	2.211
Nova Friburgo	82	28	32	0	102	54	116	310	6	501	0	20	176	53	129	44	12	0	54	239	0	8	27	480	785	2.746	6.004
Rio Bonito	44	0	94	0	0	73	71	130	0	0	0	647	46	0	259	0	18	11	0	404	313	242	357	9	157	288	3.163
São Gonçalo	42	32	494	29	204	181	530	8.604	35	146	51	752	601	255	9.202	526	2.211	206	481	0	560	294	403	129	2.070	3.605	31.644
Saquarema	17	0	68	0	0	0	71	100	23	0	0	265	0	60	137	0	310	0	94	116	0	33	76	16	297	184	1.867
Silva Jardim	0	0	0	0	0	178	64	10	0	80	0	191	32	22	142	0	9	39	92	140	186	0	38	0	131	67	1.421
Tanguá	0	0	23	0	0	0	0	10	0	0	0	0	32	0	185	0	33	9	197	60	43	23	0	0	10	28	652
Teresópolis	43	23	178	0	31	0	24	222	0	185	0	0	58	373	14	215	99	132	0	260	0	0	0	0	870	1.449	4.176
Rio de Janeiro	711	858	5.620	84	2.769	1.002	2.903	11.351	317	2.472	357	4.816	890	1.919	5.667	6.791	7.209	2.653	628	12.373	3.490	475	595	4.378	0	115.497	195.825
Demais municípios	712	620	4.035	163	2.520	485	3.510	4.178	171	2.036	134	1.529	238	1.166	2.905	7.279	1.520	4.489	251	4.746	971	325	291	2.139	33.124	141.930	221.467
RJ, sem especificação	115	16	768	24	367	63	400	741	20	446	96	216	223	327	703	420	364	379	75	1.290	291	17	89	286	7.671	11.448	26.855
Demais UF's	960	375	3.841	125	3.233	337	5.990	10.350	76	1.013	153	1.688	569	1.032	4.363	2.568	2.138	1.696	290	16.710	900	247	283	2.180	165.572	93.059	319.747
Brasil - sem especificação	27	9	54	0	0	0	58	12	0	20	23	29	19	0	7	5	26	9	0	219	46	0	0	0	1.724	1.052	3.339
<b>Total</b>	<b>3.857</b>	<b>2.890</b>	<b>20.591</b>	<b>872</b>	<b>11.984</b>	<b>3.524</b>	<b>18.048</b>	<b>38.803</b>	<b>1.056</b>	<b>9.470</b>	<b>2.164</b>	<b>12.078</b>	<b>3.905</b>	<b>6.565</b>	<b>28.090</b>	<b>19.085</b>	<b>17.093</b>	<b>10.967</b>	<b>3.138</b>	<b>57.957</b>	<b>8.404</b>	<b>2.249</b>	<b>3.255</b>	<b>10.576</b>	<b>225.503</b>	<b>394.553</b>	<b>916.678</b>

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 1991-2010; Unicamp/Nepo.

## ANEXO 11 – IDENTIFICAÇÃO DAS ÁREAS DE PONDERAÇÃO. MARICÁ, 2000-2010

AP	Características	Proximidade com o núcleo metropolitano	Bairros contidos (predominante)	Bairros contidos (pequena parte)
<b>Censo de 2000</b>				
AP 1	Região Central da Cidade	Distante	Centro, Mumbuca, Flamengo	Araçatiba e Jacaroá
AP 2	Região de Inoã	Muito Próxima	Calaboca, Spar, Santa Paula, Cassorotiba, Retiro, São Jose, Inoã, Ponta Grossa, Parque Nanci	Itapeba, Camburi
AP 3	Toda a porção Leste, contém a parte litorânea e as serras, até o limite com Saquarema	Muito Distante*	Marquês, Silvado, Lagarto, Pilar, Caxito, Pindobas, Camburi, Retiro, Caju, Guaratiba, Cordeirinho, Jardim Interlagos, Pindobal, Bambuí, Bananal, Ponta Negra, Jacané, Espraiado, Vale da Figueira, Condado, Manoel Ribeiro	Ubatiba, Retiro, Itapeba
AP 4	Região de Itaipuaçu e Inoã, limite do município com Niterói e São Gonçalo	Muito Próxima	Morada das Águias, Recanto de Itaipuaçu, Praia de Itaipuaçu, Rincão Mimoso, Barroco, Itaocaia, Chácara de Inoã, Cajueiros, Jardim Atlântico Leste, Jardim Atlântico Central	Calaboca, Inoã, São José, Restinga de Maricá
AP 5	Bairros imediatos ao Centro	Distante	Zacarias, Barra de Maricá, Araçatiba	Restinga, Jacaroá, Itapeba, Ubatiba

Notas: \*Contém áreas muito distantes e também próximas do núcleo metropolitano.

<b>Censo de 2010</b>				
AP 1	Região Central da Cidade	Distante	Centro, Mumbuca, Flamengo	Itapeba
AP 2	Região de Itaipuaçu (Barroco)	Muito Próxima	Jardim Atlântico Oeste, Barroco	Praia de Itaipuaçu, Jardim Atlântico Central
AP 3	Porção Norte, acima da RJ-106, abriga áreas rurais, limite com Itaboraí	Muito Próxima/ Muito Distante*	Silvado, Lagarto, Pilar, Caxito, Pindobas, Camburi, Retiro	Cassorotiba, São Jose do Imbassai, Inoã, Itapeba
AP 4	Toda a porção Leste, contém a parte litorânea e as serras, até o limite com Saquarema	Muito Distante	Caju, Barra de Maricá, Guaratiba, Cordeirinho, Jardim Interlagos, Pindobal, Bambuí, Bananal, Ponta Negra, Jacané, Espraiado, Vale da Figueira, Condado, Manoel Ribeiro, Marques de Maricá	Ubatiba, Silvado, Flamengo
AP 5	Bairros imediatos ao Centro	Distante	Mumbuca, Zacarias, Caju, Jacaroá, Parque Nanci	Araçatiba, Restinga, São Jose do Imbassai, Itapeba
AP 6	Região contígua à Inoã e Itaipuaçu	Próxima	Cajueiros, Chácara de Inoã, Jardim Atlântico Leste, Restinga, São Jose do Imbassai	
AP 7	Região de Itaipuaçu e Inoã, limite do município com Niterói e São Gonçalo	Muito Próxima	Santa Paula, Spar, Calaboca, Itaocaia, Morada das Águias, Recanto de Itaipuaçu, Praia de Itaipuaçu, Rincão Mimoso	Inoã, Chácara de Inoã, Barroco, Jardim Atlântico Central, Jardim Atlântico Leste, Cassorotiba

Notas: \*Contém áreas muito próximas e também muito distantes do núcleo metropolitano.

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000-2010; Unicamp/Nepo.